

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

CRISTINA PEREIRA VIECELI

**ECONOMIA FEMINISTA E TRABALHOS REPRODUTIVOS NÃO
REMUNERADOS: CONCEITO, ANÁLISE E MENSURAÇÃO**

Porto Alegre

2020

CRISTINA PEREIRA VIECELI

**ECONOMIA FEMINISTA E TRABALHOS REPRODUTIVOS NÃO
REMUNERADOS: ANÁLISE, CONCEITO E MENSURAÇÃO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para obtenção do título de doutora em economia.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Lúcia Tatsch
Co-Orientador: Prof. Dr. Carlos Henrique Vasconcellos Horn

Porto Alegre

2020

CIP - Catalogação na Publicação

Vieceli, Cristina Pereira
Economia feminista e trabalhos reprodutivos não remunerados : conceito, análise e mensuração / Cristina Pereira Vieceli. -- 2020.
266 f.
Orientadora: Ana Lúcia Tatsch.

Coorientador: Carlos Henrique Vasconcellos Horn.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. Trabalhos reprodutivos. 2. Economia feminista. 3. Mercado de trabalho. 4. Sistema de Contas Nacional . I. Tatsch, Ana Lúcia, orient. II. Horn, Carlos Henrique Vasconcellos, coorient. III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

CRISTINA PEREIRA VIECELI

**ECONOMIA FEMINISTA E TRABALHOS REPRODUTIVOS NÃO
REMUNERADOS: ANÁLISE, CONCEITO E MENSURAÇÃO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para obtenção do título de Doutora em Economia.

Aprovada em: Porto Alegre, 30 de setembro de 2020.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Ana Lúcia Tatsch - Orientadora
UFRGS

Prof. Dr. Carlos Henrique Vasconcellos Horn – Coorientador
UFRGS

Prof. Dr. Alessandro Donadio Miebach
UFRGS

Profa Dra Janice Dornelles de Castro
UFRGS

Profa. Dra. Hildete Pereira de Melo Hermes de Araujo
UFF

Dra. Marilane Oliveira Teixeira
CESIT/IE-Unicamp

Para minha mãe Eliete

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho foi feito ao longo de vários anos, e é fruto, não somente de horas de pesquisa em que estive sozinha, mas também de conversas, discussões em aula, com os professore(a)s. Foram anos de muita movimentação política, em que perdemos estruturas importantes, e vivemos períodos de grande preocupação e luto pelas nossas instituições. Essa movimentação certamente afetou a vida de toda(o)s a(o)s pesquisadora(e)s brasileira(o)s. Nesse sentido, agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul e à Faculdade de Ciências Econômicas, locais que me acolheram desde a minha graduação e em que aprendi a valorizar a ciência como instrumento de transformação do mundo. Que esse local seja sempre público, gratuito, de qualidade. Que o conhecimento científico seja valorizado, acessível e atenda às demandas da sociedade.

Agradeço com muito carinho a minha mãe Eliete, e meu pai Osmar, que se esforçaram e trabalharam muitas horas remuneradas e não remuneradas para o meu bem estar, e meu crescimento. Desde criança me fizeram valorizar todas as formas de trabalho.

A minha irmã Cláudia, meu cunhado Artur e minha sobrinha Isabelle. Obrigada por estarem ao meu lado, por sempre me acolherem nas horas que precisei, por serem meus ombros. Vocês são pessoas responsáveis e solidárias.

Agradeço com muito carinho a minha orientadora Ana Lúcia e ao meu coorientador Carlos Henrique Horn, pelas correções, sugestões de melhorias, por serem exemplos de educadores e pessoas que respeitam e lutam pela ciência. Obrigada por aceitarem o desafio de orientar esse tema tão pouco estudado no Brasil. Por acolherem minhas ideias e construírem comigo uma lógica que as encadeasse.

Professor Horn, que me acompanha desde a monografia de graduação, obrigada por ser tão entusiasta e apoiador dos meus projetos, por fazê-los florescerem e gerarem frutos, a exemplo do livro *Emprego Doméstico no Brasil*.

As professoras e ao professor que aceitaram compor a banca de qualificação do projeto de tese e de defesa de minha tese: Hildete Pereira de Melo, Alessandro Miebach, Janice Dornelles e Marilane Teixeira. Obrigada por aceitarem este trabalho e contribuírem na construção desta pesquisa.

Agradeço ao trabalho da Secretaria do Programa de Pós-Graduação e à Biblioteca da Faculdade de Ciências Econômicas, em especial, a bibliotecária Lílian Maciel Leão, que, mesmo em meio a uma pandemia, conseguiram se organizar para permanecer trabalhando e auxiliando os estudantes.

Ao Núcleo de Economia Feminista – Necofem/FCE-UFRGS, em especial às professoras Janice Dornelles e Daniela Kuhn, por terem essa energia pulsante, acreditarem e trabalharem por um mundo melhor. Professora Janice, por ter abraçado o projeto da construção da disciplina de economia feminista e ser uma grande entusiasta destes estudos. Daniela, por ter acolhido com tanta dedicação a parceria com a American University. Certamente vamos ajudar a plantar sementes para a construção de uma grande revolução feminista.

Agradeço também aos professores Eduardo Maldonado, Pedro Fonseca, Marcelo Milan, Sérgio Monteiro, Ricardo Dathein, por serem exemplos de pesquisadores e educadores.

Esta tese trata de trabalhos invisibilizados na economia e negligenciados pelo poder público e pela sociedade. Trata também de algo que gerou uma grande angústia ao longo da vida. Esta pesquisa, parte de uma curiosidade de entender o porquê de algumas relações sociais que me incomodam e procurar ferramentas para modificá-las. Também uma forma de agradecer à algumas mulheres, que dedicaram horas de vida cuidando de mim. Além da minha mãe, a quem eu dedico esse trabalho, minhas avós, Irma (*in memoriam*), Adelina Matilde Fischer e minhas tias, em especial a tia Ires e tia Miriam. Ainda que particularizado, certamente esse agradecimento tem algo de universal à todas as mulheres, já que aprendemos desde pequenas a cuidar.

Agradeço também à outras mulheres e homens que me ajudaram muito e tornaram esses anos de pesquisa mais frutíferos, leves e cheios de aprendizado.

Minhas primas Pereiras queridas, Priscila, Patrícia e seu companheiro Diego, minha afilhada Mariana, a menina genial. Obrigada por serem pessoas tão acolhedoras e afetivas.

Ao meu amigo Jonattan, você é uma pessoa brilhante, em vários sentidos. Obrigada por ser uma inspiração de trajetória de vida, solidariedade, amor ao trabalho. Obrigada pelas conversas sobre filmes, livros, animações, e tantas risadas. Sempre será uma inspiração como educador, pesquisador e amigo.

Minhas amigas: Júlia, companheira de tantos projetos, do livro das empregadas domésticas, dos podcasts, das aulas nos colégios públicos, manifestações, risadas tantas trocas de ideias sobre milhares de assuntos. Sorte de te ter como amiga.

Fernanda Valada. Você é incrível, obrigada pelo companheirismo, por ter essa inteligência generosa e solidária, por ter estado ao meu lado sempre que precisei.

Minha amiga Iara, companheira de tantos momentos, conversas filosóficas, viagens, festas, bares, tecido acrobático. Que mulher linda, sensível, inteligentíssima, corajosa e inspiradora. Obrigada pelas viagens, trilhas e conversas, também com o seu companheiro Celso, o casal aventura. Obrigada por ser tantas coisas para mim.

Fernando Lima, obrigada pelas conversas, trocas, pelo seu apoio e disponibilidade, por ser essa pessoa tão divertida, inteligente, um ótimo ouvinte, conselheiro e grande apoiador.

Rober, você é uma pessoa particularmente especial, tenho grande admiração pela sua energia, entusiasmo, responsabilidade e cuidado com o seu trabalho e com as pessoas que ama. Aprendi e aprendo muito com você. Obrigada pelas revisões, pelas conversas, e pelo seu carinho e afeto.

Meu primo Felipe, por ser meu ombro em momentos difíceis, por ter essa personalidade energizante, mesmo nos momentos que a vida foi tão dura, sou muito grata por tê-lo como amigo e familiar.

Ao Rodrigo e sua família, pelos anos que me acolheram com tanto carinho, amor e dedicação. Rodrigo, em especial, agradeço o primeiro mês que me ajudou no Canadá, e todos os anos anteriores em que foste um entusiasta ouvinte das minhas reflexões e indagações sobre este e tantos outros temas. Esta tese certamente tem um pouco de você. Agradeço aos amigos que ganhei e cultivei a partir do nosso encontro, que também me proporcionaram momentos de grande aprendizado e felicidade.

As queridas Femilindas, esse grupo de anos, que me fortalece. Obrigada pelo cuidado, pelas ideias compartilhadas e acolhidas, por serem inspirações, cada uma em sua trajetória. Giovanna Fiorentini, Cecília Zarth, Marsala, Nayesha, Débora, Maria Gabriela, Mariana, Marina, Paula Presser, Paula Agliardi, Namisi, Priscila, Tábata, Taís, Cecília Severo, Manoela, Manuela, Natasha, Bárbara, Andressa.

Urbanitas, essas mulheres tão divertidas, artistas, carinhosas, companheiras, inteligentíssimas: Natane, Julia, Ana e Raíssa. Muito obrigada por me acolherem como amiga, por serem grandes inspirações. Vocês me fortalecem.

Às (Aos) colegas e amiga(o)s que me acompanharam durante a minha pós-graduação. Agradeço à Ana Maria, pelas conversas trocas de ideias, por ter me ajudado com os dados da PNAD-C e me acolhido no grupo de estudos feminista de Minas Gerais. Renata, Sarah, Laís, Leonel, Nathan. Érica querida, você é incrível, oxente, que mulher forte, sensível, companheira, amiga, tens uma energia contagiante.

Ao Movimento Economia Pró-Gente. Esse grupo que foi construído com tanto trabalho, dedicação e carinho em que cresci e aprendi tantas coisas. Obrigada aos amigos que compuseram e compõe o grupo: Leonardo Segura, Lucas Rodrigues, Jonattan Castelli, Gilliad, Débora, André Augustin, Allan Santin García, Henrique Grazziotin, Alex, Anelise, Tiago Rublescki, Tamara, Luíza, Marcelo, Daniel, Otávio, Namisi, Giovanna, Sylvio, Nathan, Ana Paula, André Carmona, Renata, Iracema, Rodrigo Leão, Leonel, Pedro e Vitória. A equipe do

GT- Podcast Outra Economia, obrigada por acreditarem e trabalharem de forma voluntária para esse projeto tão bonito.

Meus amigos e minhas amigas do Dieese, alguns ex-Dieesianos, mas que permaneceram companheiros de vida. Obrigada Caroline, Cristiane, Renata, André Cardoso, Rodolfo, Igor, Marcelo, Warley, Ricardo Tamashiro, Gustavo. Obrigada também aos encontros que vieram a partir do Dieese, Keila, Renata, Patrícia. Que possamos nos encontrar pessoalmente em momentos mais tranquilos e compartilhar muitas ideias, receitas, dicas de séries, filmes, podcasts.

Às colegas da Federação dos Metalúrgicos, Renata Machado por ter cuidado das minhas coisas e dos meus gatinhos, por ter sido um apoio no período que permaneci fora do país. À Natália Machado, querida, pela convivência, trocas, aprendizados, parceiras nas manifestações. Também à Juliana, Carmem, Cascia. Aos diretores da Federação que foram parceiros dessa jornada.

Anelise Manganeli, você é um exemplo de profissional, pesquisadora, amiga, tens uma inteligência acurada e uma sensibilidade rara. Obrigada pelas trocas, pelas oportunidades, pelos conselhos.

Maria Regina Paiva, obrigada pela parceria no projeto de pesquisa do Instituto de Justiça Fiscal. Você é um grande exemplo de fortaleza e determinação.

Lúcia García, agradeço o seu apoio e entusiasmo por tantas parecerias que fizemos.

Obrigada à Raquel Paese, que me acolheu como colunista no portal Democracia e Mundo do Trabalho (DMT), abrindo esse espaço para tratar da temática de gênero. Obrigada pelo incentivo, por sua sabedoria e entusiasmo pela luta da classe trabalhadora.

Andrey, você foi um presente em 2019, a vida nos traz surpresas muito boas, sem a sua parceria certamente esse trabalho demoraria o dobro do tempo para ser finalizado. Obrigada pelas conversas e jantas, pela sua responsabilidade e seriedade como amigo.

Minha prima Simone e sua família, Felipe, Sofia, seu Álvaro que me acolheram no Canadá, durante o período do Doutorado Sanduíche. Aprendi muitas coisas com vocês. Obrigada por todo o acolhimento e carinho.

Daniel Pereira, obrigada pelo apoio nos meses que passei no Canadá, pela sua gentileza, inteligência, e pelas trocas de ideias.

Minhas amigas canadenses, Roxana Akhbari,, Roopali Rokade, Mejda e à professora Meg Luxton, por tornar este período tão importante inesquecível e cheio de aprendizados. Também Sonny, Prateeke e Leandro Xavier.

Algo que é pouco divulgado, mas os índices de depressão e ansiedade dos pesquisadores de pós graduação estão muito acima da média da população. Felizmente, além das amigas e amigos, tive o privilégio de contar com profissionais que me ajudaram a enfrentar esses problemas tão negligenciados pela sociedade.

Obrigada à minha terapeuta Laura, por ter me acolhido com tanto profissionalismo e dedicação, por me ajudar a enfrentar e descobrir meus fantasmas, medos e angústias. Ademiel Júnior, pelo seu trabalho excelente, brilhante e sensível.

Aos amigos do grupo de apoio, em especial a terapeuta Cláudia Cecília. Começamos esse grupo em um momento político tão difícil, que permaneceu e aprofundou. Ainda assim, nos mantemos resistentes e solidários. Obrigada Alex, Daniela, Amanda, Patrícia, Marcus, Carla, Fernanda, Dani.

Minhas amigas do Circo Híbrido, professora Tainá, que fazem da arte um motivo de luta e resistência. Obrigada por me ensinarem a me expressar também desta forma.

Às amigadas de longa data, que ficaram um pouco distantes, mas nem por isso menos importantes em minha vida: Caroline Hentz, Renata Borges, Kátia Dias, Camila Vogt, Paulo Rheinheimer, Bruna Tibola, Michelly Geraldo, Greyce Melanie, Ana Lúcia Mohr, Ianaê Machado.

Aos amigos e amigas que não citei diretamente por algum motivo, descuido, cuidado, desatenção, agradeço de toda a maneira, com muito carinho.

*They say it is love. We say it is unwaged work.
They call it frigidity. We call it absenteeism.
Every miscarriage is a work accident.
Homosexuality and heterosexuality are both work
conditions... but homosexuality is worker's
control of production, not the end of work.
More smiles? More money. Nothing will be so
powerful in destroying the healing virtues of a
smile. Neuroses, suicides, desexualization:
occupational disease of the housewife¹ (Silvia
Federici, Wages Against Housework, 1972)*

*The decisions they (and we as individual citizens)
make depend on what we measure, how good our
measurements are and how well our measures are
understood. We are almost blind when the metrics
on which action is based are ill-designed or when
they are not well understood. For many purposes,
we need better metrics. Fortunately, research in
recent years has enabled us to improve our
metrics, and it is time to incorporate in our
measurement systems some of these advances
(Stiglitz; Sen; Fitoussi, Report by the Commission
on the Measurement of Economic Performance
and Social Progress, 2009)².*

*En esta orilla del mundo lo que no es presa es
baldío Creo que he visto una luz al otro lado del
río³ (Jorge Drexler, Al otro lado del río, 2004)*

¹ Eles dizem que é amor. Dizemos que é trabalho não remunerado. Eles chamam de frigidez. Chamamos de absenteísmo. Cada aborto é um acidente de trabalho. Homossexualidade e heterossexualidade são condições de trabalho... mas a homossexualidade é o controle da produção pelo trabalhador, não o fim do trabalho. Mais sorrisos? Mais dinheiro. Nada será tão poderoso para destruir as virtudes curativas de um sorriso Neuroses, suicídios, dessexualização: doença ocupacional da dona de casa (tradução nossa, Silvia Federici, Wages Against Housework, 1972).

² As decisões que eles (e nós, como cidadãos) tomamos dependem do que medimos, quão boas são as nossas mensurações e quão bem elas são compreendidas. Somos quase cegos quando as métricas nas quais as ações são baseadas são mal projetadas ou quando não são bem compreendidas. Para muitos propósitos, precisamos de melhores métricas. Felizmente, as pesquisas nos últimos anos nos permitem melhorar as nossas métricas, e é tempo para incorporar nos nossos sistemas de mensuração alguns desses avanços (STIGLITZ; SEN; FITOUSSI, 2009, p. 9, tradução nossa).

³ Nesta margem do mundo, o que não é represa é terreno baldio. Creio que vi uma luz do outro lado do rio. (tradução nossa, Jorge Drexler, Al otro lado del río, 2004)

RESUMO

Os trabalhos reprodutivos ocupam o tempo, a saúde física e mental principalmente das mulheres, afetando em suas trajetórias de vida, além de serem fundamentais para a manutenção e reprodução da humanidade. Apesar disso, são invisíveis ao Sistema de Contas Nacional (SCN), e, por consequência, não fazem parte do cálculo de importantes indicadores econômicos como o Produto Interno Bruto (PIB). A desvalorização dos trabalhos reprodutivos afeta não só a trajetória feminina no mercado de trabalho, mas também a saúde, bem-estar e a reprodução da sociedade. A sua invisibilidade é alvo de crítica por parte da economia feminista que visa mudar a forma como a ciência econômica é estruturada, colocando a vida e o cuidado das pessoas e do planeta como centrais. O objetivo principal deste trabalho é conceituar os trabalhos reprodutivos não remunerados, analisar sua relação com os trabalhos produtivos, e como são valorados e mensurados em economias de níveis de desenvolvimento diferentes. Como objetivo secundário, realizamos um exercício de valoração dos trabalhos domésticos não remunerados no Brasil para o ano de 2017. Para tanto, realizamos uma ampla revisão teórica sobre o tema, tanto dentro do escopo da teoria econômica, como também utilizando as normativas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e das Nações Unidas, através do Sistema de Contas Nacional (SCN). Também analisamos amplamente as pesquisas de uso do tempo realizadas no mundo e os exercícios de valoração do tempo. Para as estimativas brasileiras, utilizamos os dados do módulo “Outras formas de trabalho” realizado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD-C) para o ano de 2017 elaborada pelo IBGE. Tanto as pesquisas de uso do tempo como os exercícios de valoração são utilizados por diversas economias no mundo, servindo como balizadores para a elaboração e análise de políticas públicas. Em geral, são utilizados três principais métodos: custo de oportunidade, substituto generalista, especialista e salário-mínimo. Em todos os países analisados a jornada feminina voltada para os trabalhos reprodutivos não remunerados superou a masculina. Além disso, os trabalhos reprodutivos representam relevante percentual do PIB dos países, a maior parcela produzido principalmente por mulheres. No Brasil, apesar dos avanços estatísticos, a pesquisa sobre o uso do tempo possui diversas limitações, no que tange principalmente à aferição dos trabalhos voltados para os cuidados. Os resultados do exercício apontam que os trabalhos reprodutivos não remunerados no país equivalem em média a R\$1.007,46 bilhões. Em termos de razão sobre o PIB de 2017 representa 15,4%. Em relação às metodologias, os maiores resultados foram auferidos pelo custo de oportunidade, que somou R\$1.574,59 bilhões, representando 24,03% do PIB. Em seguida, o substituto especialista somou R\$919,43 bilhões, ou 14,03%. Pela metodologia do substituto generalista, os trabalhos representariam R\$864,66 bilhões, o que representa uma razão de 13,19%. O salário-mínimo foi o que apresentou menor remuneração média agregada, conforme as experiências internacionais, somando R\$671,17 bilhões ou 10,24%.

Palavras-chave: Trabalhos reprodutivos. Economia feminista. Mercado de trabalho. Sistema de Contas Nacional.

ABSTRACT

Reproductive work occupies time, physical and mental health mainly for women, affecting their life trajectories, besides being fundamental for the maintenance and reproduction of humanity. Despite this, they are invisible to the National Account System, and, as a result, to the calculation of important economic indicators such as GDP. The devaluation of reproductive work affects not only the female trajectory in the labor market, but also the health and well-being and reproduction of society. Its invisibility is the target of criticism by the feminist economy that aims to change the way economic science is structured, placing life and care for people and the planet as central. The main objective of this work is to conceptualize unpaid reproductive work, analyze its relationship with productive work, and how they are valued and measured in economies of different levels of development. As a secondary objective, we carried out an exercise in valuing unpaid domestic work in Brazil for the year 2017. Therefore, we executed a wide theoretical review on the topic, both within the scope of economic theory, as well as using the rules of the International Organization Labor (ILO), and the United Nations, through the National Account System (SCN). We have also extensively analyzed time use surveys implemented in the world and time valuation exercises. For Brazilian estimates, we used data from the module “Other forms of work” carried out by the National Continuous Household Sample Survey (PNAD-C) for the year 2017 from IBGE. Both time-use surveys and valuation exercises are used by several economies in the world, serving as guides for the elaboration and analysis of public policies. In general, three main methods are used: opportunity cost, generalist substitute, specialist, and minimum wage. In all the countries analyzed, the female workday focused on unpaid reproductive work surpassed that of men. Besides, reproductive work represents a relevant percentage of the country’s Gross Domestic Product, the largest share produced mainly by women. In Brazil, despite the statistical advances, research on the use of time has several limitations, especially regarding the measurement of work aimed at care. The results of the exercise show that unpaid reproductive work in the country is equivalent to an average of R \$ 1,007.46 billion. In terms of the 2017 GDP ratio it represents 15.4%. In terms of the 2017 GDP ratio it represents 15.4%. Regarding the methodologies, the greatest results were obtained at the opportunity cost, which totaled R\$ 1,574.59 billion, representing 24.03% of GDP. Then, the specialist substitute totaled R\$ 919.43 billion, or 14.03%. By the generalist substitute methodology, the works would represent R\$ 864.66 billion, which represents a 13.19% ratio. The minimum wage was the one with the lowest average aggregate remuneration, according to international experiences, totaling R\$ 671.17 billion or 10.24%.

Keywords: Reproductive work. Feminist Economics. Labor Market. National Account System.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Metodologia de valoração dos trabalhos reprodutivos não remunerados	88
Quadro 2 - Resumo das classificações das principais formas de cálculos, pontos positivos e negativos e considerações relativas à valoração dos trabalhos domésticos não remunerados .	95
Quadro 3 - Formas de Trabalho e a Relação com o Sistema de Contas Nacional, 2008	108
Quadro 4 - Classificação do status no trabalho por estrutura e código	113
Quadro 5 - Síntese das pesquisas de uso do tempo por país e características	116
Quadro 6 - Países que realizam pesquisas e/ou módulos de pesquisa sobre uso do tempo e trabalho não remunerado, América Latina	140
Quadro 7 - Metodologias de valoração dos trabalhos domésticos não remunerados por país, pesquisador e razão no PIB (%)	149

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Pesquisas de uso do tempo por tipo de amostra, pesquisa e regiões 2000 - 2016.	104
Tabela 2 - Horas diárias destinadas aos trabalhos pagos ou estudo e trabalho não pago por homens e mulheres	117
Tabela 3 - Participação (%) dos trabalhos domésticos não remunerados no Produto Interno Bruto (PIB), por países e tipos de estimativas, 2008.....	189
Tabela 4 - Distribuição das horas trabalhadas por categoria, sexo e dia da semana, Guanabara (RJ) e Belo Horizonte (1973 – 2001)	200
Tabela 5 – Tempo destinado às principais atividades por agrupamentos e gênero, nos bairros de Andaraí, Grajaú e Vila Isabel, junho 2001	203
Tabela 6 - Valor total da produção doméstica em relação ao PIB (%) em 2013 segundo cada método	209
Tabela 7 – Remuneração Média por hora (R\$), por tipo de atividade, Brasil, 2017.....	216
Tabela 8 - Taxa de participação nos afazeres domésticos e de cuidados, próprio consumo e trabalhos voluntários, Brasil 2017	217
Tabela 9 – Taxa de participação por sexo nas atividades voltadas aos afazeres domésticos e de cuidados, Brasil, 2017	217
Tabela 10 – Número de horas semanais das atividades não remuneradas, totais, de homens e mulheres por tipo de atividade, Brasil, 2017	218
Tabela 11 – Remuneração média anual (R\$ a preços correntes) dos trabalhos domésticos, de cuidados, produção para o próprio consumo e trabalhos voluntários não remunerados, pela metodologia substituto generalista, por sexo, Brasil, 2017	220
Tabela 12 – Massa da remuneração (em R\$ bilhões a preços correntes) dos afazeres domésticos e de cuidados, atividades para o próprio consumo e trabalhos voluntários e razão sobre o PIB, por sexo e tipo de atividade, pela metodologia do substituto generalista, Brasil, 2017	221
Tabela 13 – Remuneração média anual (R\$ a preços correntes) dos trabalhos domésticos, de cuidados, produção para o próprio consumo e trabalhos voluntários não remunerados pela metodologia substituto especialista por sexo, Brasil, 2017	222
Tabela 14 – Massa da remuneração (em bilhões R\$, a custos correntes) dos afazeres domésticos e de cuidados, atividades para o próprio consumo e trabalhos voluntários e razão sobre o PIB, por sexo e tipo de atividade pela metodologia do substituto especialista, Brasil, 2017	223
Tabela 15 – Remuneração média anual (R\$ a preços correntes) dos trabalhos domésticos, de cuidados, produção para o próprio consumo e trabalhos voluntários não remunerados pela	

metodologia do custo de oportunidade, por sexo, Brasil, 2017.....	224
Tabela 16 – Massa da remuneração (em bilhões R\$, a custos correntes) dos afazeres domésticos e de cuidados, atividades para o próprio consumo e trabalhos voluntários e razão sobre o PIB, por sexo e tipo de atividade pela metodologia do custo de oportunidade, Brasil, 2017.....	225
Tabela 17 – Remuneração média anual (R\$ a preços correntes) dos trabalhos domésticos, de cuidados, produção para o próprio consumo e trabalhos voluntários não remunerados pela metodologia salário-mínimo, por sexo, Brasil, 2017.....	226
Tabela 18 – Massa da remuneração (em bilhões R\$, a custos correntes) dos afazeres domésticos e de cuidados, atividades para o próprio consumo e trabalhos voluntários e razão sobre o PIB, por sexo e tipo de atividade pela metodologia do salário-mínimo, Brasil, 2017	227
Tabela 19 – Massa Remuneração Média (em bilhões R\$ a preços correntes) e Razão/PIB dos afazeres domésticos, de cuidados e voluntários, por metodologia e sexo. Brasil, 2017	228

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	18
1.1	OBJETIVO	20
1.2	METODOLOGIA.....	20
1.3	ESTRUTURA DO TRABALHO	21
2	A REPRODUÇÃO SOCIAL SOB O OLHAR DA TEORIA FEMINISTA	25
2.1	A CIÊNCIA ECONÔMICA E A INVISIBILIDADE DOS TRABALHOS FEMININOS.....	30
2.2	A ECONOMIA FEMINISTA COMO LINHA DE INVESTIGAÇÃO PRÓPRIA	39
3	BREVE HISTÓRIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL E O SISTEMA CAPITALISTA	46
3.1	OS TRABALHOS REPRODUTIVOS NO CAPITALISMO AVANÇADO	47
3.2	OS TRABALHOS REPRODUTIVOS NA PERIFERIA, O CASO DA AMÉRICA LATINA	60
4	O SISTEMA DE CONTAS NACIONAL E A INVISIBILIDADE DOS TRABALHOS DAS MULHERES	71
4.1	TRABALHOS REPRODUTIVOS E O SISTEMA DE CONTAS NACIONAL	79
4.2	METODOLOGIAS DE MENSURAÇÃO DOS TRABALHOS REPRODUTIVOS E ELABORAÇÃO DE CONTAS SATÉLITES.....	87
5	OS TRABALHOS REPRODUTIVOS NAS ESTATÍSTICAS DO TRABALHO	97
5.1	CLASSIFICAÇÕES DAS PESQUISAS DE USO DO TEMPO	101
5.2	AS FRONTEIRAS DO TRABALHO SEGUNDO A OIT	105
6	EXPERIÊNCIAS DE PESQUISAS DE USO DO TEMPO.....	115
6.1	PAÍSES DE ECONOMIA AVANÇADA	120
6.1.1	MTUS.....	120
6.1.2	HETUS.....	122
6.1.3	Canadá.....	124
6.1.4	Estados Unidos.....	128
6.1.5	Reino Unido.....	130
6.1.6	Finlândia.....	131
6.1.7	Hungria.....	132
6.1.8	França.....	132
6.1.9	Polônia	133

6.1.10	Austrália	134
6.1.11	Alemanha.....	136
6.1.12	Japão	137
6.1.13	Nova Zelândia	138
6.2	PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIDOS	139
6.2.1	Classificação das atividades de uso do tempo para América Latina e Caribe (CAUTAL).....	139
6.2.2	México	142
6.2.3	Colômbia.....	143
6.2.4	África do Sul.....	144
6.2.5	Egito	146
6.2.6	China	147
7	EXPERIÊNCIAS DE VALORAÇÃO DOS TRABALHOS REPRODUTIVOS	148
7.1	PAÍSES DE ECONOMIA AVANÇADA	150
7.1.1	Canadá	151
7.1.2	Estados Unidos	158
7.1.3	Reino Unido.....	163
7.1.4	Finlândia	167
7.1.5	Hungria	169
7.1.6	França	171
7.1.7	Polônia	172
7.1.8	Austrália	173
7.1.9	Alemanha.....	176
7.1.10	Japão	177
7.1.11	Nova Zelândia	178
7.2	PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIDOS.....	179
7.2.1	México.....	179
7.2.2	Colômbia.....	180
7.2.3	África do Sul.....	181
7.2.4	Egito	183
7.2.5	China	184
7.3	ESTIMATIVAS PARA GRUPOS DE PAÍSES.....	185
8	AS MULHERES E OS TRABALHOS REPRODUTIVOS NO BRASIL	194
8.1	EXPERIÊNCIAS DE PESQUISAS DE USO DO TEMPO NO BRASIL.....	199

8.2	EXERCÍCIOS DE VALORAÇÃO DOS TRABALHOS DOMÉSTICOS NÃO REMUNERADOS NO BRASIL	206
9	METODOLOGIA DE VALORAÇÃO DOS TRABALHOS DOMÉSTICOS NO BRASIL	210
9.1	ANÁLISE DOS RESULTADOS	218
9.1.1	Distribuição do tempo dos trabalhos domésticos não remunerados.....	218
9.1.2	Resultados da valoração por metodologia.....	220
9.2	CONCLUSÕES	228
10	CONSIDERAÇÕES FINAIS	231
	REFERÊNCIAS.....	240
	ANEXO A - HORAS DIÁRIAS DESTINADAS AOS TRABALHOS DOMÉSTICOS, DE CUIDADOS E VOLUNTÁRIOS E PARA OS TRABALHOS PAGOS E DE SUBSISTÊNCIA, POR PAÍS, GÊNERO, ANO E FAIXA ETÁRIA	256

1 INTRODUÇÃO

Mesmo com a intensificação da inserção feminina no mercado de trabalho, sobretudo a partir dos anos 1960, impulsionada pelos movimentos feministas e pela universalização da educação, as atividades domésticas continuaram a ser prioritariamente realizadas por mulheres, quer seja pelas empregadas domésticas remuneradas, quer seja através da dupla jornada de trabalho, ou simplesmente por donas de casa não remuneradas.

A dupla jornada, ainda que não seja exclusivamente feminina, é exercida majoritariamente por mulheres. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C), realizada pelo IBGE, enquanto entre os homens a taxa de participação nos afazeres domésticos girava em torno de 78,7% em 2017, dentre as mulheres a taxa permaneceu em 92,6%. Além disso, a quantidade de horas trabalhadas pelas mulheres é quase o dobro da masculina. Enquanto elas dedicam 20,9 horas às atividades domésticas, a carga horária masculina para as mesmas atividades permaneceu em 10,8 horas.

A inserção feminina no mercado de trabalho e o seu acesso à remuneração e ao mercado consumidor, portanto, ocorreu de maneira estratificada e parcial, o que se explica, entre outros fatores, pela desvalorização e invisibilidade dos trabalhos reprodutivos. Essa realidade é constatada por questões estruturantes, que são comuns à diversos países, tais como a permanência de polos de trabalho opostos. Ou seja, por um lado, uma parcela das mulheres está empregada em ocupações valorizadas, em que se encontram as profissionais com maior qualificação, como funcionárias públicas, diretoras e executivas de empresas; do outro lado, há o polo precário, ligado aos afazeres domésticos e de cuidados. Ou seja, mesmo que as mulheres tenham se inserido no mercado de trabalho, inclusive em posições valorizadas monetariamente, os trabalhos domésticos não deixaram de ser um trabalho feminino, exercido de maneira precarizada. A sobrecarga dos afazeres domésticos pelas mulheres leva também à continuidade das desigualdades salariais entre sexos, maiores taxas de desemprego e subemprego e a baixa participação em cargos políticos e gerenciais.

Ainda que os trabalhos reprodutivos sejam essenciais para a manutenção da sociedade, quando não remunerados são invisíveis às contabilidades nacionais. Em conformidade com a apuração do PIB, as trabalhadoras domésticas não remuneradas são consideradas como inativas dentro das estatísticas oficiais do trabalho.

A preocupação com a invisibilidade do trabalho feminino e o tratamento do trabalho reprodutivo como serviço de segunda categoria é tema de estudos de gênero e feministas, especialmente dentro da economia feminista, que procura identificar a questão da utilização do

tempo de maneira desigual entre homens e mulheres. Estudos como “The economics of household production”, de 1934, escrito por Margaret Gilpin Reid, e a obra “If woman counted”, escrita por Marilyn Waring em 1988, foram pioneiros ao tratarem dessa questão. Essas obras influenciaram tentativas de inclusão dos trabalhos domésticos na Contabilidade Nacional, assim como nos estudos de economia feminista como uma linha de investigação própria.

A exemplo dos impactos da invisibilidade dos trabalhos domésticos na trajetória de mulheres e meninas no Brasil, segundo a Síntese de Indicadores Sociais do IBGE de 2016, 34,6% das jovens entre 16 e 29 anos afirmaram que o principal motivo de não estarem estudando ou trabalhando era porque precisavam “cuidar dos afazeres doméstico, dos filhos ou de outros parentes”. Além disso, segundo Biroli (2018), a sobrecarga de trabalhos domésticos restringe o acesso das mulheres a recursos políticos, como tempo livre, remuneração, redes de contatos. As reivindicações por políticas públicas voltadas para os cuidados não encontram terreno nos espaços de poder, pela falta de representatividade feminina, e por ser um trabalho pouco compartilhado pelos homens, em especial os que estão em cargos de liderança política.

Uma das formas de tornar os trabalhos reprodutivos visíveis é através de sua mensuração econômica, valorando-os de forma a servir como balizador para políticas públicas. Iniciativas nesta área já foram exercidas em vários países do mundo. No Brasil, destacam-se os estudos realizados por Melo, Considera e Di Sabbato (2007, 2010, 2016), e por Jesus (2018). Enquanto os exercícios realizados pelos primeiros autores focam na mensuração dos trabalhos domésticos não remunerados em sua totalidade, incluindo análise temporal; Jesus ponderou também os trabalhos voltados para os cuidados a partir da pesquisa de uso do tempo da Colômbia. Outro avanço importante realizado por Jesus (2018) foi a análise do consumo e transferência, baseado na metodologia do Counting Womens Work.

Apesar da sub-representação das mulheres na esfera política, o movimento feminista brasileiro, em conjunto com pesquisadoras na área, tem mantido esforços para inclusão de pautas relativas à gênero no escopo das políticas públicas. Um exemplo é o Projeto de Lei 7815/17 sob autoria da deputada Ana Perugini, que dispõe sobre a inclusão da economia do cuidado no Sistema de Contas Nacional.

Apesar desta aparente invisibilidade, os trabalhos domésticos não remunerados ocupam o tempo, a saúde física e mental principalmente das mulheres, afetando suas trajetórias profissionais e de vida, além de serem fundamentais para a manutenção da humanidade. Levando em conta estes aspectos, cabe analisar, de forma teórica e empírica, como os trabalhos domésticos não remunerados são ofertados e qual o seu peso econômico.

As principais contribuições desta tese estão na ampla revisão teórica e analítica, que trata da questão dos trabalhos reprodutivos não remunerados no escopo da teoria feminista, das normativas do trabalho e do Sistema de Contas Nacional. Também apresenta uma ampla revisão tanto das experiências relacionadas à mensuração dos trabalhos reprodutivos não remunerados a partir de pesquisas de uso do tempo, quanto de mensuração do tempo destinados a esses trabalhos por meio de exercícios de valoração, em países de economias do Sul como do Norte. Esse quadro teórico e analítico é importante para a realização de pesquisas de uso do tempo no Brasil, bem como para a elaboração de experiências de valoração.

Outro avanço é o exercício de mensuração do tempo, em que foi utilizada o módulo “Outras Formas de Trabalho” da PNAD-C/IBGE. Essa pesquisa, a despeito das limitações, permite acessar os recortes por tipos de trabalhos, destinados aos afazeres domésticos e de cuidados, aos voltados para o auto consumo e os trabalhos voluntários. Há um ganho metodológico importante também na pesquisa do IBGE com a inclusão de perguntas relacionadas aos trabalhos de cuidados, ainda que não sejam mensuradas as horas em separado.

1.1 OBJETIVO

O objetivo principal deste trabalho é conceituar os trabalhos reprodutivos não remunerados, analisar sua relação com os trabalhos produtivos, examinar como são valorados e mensurados em economias de níveis de desenvolvimento diferentes. Como objetivo secundário, realizamos um exercício de valoração dos trabalhos domésticos não remunerados no Brasil para o ano de 2017.

Enquanto hipóteses do trabalho tem-se que os trabalhos reprodutivos não remunerados, produzido principalmente por mulheres, representam relevante percentual do Produto Interno Bruto (PIB) nacional; e que tais atividades ocupam tempo de vida, que recai principalmente sobre a força de trabalho feminina, o que é fator comum a todas as economias do mundo.

1.2 METODOLOGIA

Este trabalho parte da análise do referencial teórico, que trata dos trabalhos reprodutivos, das normativas referentes à contabilidade nacional, e das estatísticas do trabalho. Também através de revisão de pesquisas, e relatórios, examinam-se amplamente as experiências de aferição do tempo de trabalho, bem como de valoração do tempo por meio de Contas Satélites.

Ainda enquanto procedimento metodológico propõe-se e aplica-se uma metodologia de valoração dos trabalhos domésticos não remunerados no Brasil.

Para a realização do exercício, utilizamos os dados referentes às horas e à taxa de participação a partir da quinta entrevista da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C) de 2017, vinculada ao módulo “Outras formas de trabalho”. Neste são investigadas questões relativas à produção para o próprio consumo, afazeres domésticos, afazeres de cuidados, e trabalhos voluntários, seguindo as recomendações da 19^a Conferência Anual das Estatísticas do Trabalho, Resolução I. A abrangência da pesquisa é nacional, com detalhamento para grandes regiões, unidades da federação, regiões metropolitanas, e municípios das capitais.

O cálculo dos trabalhos domésticos foi realizado utilizando as metodologias do substituto especialista, generalista, custo de oportunidade e salário-mínimo. Foram consideradas diferentes soluções para cada metodologia. Para a elaboração do exercício, utilizou-se somente o valor da hora e a remuneração dos trabalhadores, não serão incluídos no cálculo o valor da depreciação do capital, bem como os bens intermediários.

No caso do substituto generalista, a remuneração média foi obtida considerando a renda média habitual das pessoas que trabalharam em atividades ligadas aos cuidados e afazeres domésticos, captado através da quinta entrevista.

Pela metodologia do substituto especialista, foram considerados os códigos (COD), das atividades voltadas aos “trabalhos voluntários”, e as Classificações Nacionais de Atividades Econômicas (CNAE), das atividades ligadas aos trabalhos para o próprio consumo e trabalho voluntário. Em relação às atividades domésticas e de cuidados, não foram definidos códigos na pesquisa, a remuneração foi obtida pela mesma metodologia do substituto generalista.

1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO

A fim de desenvolver a análise proposta, o trabalho é dividido em oito capítulos, além desta introdução e da conclusão. O segundo trata das teorias relativas aos trabalhos reprodutivos e da reprodução social do trabalho. Utiliza-se a abordagem tanto da teoria feminista, como da economia feminista, para analisar como a sociedade se organizou para a produção de mercadorias e para a reprodução da força de trabalho. Neste capítulo também discorreremos sobre a forma como os trabalhos reprodutivos são excluídos das diferentes escolas de pensamento econômico, até a formulação da economia feminista, que busca traçar um novo paradigma econômico, cujo olhar esteja centrado no bem estar da humanidade.

No terceiro capítulo analisamos a forma de distribuição e organização dos trabalhos reprodutivos não remunerados, tanto nos países de economia avançada como nos periféricos. Examinamos as diferentes fases de organização do sistema capitalista, desde a sua emergência até o atual período de globalização financeira. Traçamos a relação de simbiose existente entre a produção e reprodução do trabalho e como esta dinâmica ocorre de forma distinta a depender da região do mundo.

O quarto capítulo é voltado para a análise do Sistema de Contas Nacional (SCN), principal ferramenta de elaboração dos indicadores econômicos e que serve para o cálculo do PIB, um dos principais termômetros da economia. Analisamos criticamente, à luz da teoria feminista, como o Sistema de Contas Nacional foi estruturado, de forma a excluir o trabalho das mulheres, principalmente dos países periféricos.

Discorreremos ainda sobre as atualizações na contabilidade e a pressão por parte das teóricas feministas a fim de incorporar os trabalhos não remunerados na contabilidade dos países. A resposta às críticas refletiu na atualização de 1993, que incluiu parcela da produção dos domicílios, para o próprio consumo e produção agrícola, excluindo, no entanto, os serviços domésticos. O relatório de 2008 indica também a necessidade de realizar Contas Satélites relacionadas aos trabalhos domésticos e de cuidados, esta atualização reitera as considerações da versão anterior descrevendo ainda diretrizes sobre como as Contas Satélites devem ser elaboradas.

O quinto capítulo se divide em três partes a fim de melhor estruturar a análise. Inicialmente, no preâmbulo, apresentamos o histórico da elaboração do Sistema de Contas, salientando as motivações que levaram a sua estruturação e as críticas das teóricas feministas à exclusão dos trabalhos domésticos não remunerados, especialmente dos países periféricos. A primeira seção é dedicada à atualização de 2008 do Sistema de Contas Nacional e como esta trata os trabalhos domésticos não remunerados. Na segunda, apresentamos as metodologias elaboradas pelos organismos internacionais que visam subsidiar a elaboração de Contas Satélites referentes aos trabalhos domésticos não remunerados.

O sexto capítulo trata da forma como as pesquisas de uso do tempo, principais ferramentas utilizadas para a valoração dos trabalhos domésticos não remunerados, são realizadas. Descrevem-se as principais metodologias utilizadas, bem como as mudanças nas classificações das estatísticas sobre o trabalho, que passaram a contemplar os trabalhos domésticos não remunerados. O capítulo é dividido em duas partes principais e uma introdutória. Na introdução apresentamos o histórico das pesquisas realizadas, bem como a importância que a análise do uso do tempo recebeu dentro das estatísticas dos países, por grupos

de países, e nas resoluções da ONU. Na primeira seção analisamos como as pesquisas são realizadas no mundo, as principais metodologias adotadas, baseada no Guia para a Produção de Estatística sobre o uso do tempo (UN, 2005). Na segunda examinamos as fronteiras da classificação de trabalho segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), cujo principal instrumento é a International Classification of Activities for Time-Use Statistics (ICATUS), realizada pelas Nações Unidas. Também apresentamos as normativas atualizadas referentes ao emprego segundo a International Classification of Status in Employment (ICSE-18) e a International Classification of Status at Work (ICSaW-18).

Nos capítulos seis e sete, examinamos, respectivamente, as experiências de pesquisa de uso do tempo e de valoração dos trabalhos reprodutivos não remunerados. Foram selecionadas 16 economias, a seleção dos países para as análises das pesquisas foi baseada na ocorrência de experiências de valoração. No capítulo seis discutem-se as principais metodologias utilizadas, no que diz respeito ao tipo de instrumento, à forma, ao tipo de pesquisa, à periodicidade e à faixa etária das pessoas entrevistadas. A análise é feita por grupos de países, de economia avançada e periféricas, a fim de captar as diferenças nas abordagens utilizadas por distintos níveis de desenvolvimento. Também são apresentadas as principais metodologias de harmonização realizadas globalmente, quais sejam: Multinational Time Use Survey (MTUS), Harmonized European for Time Use Survey (HETUS), e a Clasificación de Actividades de Uso del Tiempo para América Latina e Caribe (CAUTAL).

No capítulo sete são expostas as experiências de valoração do tempo nas 16 economias selecionadas, totalizando 48 estudos. São avaliados os históricos, as metodologias realizadas e os principais resultados obtidos. É feita também uma apreciação das pesquisas por grupos de países. Assim como no capítulo seis, neste dividimos as economias por níveis de desenvolvimento, apresentados nas seções um e dois. Na última seção, avaliamos as experiências relativas aos grupos de países, baseada na metodologia da OCDE e da Counting Womens Work (CWW).

O capítulo oito trata dos trabalhos reprodutivos não remunerados no Brasil. Inicialmente realizamos uma breve análise sobre a inserção feminina na sociedade de mercado brasileira, destacando as diferenças de classe e raça. Em seguida, na primeira seção, expomos o histórico das experiências de pesquisa de uso do tempo no País, que datam dos anos 1970, conduzidas sob iniciativa de pesquisadores e instituições governamentais. Na segunda seção examinamos os exercícios realizados no país acerca das experiências de valoração dos trabalhos reprodutivos não remunerados.

Esta análise serve de aparato para o capítulo final, em que desenvolvemos um exercício próprio, baseado na pesquisa “Outras formas de trabalho” da PNAD-C, realizada pelo IBGE. Apresentamos a metodologia utilizada, a distribuição do tempo por tipo de trabalho e a valoração do tempo por quatro metodologias diferentes: Substituto Especialista, Custo de Oportunidade, Substituto Generalista e Salário-Mínimo. Em linhas gerais, os resultados apontam que os trabalhos domésticos e de cuidados, para autoconsumo e trabalhos voluntários equivalem em média a R\$1.007,46 bilhões. Em termos de razão sobre o PIB representa 15,4%.

2 A REPRODUÇÃO SOCIAL SOB O OLHAR DA TEORIA FEMINISTA

Neste capítulo iremos tratar sobre a análise teórica feminista a respeito da reprodução social do trabalho, enfatizando as críticas à invisibilidade do trabalho da mulher na ciência econômica, bem como o desenvolvimento da economia feminista como linha de investigação própria assumindo um caráter crítico à teoria vigente. Para tanto está dividido em duas seções além deste preâmbulo introdutório, em que iremos abordar sobre as teorias relativas à reprodução social, dentro do escopo da teoria feminista, e de raiz marxista. Na sequência, iremos analisar como a ciência econômica, ao longo do seu desenvolvimento, tratou a respeito dos trabalhos reprodutivos, efetuados especialmente pelas mulheres (primeira seção), e a crítica realizada pela economia feminista sobre a questão do trabalho não remunerado das mulheres em suas diversas vertentes teóricas (seção dois).

A teoria feminista utiliza o conceito de reprodução social para se referir aos trabalhos, desempenhados majoritariamente pelas mulheres, e que, quando não são pagos, tornam-se invisíveis para os Sistemas de Contas Nacionais dos países. Segundo Picchio (2005), a reprodução social está relacionada à reprodução de pessoas em um aspecto amplo, referindo-se tanto aos cuidados com o bem-estar físico, quanto às emoções e relações interpessoais. Há uma interdependência dos processos de produção de mercadorias e de reprodução e manutenção da força de trabalho, na medida em que os trabalhos ligados ao mercado produzem bens que são transformados pelos trabalhos reprodutivos - por exemplo para cozinhar, limpar a casa etc. - e os trabalhos reprodutivos, por sua vez, reproduzem a força de trabalho a ser utilizada no sistema mercantil. Segundo Picchio:

El proceso de reproducción requiere mercancías y, por lo tanto, el trabajo asalariado necesario para producirlas, pero también el trabajo no remunerado necesario para transformarlas para su uso efectivo. Por ejemplo, el trabajo necesario para cocinar alimentos, lavar la ropa, limpiar la vivienda. La porción de este trabajo “doméstico” que no percibe una retribución monetaria (la mayor parte de este trabajo), es generalmente ignorada en el análisis del sistema económico y en los sistemas de cuentas nacionales. Más aún, el proceso de reproducción social, relativo a la reproducción de personas y no de objetos, requiere también del trabajo de cuidar los cuerpos, las emociones y las relaciones. Este trabajo también es invisible cuando no es retribuido monetariamente (PICCHIO, 2005, p. 4).¹

¹ O processo de reprodução requer mercadorias, e, por conseguinte, trabalho assalariado necessário para produzi-las, mas também, o trabalho não remunerado necessário para transformá-las para seu uso efetivo. Por exemplo, o trabalho necessário para cozinhar alimentos, lavar a roupa, limpar a casa. A porção deste trabalho “doméstico” que não recebe uma retribuição monetária (a maior parte deste trabalho), é geralmente ignorada no sistema econômico e nos sistemas de contas nacionais. Mais ainda, o processo de reprodução social, relativo à reprodução de pessoas, e não de objetos, requer também o trabalho de cuidar dos corpos, das emoções e das relações. Este trabalho também é invisível quando não é retribuído monetariamente (PICCHIO, 2005, p. 4, tradução nossa).

A perspectiva feminista amplia a visão da reprodução social para além da reprodução e manutenção dos indivíduos aptos a vender sua força de trabalho no mercado. Os trabalhos reprodutivos destinam-se também à manutenção dos indivíduos que, por diferentes motivos, não integram a força de trabalho assalariada, seja por estarem fora da idade ativa (serem muito jovens ou muito velhos), terem alguma doença ou incapacidade física e/ou mental, ou trabalharem exclusivamente para os trabalhos reprodutivos, dentre outros motivos.

Vogel (2000) distingue três diferentes formas de reprodução da força de trabalho: as atividades diárias, destinadas para restaurar as energias para o retorno ao mercado de trabalho; as mesmas atividades, mas destinadas à manutenção das pessoas que estão fora do mercado de trabalho; por fim, a produção de novas pessoas que irão substituir o trabalhador que morre ou não vende mais sua força de trabalho.

Bakker e Gill (2003, p. 32) analisam a reprodução social a partir de sua relação com os níveis micro (indivíduo), meso (instituições) e macro (formas de estado e a organização mundial). Esses níveis interagem com a ordem de gênero interligada com a ordem mundial. Existem três principais definições relacionadas à reprodução social, segundo as autoras: a reprodução biológica das espécies, em que se encontram condições como as mulheres gestam as crianças em diferentes sociedades; a reprodução da força de trabalho, relacionados aos trabalhos de subsistência, mas também educação e treinamento e, por fim, a reprodução das provisões e de cuidados, que podem ser ofertadas somente pelas famílias, ser totalmente socializadas, ou também podem expressar uma combinação de ambas. Estas dimensões se relacionam com a ordem de gênero que formam e são formadas pela ordem mundial. Segundo as autoras:

Thus Feminist writers have pointed out that all world orders involve specific gender divisions of labor and structures of power that shape symbolic and material representations of gender relations, that is, *gender orders coexist with, serve to shape and are shaped by world orders*. We would also add that a gender order also has racializes and class related dimensions, and its patterns may vary across forms or state, patterns of production and regional world orders (BAKKER; GILL, 2003, p. 32)².

Bakker e Gill (2003), portanto, se preocupam em entender as particularidades relacionadas às diferentes regiões do mundo e, também, como elas interagem dentro dos níveis

² As escritoras feministas apontam que a ordem mundial está envolvida em específicas divisões de gênero no trabalho e estruturas de poder que formam as representações das relações de gênero simbólicas e materiais, ou seja, a ordem de gênero coexiste, forma e é formada pela ordem mundial. Nós poderíamos adicionar que a ordem de gênero também possui dimensões raciais e de classe, e esses padrões podem variar de acordo com as diferentes formas de estado, padrões de produção e de acordo com a ordem regional (BAKKER; GILL, 2003, p. 32, tradução nossa)

macro, meso e micro no sistema capitalista globalizado. Por exemplo, o aumento da mercantilização da força de trabalho feminino por um lado, levou à maior autonomia pessoal das mulheres e controle sobre as decisões de suas famílias, mas, por outro, intensificou o tempo de trabalho e as múltiplas responsabilidades e tarefas.

A análise da divisão do trabalho humano em produtivo e reprodutivo bem como a subordinação das mulheres à reprodução social ganha importância também dentro da teoria feminista de raiz marxista. Essa divisão pode ser traçada na obra de Engels, “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, cuja primeira edição é de 1884, quando afirma que a forma de organização das sociedades é historicamente determinada pela produção de meios de existência, como alimentação e roupas, e pela forma de propagação da espécie:

De acordo com a concepção materialista, o fator decisivo na história é, em última instância, a produção e reprodução da vida imediata. Mas essa produção e essa reprodução são de dois tipos: de um lado, a produção dos meios de subsistência, de produtos alimentícios, habitação e instrumentos necessários para tudo isso; de outro lado, a produção do homem mesmo, a continuação da espécie. A ordem social em que vivem os homens de determinada época ou determinado país está condicionada por essas duas espécies de produção: pelo grau de desenvolvimento do trabalho, de um lado, e da família, de outro (ENGELS, 1984, p. 4).

De acordo com Engels (2012), a institucionalização da propriedade privada e a organização familiar monogâmica tornaram a mulher subordinada ao homem e vinculada ao trabalho reprodutivo. Engels enxerga a união monogâmica como o primeiro antagonismo e opressão de classes, ela, em conjunto com a escravidão e a propriedade privada, inicia um período em que o progresso e o bem-estar de alguns indivíduos representa o retrocesso e a repressão de outros. A monogamia surge com a sociedade patriarcal e a propriedade privada, a fim de transmitir as riquezas em forma de herança para os herdeiros do homem, portanto é uma imposição somente para as mulheres. Com a monogamia surge também a prostituição.

Ainda segundo Engels, o advento da sociedade capitalista abriu caminho para as mulheres se inserirem na produção social. No entanto, essa incorporação é parcial, já que, dentro dos núcleos familiares, os afazeres domésticos recaem sobre elas, limitando sua incorporação no mercado de trabalho. “A família individual moderna baseia-se na escravidão doméstica, franca ou dissimulada, da mulher, e a sociedade moderna é uma massa cujas moléculas são as famílias individuais” (ENGELS, 2012, p. 97). Para ele, a libertação das mulheres exigiria como condição a reincorporação de todo o sexo feminino aos trabalhos produtivos, que ele chama da “indústria social”, para tanto, é necessária a supressão da família individual enquanto unidade econômica da sociedade.

O conceito de reprodução social da força de trabalho foi também explorado pelos economistas clássicos, dentre Karl Marx, através da teoria do valor, mais especificamente na definição do valor da força de trabalho e do salário. Segundo Marx, “O valor da força de trabalho, como o de todas as outras mercadorias, é determinado pelo tempo de trabalho necessário para a produção – e, conseqüentemente para a reprodução – desse artigo específico” (MARX, 2013, p. 245). A reprodução do trabalho pressupõe tanto a manutenção da mão de obra assalariada, sua alimentação, vestuário etc., como também sua perpetuação através dos seus filhos. O valor da reprodução da força de trabalho, portanto, é medido pela quantidade de meios de subsistência necessários “para manter o indivíduo trabalhador como tal em sua condição normal de vida” (MARX, 2013, p. 246). As condições “normais de vida”, por sua vez, irão depender de fatores culturais, naturais e históricos de cada país. De acordo com Marx:

A quantidade dos meios de subsistência tem, portanto, de ser suficientes para manter o indivíduo trabalhador como tal em sua condição normal de vida. As próprias necessidades naturais, como alimentação, vestimenta, aquecimento, habitação, etc., são diferentes de acordo com o clima e outras peculiaridades naturais de um país. Por outro lado, a extensão das assim chamadas necessidades imediatas, assim como o modo de sua satisfação, é ela própria um produto histórico e, por isso, depende em grande medida do grau de cultura de um país, mas também depende, entre outros fatores, de sob quais condições e, por conseguinte, com quais costumes e exigências de vida se formou a classe dos trabalhadores livres num determinado local. Diferentemente das outras mercadorias, a determinação do valor da força de trabalho contém um elemento histórico e moral (MARX, 2013, p. 246).

Ainda dentro da análise marxista, Saffioti (2013) indica que o sistema capitalista se apropria de estruturas anteriores, como patriarcado e o racismo, para justificar a ocupação de espaços marginalizados dentro da esfera produtiva por determinados grupos de pessoas. A força de trabalho feminina, por consequência, seria relegada às ocupações vulneráveis e semi ocupações. Mesmo em países industrializados, o trabalho feminino é absorvido majoritariamente nos setores primário e secundário do sistema produtivo, recebendo menores salários e estando mais propensas às demissões.

O modo capitalista de produção não faz apenas explicitar a natureza dos fatores que promovem a divisão da sociedade em classes sociais; lança a mão da tradição para justificar a marginalização efetiva ou potencial de certos setores da população do sistema produtivo de bens e serviços. Assim é que o sexo, fator de há muito selecionado como fonte de inferiorização social da mulher, passa a interferir de modo positivo para a atualização da sociedade competitiva, na constituição das classes sociais (SAFFIOTI, 2013, p. 66).

O sistema capitalista convive com outras formas de produção, não capitalistas, ocupadas pela população de baixa renda. Um exemplo é o emprego doméstico, e outras categorias de

trabalho de baixa qualificação e remuneração, em especial no âmbito rural, mas também urbano (SAFFIOTI, 1978). A população de baixa renda, dessa forma, flutuaria entre as atividades capitalistas e não capitalistas, a depender da conjuntura econômica em que o sistema se encontra:

Nas formações sociais capitalistas, como é sabido, o modo de produção capitalista coexiste com as formas não capitalistas de trabalho. Trata-se de coexistência dinâmica e integrada. A força de trabalho, em sua integridade, não se fixa parte em atividades organizadas em moldes capitalistas e parte em funções econômicas não capitalistas. Há mobilidade de parcela da mão-de-obra que se desloca das atividades não capitalistas para as capitalistas em momentos de expansão do capitalismo e das últimas para as primeiras em momentos de retração deste sistema produtivo (SAFIOTTI, 1978, p. 183-184).

As mulheres, por consequência da sobrecarga dos trabalhos reprodutivos, estariam vulneráveis a compor o exército industrial de reservas, sendo esse fator determinante para a pauperização feminina. A exploração do trabalho doméstico não remunerado, especialmente das mulheres que vivem em uma situação semi-proletarizada, possibilita aos capitalistas a expropriação da mais valia de duas formas: com a diminuição do salário total para a classe trabalhadora e com a exploração do trabalho de reprodução não remunerado (DANAWAY, 2014 (a)).

Partindo da teoria marxista do valor trabalho, a Teoria da Reprodução Social (TRS) analisa as relações existentes no sistema capitalista entre a produção de mercadorias e reprodução da mercadoria força de trabalho em particular, de forma integrada e interagindo sistematicamente. Também analisa como essas relações interagem com os diferentes tipos de opressões e explorações que estruturam o sistema capitalista e se modificam histórica e geograficamente. A teoria econômica e as estatísticas oficiais em geral excluem os trabalhos voltados à reprodução da sociedade, quando não remunerados, bem como as pessoas que realizam estes trabalhos, em sua análise. Segundo Bhattacharya (2017, p.3)

The fundamental insight of SRT [Social Reproduction System] is, simply put, that human labor is at the heart of creating or reproducing society as a whole. [...] Capitalism, however, acknowledges productive labor for the market as the sole form of legitimate “work”, while the tremendous amount of familial as well as a communitarian work that goes on to sustain and reproduce the worker, or more specifically her labor power, is naturalized into nonexistence. Against this, social reproduction theorists perceive the relation between labor dispensed to produce commodities and labor dispensed to produce people as part of the systemic totality of capitalism. The framework thus seeks to make visible labor and work that are analytically hidden by classical economists and politically denied by policy makers³.

³ A percepção fundamental do STR [Sistema de Reprodução Social] é, simplificando, que o trabalho humano está no coração da criação ou reprodução da sociedade como um todo. O capitalismo, no entanto, reconhece somente

O fato de os trabalhos reprodutivos serem realizados fora do mercado e de forma não remunerada, em um mundo onde o dinheiro é o principal veículo de poder, torna as pessoas que realizam prioritariamente este trabalho subordinadas às que o recebem. Ainda que relegados fora da esfera do mercado, o sistema capitalista depende para a sua sobrevivência dos trabalhos reprodutivos, ao mesmo tempo em que o processo de acumulação de capital coloca em risco as condições para manutenção da reprodução social.

A invisibilidade dos trabalhos reprodutivos não remunerados para a ciência econômica e as estatísticas oficiais decorre em distorções nas contabilidades nacionais, e no planejamento de políticas públicas, mas também é funcional para a manutenção do sistema capitalista a partir do rebaixamento dos salários e exploração da força de trabalho não paga. O discurso que dá respaldo a essa análise míope foi construído ao longo da história da ciência econômica, sendo alvo de diversas críticas por parte das teóricas feministas, que procuraram incluir no pensamento econômico hegemônico o conceito de reprodução social.

Neste preâmbulo procuramos analisar os conceitos de reprodução social, dentro do escopo da teoria feminista e de raiz marxista, indicando sua conexão com a produção de mercadorias dentro do sistema produtivo capitalista, bem como as consequências da invisibilidade destes trabalhos principalmente para as mulheres. Essa abordagem inicial servirá de base para as seções sucessivas, em que trataremos sobre a abordagem dos trabalhos reprodutivos dentro da teoria econômica, e as críticas por parte da economia feminista, respectivamente.

2.1 A CIÊNCIA ECONÔMICA E A INVISIBILIDADE DOS TRABALHOS FEMININOS

Os economistas clássicos, como Adam Smith e David Ricardo, e posteriormente, Karl Marx, buscaram interpretar, a partir da teoria do valor trabalho, o modo de produção à luz das transformações advindas com o processo de ampliação do comércio e de industrialização incipiente. Na Economia Clássica, o trabalho doméstico é visto como subsidiário à produção mercantil ao assegurar uma oferta de mão de obra para o sistema capitalista através da educação

o trabalho produtivo voltado para o mercado como a única forma legítima de “trabalho”, enquanto uma grande quantidade de trabalho realizado pela família e pela comunidade para sustentar e reproduzir os trabalhadores, e, mais especificamente, sua força de trabalho é naturalizada como não existente. Contra isso, as teorias de reprodução social investigam a relação entre o trabalho dispendido para produção de commodities e os trabalhos dispensados para a produção de pessoas como parte sistêmica totalizante do capitalismo. Essa abordagem procura visibilizar o trabalho que é analiticamente escondido pelos economistas clássicos e politicamente negado pelos decisores políticos (BHATTACHARYA, 2017, p.3, tradução nossa).

e criação dos filhos dos trabalhadores. O salário pago aos trabalhadores se destinaria a suprir as demandas da reprodução da força de trabalho. Segundo Carrasco, acerca do pensamento clássico (2006):

No es extraño entonces, que en este contexto se produzca una redefinición de los espacios público y privado y comience una tradición que ignora la división por sexo del trabajo y oculta el trabajo familiar doméstico y su articulación con la reproducción del sistema capitalista. Se inicia así una perspectiva de análisis que mantiene una rígida separación entre diversas dicotomias: público y privado, razón y sentimiento, trabajo mercantil y trabajo doméstico, empresa y familia. Aproximación epistemológica que aún hoy perdura y considera objeto de estudio de la economía sólo lo que tiene que ver con el mundo público (CARRASCO, 2006, p. 4)⁴.

Na abordagem de Smith, Ricardo e Marx, o trabalho produtivo seria destinado à produção de mercadorias tangíveis, ou seja, compreenderia, sobretudo, o trabalho na agricultura e na indústria, que gera lucro ao empregador e é capaz de pagar a sua “própria manutenção” e criar valor novo às mercadorias. O trabalho doméstico, assim como os demais serviços, de acordo com Smith, “não acrescenta valor algum a nada”. Smith assinala ainda que:

Embora o manufator tenha seus salários adiantados pelo seu patrão, na realidade ele não custa nenhuma despesa ao patrão, já que o valor dos salários geralmente é repostado juntamente com o lucro, na forma de um maior valor do objeto no qual seu trabalho é aplicado. Ao contrário, a despesa de manutenção de um criado doméstico nunca é repostada. Uma pessoa enriquece empregando muitos operários, e empobrece mantendo muitos criados domésticos (SMITH, 1996, p. 333).

Smith entendia como gerador de valor somente os trabalhos voltados para o mercado, que poderiam ser trocados monetariamente, o que exclui os trabalhos reprodutivos exercidos prioritariamente pelas mulheres. Os indivíduos seriam guiados por motivações egoístas, essa lógica constrói a moral que fundamenta a ciência econômica emergente, cujo sujeito é o homem, em que recaem as críticas por parte das teóricas da economia feminista:

Smith did not acknowledge women’s (or men’s) altruism and benevolence. In ignoring women he characteristically presumed their idiosyncrasies to be those of his “brethren”. If Adam Smith was fed daily by Mrs. Smith, he omitted to notice or to mention it. He did not, of course, pay her. What *her* interest was in feeding him we

⁴ Não é estranho então, que neste contexto se produza uma redefinição dos espaços público e privado e comece uma tradição que ignora a divisão por sexo do trabalho e oculte o trabalho doméstico familiar e sua articulação com a reprodução do sistema capitalista. Se inicia assim uma perspectiva de análise que mantém uma rígida separação entre diversas dicotomias: público e privado, razão e sentimento, trabalho mercantil e trabalho doméstico, empresa e família. Aproximação epistemológica que ainda hoje permanece e considera objeto de estudo da economia somente o que tem a ver com o mundo público (CARRASCO, 2006, p. 4, tradução nossa)

can only guess, for Adam Smith saw no “value” in what she did (WARING, 1990, p. 24)⁵.

Os trabalhos classificados por Adam Smith como não produtivos, por conseguinte, seriam aqueles realizados na esfera doméstica, portanto, principalmente pelas mulheres. Segundo Pujol (1992), Smith em suas obras *A riqueza das Nações* e na *Teoria dos Sentimentos Morais* enfatiza a importância da família e do ambiente doméstico, para a criação das crianças, apesar disso, não enxerga essas atividades como trabalhos, nem o papel das mulheres para a sua realização e sua importância para a riqueza das nações. O pensamento de Smith foi essencial para o desenvolvimento da ciência econômica atual, a divisão entre a esfera econômica e a doméstica e os papéis de gênero na sociedade.

A Economia Clássica, portanto, não incorpora o trabalho doméstico dentro de uma perspectiva analítica global, ou seja, não enxerga seu sujeito como parte do sistema econômico, na condição de produtor ou consumidor e, como consequência, não inclui em sua abordagem as desigualdades de gênero no mercado de trabalho que advêm da referida separação. O emprego feminino seria circunstancial e complementar ao masculino. Este modo de pensar foi alvo de crítica das primeiras economistas feministas, em que se destacam Priscilla Wakefield, Julie Victoire Daubié, Barbara Bodichon, Harriet Taylor e Ada Heather-Bigg (CARRASCO, 2006). Estas teóricas denunciaram a invisibilidade do trabalho feminino dentro da teoria clássica, bem como a exclusão das mulheres dos trabalhos com melhores remunerações, o que as levariam à situação de pobreza. Além da questão do trabalho, outros aspectos importantes abordados foram as diferenças legais entre homens e mulheres e a falta de liberdade feminina para a escolha profissional, de educação e de pensamento, e para tomar suas próprias decisões, já que elas eram “tuteladas” por homens (CARRASCO, 2006).

Ainda segundo as críticas feministas, a economia vista pela perspectiva clássica estaria dividida entre as dicotomias de público e privado, razão e sentimento, trabalho mercantil e trabalho doméstico, empresa e família, sendo que a mulher estaria relegada aos espaços menos favorecidos (CARRASCO, 2006). Kate Sheppard teria sido pioneira ao tratar sobre os temas da diferenciação entre os espaços público e privado, da importância da valorização do trabalho doméstico e da igualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho. Esta autora, reconhecida também por participar do movimento sufragista na Nova Zelândia, defendia a

⁵ Smith não reconheceu o altruísmo e benevolência das mulheres (ou dos homens). Ao ignorar as mulheres ele caracteristicamente presumiu que as suas idiosincrasias eram as mesmas dos seus “irmãos”. Se Adam Smith foi alimentado diariamente pela Sra. Smith ele omitiu ou não notificou. Obviamente ele não pagou a ela. Qual foram os interesses dela em alimentá-lo podemos somente adivinhar, pois Adam Smith não viu nenhum valor no que ela fez (WARING, 1990, p.24, tradução nossa)

igualdade de gêneros e a valorização do trabalho doméstico como forma de liberdade e independência feminina (DIMAND *et al.*, 2000).

De acordo com Jefferson e King (2001), o primeiro teórico que excluiu explicitamente os trabalhos domésticos do escopo da economia foi Alfred Marshall, segundo o qual, seriam consideradas econômicas somente as atividades que poderiam ser mensuradas em termos monetários ou que poderiam ser trocadas. Marshall influenciou a definição de Arthur Cecil Pigou sobre a renda nacional, que considera todos os bens e serviços que podem ser mensurados comprados monetariamente, mesmo que fossem serviços utilizados para a manutenção da casa. Segundo sua lógica, se um homem se casasse com a sua empregada doméstica a renda nacional diminuiria.

Uma das exceções entre os economistas clássicos, foi o economista e filósofo John Stuart Mill. Crítico sobre o papel subordinado da mulher na sociedade, Mill foi importante defensor do voto feminino, tendo apresentado uma petição sobre o sufrágio das mulheres no Parlamento Britânico em 1866. Foi também casado com a feminista e sufragista Harriet Taylor, e escreveu o livro “*The Subjection of women*”, em 1869 defendendo a igualdade de direitos entre homens e mulheres como fator importante para o desenvolvimento da humanidade, segundo o autor:

That the principle which regulates the existing social relations between the two sexes – the legal subordination of one sex to the other – is wrong in itself, and now one of the chief hindrances to human improvement; and that it ought to be replaced by a principle of perfect equality, admitting no power or privilege on the one side, nor disability on the other (MILL, 2009, p.4)⁶

De acordo com Pujol (1992), tanto Mill quanto Taylor, preconizavam que as mulheres deveriam ter os mesmos direitos legais que os homens em relação a propriedade, ao emprego e salário e tinham uma visão bastante crítica sobre as relações patriarcais que tornam as mulheres dependentes e relegadas ao papel de esposas e mães. No entanto, a autora indica que a estratégia proposta por Mill é muito mais idealista do que materialista, haja vista que a solução apontada para a transformação social é a mudança da visão dos homens sobre as mulheres. Além disso, Mill permanece com a ideia de família vitoriana, padrão homem provedor, mulher dona de casa. Para ele, as mulheres ao se casarem, tem como principal função o cuidado dos filhos e da casa e os homens o provimento da manutenção econômica da família, o que transparece também em sua defesa pelo salário família. Essa visão não é compartilhada por Taylor, que, por sua vez,

⁶ Que o princípio que regula as relações sociais existentes entre os dois sexos - a subordinação legal de um sexo ao outro - é errado em si mesmo, e agora um dos principais obstáculos ao aprimoramento humano; e que deveria ser substituído por um princípio de perfeita igualdade, não admitindo poder ou privilégio, por um lado, nem incapacidade, por outro (MILL, 2009, p.4, tradução nossa)

enxergava a importância do emprego feminino para relações equitativas independentemente da situação social da mulher.

Pujol (1992) analisa ainda que, a despeito da importância de Mill e Taylor relativa ao trabalho feminino e aos direitos políticos das mulheres, os autores não enxergavam o trabalho doméstico como produtivo, tampouco possuíam uma crítica à estrutura capitalista e de propriedade que servem para perpetuar as relações patriarcais de poder. Além disso, de forma diferente de Taylor, Mill não enxergava que as relações idealizadas por ele de família e casamento perpetuam a sujeição das mulheres na sociedade, já que o casamento seria uma alternativa de sobrevivência das mulheres em uma sociedade que as exclui dos recursos financeiros, o que aproxima sua visão à de Adam Smith:

Whereas Mill attempts to resolve the contradictions presented by the unequal status of women in liberal capitalist society, he is unable to offer a viable solution because he is, in the last instance, unable to cast off the patriarchal privileges which arise from the traditional sexual division of labour (PUJOL, 1992, p. 36)⁷.

Pujol (1992), analisa também a importância da autora e ativista britânica Barbara Bodichon, contemporânea de Mill e Taylor. Bodichon tratou sobre a questão da inserção da mulher no mercado de trabalho, das desigualdades salariais de gênero, e o tratamento das mulheres como não trabalhadoras. Ela entendia que o casamento e o trabalho não eram incompatíveis, e preconizava pela necessidade da valorização dos trabalhos domésticos. Bodichon enxergava a importância da remuneração pelos trabalhos que as mulheres desempenham já que o dinheiro representa poder principalmente para elas. Bodichon, não somente teorizou sobre o trabalho das mulheres, como também se envolveu em grupos de treinamentos feminino para a sua inserção no mercado de trabalho. Apesar de sua importância para o pensamento feminista, Pujol (1992) indica as limitações de sua estratégia política, que se baseia mais em ações individuais do que em estratégias coletivas.

Ainda que a teoria clássica não tenha incorporado o trabalho doméstico em seus esquemas analíticos de maneira global, ela reconhece de alguma maneira a importância destes para a reprodução força de trabalho. Por outro lado, tanto na escola marginalista como nas primeiras décadas da teoria econômica neoclássica, os trabalhos domésticos são negligenciados e invisíveis, já que o seu enfoque deixa de ser a teoria do valor trabalho, passando a se

⁷ Enquanto Mill tenta resolver as contradições apresentadas pelo status único das mulheres na sociedade capitalista liberal, ele é incapaz de oferecer uma solução viável porque, em última instância, é incapaz de rejeitar os privilégios patriarcais que surgem a partir da divisão sexual tradicional trabalho (PUJOL, 1992, p. 36, tradução nossa).

concentrar nas escolhas racionais dos agentes econômicos em mercados. Os neoclássicos irão examinar o trabalho doméstico somente a partir dos anos 1960, com a Nova Economia Doméstica (NED). Por esta perspectiva, homem é considerado um ser racional, que faz escolhas baseado na maximização da utilidade, de modo que as questões de segregação e as diferenças salariais por gênero seriam determinadas por fatores exógenos ao sistema mercantil. Além disso, a perspectiva neoclássica considera as mulheres como mães e especializadas nos trabalhos voltados ao cuidado; dessa forma, as esposas tenderiam a ser dependentes de seus maridos por serem menos produtivas e racionais (CARRASCO, 2006).

Por procurar explicações para as desigualdades de gênero a partir das diferenças inatas entre mulheres e homens, a teoria neoclássica se afasta em sua totalidade da teoria feminista. Esta procura explicar as diferenças de gênero através de uma análise crítica da relação social de opressão das mulheres pelos homens e a repercussão dessas desigualdades dentro do sistema econômico e social. As primeiras pesquisas feministas que trataram sobre os trabalhos domésticos e a questão de gênero foram realizadas no século XIX, nos Estados Unidos, por Helen Stuart Campbell e Charllotte Perkins Gilman. Campbell se preocupou com a pobreza das mulheres, relacionando-a com o trabalho doméstico. Gilman, por sua vez, parte do reconhecimento do lar como um centro de produção em que tanto a tecnologia como as condições de trabalho são precárias e não evoluem como a economia industrial. A autora enxerga a necessidade de incorporação das atividades domésticas pelo mercado a fim de liberar as mulheres para os trabalhos mercantis (CARRASCO, 2006).

A obra pioneira a tratar especificamente sobre a produção doméstica é de Margaret Gilpin Reid, “The economics of household production”, de 1934. Reid propõe um conceito de produção doméstica que tenha como referência o mercado. Além disso, busca analisar as melhores maneiras de definir um valor monetário ao trabalho doméstico não remunerado. A obra de Reid irá influenciar vários estudos sobre a valorização do trabalho doméstico, que visam inclui-lo nas contas nacionais, e, também, o desdobramento da teoria neoclássica na NED, cujo precursor é Gary Becker com sua obra *A treatise on the family*, de 1981 (CARRASCO, 2006).

A NED surgiu nos anos 1960, tendo como principal área de estudo a produção doméstica. Partindo do pressuposto de maximização da utilidade, identifica, no entanto, algumas contradições da teoria neoclássica ao ser aplicada no âmbito da produção doméstica. Segundo os pressupostos da NED, a lógica de que os indivíduos procuram maximizar os seus interesses no mercado capitalista contrasta com a necessidade de altruísmo nos trabalhos domésticos, pois uma dona de casa, por exemplo, não poderia buscar somente a maximização

de seus interesses, já que esta atitude prejudicaria outros indivíduos da família que dependem de seus cuidados.

Com o propósito de compreender esta contradição, a NED procura analisar as particularidades da produção no lar. De acordo com esta abordagem teórica, dentro das unidades familiares há uma conjugação da maximização dos interesses individuais com os do coletivo da família. Assim, as famílias buscariam racionalizar o uso de recursos como o tempo, os rendimentos e o trabalho com o cuidado dos filhos de forma a alcançar maior eficiência. A NED procura explicar as diferenças de rendimento e de oportunidades entre gêneros no mercado de trabalho a partir da ideia de que haveria diferenças intrínsecas na produtividade entre homens e mulheres e que estas seriam as causas primitivas da especialização por gênero (KON, 2005). Segundo Becker:

Although the sharp sexual division of labor in all societies between the market and the household sectors is partly due to the gains from specialized investments, it is partly due to intrinsic differences between the sexes. A man completes his biological contribution to the production of children when his sperm fertilizes a woman's egg, after which she controls the reproductive process: she biologically houses and feeds the fetus, delivers the baby, and often feeds the infant with her own milk. Sexual reproduction along these lines is all but universal among vertebrates: not only mammals, but also fish, reptiles, birds and amphibians reproduce sexually (BECKER, 1993, p. 37).⁸

Ou seja, as diferenças biológicas esclarecidas por Becker são reforçadas pelo mercado, na medida em que ele estimula a especialização feminina na produção do lar. Dentro desse enfoque, mulheres auferem menores rendimentos no trabalho porque, além de dedicarem mais energia às tarefas domésticas do que os homens e menos aos trabalhos no mercado, há diferenças biológicas intrínsecas:

From biological differences emerges the not-very-startling conclusion that the sex of household members is an important distinguishing characteristic in the production and care of children, and perhaps also in other household commodities and in the market sector. Analytically, these differences can be distinguished by the assumption that an hour of household or market of woman is not a perfect substitute for an hour of household of the time of men when they make the same investments in human capital. These differences between men and women illuminate several aspects of the composition of households and the division of labor within households that are not

⁸ Embora a acentuada divisão sexual do trabalho em todas as sociedades entre o mercado e os setores domésticos seja devida em parte aos ganhos de investimentos especializados, em parte devido a diferenças intrínsecas entre os sexos. Um homem completa sua contribuição biológica para a produção de crianças quando o esperma fertiliza o óvulo de uma mulher, após o qual ela controla o processo reprodutivo: ela abriga e alimenta biologicamente o feto, entrega o bebê e muitas vezes alimenta o bebê com seu próprio leite. A reprodução sexual nesse sentido é quase universal entre os vertebrados: não apenas os mamíferos, mas também peixes, répteis, pássaros e anfíbios se reproduzem sexualmente (BECKER, 1993, p. 37, tradução nossa).

explained solely by the advantages of specialized investments in human capital (BECKER, 1993, p. 38)⁹.

Partindo de pressupostos da ideologia patriarcal e procurando amparar suas conclusões em conceitos biologicamente equivocados, em um contexto sem respaldo histórico e sociológico e a partir de uma visão heteronormativa, a NED busca demonstrar as relações de racionalidade dentro do grupo familiar, oferecendo uma explicação para a diferença de produtividade entre os sexos e a especialização da mulher em atividades domésticas. Segundo Waring (1990, p. 38), Becker enxerga o casamento como um jogo, onde cada indivíduo possui um preço sombra. “The shadow prices, which reflect productive capacities, define rankings of men and women, from most to least desirable”.

Esta abordagem considera a divisão sexual do trabalho como exógena ao modelo teórico, sendo explicada por características inatas de homens e mulheres. Em conclusão, o chefe de família incorporaria a função de utilidade dos demais membros, e as famílias seriam vistas como instituições harmônicas, sem conflitos de interesse, podendo um indivíduo incorporar a função de utilidade dos demais (CARRASCO, 2006). Segundo Kon (2005, p. 5), esta “[...] linha de estudos pressupõe que o raciocínio de equilíbrio no mercado de trabalho que é utilizado para o indivíduo ou para empresas é generalizado, sem determinar as diferenças nas especificidades sociais.

A análise androcêntrica da economia incorpora os trabalhos de cuidados com as crianças e idosos como parte da natureza feminina. “All the labor that goes into the production of life, including the labor of giving birth to a child, is seen as activity of nature, rather than as interaction of a women with nature” (WARING, 1990, p. 29).

Assim como os trabalhos reprodutivos, a natureza é considerada um fator exógeno ao sistema econômico, lógica que leva à sua exploração e degradação. As contabilidades nacionais não mensuram os benefícios sociais da não poluição e exploração da terra, somente os custos da não poluição ou degradação (WARING, 1990). Para as ecofeministas, portanto, existiria uma associação entre a exploração do trabalho das mulheres e da natureza dentro do sistema

⁹ Das diferenças biológicas emerge a conclusão não muito surpreendente de que o sexo dos membros da família é uma característica distintiva importante na produção e cuidado das crianças, e talvez também em outras mercadorias domésticas e no setor de mercado. Analiticamente, essas diferenças podem ser distinguidas pelo pressuposto de que uma hora da família ou mercado da mulher não é um substituto perfeito para uma hora da família do tempo dos homens quando eles fazem os mesmos investimentos em capital humano. Essas diferenças entre homens e mulheres iluminam vários aspectos da composição das famílias e da divisão do trabalho dentro das famílias, que não são explicadas apenas pelas vantagens de investimentos especializados em capital humano (BECKER, 1993, p. 38).

capitalista patriarcal, colocando o homem como superiores às demais espécies de animais, e respaldando também a exploração feminina e de grupos raciais e étnicos marginalizados.

This ideology sees humans as superiors to other animals, so superior that often humans don't consider themselves animals. The language used to categorize animals as inferior is used simultaneously as an insult toward women and to justify genocides against target minorities (ISLA, 2015, p. 11).¹⁰¹¹

A diferenciação entre pessoas mais próximas da razão, de um lado, e da natureza de outro, respaldou os regimes de escravidão e colonização e refletem atualmente nas relações econômicas e na forma como as sociedades dos países do centro e da periferia se organizam para a garantia da produção e reprodução social, o que será abordado no próximo capítulo e será alvo de crítica da economia feminista.

Outra linha de pensamento que procura incorporar a importância do trabalho doméstico é a teoria feminista de tradição marxista, que surge a partir da “segunda onda” do feminismo, nos anos 1960 e 1970. O principal ponto de enfoque desta abordagem teórica é a natureza do trabalho doméstico, defendendo que, ao contrário do que os economistas clássicos pregaram, o trabalho doméstico seria considerado produtivo e gerador de valor, tendo em vista que é responsável pela reprodução da mão de obra utilizada pelo sistema capitalista.

Existem duas abordagens básicas sobre a questão da mulher e capitalismo na literatura feminista de raiz marxista, as quais divergem principalmente em relação a quem se beneficiaria prioritariamente com a exploração do trabalho feminino, se o homem em geral ou apenas o empregador. As primeiras teóricas e os primeiros teóricos marxistas que se debruçaram sobre as questões de gênero, como Engels, Zaretsky, e Mariarosta Dalla Costa, entendiam que o capital e a propriedade privada seriam as causas não apenas da exploração dos trabalhadores, mas também da opressão feminina. Segundo esta linha de pensamento, as mulheres seriam parte da classe trabalhadora e sua incorporação ao mercado de trabalho incorreria na eliminação das diferenças de gênero (HARTMANN, 1979).

Uma outra abordagem assume que as relações patriarcais se apresentam como ideologia e o capitalismo como estrutura econômica, formando uma parceria que fundamenta o sistema de dominação (HARTMANN, 1979). Dessa forma, não somente o capital estaria se

¹⁰ Os insultos utilizados para categorizar mulheres como animais também são usados para grupos raciais marginalizados como os negros.

¹¹ Essa ideologia enxerga os seres humanos como superiores aos demais animais, tão superiores que comumente os humanos não se consideram animais. A linguagem usada para categorizar animais como inferiores é usada simultaneamente como um insulto contra as mulheres e para justificar genocídios tendo como alvo as minorias (ISLA, 2015, p.11, tradução nossa).

beneficiando da exploração do trabalho feminino, mas também o homem, ao receber gratuitamente os serviços domésticos de suas esposas e filhas e ocupar as posições mais prestigiadas no mercado de trabalho. As relações patriarcais de poder interagem com o modo capitalista de produção de forma a produzirem estruturas de dominação dentro da ordem social (SCOTT, 1986). Para Hartmann (1979), as categorias de classe marxistas seriam “cegas ao sexo”, enquanto o sistema capitalista se desenvolve a partir de uma ideologia sexista e racista e se reforça por meio das divisões sexuais e raciais no processo produtivo.

Com efeito, ainda segundo Hartmann (1979), as primeiras regulamentações estatais do trabalho feminino e infantil após a Revolução Industrial beneficiaram mais os homens e reforçam as diferenças de sexo em lugar de melhorar a qualidade do trabalho de forma equitativa. Isto porque limitaram as ocupações das mulheres, bem como aumentaram as disparidades salariais, o que assegurava a dependência feminina em relação ao homem, reforçando a sua vinculação aos trabalhos reprodutivos. Um exemplo seria o “salário família” reivindicado pela classe trabalhadora para que o homem pudesse receber um salário suficiente para o sustento de toda a sua família, mantendo a mulher afastada do mercado de trabalho ou recebendo salários inferiores aos dos homens.

Conforme analisamos nesta seção, a teoria econômica excluiu os trabalhos reprodutivos exercidos principalmente das mulheres de suas análises, o que repercutiu em uma abordagem androcêntrica da ciência, influenciando na formulação de indicadores, por exemplo na elaboração da contabilidade nacional dos países. Ainda assim, a crítica feminista sempre foi presente, abordando sobre as consequências para as mulheres da estrutura produtiva desigual. As críticas feministas dentro da economia vão ganhar corpo e estrutura própria mais recentemente, a partir da emergência da economia feminista, a partir dos anos 1990, o que será abordado na próxima seção.

2.2 A ECONOMIA FEMINISTA COMO LINHA DE INVESTIGAÇÃO PRÓPRIA

Mais recentemente, a partir dos anos 1990, a questão de gênero dentro da economia ganha uma linha de investigação própria a partir da Economia Feminista. Esta surgiu com a inclusão de pautas concernentes às perspectivas feministas sobre a economia na conferência anual da “American Economic Association”. Sua consolidação ocorreu com a criação da “International Association for Feminist Economics”, em 1992, e com a publicação da revista *Feminist Economics*, a partir de 1995 (CARRASCO, 2006). Atualmente, essa linha de pesquisa abrange várias escolas do pensamento econômico (marxista, institucionalista, pós-keynesiana)

e tradições do feminismo (radical, socialista, liberal), bem como comunga com outras áreas das ciências humanas, como sociologia, história e antropologia.

Outras publicações que marcam a emergência da economia feminista é *Beyond Economic Man, Feminist Theory and Economics*, publicado em 1993, e organizado pelas economistas Marianne Ferber e Julie Nelson, nas quais as autoras trazem um compilado de artigos com críticas sobre a visão econômica ortodoxa e a invisibilidade do trabalho das mulheres, dos trabalhos domésticos e das famílias na ciência econômica. Anteriormente, se destacam, nos anos 1970, a publicação *Women's Role in Economic Development*, de Ester Boserup, em que a autora busca analisar o papel do trabalho feminino em diferentes estruturas econômicas, dentro das vilas e nas cidades, com a modernização da agricultura e o processo de urbanização dos países, e a obra *If Women Counted* de Maryling Waring, cuja primeira publicação é de 1988, que faz uma crítica a invisibilidade dos trabalhos domésticos nas estatísticas de contas nacionais.

No Brasil, os estudos na área de economia feminista são incipientes, mas vem ganhando espaço no meio acadêmico, puxado pelas organizações e movimentos feministas. No âmbito das ciências sociais, destaca-se entre os periódicos que abordam sobre a questão de gênero e feminismo sob uma perspectiva interdisciplinar, a *Revista de Estudos Feministas* da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a *Revista Gênero*, da Universidade Federal Fluminense (UFF) e *Cadernos Pagu*, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Em 2018, a Revista *Temáticas* da Unicamp realizou uma publicação especial sobre o tema, intitulado *Dossiê Economia Feminista*, organizados pelas autoras Fabiana Grecco, Juliane Furno e Marilane Teixeira. A revista traz um compilado de artigos sobre teoria feminista, traduções e resenhas de textos internacionais, inicia com uma homenagem à vereadora e ativista feminista Marielle Franco e destaca a atuação de grupos feministas no Brasil como importantes agentes de formação política, debates e organização de textos, em que se destacam as ONGS, *Sempreviva Organização Feminista* (SOF), em São Paulo; a *Casa da Mulher do Nordeste* (CMN), em Recife, a *Guayí – Democracia, Participação e Solidariedade*, em Porto Alegre (GRECO; FURNO; TEIXEIRA, 2018). Outras publicações em destaque são as do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), através da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), que analisa a inserção das mulheres nas regiões metropolitanas do país.

A abordagem da Economia Feminista enfatiza a importância de uma visão global da economia, associando os trabalhos voltados à produção de mercadorias aos trabalhos reprodutivos. Considera-se como central o bem-estar social por meio dos cuidados não somente

com o corpo, através da alimentação, vestimenta, higiene e saúde, como também os atinentes às emoções, cultura e relações pessoais. Além disso, as atividades destinadas aos cuidados não incorporam somente a formação de indivíduos para compor a população ativa, como também se destina ao bem-estar dos indivíduos inativos, a população idosa e os incapazes. Ou seja, o principal foco de análise deixa de ser as relações mercantis, passando a ser o bem-estar humano, entendendo a sociedade como composta de indivíduos que dependem dos cuidados para viver (PICCIO, 2005).

A questão do gênero dentro desta abordagem é incorporada de maneira especial, tendo em vista que são as mulheres as principais agentes nos espaços pouco valorizados e invisíveis dentro da teoria econômica ortodoxa. A desvalorização dos trabalhos reprodutivos reflete em processos como a feminização da pobreza, os fluxos migratórios de mulheres no mundo para servirem como cuidadoras ou prostitutas e a maior fragilidade do trabalho feminino, além de nichos ocupacionais pouco valorizados, como o trabalho doméstico remunerado. Esta perspectiva é importante, portanto, para a formulação e execução de políticas públicas que incorporem uma visão mais articulada e integrada da realidade. Por exemplo, as distorções existentes em nível macroeconômico, no emprego, consumo e investimentos, podem desencadear desequilíbrios microeconômicos, e vice-versa (KON, 2005). É o que ocorre em situações de desemprego ou no caso doenças ocupacionais, tanto físicas como psicológicas, que podem afetar e desestruturar os núcleos familiares. Da mesma forma, a desorganização de um núcleo familiar, ou uma comunidade, poderá afetar na formação de indivíduos aptos e dispostos a ingressar e permanecer no mercado de trabalho.

A economia feminista, portanto, não tem somente um papel teórico, mas também político, ao expor as condições econômicas das mulheres e propor alternativas de mudanças. Segundo Strober (2003, p. 5) “Feminist economics not only exposes the hidden political agendas of received economic doctrine, it straightforwardly acknowledges its own economic and political agenda: the improvement of women economic condition”¹².

A ciência econômica, segundo a análise de Strober (2003), foi formulada historicamente com base nos princípios da escassez, egoísmo e competição, tratando raramente sobre a questão da abundância, altruísmo e cooperação. Essa lógica exclui os grupos sociais e políticos marginalizados, em que as mulheres se encontram. A economia feminista, por conseguinte, pretende modificar a lógica da ciência econômica incluindo em sua análise valores como

¹² A economia feminista não apenas expõe as agendas políticas ocultadas pela doutrina econômica recebida, mas reconhece diretamente sua própria agenda econômica e política: a melhoria da condição econômica das mulheres (STROBER, 2003, p. 5, tradução nossa)

abundância, altruísmo e cooperação, partindo da ênfase na redistribuição de bens e serviços, e da análise de que muitos problemas econômicos não são resultantes da escassez, mas da má distribuição. A ênfase da disciplina não deveria, por conseguinte, ser balizada na dicotomia entre escassez e cooperação, mas em como melhor resolver cada problema a partir da busca pelo bem-estar da humanidade. Segundo a autora:

By challenging economics to take a seriously a concern with well-being and encouraging the discipline to rethink its emphasis on efficiency, scarcity, selfishness, and competition, economics may begin to be thought of as a humane discipline interested in such matters as quality of life, cooperation, and equity. Economics might move from a conservative, laissez-faire orientation, protesting the impossibility of interpersonal utility comparisons, to a science that seriously investigates strategies for improving well-being (STROBER, 2003, p.11)¹³.

A respeito da divisão entre campos de estudo, Orozco (2005) divide em duas abordagens principais, que se diferenciam tanto em relação à teoria como em termos de estratégia política. As duas principais frentes de estudos seriam a economia de gênero e a economia feminista. Essa última, por sua vez, se divide entre a abordagem de conciliação e de ruptura. A economia de gênero se caracteriza pela incorporação das mulheres como objeto de estudo, porém sem questionar os marcos teóricos, somente as consequências das desigualdades de gênero sobre a mulher na sociedade. Orozco (2005) divide essa abordagem entre os estudos de equidade e empiristas. Os primeiros abordam a ausência das mulheres na ciência, como sujeitos epistemológicos. No caso do viés empirista, sublinha-se a ausência da análise do papel das mulheres e da experiência feminina na ciência econômica. A estratégia de ambas é a inclusão das mulheres na ciência e na análise econômica. Elas enfatizam, por exemplo, os efeitos negativos do trabalho doméstico sobre o trabalho assalariado feminino, a solução para a incorporação feminina na economia seria a sua massiva proletarização, o que se, por um lado pode resultar em melhoria na qualidade de vida para algumas mulheres, não soluciona a questão dos trabalhos reprodutivos.

De forma diferente, abordagem da economia feminista, não só pretende analisar a estrutura desigual de gênero, como também criticar os paradigmas econômicos construídos historicamente e que dão respaldo a essa estrutura, em que pese as fronteiras relativas ao que

¹³ Ao desafiar a economia a levar a sério uma preocupação com o bem-estar e incentivar a disciplina a repensar sua ênfase na eficiência, escassez, egoísmo e competição, a economia pode começar a ser considerada uma disciplina humana interessada em questões como qualidade de vida, cooperação e equidade. A economia pode passar de uma orientação conservadora, do laissez-faire, protestando contra a impossibilidade de comparações de utilidade interpessoal, para uma ciência que investiga seriamente estratégias de melhoria do bem-estar (STROBER, 2003, p.11, tradução nossa).

pertence ou não à economia, e propor novos, resgatando o papel das mulheres como agentes econômicos. As principais críticas vão em direção à divisão sujeito/objeto, e do próprio sujeito econômico construído pela ciência hegemônica em que se destaca o conceito de objetividade, utilizado como forma de ocultar os interesses subjacentes ao discurso científico (OROZCO, 2005).

A economia feminista, por conseguinte, vai além dos estudos de gênero, propondo uma agenda política de transformação das estruturas vigentes. Orozco (2005) indica duas correntes principais dentro dessa abordagem: a economia feminista de conciliação e a de ruptura. A primeira tem como fundamento a incorporação dos trabalhos femininos invisibilizados, relacionados à reprodução social, o enfoque é a análise do processo produção-reprodução. Para tanto, o conceito de trabalho é redefinido. Busca-se medir e valorar os trabalhos domésticos, bem como analisar as causas da exclusão destes na ciência econômica. Visa-se também criticar o mito da dependência econômica das mulheres sobre os homens, analisando a interdependência dos processos produtivos e reprodutivos na sociedade.

Já a economia feminista de ruptura entende que a abordagem conciliatória possui como prerrogativa o mercado. Ao incorporar valor ou definir equivalentes dos trabalhos domésticos tendo como referência o mercado, essa abordagem estaria secundarizando os trabalhos domésticos exercidos pelas mulheres, além de ser uma prática colonizadora, já que as referências são baseadas em países industrializados ocidentais. A economia feminista de ruptura propõe uma estratégia de centralização da análise na sustentabilidade da vida e satisfação das necessidades humanas. Essa abordagem se baseia na valorização e incorporação pela economia dos trabalhos de cuidados e dos vínculos sociais, bem como as experiências de trabalho, exercidos principalmente pelas mulheres, baseado na valorização e organização da vida (OROZCO, 2005).

A crítica à estrutura econômica vigente pode ser associada analogamente a um iceberg, em que o Estado, o sistema produtivo e o mercado estariam em cima da linha de flutuação, e por baixo estariam as comunidades e os espaços de manutenção da vida humana. Os dois espaços, segundo Carrasco (2017), seriam transistêmicos. No entanto, a lógica de acumulação, por um lado, e de sustentação da vida, de outro, são distintas, e o sistema capitalista estaria minando as suas bases de sustentação ao impor a lógica de funcionamento de seus processos ao conjunto da manutenção social. Isso geraria uma crise multidimensional de reprodução social, segundo a autora:

La crisis multidimensional, o crisis de reproducción social no ha sido, como se ha pretendido mostrar, una crisis económica financiera sino algo que va mucho más allá: una profunda agudización de los mecanismos de explotación del sistema socioeconómico – capitalista heteropatriarcal – que tiene como objetivo la acumulación y el beneficio individual. Un sistema depredador al que no le preocupan las condiciones de vida de las personas, que en su afán de lucro está poniendo en peligro el planeta y las condiciones ambientales de vida, que mantiene condiciones de trabajo inaceptables a una parte relevante de los y las trabajadores y que se aprovecha del trabajo de cuidado de las mujeres para disponer de fuerza de trabajo a costes muy por debajo del real. (CARRASCO, 2017, p. 68)¹⁴

A abordagem da economia feminista de ruptura dialoga com a *gift economy*, ou economia de oferta, que se baseia na ideia de valor de uso dos bens, na valoração das necessidades humanas e preservação da natureza. A *gift economy* critica o sistema capitalista, que, ao se basear nas trocas de equivalentes mercado, oculta parcela do trabalho realizado de forma gratuita. Um dos exemplos de trabalho apropriado é a maternidade, que se baseia em valores altruístas de cuidados e é ocultado da economia, sendo considerado parte dos instintos femininos. Segundo Vaughan (2007, p. 7).

The logic of gift giving is a maternal economic logic, the logic of distribution of goods and services directly to needs. Using this description, we can identify this maternal economic logic as expressed in Indigenous societies, especially in matriarchies, where goods and services are distributed to needs, and motherliness and care have a high social value for everyone.

O sistema capitalista, portanto, está baseado em valores de competição, já a *gift economy* na cooperação. O primeiro sistema domina e oculta o segundo. A mudança da sociedade deve ser dada pela transformação das lógicas em que se baseiam as trocas e a estrutura produtiva.

Ainda dentro da linha da economia feminista de ruptura, Carrasco (2017) resgata o debate sustentado pelas feministas, principalmente a partir dos anos 1960, que preconizavam a valorização dos trabalhos voltados à reprodução social, criticando a sua invisibilidade. Para a autora, no entanto, o termo trabalho reprodutivo gerou uma série de problemas, tendo em vista que mantém a estrutura dicotômica produção-reprodução, subordinando o segundo tipo ao primeiro. Este esquema não permitiria entender os processos de produção e reprodução como unificados, que ocorrem de maneira paralela, e falha ao analisar somente a apropriação do trabalho doméstico, ao invés de se basear na crítica à forma de acumulação de capital.

¹⁴ A crise multidimensional, ou a crise de reprodução social que não existe, como se pretende mostrar, uma crise econômica-financeira, algo que vai muito além: uma agitação profunda dos estudos de exploração do sistema socioeconômico –capitalista heteropatriarcal– que tem como objetivo a acumulação e o benefício individual. Um sistema que impede que as preocupações da vida das pessoas sejam afetadas, se o lucro estiver alto no planeta e as condições ambientais da vida, que mantém condições de trabalho inaceitáveis em uma parte relevante dos trabalhadores que se aproveitam do trabalho de cuidado das mulheres para obter força de trabalho a um custo muito abaixo do real. (CARRASCO, 2017, p. 68, tradução nossa)

Carrasco (2017) destaca ainda a importância dos cuidados e afetos para a manutenção da sociedade humana e do meio ambiente e propõe uma análise baseada no conceito de sustentabilidade de vida, no lugar de reprodução social, na qual se considera as relações múltiplas e a interdependência entre a produção econômica e a social, colocando como primeiro objetivo as boas condições de vida das pessoas. Essa é uma agenda de transformação política, e de ruptura com as estruturas de poder capitalistas e heteropatriarcais. A agenda parte do conceito de que a produção mercantil possui um tempo diverso da natureza e dos cuidados e relações pessoais, e o seu tempo deve ser pensado e estruturado de forma a respeitar a natureza, as relações e cuidados humanos.

Neste capítulo tratamos sobre o conceito de reprodução social do trabalho e trabalhos reprodutivos. Para tanto utilizamos a abordagem da economia feminista, que se desenvolve como crítica ao pensamento econômico androcêntrico, lançando luz à forma como a ciência econômica é estruturada, excluindo os trabalhos não remunerados, principalmente das mulheres dos países do Sul Global. Esta análise aponta para a interdependência entre os trabalhos produtivos e reprodutivos, e como a segunda esfera é subordinada à primeira. No próximo capítulo iremos analisar como a relação entre a produção e reprodução se dá historicamente, dentro do desenvolvimento do sistema capitalista em países do Sul e do Norte Globais.

3 BREVE HISTÓRIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL E O SISTEMA CAPITALISTA

No capítulo anterior investigamos os conceitos de trabalhos reprodutivos e reprodução social do trabalho dentro da teoria feminista, bem como a ciência econômica invisibilizou esses trabalhos em suas abordagens. Neste capítulo trataremos sobre como os trabalhos reprodutivos são ofertados nos países de economia avançada e em desenvolvimento, indicando como as mudanças nas estruturas de produção afetaram a reprodução da força de trabalho, bem como a forma como essas fronteiras foram sendo delimitadas nas diferentes fases do sistema capitalista, até a sua fase neoliberal. Para tanto, utilizaremos a abordagem de Fraser (2016), exemplificada nesse prólogo, e desenvolveremos as análises dos países de capitalismo avançado (primeira seção), e em desenvolvimento (seção dois).

Segundo Fraser (2016), as diversas crises que levaram às mudanças nos regimes de acumulação de capital dentro do sistema capitalista foram demarcadas por lutas para a delimitação das fronteiras do que seria, por um lado considerado econômico e, por outro sociedade, produtivo e reprodutivo, o que pertenceria à esfera do trabalho e da família. “Such ‘boundary struggles’, as a have called them, are as central to capitalist societies as are the class struggles analyzed by Marx, and the shifts they produce mark epochal transformations¹” (FRASER, 2016, p. 103).

A autora distingue três diferentes fases que caracterizam os modelos de organização da reprodução da força de trabalho e das mercadorias durante o sistema capitalista, e se diferenciam conforme a realidade de cada país. A primeira fase, que ocorre no século XIX, é caracterizada pelo regime liberal e a exploração da classe trabalhadora dentro do capitalismo industrial emergente, de um lado, e a colonização dos países periféricos, de outro lado. Essa época foi demarcada pela separação entre a esfera mercantil e da família, e o novo conceito de domesticidade, ainda que boa parte das mulheres da classe trabalhadora tivessem que permanecer no mercado (FRASER, 2016, p. 104).

A segunda fase seria caracterizada o capitalismo regulado pelo Estado, a partir do século XX, sustentado pela manutenção da colonização e pós-colonização dos países periféricos. Nessa etapa, o Estado nas economias avançadas internalizou os trabalhos reprodutivos, o que caracterizou o Estado de Bem Estar Social e a ideia de salário família, ainda que boa parte destas fossem excluídas do sistema (FRASER, 2016, p. 104).

¹ Essas lutas pelas fronteiras, como as chamamos, são tão centrais para as sociedades capitalistas, como as lutas de classe analisadas por Marx, e as mudanças que elas produzem marcaram transformações épicas (FRASER, 2016, p.103, tradução nossa).

A terceira e presente etapa é a do capitalismo financeiro globalizado, em que a indústria se realoca para os países periféricos, cujos salários são menores, recrutando as mulheres para os setores manufatureiros, ao mesmo tempo em que diminui a presença do Estado nos trabalhos reprodutivos. Essa dinâmica aliada ao crescimento da desigualdade social levaria, por um lado, a comodificação da reprodução social, para as famílias que possuem condições de pagar, e, por outro, a privatização para as pessoas que não possuem condições, ou seja, o retorno dos trabalhos reprodutivos para a esfera doméstica. Essa dinâmica ocorre dentro de um contexto idealizado de emancipação feminina, e a massiva entrada das mulheres no mercado de trabalho, resultando em uma série de contradições dentro do sistema, como a crise dos cuidados e a consequente migração de trabalhadoras domésticas dos países periféricos para os países do centro.

Acerca da crise dos cuidados ILO (2018a p. 28) estima que em 2015 havia 2,1 bilhões de pessoas no mundo com necessidades de cuidados, dentre as quais 1,9 bilhões de crianças com menos de 15 anos e 0,2 bilhões de idosos. A instituição estima que em 2030 o número passe a 2,3 bilhões, resultante do crescimento de 0,1 bilhões de pessoas idosas e 0,1 bilhões de crianças. Segundo o relatório:

Changes to family structures, higher care dependency ratios and changing care needs, combined with an increase in the level of women's employment in certain countries, have eroded the availability of unpaid care work and resulted in an increase in the demand for paid care work.² (ILO, 2018a, p.28)

As mudanças nas famílias e no mercado de trabalho estão dentre as causas apontadas pelo relatório para a crise dos cuidados, segundo o qual, em 2018, 5,3% das famílias eram monoparentais, destas 74,8% chefiadas por mulheres, responsáveis muitas vezes sozinhas pelo sustento e o cuidado das crianças, sem ajuda paterna.

3.1 OS TRABALHOS REPRODUTIVOS NO CAPITALISMO AVANÇADO

A transição do sistema feudal para o modo capitalista de produção ocorreu ao longo de vários séculos na Europa. O seu prelúdio se dá, segundo Marx (2013), a partir do último terço do século XV e nas primeiras décadas do século XVI. Já no século XIV, a servidão havia

² Mudanças nas estruturas familiares, o aumento dos níveis de dependência e mudanças nas necessidades de cuidados, combinadas com o crescimento do nível de emprego feminino em certos países, corroeram a disponibilidade dos trabalhos domésticos não remunerados e resultaram no aumento da demanda por trabalhos domésticos remunerados (ILO, 2018, p.28, tradução nossa)

praticamente desaparecido na Inglaterra, e grande parte da população consistia em camponeses livres, economicamente autônomos. Este status, no entanto, não foi facilmente conquistado, sendo fruto de diversas lutas e resistências que atravessaram toda a Idade Média em que os camponeses buscavam limitar o excedente de trabalho e os impostos que se destinavam à nobreza (FEDERICI, 2017). A primeira consequência das lutas servis, segundo Federici (2007), foi a concessão de “privilégios” e “cartas de foral”, fixando as cargas e assegurando determinada autonomia administrativa pela comunidade aldeã, o que irá garantir para algumas aldeias formas de autogoverno local.

A resolução mais importante do conflito feudal, segundo Federici (2017), será a substituição dos serviços laborais pelo pagamento em dinheiro, o que colocou a relação feudal sob uma base mais contratual. Esta mudança irá, de alguma maneira, terminar com a servidão, mas terá como contrapartida a desintegração da aldeia feudal e funcionou como um meio de divisão social. Isso ocorre porque, enquanto os camponeses mais abastados conseguiam comprar a sua liberdade, e serem proprietários de terras, os mais pobres acabavam perdendo suas terras por endividamento, o que levou a um processo de proletarização do campesinato.

A expulsão dos camponeses das terras e a sua transformação em trabalhadores assalariados ocorreu até meados do século XIX, em um processo que Marx (2013) denomina de acumulação primitiva, ou original, que consiste na separação entre produtor e meio de produção. Ele a denomina como primitiva, por constituir a pré-história do capital e do modo de produção que o corresponde. Este processo foi caracterizado pela apropriação de terras pela burguesia, violência contra as revoltas da população campesina, escravidão e expropriação de riquezas minerais do Novo Mundo e mudanças profundas na legislação e nos valores sociais. Segundo Marx (2013, p. 787):

Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo. Sua história assume tonalidades distintas nos diversos países e percorre as várias fases em sucessão diversa e em diferentes épocas históricas.

A transição para o sistema capitalista ocorre de forma distinta entre os países do mundo, a depender de suas estruturas sociais e históricas. Alguns autores, como Bryer (2012), datam a emergência do sistema capitalista nos Estados Unidos somente nos anos 1920, a partir do controle da contabilidade empresarial nas empresas ferroviárias. Desde então, nem os

proprietários do capital, nem os trabalhadores estariam dentro dos moldes capitalistas conforme descrito por Marx, já que aqueles não possuíam controle pleno sobre o capital. Segundo Bryer, a indústria ferroviária iniciou o processo de controle acurado da contabilidade, o que garantiu a mensuração de custos com depreciação e o cálculo do lucro. Esse movimento possibilitou também o maior controle sobre os trabalhadores e melhoria nos processos, o que levou a disseminação dessa lógica para outros setores.

A despeito da dinâmica particular que a transição para o sistema capitalista irá assumir, a estrutura patriarcal permanece com novos formatos. O desaparecimento da economia de subsistência, que predominou na Europa pré-capitalista pôs também fim a unidade entre produção e reprodução. No novo regime, grande parte dos trabalhos reprodutivos tornaram-se invisíveis, já que permaneceram fora do mercado, deixando inclusive de ser considerado trabalho. Segundo Federici (2017, p. 146):

O trabalho reprodutivo continuou sendo pago – embora em valores inferiores – quando era realizado para os senhores ou fora do lar. No entanto, a importância econômica da reprodução da força de trabalho, realizada no âmbito doméstico e sua função na acumulação do capital se tornaram invisíveis, sendo mistificadas como uma vocação natural e designadas como “trabalho de mulheres”.

Mesmo quando inseridas no mercado, as mulheres foram excluídas de muitas ocupações, recebendo salários bem inferiores aos masculinos a fim de garantir a sua disponibilidade para os trabalhos reprodutivos. O processo de proletarização das mulheres, por conseguinte, é caracterizado por um duplo caráter: ao mesmo tempo que as despossuiu dos meios de produção, o que também ocorre entre os homens, as restringiu de seu acesso ao salário, o que as colocou em uma situação de pobreza crônica, dependência econômica e invisibilidade.

A invisibilidade dos trabalhos reprodutivos teve também como contrapartida a diminuição da massa salarial tanto dos homens quanto das mulheres trabalhadoras, já que os empregadores não pagam por este trabalho, mesmo usufruindo de seu resultado. As mulheres passaram por um processo de degradação social, durante a passagem do feudalismo para o capitalismo, que, segundo Federici (2017 p. 146) “foi fundamental para a acumulação de capital e que permaneceu assim desde então”.

Ainda segundo Federici (2017), emergência do sistema capitalista foi acompanhada pelo controle da reprodução dos trabalhadores pelo Estado e pelo uso mais produtivo do tempo livre e da disciplina da força de trabalho. Entre os séculos XVI e XVII, o Estado emergiu com uma função importante de manter a assistência à classe trabalhadora pauperizada na Europa, devido à crise demográfica que se instalou. A preocupação com o crescimento da população

esteve enraizada também na Reforma Protestante, que rejeitou a exaltação cristã da castidade, valorizando o casamento e a sexualidade.

Para garantir a reprodução da força de trabalho e a acumulação capitalista foi necessário terminar com o controle feminino sobre a reprodução, realizado por meio da marginalização das parteiras. As mulheres passaram a assumir um papel passivo no parto dando espaço para os médicos homens e o feto passou a ser priorizado em detrimento da vida da mãe. As mulheres que desejassem interromper a gravidez eram acusadas de bruxaria, sendo perseguidas e acusadas de sacrificar as crianças para o demônio. Este período foi caracterizado pela redefinição dos crimes reprodutivos, impondo penas tanto a contracepção ao aborto e ao infanticídio, práticas tratadas na Idade Média com certa tolerância em especial para as mulheres pobres (FEDERICI, 2017).

A demonização das mulheres e a caça às bruxas demarcou um período de transição para a vida das mulheres, que Federici (2017) irá caracterizar como uma derrota histórica, destruindo as relações coletivas femininas e sistemas de conhecimento que serviam como base de poder na Europa pré-capitalista. A partir do final do século XVII há um processo de infantilização e domesticação das mulheres, o que ocorreu tanto em termos da construção de arquétipos femininos e masculinos, como também em termos legais. A imagem feminina, antes associada aos seres selvagens e insubordinados passa a ser retratada como passiva, assexuada e obediente. Em termos legais, as mulheres perderam a capacidade de fazer contratos ou de representar a si mesmas em tribunais, na Alemanha, foi proibido inclusive que as mulheres vivessem sozinhas ou com outras mulheres.

O contrato de casamento, nesse ínterim, aparece como uma forma oficial de subordinação da mulher ao homem e à esfera doméstica. Segundo Pateman (1993), até o final do século XIX, a condição civil e legal das esposas era muito semelhante à de um servo ou um escravo, já que, assim como na escravidão, elas estavam civilmente mortas. A exemplo disso, as mulheres ao se casarem recebem o nome do marido, relação que ocorria também entre senhores e escravos e que permanece até hoje nos contratos de casamento. As mulheres casadas eram obrigadas a viver onde seus maridos desejassem, suas rendas e filhos passavam a ser propriedade deles. Um exemplo ilustrativo da relação das esposas com os escravos, conforme levantado por Pateman (1993), era o fato de que na Inglaterra elas eram vendidas em leilões públicos, o que ocorreu entre os anos de 1073 até o século XX.

Além de tornar a mulher civilmente morta, o contrato de casamento subordinava o corpo da esposa ao seu marido. Segundo Pateman (1993, p. 185), até o século XVIII na Inglaterra, o marido não poderia ser acusado de estupro contra sua esposa legal; até 1884, uma esposa

poderia ser presa se recusasse “conceder aos direitos conjugais”; e até 1891 os maridos tinham direito inclusive de aprisionar as mulheres para obterem esses “direitos”.

A despeito das mulheres estarem subordinadas dentro do contrato de casamento, sua força de trabalho, bem como das crianças, foi amplamente utilizada no período de ascensão do sistema capitalista, sendo inclusive predominantes em várias linhas de produção, conforme Folbre (2003). No entanto, os trabalhos exercidos pelas mulheres eram limitados à baixos salários e qualificação e geralmente liderados por homens. Os salários femininos não garantiam a sua independência econômica, levando-as à condição de permanente tutela de seus pais ou maridos. Além disso, mesmo as trabalhadoras assalariadas deveriam despender várias horas aos afazeres domésticos, sendo este trabalho justificado como forma de pagamento pelo seu sustento. Segundo Folbre (2003) os próprios trabalhadores homens se opunham às violações da divisão sexual do trabalho, excluindo as mulheres da participação em sindicatos.

As fábricas, porém, não foram as principais formas de inclusão das mulheres no mercado de trabalho. A maior parte dos empregos ocupados por elas na Europa do século XIX foram em espaços que reforçavam o seu papel na divisão sexual do trabalho. Segundo Folbre (2003 p. 146), o emprego doméstico era a principal ocupação para as mulheres acima de 20 anos na Grã-Bretanha em 1841, absorvendo em torno de 34% do total. Dentre as mulheres com menos de 20 anos, esta ocupação empregava em torno de 69% das ocupadas. Cerca de 15% das mulheres francesas empregavam uma ou mais empregadas domésticas. Essa ocupação, além das baixas remunerações, é suscetível a abusos sexuais e diversos tipos de assédio e demarca a intersecção entre gênero, classe e raça, haja vista a predominância de mulheres de classes e grupos étnicos e raciais marginalizados.

A subjugação das mulheres aos trabalhos reprodutivos, portanto, as coloca em uma situação de força de trabalho subsidiária à masculina, sendo utilizada conforme a conjuntura econômica e a necessidade do mercado e das famílias. Saito (2014), utilizando a abordagem de De Vrie's para analisar o padrão familiar do Leste Europeu, indica que na primeira Revolução Industrial, apesar do grande crescimento da produtividade, o nível de vida dos trabalhadores não irá melhorar no primeiro momento. Somente na segunda metade do século XIX que o salário real da classe trabalhadora começa a crescer, o que leva à saída das mulheres do mercado de trabalho, e ao padrão familiar dona de casa, marido provedor. Nesse período, nem o mercado tampouco o Estado oferecem tecnologias e serviços que auxiliam no trabalho doméstico.

Esse padrão irá se modificar no século XX, o que ocorre pelas grandes transformações do capitalismo mundial refletindo sobre a classe trabalhadora e sobre os trabalhos reprodutivos. Destacam-se as grandes guerras mundiais, que recrutaram a força de trabalho principalmente

masculina para lutar, pressionando, em contrapartida, as mulheres a ingressarem no mercado, bem como o surgimento de novas tecnologias domésticas, a universalização da educação e o movimento feminista e operário.

Ao fim da Segunda Guerra Mundial, segundo Armstrong *et al.* (1991) o capitalismo havia passado por uma destruição física tão profunda que afetou sua funcionalidade como sistema social. A guerra levou o liberalismo ao descrédito inclusive para a classe capitalista, que enxergou a diminuição de seu poder tanto na esfera política como dentro das indústrias. Em contrapartida, a classe trabalhadora organizada saiu fortalecida dentre os países vencedores.

Mesmo com as mortes causadas pela guerra, a classe trabalhadora não diminuiu drasticamente em número nos países capitalistas. Armstrong *et al.* (1991) apontam três motivos para essa ocorrência: em primeiro lugar o crescimento natural da população trabalhadora, o segundo motivo está associado com a entrada de uma parcela da população para o mercado de trabalho. A exemplo disso, nos Estados Unidos, houve um aumento de 5 milhões de pessoas empregadas entre 1940 a 1945, ainda que a força de trabalho masculina tenha decrescido em 1 milhão, devido ao recrutamento de 11 milhões de pessoas para as forças armadas, o crescimento deveu-se à entrada feminina no mercado de trabalho, que aumentou sua participação em 6,5 milhões de ocupadas. O mesmo ocorreu para o Reino Unido, em que a força de trabalho feminina cresceu em 1 milhão enquanto 5 milhões de homens foram recrutados para servirem na guerra. No Japão, cerca de 2 milhões de mulheres ingressaram no mercado de trabalho neste período. O terceiro motivo se associa ao fim da guerra, que teria levado às pessoas retornarem aos seus países de origem como o Japão e migrarem para a Europa Ocidental e Estados Unidos.

O período pós-guerra é demarcado pelo aumento do poder político dos sindicatos nos principais países capitalistas. Durante o período de guerra, apesar da diminuição das greves devido às políticas restritivas, houve um aumento importante do número de trabalhadores membros de sindicatos, chegando a corresponder a 45% da força de trabalho no Reino Unido. As lideranças sindicais recebem reconhecimento do governo e passam a reivindicar programas radicais de melhorias nas condições de trabalho e nas políticas de bem-estar social. Essas mudanças, no entanto, incorreriam em aumento nos impostos para a classe capitalista, o que se tornou necessário devido as circunstâncias do pós-guerra e o medo da emergência do socialismo. Segundo Armstrong *et al.* (1991):

In the United Kingdom and United States, then, growth in the strength of organized labour flowed fundamentally from the full-employment conditions generated during wartime. It was reflected in demands for reforms in the fields of social welfare, employment and wages, and channeled through trade union or social-democratic party

structures which did not pose any immediate threat to the continuation of capitalist domination of the economy ³(ARMSTRONG *et al.*, 1991, p. 16).

A fim de conter a emergência das ideias socialistas com o fortalecimento da União Soviética durante a Guerra Fria, as políticas de bem-estar social se intensificam. Estas acompanham um período de intenso crescimento da acumulação de capital, de forma incomparável com qualquer outra época da história do capitalismo, aumento da produtividade e do emprego. Estes fatores refletem-se na elevação do padrão de vida da classe trabalhadora, que, segundo Armstrong *et al.* (1991, p. 117), não somente conseguiram melhorar suas condições materiais em relação à geração anterior, mas, mais do que isso, ter acesso a produtos revolucionários à época, como a tv a cores: “People not only have more than their forebears; they also had revolutionary new products. By 1969 millions of people were able to watch on colour TV as the first human set foot on the moon”⁴.

O aumento da produtividade não foi devido ao crescimento do número de horas trabalhadas por trabalhador, já que as mulheres permaneceram ingressando no mercado de trabalho principalmente em empregos de meio turno, diminuíram os dias úteis semanais e aumentaram o número de feriados. Em contrapartida, houve um aumento intensivo de novas tecnologias e melhorias nos processos produtivos, com a ascensão do taylorismo. Os salários cresceram de maneira contínua, representando fator fundamental para o aumento da produção, já que a classe trabalhadora representava importante mercado consumidor dos bens de consumo duráveis. (ARMSTRONG *et al.*, 1991).

As políticas de bem-estar social, bem como a intervenção estatal para a manutenção do pleno emprego que caracterizaram o período, deixaram transparecer que o capitalismo possuía uma cara mais humana, ou menos desumana. Ainda segundo Armstrong *et al.* (1991), o período transparecia uma ideia geral de que os antigos antagonismos de classe teriam desaparecido dando espaço para um capitalismo regulado, em que o Estado seria fundamental para gerir a economia e equilibrar os conflitos entre capital e trabalho, garantindo uma qualidade de vida mínima para a população desempregada, através de políticas de assistência, e o acesso à classe trabalhadora à educação e saúde. Esse período, que durou do pós-guerra até meados da década

³ No Reino Unido e nos Estados Unidos, portanto, o crescimento da força de trabalho organizada emergiu fundamentalmente das condições de pleno emprego geradas durante o período de guerra. O que refletiu em demandas por reformas nos campos de bem-estar social, empregos e salários, e canalizado através de estruturas sindicais ou partidos sociais-democratas, que não representavam ameaça imediata à continuação do domínio capitalista da economia ((ARMSTRONG *et al.*, 1991, p. 16, tradução nossa).

⁴ As pessoas não somente tinham mais do que seus antepassados, elas também tinham produtos revolucionários. Em 1969 milhões de pessoas puderam assistir na TV a cores o primeiro homem pisar na lua (ARMSTRON *et al.*, 1991, p.117, tradução nossa).

de 1970, se caracterizou pelo fortalecimento da classe trabalhadora, das representações sindicais e garantia do pleno emprego, o que, em conjunto, fortalecia o poder de barganha tanto individual como por convenção coletiva.

A literatura feminista, segundo Bakker (2007) e Folbre (2003), aponta para os limites das políticas de bem estar social para a emancipação feminina da esfera privada do lar e da tutela de seus maridos, na medida em que boa parte destas reforça tanto o papel das mulheres como cuidadoras como a divisão sexual do trabalho, incluindo a força de trabalho das mulheres em atividades voltadas à reprodução social no mercado, porém com menores remunerações que às masculinas, e também privilegiavam modelos de família heterossexuais. Apesar das críticas, predomina a análise, por parte da literatura feminista, da importância das políticas de bem-estar social para a oferta de serviços voltados aos cuidados e à reprodução da sociedade (BAKKER, 2007).

O aumento do poder da classe trabalhadora e das políticas de bem-estar social, no entanto, não são permanentes, haja vista que suscitarão em conflitos inerentes com a classe capitalista, já que o seu poder tende a diminuir. Esse cenário se torna insustentável a partir de meados dos anos 1970 com a crise econômica, a falência das políticas keynesianas e a tentativa de restauração do capitalismo liberal. As formas de regulamentação do sistema, por conseguinte, criaram problemas internos a ele, o que levará a um processo de deterioração dos direitos trabalhistas e das políticas de manutenção do bem-estar social.

A falência das políticas econômicas keynesianas de pleno emprego e bem-estar social e a tentativa de reestabelecimento do sistema liberal ocorreu a partir de meados dos anos 1970 em decorrência da crise econômica que atingiu o sistema capitalista mundial, ancorados pela crise cambial e do petróleo nos anos 1980. As políticas de bem-estar social passaram a ser consideradas inflacionárias, o que levou à cortes nos gastos públicos. Em 1980 foi eleito o presidente Ronald Reagan nos Estados Unidos, que se alinha à uma política econômica liberal, implantando uma série de medidas de ajustes econômicos e mudanças institucionais. O presidente do Federal Reserve Board da época, Paul Volcker, a fim de conter a inflação, adotou medidas de flexibilização da taxa de câmbio e aumento da taxa de juros, que, em conjunto, desencadearam no aumento do desemprego, precarização do trabalho, redução dos salários reais e fragilização das entidades sindicais (GUTTMANN, 1994).

A política econômica do governo Reagan ao mesmo tempo que diminuiu os gastos sociais, aumentou as despesas de guerra e desregulamentou diversos mercados protegidos, gerando um efeito em cascata que atingiu o setor industrial. Os empregos da indústria foram parcialmente substituídos pelo setor de serviços, com salários mais baixos e jornadas mais

extensas. Estas medidas foram acompanhadas pela livre flutuação cambial, desregulamentação e inovações financeiras no mercado bancário. Essa época também é contemporânea ao fortalecimento do Fundo Monetário Internacional (GUTTMANN, 1994).

Na Europa, as maiores economias capitalistas, entraram em um período de profunda crise inflacionária, levando a tentativas frustradas de regulamentação cambial e do fluxo de capitais. A estratégia adotada nesse sentido, foi a tentativa de ancoragem cambial coletiva, estabelecendo bandas de flutuação e perseguindo a união monetária. As transformações que atingiram o sistema monetário internacional e a pressão pela abertura dos mercados financeiros impactaram, por fim, os países em desenvolvimento e no continente asiático (EICHENGREEN, 1994). Esse processo, alinhado com a desregulamentação bancária e a globalização dos mercados irá gerar as sementes para a grande crise econômica de 2008.

O processo de globalização e liberalização dos mercados afetou a classe trabalhadora no mundo de forma diversa. Nos países do Norte, as mudanças no sistema produtivo, passando para o processo *just in time*, levou à flexibilização do trabalho e desindustrialização; nos países socialistas foi caracterizado pela desestatização da indústria, e privatização da agricultura e dos bens comuns. Já no Sul, a globalização é marcada pela liberalização das importações e privatização das terras (FEDERICI, 2009). Essas mudanças foram acompanhadas pela intensificação da proletarização da força de trabalho, com a mercantilização da força de trabalho feminina e a desapropriação das comunidades rurais de suas terras.

Além disso, outras características que marcaram o período foram a financeirização dos mercados e a mobilidade de capitais que fragilizaram a luta dos trabalhadores; as políticas de ajustes e cortes em recursos voltados para a serviços sociais, bem como a privatização de terras agriculturáveis e outros bens comuns como água e recursos minerais.

Acompanhando as transformações econômicas, uma das características da passagem das sociais democracias para o sistema liberal foi a transformação do conceito de dependência. Segundo Fraser (2013), a dependência no século XIX era considerada aceitável para as mulheres, e para determinados grupos raciais, sendo utilizada para balizar políticas de bem-estar social e para manter hierarquias raciais. No caso dos homens brancos, ser dependente era considerado degradante já que eles deveriam ser provedores da família.

A dependência, que nas sociedades pré-industriais era caracterizada como estruturante das relações sociais, passou a designar um fator moral e psicológico com a passagem para o capitalismo industrial. Essa redefinição foi influenciada diretamente pela Reforma Protestante, que reelaborou a imagem do homem livre, noção diferente da entendida pelo catolicismo, onde a dependência é normalizada, aos moldes da dependência de um Deus. Essa transformação irá

balizar diferentes movimentos sociais, tanto os que contrariam hierarquias de poder e sujeições políticas, como o movimento feminista e abolicionista, mas também serviu como pressuposto para a escravização, já que os povos colonizados eram definidos como biologicamente dependentes.

O conceito de cidadania foi moldado nas transformações dos conceitos de independência e dependência. As lutas pela independência e cidadania foram conquistadas principalmente pelos trabalhadores homens brancos, com direitos civis e eleitorais, e pelo direito às relações de trabalho dignas, em que uma das expressões é o salário família. Ser um membro ativo da sociedade nessa época significava se distinguir dos pobres, escravos e trabalhadoras domésticas, a fim de conquistar a independência. Esta significava ter um salário suficiente para sustentar a esposa dona de casa e as crianças dependentes, o que era conquistado principalmente pelas famílias brancas. Conforme visto na seção anterior, o papel da mulher se transforma, passando de companheira na divisão da produção, para dona de casa, porém este conceito se aplica somente às famílias mais endinheiradas, muitas de baixa renda permaneceram dependentes da remuneração feminina. (FRASER,2013).

O conceito de dependência irá novamente se transformar nas sociedades pós-industriais, o que ocorreu em conjunto com as mudanças nas famílias e as transformações econômicas e culturais. O modelo familiar pai provedor, mãe dona de casa se tornou inviável, já que o trabalho não garantia mais o sustento necessário para toda a família. Ao mesmo tempo, emergiram movimentos favoráveis ao divórcio e a liberalização sexual, que modificaram as normas sociais vigentes. Em conjunto, a despeito dos avanços do feminismo para a conquista de liberdades das mulheres, esses dois movimentos levaram a uma estigmatização da dependência, dando espaço para uma moralidade individualista. Na nova sociedade, todas as pessoas deveriam procurar a independência, a despeito do gênero e raça, o que se expressaria pelo trabalho assalariado, Fraser (2013):

A estigmatização da dependência ampliou-se para a sua patologização e associação à dependência química e alcoolismo. Esta percorreu os discursos psiquiátricos, definindo as mulheres brancas como muito dependentes e as negras como demasiadamente independentes. A retórica da mística feminina de dependência, e o Complexo de Cinderela, balizou muitos discursos feministas da segunda onda, levando à estigmatização da dependência e do trabalho de cuidado e reforçando o baixo status destes trabalhos, mesmo quando ofertados no mercado. A patologização da dependência chegou ao ápice de se tornar um pânico social. Em 1980 a Associação Psiquiátrica Americana classificou a “Desordem de Personalidade Dependente”

como uma psicopatologia, listada no Manual Estatístico de Desordens Mentais, e descrita como mais comum entre mulheres (FRASER, 2013).

Além da desvalorização dos trabalhos reprodutivos, a estigmatização da dependência balizou discursos racistas contra determinados grupos sociais e raciais, beneficiados por programas de assistência social, a exemplo das mulheres negras solteiras nos EUA nos anos 1960/70, passando para as jovens mães solteiras. Dessa forma, os programas de bem-estar social, passaram a tratar as beneficiárias de forma infantil, cerceando suas decisões sobre emprego, moradia e relações sexuais, bem como definindo diversas regras burocráticas.

As políticas liberais e o processo de globalização, portanto, refletiram sobremaneira nas mulheres na medida em que reprivatizam a reprodução social do trabalho. Isso ocorre, segundo Bakker (2003), de maneira dual: com o retorno dos trabalhos reprodutivos para o ambiente doméstico sobrecarregando as mulheres, e, simultaneamente, com o processo de privatização dos trabalhos de cuidados para o mercado. Esse modelo rompe com a forma de organização econômica e social das sociedades democráticas, transformando a sociedade em grupos de indivíduos ou famílias desconectadas da realidade social coletiva, o que se relaciona com a subordinação do trabalho humano, da vida, da natureza e das necessidades locais ao capital e às decisões do mercado (BAKKER, 2007).

O neoliberalismo impõe não somente a privatização dos bens estatais, como também de instituições sociais que garantem a provisão para a reprodução social, e pressupõe a alienação das propriedades comuns. Ao mesmo tempo, a inovação tecnológica e o processo de globalização industrial levaram à diminuição da renda das famílias, aumento do desemprego e do subemprego. Neste sentido, o trabalho das mulheres assume um caráter flexível e é intensificado já que é necessário para garantir a reprodução humana. “Reprivatizing the costs of social reproduction is intensifying women’s labor in the provision of needs and individualizing the risks of lifetime income streams through private savings and pensions funds⁵” (BAKKER, 2003, p. 79).

O processo de reprivatização dos trabalhos reprodutivos e de precarização do mercado de trabalho reflete na organização social das famílias, com o fim do padrão homem provedor, mulher dona de casa. Segundo Bakker (2003), a demanda pelo trabalho reprodutivo das mulheres foi acompanhada pelo aumento da importância do salário feminino para a manutenção das famílias. Essa estrutura do mercado incorreu tanto na intensificação do trabalho feminino,

⁵ A reprivatização dos custos da reprodução social está intensificando o trabalho das mulheres na provisão de necessidades e individualizando os riscos dos fluxos de renda vitalícia por meio de fundos privados de poupança e pensão (BAKKER, 2003, p. 79, tradução nossa)

como também na sua polarização, com a dependência das mulheres de classe média das empregadas domésticas remuneradas. O emprego doméstico, por sua vez, é marcado por baixos salários e proteção social, sendo principalmente exercido por mulheres de grupos raciais e étnicos marginalizados e migrantes pobres. A ordem mundial e de gênero, por conseguinte, está demarcada por estruturas raciais e de classe.

A desestruturação dos recursos e formas de cuidado das pessoas caracteriza a crise dos cuidados, levando um contingente populacional a migrar para os países do Norte, buscando alternativas à reprodução da vida. Muitas dessas pessoas deixam suas comunidades à procura de emprego como empregadas domésticas, a fim de garantir algum sustento às suas famílias, o que caracteriza a globalização dos cuidados,

[W]hen hundreds of thousands leave their homes to face years of humiliation and isolation, living with the anguish of not being able to give to the people they love the same care they give to strangers across the world, we know that something quite dramatic is happening in the organization of world reproduction (FEDERICI, 2009, p. 10)⁶

As mudanças no sistema produtivo, com a intensificação da mecanização e a inserção de novas tecnologias não foi acompanhada por equivalentes melhorias em tecnologias domésticas, que oportunizassem às pessoas aumentar o tempo livre, a despeito do ingresso maciço das mulheres no mercado. Isso ocorreu, segundo Federici (2009) porque o trabalho reprodutivo é intensivo em força de trabalho, dificilmente substituído por máquinas, relação que se expressa principalmente nos cuidados com crianças e idosos. Essa atividade, por conseguinte, passou a ser realizada principalmente por mulheres migrantes pobres dos países do Sul, contratadas diretamente pelas famílias ou por empresas privadas.

Esse cenário tende a se aprofundar com a crise de 2008, que expôs as fragilidades e contradições do sistema capitalista em sua fase neoliberal, em que a financeirização ocupa um espaço hegemônico. Atingindo o centro do sistema, a crise, segundo Duménil e Lévy (2011), está relacionada tanto a aspectos econômicos, como a queda na acumulação de capital e da taxa de lucro, como também ao processo de globalização e financeirização dos mercados, acompanhada pelo endividamento das famílias, diminuição dos salários reais e aumento do desemprego e das formas precárias de trabalho. Essa conjuntura levou à Grande Recessão Econômica, em que se encontra o sistema capitalista atual.

⁶ [Q]uando centenas de milhares deixam suas casas para enfrentar anos de humilhação e isolamento, vivendo com a angústia de não poder dar às pessoas que amam o mesmo cuidado que dão a estranhos em todo o mundo, sabemos que algo bastante dramático está acontecendo na organização da reprodução mundial (FEDERICI, 2012, p. 104, tradução nossa)

Como resposta à crise econômica, os Estados adotaram medidas de ajustes e diminuição dos serviços públicos, bem como investimentos em infraestrutura, o que recaí principalmente sobre as mulheres. Em consequência da ausência do Estado, elas intensificaram a jornada de trabalho voltada aos afazeres domésticos, muitas mulheres de regiões pobres, com a privatização da água por exemplo, precisam gastar mais tempo se deslocando para coletar este recurso para cozinhar. Isso ocorre também com a privatização dos serviços públicos, em que os cuidados com os doentes recaem principalmente sobre a força de trabalho feminina. Outra característica da flexibilização das formas de emprego é o trabalho em casa, o que, além de intensificar o trabalho doméstico, reforça a divisão sexual do trabalho (FEDERICI, 2012)

O aumento da participação feminina no mercado de trabalho, e a reorganização da reprodução social não eliminou as hierarquias de gênero no mercado de trabalho, tampouco os estereótipos femininos e masculinos. Segundo Federici (2009), uma das consequências foi o crescimento da violência contra a mulher, que se explica por diversos fatores, como a competição no mercado de trabalho, a frustração masculina em não conseguir cumprir seu “papel” como provedor e também pelo fato do homem ter menor controle sobre o corpo e trabalho das mulheres. A violência e as consequências do desemprego e da pauperização se expressam também através utilização do corpo das mulheres através da pornografia e da prostituição.

A invisibilidade e precariedade dos trabalhos reprodutivos torna o trabalho feminino subsidiário ao masculino. Ainda que tenham conquistado vários direitos legais, frutos das lutas feministas seculares, as mulheres permanecem recebendo salários inferiores aos dos homens, tornando o casamento economicamente vantajoso ou mesmo uma necessidade de vida e aceitação social. Segundo Pateman (2013, p. 198), “As mulheres solteiras não têm uma situação social definida e aceitável; tornar-se a esposa de um homem ainda é o principal meio pelo qual a maioria das mulheres obtém uma identidade social reconhecida”.

Outra característica da desvalorização dos trabalhos reprodutivos foi que a ascensão das mulheres de classe média ao mercado deveu-se à delegação dos afazeres domésticos ao trabalho de outras, as empregadas domésticas remuneradas. Essa ocupação é marcada por questões de gênero, raça e classe e predomina entre países de menor PIB per capita e maiores índices de desemprego (VIECELI *et al.*, 2017). A inserção da mulher dentro do sistema capitalista é de dependência econômica, seja por parte dos homens, pais e maridos, ou do Estado através das políticas públicas de assistência que assumem especial importância após a Segunda Guerra Mundial.

As políticas de bem-estar social, a despeito da crítica feminista, de reforçarem o papel da mulher como cuidadoras e privilegiar as famílias heterossexuais, foram essenciais para a melhoria da situação das mulheres trabalhadoras e da classe trabalhadora em geral, liberando mais tempo para elas se dedicarem às atividades remuneradas. Segundo Bakker “In large part, the struggle for progressive social reproduction is a struggle for both resources and for control over time. Institutions like public education and child care are crucial to the realization of such possibilities⁷”. (BAKKER, 2007, p. 548)

A crise econômica que atingiu o capitalismo em meados da década de 1970 levou a uma nova fase do sistema, com a tentativa de reestruturação das políticas liberais, que se traduzem na austeridade financeira e desregulamentação dos mercados. As políticas de bem-estar social sofreram fortes ajustes, o que recaiu sobre o trabalho feminino e a situação da classe trabalhadora por consequência.

Essa dinâmica assume um caráter diverso nos países do Sul, marcados por forte desigualdade social, cujas raízes históricas se encontram no processo de colonização dos territórios. Na próxima seção iremos analisar a forma de organização dos trabalhos reprodutivos na periferia do sistema capitalista, analisando as transformações desta estrutura conforme o período histórico.

3.2 OS TRABALHOS REPRODUTIVOS NA PERIFERIA, O CASO DA AMÉRICA LATINA

A questão da reprodução da força de trabalho é central para explicar a desigualdade entre homens e mulheres no sistema capitalista, já que, conforme visto, caberia a elas principalmente os trabalhos reprodutivos, sejam eles exercidos de maneira remunerada ou não. Essa desigualdade, no entanto, assume uma dinâmica particular nos países periféricos, cuja formação dos Estados é marcada pela colonização, exploração dos recursos naturais por parte dos países colonizadores, das civilizações autóctones e escravidão.

A desigualdade social latente assume um caráter de segregação de gênero, raça e classe, o que a teoria feminista denomina de interseccionalidade. Além disso, a formação industrial gerou excedentes populacionais, desempregados ou sub-empregados, fatores que se agravam

⁷ Em grande parte, a luta pela reprodução social progressiva é a luta pelos recursos e pelo controle do tempo. Instituições como educação pública e cuidados com crianças são cruciais para a realização dessas possibilidades (BAKKER, 2007, p. 548, tradução nossa).

durante o período neoliberal, com a liberalização dos mercados e a diminuição da presença do Estado como provedor de políticas de bem estar social, já insuficientes.

A manutenção dos privilégios de classe, das estruturas patriarcais e racializadas, a falta do Estado para suprir a demanda por serviços ligados à reprodução da força de trabalho, tiveram como principais consequências o rebaixamento salarial para toda a classe trabalhadora. Em relação às mulheres, em função do peso da dupla jornada, seu ingresso ao mercado de trabalho ocorreu de maneira marginal e segregada, e, muitas vezes, às custas de um grande contingente de outras mulheres, de classes sociais marginalizadas, empregadas como domésticas. Segundo Souza (2017), sobre as empregadas domésticas no Brasil:

O caso atual da exploração da ralé brasileira pela classe média para poupar tempo de tarefas domésticas, sujas e pesadas, o que permite utilizar o tempo "roubado" a preço vil dessa classe em atividades mais produtivas e mais bem remuneradas, mostra uma funcionalidade da miséria clara como a luz do Sol. Essa luta de classes silenciosa exime toda uma classe dos cuidados com os filhos e da vida doméstica, transformando o tempo poupado em dinheiro e aprendizado qualificador. A classe roubada, no caso, é condenada eternamente a desempenhar os mesmos papéis secularmente servis (SOUZA, 2017, p. 80).

A manutenção da reprodução social dos países periféricos, é marcada pelo papel que essas economias desempenham no mundo globalizado, refletindo na forma como as mulheres integram nessas atividades. A exemplo disso, Pyle e Ward (2003) destacam o crescimento da participação feminina principalmente em trabalhos para empresas exportadoras, como por exemplo, a produção de roupas e alimentos para os países do Norte; os trabalhos relacionados ao mercado do sexo; como trabalhadoras domésticas e como receptoras de microcrédito.

A respeito dos trabalhos reprodutivos na periferia, Danaway (2014b, p. 14) destaca que as atividades domésticas não podem ser analisadas como não integradas ao mercado, já que os dois espaços estão interligados. Além disso, muitas mulheres trabalham para o mercado em casa, ao mesmo tempo que exercem atividades voltadas para a reprodução social. A autora destaca que os trabalhos das mulheres no Sul Global formam uma rede complexa, a depender da classe e da raça, interligados ou não com os trabalhos agrícola, com as atividades não remuneradas para sustento dos domicílios, atividades não pagas associadas à reprodução social biológica e cuidado com as crianças, atividades não pagas associadas à subsistência dos homens nas fazendas ou nas fábricas, trabalhos assalariados formais e informais e voluntários destinados ao sustento da comunidade.

A chave para identificar as características das sociedades capitalistas contemporâneas, segundo Furtado (2008), está no período que conduziu à Primeira Revolução Industrial. Neste se observa um processo tanto de ampliação do excedente comercial, de investimentos em

ciência e tecnologia como também da difusão dos valores culturais dos povos colonizadores. A acumulação de excedente por parte dos países europeus por meio da utilização massiva de força de trabalho escrava e servil africana e das Américas, e da usurpação de metais preciosos e outros recursos naturais dos países colonizados.

O período de colonização, por conseguinte, incorrerá em estruturas globais desiguais: por um lado, os países colonizados terão suas atividades produtivas baseadas na utilização de força de trabalho escravo, por outro, no caso da Europa, a ampliação das atividades administrativas e a organização da estrutura estatal entrará em conflito com as estruturas de dominação precedentes. As novas instituições geradas pelo influxo dos metais preciosos, ampliação do comércio interno e das atividades administrativas levarão ao que Furtado denomina de revolução burguesa na Europa. Esta é uma forma particular que assume a evolução social europeia, que se torna decisiva para a formação das sociedades capitalistas.

A integração dos países da periferia ao mercado internacional, por outro lado, ocorreu de forma indireta, transplantando-se padrões de comportamento das civilizações industrializadas. Nesses mercados, os padrões de consumo são modernizados e diversificados, mas não há uma evolução nas técnicas produtivas. Os valores ideológicos da revolução burguesa também seriam transplantados para os países dependentes, e qualquer iniciativa de modificação do quadro estrutural seria vista como irracionalidade política. Essas particularidades levariam a um quadro de rigidez das estruturas sociais, que seria aprofundado pela apropriação do excedente produtivo por parte das elites.

A composição final do excedente, depende das formas como as desigualdades são reproduzidas, sendo reflexo de um sistema de dominação social, vinculado à estrutura de poder. Esta se associa à diversos fatores, como o controle do acesso à terra, dos meios de produção produzidos pela coletividade, acesso ao crédito, às profissões liberais, controle do Estado, da informação e da criatividade. Segundo Furtado (1977), as relações de poder estão controladas por um sistema de valores, em que a família e a religião são os principais perpetuadores.

O período de emergência da civilização industrial na Europa e da colonização dos povos americanos foi acompanhada pela violência, marginalização e demonização da cultura e das civilizações conquistadas. Essa característica, associada à estrutura econômica descrita por Furtado, fundamenta a formação dos países periféricos demarcando a desigualdade dos espaços ocupados pela população branca de um lado, e, de outro, da indígena e negra africana. A questão racial, irá se entrecruzar com a forma de dominação patriarcal, também característica da sociedade europeia, delimitando os espaços ocupados pelas mulheres na sociedade, em especial as de grupos raciais marginalizados.

Segundo Quijano (2005), o processo de colonização europeia utilizou-se do ideal racial, baseado em um pensamento dual, segundo a qual a cultura dos países europeus seria considerada superior e portadora de modernidade, enquanto a dos povos colonizados seria atrasada. Difundi-se a ideia de que as diferenças de ordem biológica explicariam a posição de inferioridade dos dominados frente aos dominantes o que foi utilizado como pretexto para a exploração até a morte do trabalho dos povos conquistados e escravizados, levando ao genocídio de milhares de populações indígenas e negras, bem como ao desaparecimento de diversas civilizações.

Os diferentes povos latino-americanos ficaram rotulados simplesmente de índios, bem como a população expropriada do continente africano para ser explorada como escrava será reduzida a negro. Tanto negros como índios serão considerados povos mais próximos à natureza e do corpo, portanto menos racionais. Já os povos conquistadores, espanhóis e portugueses passam por uma resignificação, representando mais do que uma procedência geográfica, mas como portadores da ciência e da razão, servindo como base de organização social civilizada para o mundo (QUIJANO, 2005). A segregação racial característica do processo de colonização determinará a divisão racial do trabalho. Cada forma de trabalho ficou associada a uma raça em particular e o seu controle passou a ser realizado por grupos sociais específicos. Essa lógica foi bem sucedida e reproduz-se até os dias de hoje.

O processo de colonização, portanto, utilizou como estratégia de domínio, a redução da cultura das civilizações americanas, que passaram a ser consideradas inferiores, e, inclusive demonizadas. Na primeira fase de colonização europeia, segundo Federici (2017), enxerga-se os indígenas como seres inocentes e generosos, facilmente subjugados às culturas avançadas. Essa época se caracterizará pelo batismo massivo das civilizações autóctones e a tentativa de conversão à religião e aos costumes dos colonizadores, em especial ao abandono da poligamia e a homossexualidade, bem como sua relação com o corpo e a nudez.

Os acordos deixaram de ocorrer, na medida em que a conquista avançava, segundo a autora “Não é possível impor-se sobre outras pessoas sem rebaixá-las a um ponto em que até mesmo a possibilidade de identificação se torna inviável” (FEDERICI, 2017, p. 386). As práticas que antes eram consideradas falta de educação religiosa, como sodomia, canibalismo, incesto passaram a ser vistas como provas de que os indígenas estavam sob o domínio do demônio o que justificava a privação de suas terras e a exploração do trabalho até a morte. Foi realizada uma grande campanha ideológica na Europa, com a divulgação de ilustrações do Novo Mundo em que os indígenas eram representados como animais e demônios, seus lugares de culto foram destruídos e as mulheres perseguidas como bruxas. Essa estratégia de dominação

visava terminar com as práticas de socialização e culturas de resistência dos povos conquistados, segundo Federici (2017, p. 297).

Seu objetivo era intimidar a população criar um “espaço de morte” em que os potenciais rebeldes se sentissem tão paralisados pelo medo que passassem a aceitar qualquer coisa para não ter de enfrentar o tormento daqueles que eram espancados e humilhados publicamente. [...] Graças à tortura, às denúncias anônimas e às humilhações públicas, muitas alianças e amizades se romperam; a fé dos povos na efetividade de seus deuses se debilitou, e o culto se transformou em uma prática individual e secreta, mais que coletiva, tal como havia sido na América antes da Conquista.

Não se pode dissociar, por conseguinte, a estrutura de poder existente nos países periféricos, conforme descrito por Furtado, com o processo de colonização e redução da cultura dos povos colonizados. Durante a formação dos estados-nação nem os indígenas nem a população negra será integrada. A segregação racial destes países será ainda mais acentuada devido à grande concentração de terras por uma minoria branca, levando à formação de estados oligárquicos (QUIJANO, 2005).

A divisão racial do trabalho se associa com outra forma mais antiga de dominação: a patriarcal, designando os espaços das mulheres negras e indígenas dentro da civilização emergente. As mulheres, em sua totalidade já eram consideradas menos racionais; em relação às negras e indígenas há um duplo caráter, já que o elemento raça se associa ao gênero, o que reforça ainda mais a concepção de estarem mais próximas à natureza (QUIJANO, 2005). Este foi o argumento para as relegarem às formas mais precárias de serviços e à exploração sexual, o que é característico do emprego doméstico.

Esse novo e radical dualismo não afetou somente as relações raciais de dominação, mas também a mais antiga, as relações sexuais de dominação. Daí em diante, o lugar das mulheres, muito em especial o das mulheres das raças inferiores, ficou estereotipado junto com o resto dos corpos, e quanto mais inferiores fossem as suas raças, mais perto da natureza ou diretamente, como no caso das escravas negras, dentro da natureza. (QUIJANO, 2005, p.118)

As mulheres na América espanhola formaram uma resistência bastante importante contra a dominação colonial, se opondo com veemência às novas estruturas de poder. Segundo Federici (2017, p. 400) esta dinâmica ocorreu porque a colonização afetou a posição social. Antes elas possuíam suas próprias organizações e suas atividades eram reconhecidas socialmente, ainda que não fossem iguais às dos homens, eram consideradas complementares na esfera social e da família. A exemplo das mulheres mexicanas que exerciam diversas atividades, assumindo papéis importantes como agricultoras, donas de casa, tecelãs, bem como

dentro da esfera religiosa como sacerdotisas. A chegada dos povos colonizadores trouxe diversas crenças misóginas, reestruturando uma economia baseada no patriarcado, elas passaram a ser reduzidas a servas e criadas. A definição da ilegalidade da poligamia também constituiu uma forte redução do papel feminino, já que forçou muitos homens a se separarem das mulheres, ou relegá-las à condição de criadas, além dos filhos das uniões poligâmicas tornaram-se ilegítimos. Ao mesmo tempo em que as uniões poligâmicas eram dissolvidas, as mulheres indígenas eram estupradas e raptadas, e muitos homens começaram a recorrer à prostituição.

A estrutura doméstica patriarcal, nos moldes da sociedade europeia e católica, passou a ser elemento central para a dominação colonial, segundo Kuznesof (1989). Essa política irá excluir sistematicamente as mulheres da esfera política e econômica, consagrando o homem como responsável pelo cuidado econômico, espiritual, social e educacional das pessoas, enquanto a mulher era relegada à uma posição de tutelada. Alguns setores como o comércio, em que elas costumeiramente ocupavam, passaram a ser restringidos por conselhos locais, que controlavam os preços e as proibiam de liderarem, assim como os mestiços, ou qualquer pessoa sem algum capital.

No período colonial os empregos disponíveis às mulheres, fora da agricultura, passaram a ser limitados principalmente à esfera doméstica. O emprego doméstico neste período exerceu grande importância também para a produção utensílios como roupas, velas, pólvora e mobiliário. Segundo Kuznesof (1989, p.31) “[e]verywhere in Latin America domestic service has been the most important form of female employment throughout history and has also been the least regulated of any employment⁸”.

As empregadas domésticas na América espanhola eram principalmente mulheres indígenas e mestiças, órfãs e meninas provenientes de famílias pobres que trabalhavam em troca de subsistência e educação. Com a promulgação de leis de proteção aos indígenas no México do século XVI cresceu o número de domésticas negras (libertas e escravas), e mestiças ocupadas como domésticas. As mulheres brancas também foram empregadas como domésticas, principalmente as migrantes solteiras pobres provenientes da Espanha, consideradas empregadas de maior prestígio e utilizadas pelas famílias mais ricas, principalmente como amas de leite, já que se acreditava na época que as características biológicas raciais passavam pelo sangue (KUZNESOF, 1989).

⁸ [E]m todos os lugares da América Latina, o trabalho doméstico representou a forma mais importante de emprego feminino durante toda a história e, também, foi o menos regulamentado dentre todas as formas de emprego (KUZNESOF, 1989, p. 31, tradução nossa).

A importância do emprego doméstico permaneceu mesmo após o período de colonização e a industrialização da América Latina. As primeiras indústrias instaladas no século XIX recrutaram força de trabalho com baixa qualificação e salários, o que tornavam as crianças e mulheres preferidas, elas recebiam em torno de um terço do salário masculino. Ainda que a força de trabalho feminina tenha sido importante para as indústrias nascentes, a ideologia patriarcal determinava que a esfera doméstica e o casamento eram suas principais funções. As trabalhadoras nas indústrias eram, por conseguinte, principalmente mulheres solteiras ou viúvas, raramente casadas, provenientes de raças mestiças, negras ou indígenas. O emprego doméstico foi considerado uma ocupação importante para as mulheres pobres, já que, dentro dos moldes do patriarcado, as manteria no âmbito privado. Por outro lado, as famílias ricas mantinham as empregadas como forma de preservação de status social (KUZENSOF, 1989)

Entre os anos de 1895 a 1930, haverá uma reversão no emprego feminino, as indústrias instaladas passaram a ser intensivas em capital, o que, dentro da estrutura patriarcal, levou ao aumento da remuneração masculina e a saída das mulheres do mercado de trabalho para permanecerem no âmbito doméstico. As mudanças nas cidades, com saneamento básico, a expansão da escolaridade e valores como a maternidade levaram também à diminuição do emprego doméstico (KUZENSOF, 1989).

Entre as décadas 1940 e 1970, o emprego feminino volta a crescer, com a expansão do setor de serviços de maior status, ocupados pelas mulheres das classes média e alta, o que reforçará novamente a importância do emprego doméstico para as mulheres pobres. A estrutura das famílias tradicionais endinheiradas, por conseguinte, se mantém, já que os trabalhos domésticos passam a ser de responsabilidade de outras mulheres, as empregadas domésticas (KUZENSOF, 1989). Essa dinâmica é reforçada, conforme analisa Melo (1998) pela falta de contrapartida de oferta por parte do governo, e de serviços voltados para a reprodução social, como escolas de turno integral e de educação infantil, o que poderia diminuir o dispêndio de tempo para o cuidado e educação dos filhos.

A forma como a força de trabalho feminina é integrada no mercado está relacionada com a estrutura produtiva e social das economias. O processo de industrialização dos países latino-americanos é marcado primeiramente por reformas protecionistas, conhecido como Processo de Substituição de Importações (PSI), vigente até meados dos anos 1970 e característico de algumas regiões como Chile, Brasil, Argentina, México, Uruguai, e mais tardiamente Peru e Colômbia. Outros países como Nicarágua, Honduras, Panamá, El Salvador, Paraguai, Bolívia e Equador, irão se industrializar mais tardiamente, de forma distinta, marcado por mercados abertos, com forte vinculação com a moeda estadunidense (VASCONEZ, 2012).

A partir do esgotamento do PSI somada à crise do endividamento e as violentas ditaduras militares, implantadas com suporte dos Estados Unidos e aliados nos anos 1970 e 1980, inicia um processo de liberalização dos mercados e diminuição da presença do Estado como provedor de políticas sociais. As economias passam por um processo de reprimarização, em que se prioriza um modelo exportador, voltado aos interesses internacionais, destruindo as produções domésticas e comunitárias. Isla (2015), destaca o caráter brutal das ditaduras implantadas em diversos países latino-americanos, e a imposição de políticas neoliberais pensadas pelos economistas da escola de Chicago, tendo como suporte o Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e outros bancos comerciais internacionais. “The experience of Latin American countries shows that primitive accumulation did not occur only once but has been repeated under current globalization process⁹” (ISLA, 2015, p. 11).

Sob a coordenação de operações de inteligência internacionais, em que se destaca a Operação Condor, milhares de pessoas foram mortas, torturadas, desapareceram e crianças foram raptadas. Isla (2015) destaca a importância dos movimentos de mulheres, que se uniam como forma de solidariedade para enfrentar a ditadura, mas também procurando estratégias para enfrentar o período de crise. Entre os quais destacam-se as mulheres chilenas que se desenvolveram as *arpilleras*, forma de artesanato em tecido onde denunciavam as violações aos direitos humanos ocorridos no país. Na Argentina, organizações como as Mães da Praça de Maio, reclamavam pelo direito de serem mães e avós.

Com o aprofundamento do endividamento das economias latino-americanas nos anos 1980 e o anúncio da moratória no México em 1982, crescem também as imposições pela redução de dispêndio de recursos públicos para o provimento da reprodução social, bem como privatização de empresas estatais e flexibilização das leis trabalhistas por parte do FMI e do Banco Mundial. Como resultado, se aprofundam as instabilidades políticas e econômicas bem como a pobreza e da concentração de renda e fragilizam as instituições representativas dos trabalhadores e os movimentos sociais (ISLA, 2015).

De forma geral, as economias dos países latino-americanos permanecem demarcadas por heterogeneidades estruturais, onde grandes empresas pouco produtivas, convivem com pequenas e médias dependentes. Os salários são represados pela baixa produtividade das grandes empresas, levando à formação de um mercado de trabalho marcado por altos níveis de

⁹ A experiências dos países Latino-Americanos demonstra que a acumulação primitiva não ocorreu somente uma vez, mas se repetiu ao longo do processo de globalização (ISLA, 2015, p. 11, tradução nossa)

informalidade e pobreza e uma economia concentradora de capitais, cenário que se agrava pela abundância de força de trabalho e concentração de terras (VASCONEZ, 2012).

As políticas de bem-estar social adotadas pelos países latino americanos durante os anos 1980, segundo Vasconez (2012), voltaram-se para os indivíduos pobres, ou extremamente pobres, baseado na ideia de que a pobreza é uma questão de iniciativa e oportunidade, além disso o acesso à rede de seguridade social era bastante segmentado. A partir dos anos 2000, há uma mudança na forma como são realizadas, dado a baixa eficácia das políticas anteriores, passou-se a adotar modelos de desmercantilização e universalização. A autora destaca os modelos adotados pela Argentina, Uruguai, Venezuela e Brasil bem como o exemplo do Equador, que considera a seguridade social como um direito universal. No entanto, aponta a permanência da desvinculação das políticas voltadas ao bem-estar social com os trabalhos de cuidados, e as falhas da não incorporação da esfera doméstica dentro da econômica, o que incorre na permanência de estruturas desiguais de acesso à recursos como tempo e trabalho.

Vasconez (2012) destaca que o crescimento econômico que ocorreu nos países latino-americanos entre os anos 2002 a 2008 foi importante para a diminuição da pobreza de forma vertiginosa na região, ainda que desigual entre as diferentes economias. No entanto, o percentual de mulheres em domicílios pobres, comparado com o dos homens, aumentou entre os anos de 2000 e 2009 em grande parte dos países. A autora atribui alguns fatores para tal ocorrência, como o maior percentual de mulheres sem renda, quando comparado ao dos homens, ainda que ocorra uma tendência à queda; o menor percentual de mulheres proprietárias de ativos; a falta de visão das políticas de combate à pobreza sobre a situação das mulheres e do trabalho voltado para os cuidados. Ao mesmo tempo em que há um aumento relativo das mulheres em domicílios pobres, ocorre um crescimento dos domicílios cuja mulher é a principal fonte de renda, o que a autora atribui tanto à questão da crise econômica, ao aumento da migração de mulheres, como também dos domicílios monoparentais femininos.

Uma das questões prioritárias ao se analisar a questão da pobreza feminina está ligada aos trabalhos reprodutivos, e a escassez não só de recursos monetários, mas também de tempo, o que levou a sobre representação das mulheres como desempregadas e subempregadas, aprofundando o círculo de vulnerabilidade social e pobreza. Segundo Vasconez (2012, p. 87):

[...] la condición de pobreza es un factor que incide en la oferta laboral, dado que las mujeres pobres tienden a tener peores condiciones de calificación, enfrentan mayores costos de búsqueda, mayor número de hijos e hijas pequeños sin acceso a servicios de cuidado que se constituyen en barreras para la entrada al mercado; y por otro lado, la

no participación en el mercado de trabajo incide en la pobreza de las mujeres y sus familias, dado que implica una imposibilidad de generar recursos¹⁰.

Observa-se que as mudanças advindas com o crescimento econômico das economias latino-americanas nos anos 2000 até meados de 2014, foram favoráveis à diminuição da pobreza e do desemprego na região; entretanto, não foram suficientes para transformar a estrutura produtiva, de gênero, raça e classe da região. A crise econômica recente é conjugada com um processo de instabilidade política e de intervenções internacionais na região, o que tende a aprofundar a situação de vulnerabilidade da situação das pessoas que exercem trabalhos reprodutivos, e, em particular, a situação feminina, impactando sobre o bem-estar de toda a sociedade.

A medida em que, por um lado, cresce a concentração de riqueza no mundo e a pobreza dos países do Sul, e, por outro, as mulheres dos países ricos ingressam no mercado de trabalho em carreiras de longas jornadas, concomitante à diminuição da presença das políticas de seguridade social nas duas partes do mundo, aumenta o fluxo migratório de mulheres do Sul para o Norte para trabalharem como empregadas domésticas e de cuidados.

Esse redirecionamento dos trabalhos domésticos e de cuidados dos países do Sul para os do Norte é analisado por Hochschild (2003), que enxerga o cuidado e o amor das empregadas domésticas do Sul como o novo ouro dos países dentro da relação global de comércio contemporânea, permitindo que as mães dos países ricos se insiram em carreiras de longas jornadas de trabalho e de maior remuneração, às custas do trabalho das mulheres do Sul e a perda do cuidado de suas mães por parte das crianças dos países periféricos, que muitas vezes não as acompanham.

Yeats (2014) caracteriza essa relação como cadeia global de cuidados, que se relaciona com as cadeias globais de valor, na medida que as economias dos países periféricos se especializam na produção de produtos para serem exportados aos países do Norte, seja na agricultura ou nas manufaturas de baixo valor agregado, degradando o meio ambiente, desconstruindo as economias locais e levando ao crescimento da migração, muitas vezes incentivada pelos países de origem, já que os migrantes enviam parte da renda à suas famílias residentes nos países periféricos.

A divisão internacional dos trabalhos reprodutivos afeta principalmente as famílias dos países do Sul, que rompem os vínculos de afeto e cuidado. Mesmo as trabalhadoras mais

¹⁰ [...] a condição de pobreza é um fator que afeta a oferta de mão-de-obra, uma vez que as mulheres pobres tendem a ter piores condições de qualificação, enfrentam maiores custos de pesquisa, maior número de filhos e filhas sem acesso aos serviços de saúde cuidados que constituam barreiras à entrada no mercado; por outro lado, a não participação no mercado de trabalho afeta a pobreza das mulheres e de suas famílias, pois implica na impossibilidade de gerar recursos (VASCONEZ, 2012, p. 87, tradução nossa).

especializadas, como enfermeiras, saem dos países do Sul para trabalharem nos países do Norte, gerando uma perda dos investimentos em educação nos países pobres.

As relações de reprodução do trabalho no sistema capitalista global se caracterizam, portando, em um excesso de trabalhos reprodutivos nos países do Norte, sejam eles ofertados por cuidadoras, babás, trabalhadoras domésticas, prostitutas e sua escassez nos países do Sul. Esta estrutura, fundamentada no processo de colonização dos países periféricos, conforme analisado ao longo do capítulo, decorre em uma série de externalidades para a população dos países pobres.

Conforme visto ao longo do capítulo, as políticas neoliberais que caracterizam o período recente tendem a piorar as estruturas de desigualdade e pobreza, impactando principalmente sobre as mulheres do Sul. Essas distorções podem ser mais bem acuradas com o desenvolvimento de estatísticas, tanto para a mensuração dos trabalhos domésticos não remunerados, como também para a sua valoração, cujas metodologias serão abordadas nos capítulos que seguem.

4 O SISTEMA DE CONTAS NACIONAL E A INVISIBILIDADE DOS TRABALHOS DAS MULHERES

Neste capítulo iremos analisar como a contabilidade nacional dos países, que serve como principal ferramenta para análise de indicadores econômicos, como Produto Interno Bruto (PIB), define os trabalhos domésticos não remunerados. Também iremos examinar os critérios de classificação destas atividades dentro da teoria feminista, e as metodologias elaboradas para inclui-las em Contas Satélites. Para tanto, o capítulo está dividido em três partes. Na primeira, introdutória, apresentamos uma análise histórica da elaboração do Sistema de Contas Nacional, como ele foi constituído excluindo os trabalhos das mulheres, as justificativas apresentadas para a sua exclusão e as críticas dos movimentos feministas. Na primeira seção do capítulo iremos analisar a forma como a última versão do Sistema de Contas Nacional de 2008 classifica os trabalhos domésticos não remunerados, e a análise das teóricas feministas sobre a metodologia de classificação dos trabalhos domésticos, bem como sua incorporação às contas nacionais. Por fim, na última seção, iremos apresentar as metodologias elaboradas por organismos internacionais a fim de subsidiar a elaboração de contas satélites.

O Sistema de Contas Nacional é um modelo desenvolvido pela Organização das Nações Unidas para a contabilização da produção econômica dos países. Atualmente é uma das principais ferramentas utilizadas no mundo, tanto pelo setor público, para a definição de políticas econômicas, planos de investimentos governamentais; como também pelos organismos internacionais como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, a fim de analisar e definir projeções sobre a situação financeira das economias no mundo, estratégias e planos de “assistência” às economias com problemas fiscais. No setor privado também é utilizado na definição de planos de investimento por parte de empresas multinacionais e do setor financeiro.

Conforme Waring (2004), o objetivo inicial para a definição de uma contabilidade nacional padronizada internacionalmente era justificar os gastos de guerra. Ainda que essas motivações tenham se expandido ao longo dos anos, atualmente serve principalmente para controlar o fluxo de caixa e a capacidade de débito dos países devedores. A autora enfatiza o caráter colonizador e patriarcal do Sistema de Contas Nacional, já que suas regras são impostas aos países devedores, excluindo boa parte da produção dos países cuja produção não é trocada no mercado. Além disso, a metodologia não serve como ferramenta de análise do bem-estar da população e de desenvolvimento sustentável, já que a degradação do meio ambiente é

contabilizada como uma externalidade, bem como boa parte dos trabalhos que garantem a reprodução da sociedade é invisibilizada.

The current state of the world is the result of a system that attributes little or no “value” to peace. It pays no heed to the preservation of natural resources or to the labour of the majority of its inhabitants or to the unpaid work of the reproduction of the human life itself -as well as its maintenance and care. *The system cannot respond to values it refuses to recognize* (WARING, 2004, p. 3).¹

As inconsistências do modelo do Sistema de Contas Nacional sugerido pela ONU também são analisadas por Robert Eisner (1989). Esse indica o caráter enviesado da comparação entre países que utilizam esta metodologia, já que as estatísticas tenderiam a supervalorizar a produção econômica dos países desenvolvidos e subvalorizar a produção dos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, devido ao fluxo de trabalho dentro e fora do mercado. A exemplo disso, os anos de ingresso massivo das mulheres no mercado, nos países desenvolvidos, foi acompanhado pelo aumento da oferta de serviços pelo mercado como cuidadoras, enfermeiras, empregadas domésticas, lanchonetes, resultando em um aumento do PIB para os países do Norte. No entanto, o mesmo trabalho é realizado e não contabilizado nos países do Sul, resultando em um aparente crescimento econômico para os primeiros, mesmo que não represente melhoria na qualidade de vida da população.

Veremos adiante de forma mais detalhada, os argumentos apresentados para a não inclusão dos serviços domésticos não remunerados na contabilidade dos países. Por hora, cabe pontuar que uma das justificativas apresentadas é que o sistema não serve para produzir indicadores de bem-estar (SNA, 2008). Segundo Eisner (1989), o objetivo do Sistema de Contas Nacional não deve ser mensurar todos os aspectos do bem-estar humano; no entanto, deveria servir como ferramenta para mensurar a produção dos países que contribua para o bem-estar da população:

But, I do not believe that it is an appropriate task of national income and product accounts to measure all aspects of welfare. We can leave some things to psychologists and sociologists. Our accounts may better seek to measure not welfare itself but the nation’s output of final goods and services, which are presumed to contribute to welfare (EISNER, 1989, p. 8)².

¹ O atual estado do mundo é o resultado de um sistema que atribui pouco ou nenhum “valor” para a paz. Ele não dá atenção para a preservação dos recursos naturais ou do trabalho da maior parte de seus habitantes ou para o trabalho reprodutivo não remunerado e da reprodução da vida humana – bem como sua manutenção e cuidado. *O sistema não pode responder aos valores que ele mesmo refuta a reconhecer* (WARING, 2004, p. 3, tradução nossa)

² Mas, eu não acredito que seja uma tarefa apropriada das contas nacionais mensurar todos os aspectos do bem-estar. Podemos deixar algumas coisas para os psicólogos e sociólogos. Nossa contabilidade deve procurar mensurar não o bem-estar em si, mas a produção de bens e serviços finais do país, que presumivelmente contribua com o bem-estar (EISNER, 1989, p. 2, tradução nossa)

Ao contrário do pressuposto por Eisner, a metodologia desenvolvida para a contabilização da produção dos países pelo Sistema de Contas Nacional respalda modelos de crescimento em que gastos governamentais na indústria armamentista, poluição e degradação do planeta são contabilizados e usados em termos comparativos entre os países como formas de crescimento. Essa metodologia de contabilizar as atividades humana se origina na maneira como a Ciência Econômica foi e ainda é pensada hegemonicamente, conforme visto no segundo capítulo, em que as ideias de valor e produção estão interligadas à produção de mercadorias a serem trocadas do mercado sob a forma de dinheiro. Em 1920, Arthur Cecil Pigou descreveu no livro “The economics of welfair” a ideia do que seria considerado econômico, indicando a necessidade de definir as suas fronteiras, e o instrumento de mensuração seria o dinheiro:

[I]s, therefore, necessary to limit our subject-matter. In doing this we are naturally attracted towards that portion of the field in which the methods of science seem likely to work at best advantage. This they can clearly do when there is present something measurable, on which analytical machinery can get a firm grip. The one obvious instrument of measurement available in social life is money (PIGOU, 1932, p.30).³

Segundo Waring (2004), antes do desenvolvimento do Sistema Contas Nacional, algumas experiências haviam sido realizadas com a finalidade de mensurar a produção dos países. Dentre as quais, a publicação de William Petty em 1665, estimando a renda da população da Inglaterra, definida como o valor do trabalho e o estoque anual de riqueza. Em 1698, Gregory King adaptou a metodologia de Petty estimando a renda média, despesa e poupança de grupos socioeconômicos na Inglaterra. Outro exemplo citado pela autora, foi a estimativa realizada por S. N. Prokopovitch, em 1906, utilizando a metodologia do Sistema de Produção Material - “Material Product System” (MPS). Tal estimativa foi atualizada em 1917, durante o governo de Kerensky, como base para planos de guerra da União Soviética.

Ao final da Primeira Guerra Mundial, as estimativas sobre a produção já haviam sido desenvolvidas em diversos países, como Estados Unidos, Áustria, Austrália, Noruega, Alemanha, Japão, Suécia, Itália, Bulgária, Canadá e União Soviética. No entanto, Waring (2004) indica que a publicação da Teoria Geral de Keynes foi fator importante para o desenvolvimento do modelo elaborado posteriormente pela ONU, já que dividiu o total da renda pela combinação de três fatores: consumo, investimento, e gastos governamentais. Richard

³ [É] necessário, portanto, limitar nosso objeto. Ao fazer isso, somos naturalmente atraídos para a parte do campo em que os métodos da ciência parecem provavelmente funcionar com a melhor vantagem. Isso eles podem fazer claramente quando houver algo mensurável, no qual as máquinas analíticas possam ter um controle firme. O único instrumento óbvio de medida disponível na vida social é o dinheiro (PIGOU, 1932, p.30, tradução nossa).

Stone, posteriormente, definiu como cada um destes elementos poderia ser mensurado e suas interações, a fim de contabilizar a renda nacional dos países durante o período de guerra. A autora indica que o objetivo do desenvolvimento do sistema foi inicialmente defender os gastos de guerra, e que esta estrutura se manteve, afetando a maneira como a contabilidade e as políticas econômicas dos países foram desenvolvidas. “A system developed to win a war had no interest in measuring a nation’s poverty. It might well measure changes in market wealth, but it did not measure the distribution of wealth” (WARING, 2004, p. 46)⁴

Após a Segunda Guerra Mundial, as pesquisas que levaram ao desenvolvimento do Sistema de Contas Nacionais (SCN) ganharam maior impulso. A primeira versão padronizada foi lançada em 1953 pela divisão de estatísticas das Nações Unidas, baseada em um relatório elaborado por uma equipe liderada por Richard Stone em 1947 e em um artigo publicado por Stone e James Meade em 1941. O SCN recebeu atualizações principais em 1968, 1993 e 2008.

Segundo Messac (2018), a metodologia que deu origem à primeira formulação do SCN teve influência direta de estudos realizados por uma jovem economista, Deane Phyllis. Ela participou de um grupo de pesquisa, promovido pelo “National Institute for Economic and Social Research” (NIESR) e liderado por Meade, Stone e Austin Robinson, que visava calcular a renda de colônias britânicas na África. Phyllis e sua equipe escolheram Northern Rhodesia (atualmente Zâmbia), Nyasaland (atualmente Malawi) e posteriormente Jamaica, para iniciar seus estudos.

A pesquisa, segundo Messac (2018), era dividida em duas etapas. Inicialmente seriam compiladas as fontes disponíveis em Londres, e, após refinada com a pesquisa de campo. Ao compilar os dados e comparar com uma pesquisa nutricional realizada em Nyasaland, Phyllis percebeu que a metodologia utilizada para as regiões metropolitanas do Reino Unido não seria apropriada para as colônias africanas, já que boa parte da produção nesses locais não era trocada por dinheiro. Para mensurar os trabalhos não trocados por dinheiro, Phyllis imputou os preços realizados no mercado para as mesmas atividades. Esta metodologia foi divulgada em 1948, no estudo “The measurement of Colonial National Incomes”.

Neste estudo, Phyllis ainda não havia estimado os valores dos trabalhos realizados para coletar lenha e cozinhar, porque, segundo Messac (2018), estava insatisfeita com os dados existentes, já que não computavam o tempo despendido para estas atividades. Ela então aprofundou a sua pesquisa, e, através de entrevistas com a população de Nyasaland e Northern

⁴ Um sistema desenvolvido para vencer uma guerra não tem interesse em mensurar a pobreza de uma nação. Ele pode mensurar de forma apropriada as mudanças na riqueza dos mercados, mas não pode mensurar a distribuição de riqueza. (WARING, 2004, p. 46, tradução nossa)

Rhodesia, compilou o tempo despendido na realização das atividades domésticas não remuneradas. Os resultados deste trabalho foram publicados em 1953, na obra “Colonial Social Accounting”.

Com essas pesquisas, Phyllis defendia a necessidade de uma contabilidade nacional acurada para compreensão da dinâmica econômica de cada país e a formulação de planos de desenvolvimento. Em sua visão não poderiam ser utilizados os mesmos parâmetros para diferentes realidades econômicas. Ela enxergava os limites dos sistemas de contas, que, mesmo em países industrializados, são baseados em estimativas da totalidade da economia. No caso dos países cujas economias se baseiam majoritariamente em atividades para a subsistência, a dificuldade era ainda maior, já que as estatísticas não eram bem desenvolvidas, mesmo para a produção trocada no mercado (PHYLLIS, 1973).

As maiores dificuldades, entretanto, se encontram em contabilizar as atividades não mercantis, que englobavam boa parcela da produção desses países. Problemas que levam tanto a questões práticas, relativas à contabilidade da produção, como também teóricas, já que os valores da produção e dos serviços produzidos para o próprio consumo em sociedades de semi-subsistência divergem das atividades trocadas no mercado em economias industriais, contrariando as próprias “leis” econômicas vigentes (PHYLLIS, 1973 p.10).

The problem of assessing the volume of production of people who grow the bulk of their own food, who make their own homes and furniture, and who in fact spend the greater part of their working lives in the production of goods and services which are of vital importance of the national standard of living but which never enter into the stream of trade, is the principal obstacle in the way of producing satisfactory social accounts for African territories⁵.

Ela sugere, por conseguinte, realizar diferentes tipos de contabilidades dependendo do nível de desenvolvimento industrial dos países, já que haveria diferenças entre o acesso às informações estatísticas, como também no interesse dos pesquisadores e agentes econômicos de cada país.

The division of income into rents, profits, interest, wages and salaries, for example, a classification which has positive significance for an industrial economy, introduces concepts which are largely inappropriate to one to consisting largely of peasants producers (PHYLLIS, 1973, p. 8)⁶.

⁵ O problema de avaliar o volume de produção das pessoas que cultivaram a maior parte de seus próprios alimentos, que fazem suas próprias casas e móveis, e que, de fato passam a maior parte de suas vidas profissionais na produção de bens e serviços que são de vital importância para o padrão de vida nacional mais que nunca irá entrar no fluxo comercial, é o principal obstáculo à produção de contas nacionais satisfatórias para os territórios africanos (PHYLLIS, 1973, p. 10, tradução nossa).

⁶ A divisão da renda em aluguéis, lucros, juros, ordenados e salários, por exemplo, uma classificação que possui um significado positivo para uma economia industrial, introduz conceitos que são amplamente inapropriados para países constituídos principalmente por camponeses (PHYLLIS, 1973, p.8, tradução nossa).

As pesquisas de Phyllis, no entanto, não estavam de acordo com os interesses dos formuladores de políticas econômicas após a Segunda Guerra Mundial. Para estes, o importante era o crescimento econômico europeu e a efetivação de políticas imperialistas que assegurassem seus domínios sobre suas colônias na África. Nesse contexto, Stone publicou, em 1947, um relatório com estudos sobre Sistema de Contas Nacionais, incluindo diversas pesquisas de países subdesenvolvidos, em que se encontravam os estudos de Phyllis. Em 1953, Stone publicou a primeira versão do Sistema de Contas Nacional, nele, faz algumas referências sobre as transações não monetárias entre os países subdesenvolvidos. No entanto, segundo Messac (2018), a metodologia utilizada por Stone se diferenciou muito da publicada por Phyllis, já que incorporou somente as atividades domésticas que tinham relação muito próxima com as desenvolvidas em empresas:

The SNA diverged most significantly from Deane's production boundary in its exclusion of 'all non- primary production performed by producers outside of their own trades and consumed by themselves'. This meant that much of the beer production and the small-scale manufacture (e.g. weaving of mats) included in Deane's estimates was excluded from estimates prepared according to the SNA. To Stone and the members of the expert groups devising the SNA, the imperative for international comparability of national income estimate demand strict limitation on the production boundary (MESSAC, 2018, p. 563)⁷

Uma das explicações atribuídas por Messac (2018) para a exclusão dos trabalhos domésticos não remunerados, exercidos principalmente por mulheres do Sistema de Contas Nacional, foi a quase inexistência de mulheres nos comitês de pesquisa. Somados os três comitês responsáveis pela elaboração da metodologia após a Segunda Guerra Mundial, somente 8,3% eram mulheres e 91,7% homens. As mulheres que participaram dos comitês, por outro lado, eram grandes defensoras da inclusão dos trabalhos reprodutivos no Sistema de Contas Nacional. Dentre elas, se destacam Hildegard Kneeland e Margaret Mód, cientistas que já haviam desenvolvido pesquisas sobre trabalho doméstico e desigualdades de gênero. Sinal desse esforço é que a atualização do Sistema de Contas Nacional, em 1968, sob influência dos estudos de Margaret Mód, incluiu como parte da contabilidade nacional, as construções não monetárias, e produções domésticas, como fabricação de cerveja, móveis e tecidos.

⁷ O SNA divergiu mais significativamente da fronteira de produção na exclusão de toda a 'produção não primária realizada por produtores fora de suas próprias operações e consumidas por eles mesmos'. Isso significou que boa parte da produção de cerveja e da produção de manufaturas em pequena escala (por exemplo, tecelagem de tapetes) incluídas nas estimativas de Deane foram excluídas das estimativas preparadas de acordo com o SCN. Para Stone e os membros dos grupos de especialistas que elaboraram o SCN, o imperativo para a contabilidade internacional da estimativa da nacional exige uma limitação estrita nos limites da produção. (MESSAC, 2018, p. 563, tradução nossa).

Ainda segundo Messac (2018), nos anos 1970, surgiram diversas críticas por parte de teóricas feministas e de ambientalistas, sobre a invisibilidade dos trabalhos domésticos, dos impactos ambientais da produção industrial e dos limites dos indicadores do Sistema de Contas Nacional de conseguir captar a qualidade de vida da população. Nessa época emergiram movimentos como o “wages against household” (salários para trabalhos domésticos), que se iniciou na Itália e se espalhou pela Europa e América do Norte. Ao reivindicar que fossem imputados preços aos trabalhos domésticos, as feministas buscavam demonstrar que esses deveriam ser pagos. Dentre as teóricas que trataram o tema, destacam-se Silvia Federici e Marilyn Waring. Essa escreveu um livro, baseado em sua dissertação, sobre a importância de mensurar os trabalhos não remunerados e seus impactos sobre as mulheres. O livro de Waring “If women counted: A new feminist economics”, cuja primeira publicação é de 1988, se tornou um marco para o início da disciplina de economia feminista.

Em 1995, na Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher em Pequim, foi assinado uma Plataforma de Ação, em que consta a necessidade dos governos mensurarem os trabalhos não remunerados e despenderem recursos para a melhoria das metodologias de valoração destes. Waring (2004) indica que a emergência dessa plataforma foi possível graças à pressão por parte do trabalho da International Women Count Network, coordenado pelo Wages for Household Campaign, que coletou mais de 1.2000 assinaturas de ONGs a fim de pressionar os governos a mensurar em Contas Satélites e para a Organização Internacional do Trabalho reconhecer o caráter de trabalhado destas atividades.

Outro proeminente crítico da não inclusão dos trabalhos reprodutivos no Sistema de Contas Nacional foi Robert Eisner. Para este autor, a não inclusão dos trabalhos não pagos nas estimativas, implicava diversos pontos cegos na contabilidade, não só nos países do Sul, mas também das nações desenvolvidas (MESSAC, 2018).

O livro de Waring, “If woman Counted: a new feminist economics”, reforça a crítica, argumentando sobre a importância da imputação de valores aos trabalhos domésticos, e demonstrando a disfuncionalidade da metodologia vigente. Na segunda edição do livro, no entanto, Waring reformula sua ideia inicial, temendo que o foco central da inclusão dos trabalhos reprodutivos no Sistema de Contas Nacional se tornasse a maximização do PIB. Ela propõe, então, uma nova medida de bem-estar: o tempo, e incentiva a elaboração de pesquisas sobre o uso do tempo a fim de construir políticas públicas que pudessem beneficiar a população (MESSAC, 2018).

Para Waring (2004), as pesquisas sobre o uso do tempo seriam ferramentas mais importantes do que a atribuição de um valor ao trabalho doméstico e sua inclusão em Contas

Satélites no Sistema de Contas Nacional. Isto porque a autora enxerga que a forma de pensar o sistema de contas prioriza o crescimento, e não a qualidade de vida da população, o respeito as economias locais e a preservação do meio ambiente. A exemplo disso, são computados dentro do Sistema de Contas Nacional, atividades como prostituição, tráfico de drogas e pessoas, indústria armamentista que representam importante parcela do PIB para as economias de alguns países, mas que não são indicadores de bem-estar populacional, ao contrário. A simples mensuração dessa contabilidade incorre em formas míopes de enxergar as políticas econômicas, voltadas unicamente para o crescimento econômico. Conforme Waring (2003, p. xxxi),

Do we mean that we are comfortable with the care of children and the elderly, and our community-service work, sitting in the national accounting framework alongside those key ingredients of the hidden economy, the trafficking of women and children in sexual slavery, and the trafficking in drugs and armaments? Do we really want to see the production and the storage of food imputed into the same model as the production and storage of military weapons? Do we really think that attributing commodity prices to unexploited natural resources proposed in that other satellite, environmental accounts, is an intelligent approach to policy planning? What happens if the visibility we crave for policy purposes is established in such a framework, where all transactions are “goods”, where there is no deficit side to the accounts, where whether or not an exchange is “good or worthy” is immaterial? Won’t the great God of Growth still rule our lives?⁸

Ainda que visualize as limitações do sistema, Waring (2003) ressalta a importância, tanto da mensuração e da valoração dos trabalhos domésticos não remunerados, como também do seu reconhecimento como trabalho, a fim de definir políticas de seguridade social e acesso a programas assistenciais muitas vezes restritos somente a população classificada nas estatísticas como economicamente ativa. A visibilização dos trabalhos domésticos como importantes e produtivos poderia incorrer no desenvolvimento de programas assistenciais não somente voltados para as mães, como também para todas as pessoas que exercem trabalhos reprodutivos.

Como resposta a essas críticas, foi lançado em 1993 uma revisão do Sistema de Contas Nacional, sugerindo que os trabalhos domésticos deveriam ser incluídos em uma Conta Satélite. A versão de 1993 do Sistema de Contas Nacional inclui parcela da produção nos domicílios,

⁸ Queremos dizer que estamos confortáveis com o cuidado de crianças e idosos, e com nosso trabalho de serviço comunitário, sentados na estrutura contábil nacional ao lado dos ingredientes-chave da economia subterrânea, o tráfico de mulheres e crianças na escravidão sexual e o tráfico de drogas e armamentos? Nós realmente queremos ver a produção e o armazenamento de alimentos imputados no mesmo modelo que a produção e o armazenamento de armas militares? Realmente pensamos que atribuir preços de commodities a recursos naturais não explorados propostos nesta outra conta satélite, de meio ambiente, é uma abordagem inteligente para o planejamento político? O que acontece na visibilidade que almejamos para fins de política é estabelecido em tal estrutura, todas as transações são “mercadorias”, onde não há um lado deficitário, onde a troca, se não é “boa ou digna” é imaterial? O grande Deus do crescimento ainda governa nossas vidas?

quais sejam: os bens para consumo próprio e a produção agrícola, excluindo os serviços domésticos. No capítulo dois, parágrafo 2.247, o documento indica a importância de desenvolver uma Conta Satélite para os trabalhos domésticos não remunerados a fim de incluir na mesma análise a produção de serviços e bens (UN, 1993).

A revisão do Sistema de Contas Nacional de 2008 novamente descreve a importância da inclusão de uma conta satélite para calcular o valor dos trabalhos domésticos não remunerados. O capítulo 29 do relatório elenca alguns exemplos de Contas Satélites que podem ser adotadas pelos países, descrevendo diretrizes de como estas devem ser analisadas, quais sejam: turismo, meio ambiente, cuidados com saúde e atividades domésticas não remuneradas. Em relação às atividades domésticas não remuneradas, o relatório destaca a importância de analisar especificamente os bens de consumo duráveis e os trabalhos voluntários (UN, 2008).

4.1 TRABALHOS REPRODUTIVOS E O SISTEMA DE CONTAS NACIONAL

Diferentes termos são utilizados de forma intercambiável pelas teóricas feministas e entre as distintas abordagens das estatísticas internacionais para designar os trabalhos reprodutivos. Dentre essas, ressaltam-se: trabalho não pago, trabalho não pago de cuidados, produção doméstica e reprodução doméstica (ANTONOPOULOS; HIRWAY, 2010). O termo utilizado pelo Sistema de Contas Nacional é “trabalhos domésticos não remunerados”, que podem estar dentro do escopo específico ou geral do Sistema de Contas Nacional.

O Sistema de Contas Nacional classifica como domicílio “*household*”, no parágrafo 4.4, “a group of persons who share the same living accommodation, who pool some, or all, of their income and wealth and who consume certain types of goods and services collectively, mainly housing and food⁹” (UN, 2008, p.61). Interessante observar que, no parágrafo 24.14, o relatório exclui como integrantes do domicílio, as trabalhadoras domésticas, que vivem na mesma casa dos empregadores, sob a justificativa de que elas não compartilham os recursos coletivos dos empregadores, portanto, o seu consumo no domicílio não é incluído em conjunto com o consumo dos empregadores. Essas trabalhadoras, em geral mulheres, não possuem, assim, domicílio dentro dessa perspectiva.

Apesar de indicar a relevância dos trabalhos reprodutivos e recomendar a elaboração de uma Conta Satélite, o relatório do Sistema de Contas Nacionais de 2008, assim como o de 1993,

⁹ “Um grupo de pessoas que compartilham a mesma moradia, que agrupam parte ou a totalidade da sua renda e riqueza e que consomem certo tipo de bens e serviços coletivamente, principalmente moradia e alimentação” (UN, 2008, p.61)

exclui os serviços produzidos pelos membros dos domicílios de forma não remunerada e por meio de trabalho voluntário quando estes forem para próprio consumo. O relatório define uma fronteira geral e uma restrita em termos de produção, no parágrafo 6.27 estão descritas todas as atividades de produção incluídas na fronteira específica, quais sejam: a produção de bens e serviços produzidos fora das unidades em que estes são consumidos, incluídos aqueles utilizados durante o processo produtivo; a produção de bens para o próprio consumo ou para a formação bruta de capital; a produção por conta própria de conhecimento que são retidos pelo seus produtores, para consumo final ou formação bruta de capital fixo, mas excluídos a produção doméstica para o próprio uso; a produção própria de serviços habitacionais pelos ocupantes, e, a produção de serviços domésticos remunerados. O parágrafo 6.26 define que os serviços domésticos para o próprio uso não entram na fronteira restrita do Sistema de Contas Nacional, exceto aqueles fornecidos pelas habitações, ou seja, é imputado um valor para o aluguel quando o imóvel está ocupado.

No parágrafo 6.28 do relatório é apresentada a descrição dos serviços domésticos que não entram na fronteira específica do SCN, em que consta: limpeza, decoração e manutenção do domicílio, incluindo pequenos reparos; limpeza, reparos no domicílio, incluindo veículos; preparação de alimentos; cuidado, treinamento e instrução das crianças; cuidado dos doentes, enfermos ou outras pessoas; transporte dos membros do domicílio ou seus bens.

A seguir o relatório elenca as justificativas para não contabilizar os serviços domésticos, decorrendo em uma série de contradições. A começar, sublinha a importância destas atividades para o bem-estar da população, no entanto, indica que a mensuração do bem-estar não é o objetivo do Sistema de Contas Nacional. Outro argumento apresentado é que os serviços domésticos são uma atividade com pouca repercussão para o restante da economia, o que ignora diversos estudos sobre gênero sobre o assunto.

A exemplo disso, OECD (2018) assinala a importância macroeconômica da mensuração dos trabalhos domésticos não remunerados. Com base nos dados da EUROSTAT, aponta um crescimento do PIB dos países desenvolvidos na ordem de 15% a 70%, além de mudanças importantes na dinâmica do crescimento econômico, já que a inclusão dos trabalhos domésticos não remunerados, quando comparada com a não inclusão, diminui o crescimento econômico em tempos de aumento do emprego, e aumenta em tempos de aumento do desemprego, já que o número de horas despendidas pela população desempregada em períodos de crise econômica é maior. O relatório analisa também a importância da contabilização dos trabalhos domésticos não remunerados para o cuidado das pessoas e maior eficiência para o mercado de trabalho “Without the support provided at home, the functioning of the formal labor market would

dramatically decline in efficiency, thus potentially having severe impacts on economic growth, and on well-being more generally” (OECD, 2018, p.29).

Outros argumentos apresentados pelas Nações Unidas que procuram justificar a não inclusão dos serviços domésticos não remunerados no Sistema de Contas Nacionais, é o fato de que os serviços domésticos, diferentemente dos produtos, não são estocáveis e não podem ser vendidos para o mercado, mesmo que consumidos parcialmente pelo próprio domicílio. Entretanto, isto também não pode ser realizado pelos serviços produzidos pela habitação, que, por outro lado possuem imputação de valor. Outra justificativa é a dificuldade de encontrar equivalentes dos serviços domésticos no mercado, ainda que estes serviços sejam exercidos pelas empregadas domésticas remuneradas, escolas, restaurantes etc. Além disso, os serviços domésticos, com exceção da imputação de valor ao aluguel, não afetariam o fluxo monetário da economia, mudanças nos níveis de serviços domésticos não afetariam as receitas, ou a taxa de câmbio, por exemplo. Esse último argumento é semelhante ao primeiro, e vai de encontro aos diversos estudos sobre gênero abordados no primeiro capítulo, elaborados não somente pelas teóricas feministas, como também por parte de organismos internacionais.

Seguindo os argumentos apresentados para a exclusão dos trabalhos reprodutivos, o relatório elenca o isolamento dessas atividades do mercado, a dificuldade de mensurá-las e torná-las economicamente significativas, além dos efeitos adversos que sua inclusão poderia incorrer em propósitos políticos e análises de mercado. Por fim, o relatório aponta que a metodologia utilizada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) para classificar as pessoas em economicamente ativas se baseia nestas estarem exercendo uma atividade para o mercado, se essa fronteira fosse estendida, incluindo os serviços para próprio uso, todos os adultos se tornariam economicamente ativos, e, por conseguinte, o desemprego seria eliminado. Interessante notar que este argumento contrasta com o anterior, de que os serviços produzidos nos domicílios teriam pouca relevância econômica.

Já a produção de bens nos domicílios entra como parte da fronteira restrita do Sistema de Contas Nacionais. Estão listadas como exemplos, a produção agrícola, trabalhos de coleta, silvicultura, cortar e coletar lenha, pesca e caça; outras produções primárias como mineração de sal, corte de turfas, produção de grãos, farinha, couro, produção e preservação de carne e peixes, produção de frutas, laticínios, bebidas, cestas, roupas, calçados, e utensílios domésticos. Está listado também como parte da produção de bens a coleta de água. O relatório define que, quando um bem é produzido nos domicílios de forma que pode ser importante quantitativamente, deve ser computado nas estatísticas dos países.

Waring (2004) analisa que o primeiro relatório do Sistema de Contas Nacional de 1953 excluía as atividades primárias exercidas pelas mulheres, pois só cobria a produção realizada pelos produtores primários que deveriam estar listados na classificação *international standard industrial classification*, ou seja, as donas de casa, não entram nesta classificação. Essa forma de computar a produção de bens no setor rural resultou na exclusão das mulheres como economicamente ativas em alguns países, como Bangladesh que, em 1974, redefiniu a categoria relativa ao trabalho feminino de “atividade econômica produtiva”, vigente em 1961, para “dona de casa”. As mulheres que viviam da produção agrícola passaram a ser consideradas não produtivas e inativas após a adoção da classificação da ONU.

Os critérios de definições do que é considerado bens produzidos nos domicílios passaram a mudar após pressões internacionais. Waring (2004) cita o exemplo de um grupo de trabalho de estatísticos da África recomendando, em um relatório publicado em 1960, a adição de atividades relacionadas à produção doméstica em que as mulheres são as principais responsáveis, como o processamento e armazenamento e transporte da produção, manufatura de roupas, calçados móveis e carregamento de água. Essas indicações foram adotadas na revisão de 1968 do Sistema de Contas Nacional. Contudo, nesta versão permaneceram excluídos o transporte de água, a coleta de lenha e a produção de subsistência no domicílio.

No caso da imputação de aluguel em domicílios ocupados pelos proprietários, o relatório indica a necessidade de inclusão, já que sua não contabilização poderia decorrer em distorções na comparabilidade entre países - a proporção de domicílios ocupados pelos proprietários varia muito conforme o país e a região -, além de dificultar análises intertemporais. A mesma lógica, no entanto, não é utilizada para a mensuração dos serviços domésticos não remunerados, que também variam conforme o país e a região e possuem relação direta com os serviços ofertados pelo mercado.

Outros serviços incluídos na fronteira do Sistema de Contas Nacional são as atividades de grandes reparos nos domicílios, realizadas pelos próprios ocupantes. Entram na contabilidade como parte da produção intermediária na conta de produção de serviços domésticos. No caso de maiores construções, como extensões das habitações, entram como formação de capital fixo. Os materiais adquiridos para a realização destas atividades são computados na contabilidade nacional como despesas intermediárias. Já os trabalhos voltados para pequenos reparos, como decoração e manutenção doméstica, normalmente realizados pelas mulheres, não entram na fronteira do Sistema de Contas Nacional, bem como os materiais utilizados para a realização são contabilizados como bens de consumo final.

O relatório de 2008 também ressalta a importância das economias contabilizarem a produção oculta, qual seja, tanto as atividades ilegais, como também as informais. Em relação às atividades ilegais, classifica em dois tipos principais: a produção de bens e serviços cuja venda, distribuição ou posse está fora da lei; e a produção de atividades que eram usualmente legais, mas que se tornaram ilegais, quando exercidas por produtores não autorizados. O parágrafo 6.44 exemplifica os tipos de atividade que são consideradas produtivas, mas ao mesmo tempo ilegais: a distribuição de narcóticos, transporte ilegal e contrabando de bens e pessoas, e serviços como prostituição. Os dois tipos de atividades ilegais são incluídos na produção restrita do Sistema de Contas Nacional, que deve ser contabilizadas como atividades legais. Neste caso, o relatório não utiliza como argumento para a não inclusão dos serviços ilegais na fronteira restrita do Sistema de Contas Nacional as dificuldades estatísticas e para imputação de valor.

Ainda sobre as atividades ilegais, o parágrafo 6.47 defende ainda que as externalidades, como poluição, não devem ser consideradas atividades ilegais porque resultam de um processo produtivo legal, portanto, não há imputação de valor para essas atividades no Sistema de Contas Nacional, porque são resultados de atividades sem consentimento das unidades afetadas.

Mesmo na produção agrícola, a metodologia da ONU invisibiliza o trabalho feminino. Isso ocorre porque o critério utilizado pelo Sistema de Contas Nacional para classificar a produção doméstica está ligada à atividade desenvolvida na ocupação do domicílio. O relatório também aponta que não é possível separar os tipos de produção em uma unidade institucional. Outro critério indicado para classificar os domicílios é pela pessoa de referência, que é bastante subjetivo, e depende do que o grupo define como pessoa de referência. Segundo o relatório, não necessariamente seria categorizada como pessoas de referência o chefe do domicílio (que também é um critério subjetivo), mas pode ser a pessoa mais velha, que recebe maior renda ou que é responsável pelas decisões da casa. Normalmente, essa pessoa, principalmente nas zonas rurais, é um homem, conforme Waring (2004, p. 62)

If the ‘head of the household’ classifies *himself* as a cattle farmer and kills a beast for his family, it is counted as if it went to market. If all the rest of food that accompanies the meat is grown in a garden plot by the wife of the ‘head of the household’, no valuation is imputed. The vegetable garden is not the primary agricultural enterprise, not *the* productive activity¹⁰.

¹⁰ Se o chefe da família se classifica como criador de gado e mata um animal para a sua família, é contabilizado como se ele estivesse ido ao mercado. Se todo o restante dos alimentos que acompanham a carne é cultivado em uma horta pela esposa do “chefe da família”, nenhuma valoração é imputada. A horta não é a principal empresa agrícola, nem a atividade produtiva (WARING 2004, p. 62, tradução nossa)

Na contramão das justificativas apresentadas pelos formuladores do Sistema de Contas Nacionais, Hoskyns e Rai (2007, p.302) sintetizam alguns argumentos principais utilizados pelas teóricas feministas para inclusão dos trabalhos reprodutivos nas contabilidades dos países. As autoras destacam, dentre as críticas, que os trabalhos domésticos produzem bens e serviços; e a predominância dos trabalhos não remunerados nos países, principalmente com baixos níveis de desenvolvimento, restringe o crescimento econômico e políticas para redução da pobreza. Destacam também a importância da visibilização e valorização do trabalho feminino não pago; a importância das implicações sobre as mudanças globais relativas aos trabalhos voltados ou não ao mercado, em que se incluem os trabalhos domésticos, e, por fim, que a valoração é uma forma de traduzir o trabalho doméstico em dinheiro, linguagem conhecida pelos governantes.

Conforme Picchio (2003), a inclusão dos trabalhos reprodutivos na Contabilidade Nacional não implicaria no aumento do PIB, mas a visibilização de uma parcela que está sendo ocultada pelo sistema econômico, por não ser um trabalho remunerado e trocado por dinheiro:

In economic analysis unpaid work disappears, partly because this aggregate counted in terms of workers and hours (Ld and h), does not emerge as a monetary transaction. If wage for domestic work is zero, its wages fund (Wd) is also zero despite a large number of domestic workers (Ld) and hours (h) (PICCHIO, 2003, p.20)¹¹.

A autora, no entanto, entende que a inclusão dos trabalhos reprodutivos não implicaria na distribuição de renda, mas na visibilização deste componente do fluxo circular, a fim de compreendermos a importância desses trabalhos para a qualidade de vida das pessoas e também para formar e selecionar força de trabalho para atuar no sistema capitalista. “This not imply an actual redistribution of income – the point is merely to make visible an important component of the circular flow” (PICCHIO, 2003, p. 20)¹².

Esta tese, de maneira distinta, defende que a inclusão dos trabalhos reprodutivos no Sistema de Contas Nacional, ainda que utilizando conceitos de valor definidos pelo mercado, implicaria na visualização de uma parcela da renda criada por estas atividades que é apropriada, retraindo o salário da classe trabalhadora e impactando principalmente sobre as mulheres de classes pobres, conforme Antonopoulos e Hirway (2010, p.7)

¹¹ Na análise econômica, o trabalho não remunerado desaparece, em parte porque esse agregado, contado em termos de trabalhadores e horas (Ld e h), não surge como uma transação monetária. Se o salário do trabalho doméstico é zero, seu fundo de salários (Wd) também é zero, apesar de um grande número de trabalhadores domésticos (Ld) e horas (h) (PICCHIO, 2003, p.20, tradução nossa)

¹² Isso não implica uma redistribuição real da renda – o objetivo é apenas tornar visível um componente importante do fluxo circular (PICCHIO, 2003, p. 20, tradução nossa).

Unpaid time spent on these activities, then, can be thought of as a ‘subsidy’ to the business sector, as a transfer, a ‘gift’ if you may, from one institution (the household/family) to the institution of the market. That unpaid work may be important at a personal level, both to the giver and to the receiver, does not alter the fact that in its absence a higher real wage would be necessary to maintain the same standard of living for employees and their families, with consequences for structures and wage-profit rates¹³.

A mensuração dos trabalhos reprodutivos e imputação de valores permitem visualizar esta parcela de renda, ainda que de forma restrita, já que os conceitos de valor utilizados para imputação são relacionados ao valor de mercado, ou seja, não são computados o carinho, o valor do cuidado e seus impactos sociais. Contudo, conforme se viu no capítulo anterior, ocultar a existência desses trabalhos gera distorções sociais importantes, principalmente para as mulheres de países pobres.

Ainda a respeito da importância da inclusão da valoração dos trabalhos domésticos não remunerados e sua inclusão no Sistema de Contas Nacionais, Folbre (2015), aponta que as contabilidades dos países já definem um valor para os trabalhos domésticos não remunerados: zero. Portanto, esse fato contraria os argumentos que relacionam as possíveis dificuldades empíricas e distorções que a valoração traria. O fato de ser considerado com zero valor monetário implica em distorções econômicas e afeta nas políticas públicas. A autora dá o exemplo da alimentação de bebês, cujo valor é zero quando realizado pela lactante, mas que possui efeito no crescimento do PIB com a produção industrial e comercialização de fórmulas, mesmo que essa prática implique na diminuição da saúde das crianças.

Os limites das fronteiras do que é considerado trabalho e não trabalho, bem como produtivo e não produtivo se baseiam em critérios amparados pela produção no mercado, bem como a valoração dos trabalhos domésticos seguem as mesmas referências. Conforme veremos no próximo capítulo, o critério utilizado para a definição de trabalho produtivo, utilizado pelas pesquisas de uso do tempo, bem como para a elaboração das principais contas satélites, e metodologias para imputação de valor, é o da terceira pessoa, qual seja, são consideradas produtivas as atividades que não podem ser delegadas, como tomar banho, dormir, estudar. Esse critério foi utilizado pela primeira vez por Margareth Gilpin Reid, na obra *Economics of Household Production*, publicada em 1934, em que a autora descreve a produção doméstica como: [U]npaid activities which are carried on, by and for the members, which activity might

¹³ O tempo de trabalho não remunerado despendido nessas atividades, então, pode ser pensado como um subsídio para o setor empresarial, como uma transferência, um ‘presente’, de uma instituição (o domicílio/família) para o mercado. Esse trabalho não remunerado pode ser importante em nível pessoal, tanto para quem dá quanto para quem recebe, não altera o fato de que, na sua ausência, seria necessário um salário real mais alto para manter o mesmo padrão de vida para os funcionários e suas famílias, com consequências estruturais e taxas de salário-lucro (ANTONOPOULOS E HIRWAY, 2010, p.7, tradução nossa).

be replaced by market goods, or paid services, if circumstances such as income, market conditions, and personal inclinations permit the service being delegated to someone outside the household group (REID, 1934, p.11)¹⁴

O conceito de atividades não remuneradas por Reid é calcado, portanto, em três parâmetros: as atividades poderiam ser encontradas no mercado ou por serviços remunerados, podem ser delegadas a uma terceira pessoa, e essa deve ser alguém fora do domicílio. Essa definição, entretanto, exclui diversas atividades domésticas não remuneradas que possuem um valor importante para a sociedade, como, por exemplo, a gravidez ou amamentação. Essas atividades somente são consideradas dentro da fronteira econômica quando são trocadas no mercado; logo, o parâmetro para definição, tanto do valor do trabalho como o que é considerado ou não dentro da fronteira produtiva é o mercado. Essa característica pode invisibilizar o trabalho principalmente das mulheres de países periféricos, conforme Wood (2010), já que muitas atividades exercidas por elas não encontram equivalentes no mercado, por exemplo, coletar água e lenha.

Outra autora que define o que é considerado trabalho doméstico ou não, é Himmelweit (1995). Para ela, existiriam três parâmetros: o custo de oportunidade de realizar a atividade; o trabalho deve ser parte da divisão do trabalho, entre o domicílio e a sociedade; por fim, o critério da separabilidade, ou seja, o trabalho pode ser exercido por outras pessoas, este último se assemelha ao da terceira pessoa. Himmelweit (1995 p. 4) define trabalho como “a purposeful activity that takes time and energy, forms part of a division of labor and is separable from the person who does it”¹⁵.

Tanto para Himmelweit como para Reid, uma parte dos trabalhos de cuidados não poderia ser classificada como trabalhos, porque não entram no critério da terceira pessoa, ou seja, eles não podem ser separados ou delegados para outras pessoas, por exemplo, o cuidado materno/paterno, ou a amizade. Reid (1934, p.11) classifica esses trabalhos dentro do critério da pessoalidade:

The relationships of a husband and wife, of a brother and sister, and of a friends call for certain activities and result in satisfactions that do not arise from the performance alone but from the fact that the service is rendered by a particular person¹⁶

¹⁴ Atividades não remuneradas que são realizadas, para e pelos membros, que podem ser substituídas por bens adquiridos no mercado, ou serviços pagos, se circunstâncias como renda, condições de mercado, e inclinações pessoas permitem que os serviços sejam delegados para alguém fora do domicílio (REID, 1934, p.11, tradução nossa)

¹⁵ Uma atividade com um propósito que requer tempo e energia, faz parte da divisão do trabalho e é separável da pessoa que o exerce (HIMMELWEIT, 1995 p. 4, tradução nossa).

¹⁶ A relação de um marido e sua esposa, um irmão e uma irmã, e entre amigos exigem determinadas atividades e resultam em satisfações que não surgem apenas do desempenho, mas do fato do serviço ser prestado por uma pessoa em particular (REID, 1934, p.11, tradução nossa).

O trabalho de cuidado de uma criança pela mãe, por conseguinte, é considerado produtivo somente parcialmente, o ganho “extra” da criança por este trabalho ser exercido pela mãe, não é considerado produtivo. Da mesma forma, Himmelweit analisa que as relações afetivas envolvidas nos trabalhos de cuidados não poderiam ser classificadas como trabalho e, assim, valoradas dentro desse critério. Por outro lado, defende a importância de outras formas de valoração como o equilíbrio de tempo entre as atividades. Para Wood (2010), o critério da terceira pessoa, além de excluir parcela importante dos trabalhos de cuidados, se baseia nas atividades encontradas no mercado nos países centrais, o que subvaloriza a produção dos países do terceiro mundo.

4.2 METODOLOGIAS DE MENSURAÇÃO DOS TRABALHOS REPRODUTIVOS E ELABORAÇÃO DE CONTAS SATÉLITES

As críticas por parte das economistas feministas levaram ao desenvolvimento de diversas metodologias para imputação de valor para os trabalhos reprodutivos e inclusão de Contas Satélites no Sistema de Contas Nacionais. Dentre as principais metodologias desenvolvidas para a mensuração dos trabalhos domésticos não remunerados, destaca-se a publicação *Household production and consumption. Proposal for a Methodology of Household Satellite Accounts*, elaborada por um grupo de especialistas em Contas Nacionais e em pesquisas de uso do tempo publicado no ano de 2003 pela Eurostat (DANE, 2014a; EUROSTAT, 2003), e a sua atualização, focada especificamente nos serviços domésticos não remunerados, *Guide on valuing unpaid household service work*, publicada em junho de 2017 pela Economic Commission For Europe (UNECE).

Internacionalmente existem dois principais métodos de mensuração dos trabalhos reprodutivos não remunerados: o dos insumos “input”, que corresponde a valoração direta, e o método do produto “output”, correspondente a valoração indireta. As duas metodologias utilizam basicamente os mesmos elementos, quais sejam, consumo intermediário, taxas, menos subsídios para a produção, consumo de capital fixo (ou depreciação), e excedente operacional líquido, a partir das seguintes fórmulas, conforme UNECE (2017, p. 28):

Quadro 1 - Metodologia de valoração dos trabalhos reprodutivos não remunerados

I - Método do Produto	II - Método dos insumos
Valor da produção (quantidade x preço) – preço é calculado por equivalentes no mercado – consumo intermediário = valor agregado bruto – consumo de capital fixo – outras taxas na produção + outros subsídios	Compensação imputada para o trabalho imputado (unidades de tempo valoradas por salários adaptados) + outras taxas para a produção – outros subsídios para a produção + consumo de capital fixo + retorno do capital = valor adicionado bruto + consumo intermediário = valor da produção

Fonte: Adaptado de UNECE (2017, p. 28)

Em relação à valoração do trabalho, o método dos insumos se baseia no cálculo do salário para o trabalho doméstico multiplicando as horas de trabalho realizadas pelo preço do trabalho. As horas de trabalho são auferidas pelas pesquisas de uso do tempo, já o valor do trabalho pode ser calculado por duas abordagens distintas: do valor de substituição e do custo de oportunidade (UNECE, 2017).

No caso do custo de oportunidade, a metodologia se baseia na remuneração que a pessoa estaria recebendo caso estivesse exercendo o seu trabalho no mercado, ao invés do trabalho doméstico não remunerado, segundo sua profissão e instrução. Por exemplo, o valor de um almoço realizado por um(a) médico(a) seria superior ao de um(a) empregada(o) doméstica(a), ou de um(a) cozinheiro(a). Esse modelo de estimativa é bastante confuso, já que o mercado não é neutro em relação à gênero e raça, e essa estimativa utiliza as mesmas desigualdades existentes. Além disso, dificilmente o valor agregado gerado pelo trabalho doméstico se relaciona com a qualificação de um profissional no mercado se esta não estiver relacionada com a atividade exercida no domicílio. Outra questão é que as habilidades necessárias para cozinhar são idênticas, tanto em relação à um médico quanto de uma empregada doméstica, e as pessoas não escolhem as horas que irão despender para os trabalhos domésticos ou para o mercado (UNECE, 2017).

Em relação à metodologia do substituto, essa se baseia no preço que este trabalho possui de forma similar no mercado. Por esta metodologia existem duas abordagens: o método de substituto especialista e o método generalista. O primeiro se baseia na remuneração média de um trabalhador ou serviço especializado para cada tarefa doméstica. O cálculo do valor de lavar roupa em casa, por exemplo, é realizado pelo valor desse serviço em uma lavanderia especializada. Em relação ao método do substituto generalista, a valoração é realizada por um equivalente ao um serviço realizado no mercado, normalmente uma empregada doméstica. A UNECE (2017) indica que esta abordagem possui diversos aspectos positivos, já que as condições de trabalho de uma trabalhadora doméstica e das atividades realizadas na esfera doméstica são muito semelhantes, e uma trabalhadora doméstica normalmente realiza as mesmas atividades realizadas em um domicílio.

Por outro lado, a UNECE (2017) pondera que diversos trabalhos domésticos não são realizados pelas empregadas, como muitas vezes o cuidado e educação dos filhos. Nesse contexto, alguns países como Austrália, Canadá e México utilizam a abordagem híbrida, que se baseia na combinação do método generalista, para as atividades como limpeza da casa e preparação de alimentos, com o método especialista, para determinados serviços que podem ser contratados no mercado, por exemplo os trabalhos de cuidados de crianças e idosos.

O relatório da Organization for Economic Co-operation and Development (OECD, 2018), define também uma alternativa metodológica, baseada na experiência de bem-estar da população em cada atividade, que é computada em algumas pesquisas sobre uso do tempo. A medida do bem-estar consiste na comparação do bem-estar relacionado a uma hora despendida nas atividades não pagas, em relação a uma hora despendida nas atividades remuneradas. Por exemplo, se o desprazer de uma pessoa no exercício de uma atividade não remunerada é duas vezes superior ao realizar uma atividade remunerada, o valor monetário atribuído ao trabalho remunerado é duas vezes superior ao remunerado. Essa medida, contudo, é bastante subjetiva e complexa, a começar pela mensuração do prazer e desprazer, que é bastante variável, e pela valorização maior do desprazer do que do prazer. Por esse critério, a renda nacional seria maior quanto mais desprazer as pessoas sentem ao exercer os trabalhos domésticos não remunerados, quando comparado com os remunerados.

Outra escolha que deve ser feita para o cálculo dos valores é a utilização do salário bruto ou líquido, o que será definido, segundo UNECE (2017), pela intensão da estatística utilizada. Se a finalidade é uma comparação entre a produção para o próprio uso de serviços e os trabalhos pagos, então, a melhor opção é utilizar o salário bruto, já que esta estimativa é utilizada pelo Sistema de Contas Nacional. Por outro lado, se o objetivo da pesquisa é valorar os benefícios destes serviços para os domicílios que recebem estes trabalhos, então a melhor metodologia é pelo salário líquido (UNECE, 2017).

No caso da estimativa do valor do retorno do capital, a UNECE (2017, p. 39) defende que é importante para definir se o valor mensurado pela metodologia dos insumos não está subestimado ou superestimado. Uma possibilidade apontada para o cálculo é utilizar o montante de retorno do capital contabilizado pelos serviços ofertados pelo mercado. O guia indica o exemplo do Reino Unido, que utilizou a seguinte fórmula para o cálculo do retorno do capital, baseado em uma margem para a compensação dos empregados também utilizada pelo Sistema de Contas Nacionais, na conta Atividades Domésticas como Empregadoras de Pessoal Domésticos:

$$\frac{\text{Retorno do Capital (pago)} * \text{Compensação dos empregados (não pago)}}{\text{Compensação dos empregados (pago)}} \\ = \text{Retorno do capital imputado (não pago)}$$

Além desta, outra metodologia alternativa, recomendada pelo guia, é a inclusão do fluxo dos bens de capital utilizados na realização dos serviços domésticos. Os serviços de capital constituem os custos relacionados à depreciação dos bens de capital, bem como o retorno do capital investido. Para tanto, é indicada a utilização da Metodologia do Estoque Permanente (Perpetual Inventory Method - PIM). É necessário identificar os bens duráveis, ou seja, aqueles que possuem duração superior a um ano, e estimar sua vida útil e, após, calcular o retorno do capital investido nesses bens. Para calcular o retorno do capital investido, é necessário estimar a taxa de juros, que reflita os riscos dos investimentos. Para tanto, é indicado utilizar as taxas de juros do governo (UNECE, 2017).

Em relação às taxas e subsídios, normalmente, são utilizados aqueles pagos ou recebidos pelos domicílios; como, por exemplo, subsídio governamental para o cuidado de crianças (UNECE, 2017).

No cálculo do consumo intermediário, por sua vez, são considerados os bens utilizados para a produção dos serviços domésticos, que são consumidos durante a realização do serviço, como, por exemplo, sabão em pó, energia elétrica, água, gás etc. Para tanto, o guia indica a classificação Classification of Individual Consumption According to Purpose (COICOP) (UNECE, 2017).

Quanto ao método do produto, esse se baseia em calcular, a preços de mercado, o valor dos bens e serviços produzidos em cada domicílio. Para tanto, é estimado o valor dos bens e serviços finais e subtraído o custo dos insumos utilizados, obtendo o valor do trabalho agregado. Essa metodologia de mensuração, por sua vez, possui algumas dificuldades, tanto para mensurar os bens e serviços finais produzidos nos domicílios, como também os preços dos bens que servem como insumos, o custo do capital fixo e sua depreciação. Araya (2003) assinala principalmente as dificuldades de realizar essa última metodologia especialmente em países em desenvolvimento, haja vista que se deve imputar os valores dos bens e serviços baseados no preço de mercado.

Varjonen *et al.* (2014), por sua vez, preconizam que o método do produto é recomendado por permitir a comparabilidade entre as demais produções contabilizadas pelo Sistema de Contas Nacional, já que este utiliza a mesma abordagem para computar a produção no mercado. Além disso, conforme UNECE (2017), essa metodologia também oportuniza a

mensuração da produtividade dos serviços, bem como garante a inclusão de todos os insumos, como trabalho, capital e matérias primas. No entanto, é muito cara e difícil de implementar. O método dos insumos, por sua vez, possui dificuldades, por exigir pesquisas de uso de tempo, que também são caras, mas seus resultados podem ter diversas utilidades para os países. Esse método é indicado pela UNECE (2017), ainda que conceitualmente o relatório prefira a abordagem do produto.

A metodologia recomendada pela Eurostat de 2003 para imputação de valor é a dos insumos. É indicado também considerar diferentes soluções conforme a complexidade das contas. Dentre as recomendações, está considerar a totalidade da sequência das contas, não somente o tempo dedicado ao trabalho doméstico, ou seja, os bens e serviços produzidos, os que já estão considerados Sistema de Contas Nacional e os que não estão. O Sistema de Contas Nacional inclui duas categorias relacionadas à produção para próprio consumo: os serviços domésticos destinados para o próprio consumo e produção de comida e agrícola, assim como jardinagem e coleta de alimentos (VARJONEN; HAMUNEN; SOINNE, 2014).

A Eurostat (2003) também recomenda que a contabilidade deve incluir a conta de produção, definida como a adição de valor ao trabalho e o consumo de capital e bens intermediários. Para tanto, deve-se modificar a estrutura do Sistema de Contas Nacional, transformando as despesas com bens de consumo final em consumo intermediário utilizado na produção doméstica, investimentos em bens para a produção doméstica e bens usados diretamente no consumo doméstico (VARJONEN; HAMUNEN; SOINNE, 2014).

Na consideração do valor do trabalho, recomenda-se também analisar a constituição das famílias. Para a imputação dos salários, pode ser considerado tanto a estatística generalista como a especialista, a depender dos dados disponíveis no país. Também se sugere que sejam incluídos os intervalos, feriados e férias. Além disso, a recomendação de Varjonen, Hamunen e Soinne (2014) é utilizar o salário líquido, não o bruto, ou seja, sem considerar as taxas e contribuições.

Os autores assinalam três motivos para tanto, primeiro, como as próprias famílias realizam o trabalho, ele não é adquirido no mercado, e, por conseguinte, não haveria o pagamento das taxas contribuições sociais atribuídas ao trabalho das próprias pessoas. Além disso, se o valor das taxas e contribuições fosse imputado, essa estimativa deveria entrar na conta do governo, o que não costuma ocorrer para outras contas nacionais, portanto poderia incorrer em inconsistências principalmente se Conta Satélite elaborada estiver integrada ao Sistema de Contas Nacional. Por fim, essa metodologia é utilizada pela OCDE, o que facilita a comparabilidade.

Para facilitar a imputação de valores, Varjonen, Hamunen e Soinne (2014) consideram a metodologia das principais funções domésticas. Essa abordagem foi utilizada na elaboração de Contas Satélites no Reino Unido, Finlândia, Austrália, Espanha e Hungria, e se baseia na separação das atividades domésticas em quatro principais funções: provimento doméstico, provimento de refeições e lanches, provimento de vestuário e cuidado com as roupas, provimento de cuidados e trabalho voluntário. Na análise, cada categoria é dividida em atividade principal, compras, viagens e transporte e administração doméstica.

Após a definição da metodologia para mensuração dos trabalhos domésticos não remunerados, os países podem elaborar Contas Satélites. Estas, em geral, seguem dois tipos principais: um formato mais simplificado, que não estende a produção doméstica no núcleo do Sistema de Contas Nacional, e o segundo tipo, que estende a produção doméstica para o Sistema de Contas Nacional, rearranjando as contas previamente definidas. Dessa forma, o consumo final dos domicílios passa a ser ou consumo intermediário ou de bens de capital UNECE (2017).

Em relação à conta simplificada, o guia UNECE (2017) relaciona dois passos para a contabilização dos serviços domésticos não remunerados: o primeiro seria definir valor para as atividades realizadas nos domicílios, a partir do número de horas despendidas para as atividades que podem ser auferidas por meio das pesquisas de uso do tempo, essas podem ser arranjadas em diferentes tipos. A segunda etapa consiste em agrupar as atividades de acordo com as categorias utilizadas para o setor industrial, o Guia indica para tanto, a classificação International Standard Industrial Classification of All Economic Activities (ISIC – Rev. 4), elaborada pelas Nações Unidas, dessa forma, pode ser analisada a interação entre o mercado e os serviços ofertados pelos domicílios. Após o rearranjo das contas, a terceira etapa seria classificar as atividades dentro de uma conta estendida de consumo, definindo os diferentes tipos de uso, bem como o que deve ser classificado como consumo intermediário, consumo final, formação bruta de capital. O Guia aconselha para tanto, a reclassificação do consumo doméstico, que, no Sistema de Contas Nacional é classificado na conta Household Final Consumption Expenditure (HFCE), e categorizado por propósito ou por produto pelas classificações Classification on Individual Consumption According to Purpose (COICOP), ou pela Statistical Classification of Products by Activity (CPA). A conta simplificada, porém, não modifica o núcleo principal do Sistema de Contas Nacional, o que é feito a partir de uma conta estendida.

A Conta Satélite Estendida consiste primeiramente em rearranjar as despesas dos domicílios, que são classificadas dentro do Sistema de Contas Nacional em despesas de consumo final para consumo intermediário. Em um primeiro momento, esse rearranjo irá

diminuir o valor do PIB, mas esse montante será compensado pela valoração da produção doméstica, que é calculada, de acordo com o Guia, pela soma do consumo intermediário, outras taxas menos subsídios, consumo de capital fixo ou depreciação, imputação dos salários, e imputação do retorno do capital (UNECE, 2017).

Em relação à estimação do consumo intermediário e da Formação Bruta de Capital, é necessário inicialmente dividir as despesas de consumo doméstica em três partes: consumo intermediário, aquisição menos alienação de ativos imobilizados, consumo final de bens e serviços. A UNECE (2017) indica uma tabela, baseada no exemplo do Reino Unido, como guia para a realocação do consumo doméstico entre os diferentes tipos. O Guia sugere estimar o consumo de capital fixo a partir da sua utilização durante todo o período de vida, para tanto, propõe a utilização do Perpetual Inventory Method (PIM), utilizado internacionalmente para estimar o valor de depreciação do capital. Este método se baseia no cálculo da depreciação a partir da soma das compras passadas, ajustado pelas mudanças nos preços e pelo valor final do bem após o final de sua vida útil. Para a estimativa do retorno do capital, por sua vez, o guia recomenda aplicar a taxa de juros para títulos do governo. A estimativa das taxas e subsídios é realizada a partir da compilação dos valores pagos ou subsidiados pelos domicílios para realização dos serviços, como, por exemplo, taxas de utilização de veículos, terra, máquinas, licenças para pescar, caçar etc., bem como subsídios para cuidado de crianças, idosos etc. Por fim, a última etapa, indicada pela UNECE (2017), é a atribuição de valor para as horas despendidas para as atividades, o que pode ser realizado a partir das metodologias previamente descritas.

A UNECE (2017) aconselha apresentar as contas estendidas em uma forma sequenciada, derivando da mesma sequência apresentada pelo Sistema de Contas Nacional. Dessa forma, são apresentadas a conta de produção, geração de renda, alocação da renda primária, distribuição secundária de renda, redistribuição da renda por tipo de conta, uso da renda disponível, uso ajustado da renda disponível e conta capital. Para cada conta é necessário distinguir as estimativas já incluídas no Sistema de Contas Nacional, com as estimadas na Conta Satélite. Por fim, cada conta deve ser derivada em uma sequência completa, dividida entre recursos e usos. As transações relacionadas a cada conta são adicionadas às correspondentes no Sistema de Contas Nacional, e subtraídas das sobrepostas.

Ainda em relação à apresentação dos resultados dos valores imputados e às estimativas de valores, algumas pesquisas também assinalam a necessidade de diferenciar as atividades de cuidados com crianças e de elaboração de alimentos, por possuírem características específicas. Conforme Folbre *et al.* (2016), essas atividades quando realizadas nos domicílios possuem

economias de escala, diferente do que ocorre no mercado, em que as famílias pagam o mesmo preço por integrante em um restaurante ou na contratação de um serviço de educação infantil. Em casa, as famílias com mais de uma criança, podem se beneficiar do trabalho de cuidados de uma das crianças, se esta tiver acima de 12 anos.

Os autores também salientam o alto custo, em termos de tempo, do cuidado infantil, que é maior do que em dinheiro. Membros dos domicílios com crianças pequenas destinam muito tempo para as atividades tanto de supervisão como de cuidado das crianças; como consequência, muitos pais, principalmente mulheres, acabam reduzindo as horas de trabalho para o mercado quando possuem filhos pequenos, refletindo negativamente nos seus rendimentos ao longo da vida. Deve-se considerar também as diferenças na configuração das famílias. Por exemplo, as que são formadas por somente uma pessoa adulta que trabalha fora com crianças pequenas, esse adulto, geralmente uma mulher, possui muito menos tempo para lazer e, por conseguinte, de qualidade de vida, do que uma família com mais de um integrante adulto.

A análise da estrutura familiar é essencial, portanto, para a elaboração de políticas públicas, já que estas geralmente enxergam a mulher que trabalha no domicílio como improdutiva ou inativa, incentivando o seu ingresso no mercado de trabalho, sem considerar os benefícios sociais que ela desempenha para a sociedade, conforme Folbre, Close e Suh (2017, p. 196): “Assessments of policies designed to move more of these mothers into paid employment seldom include any measure of the costs of purchasing substitutes for unpaid services such as child care”¹⁷.

O Quadro 1 resume as principais metodologias de cálculo recomendadas pela literatura apresentada, bem como algumas considerações relacionadas tanto aos aspectos positivos como negativos, bem como as formas de incorporação ao Sistema de Contas Nacional:

¹⁷ As avaliações de políticas elaboradas para levar mais mães a um emprego remunerado raramente incluem qualquer mensuração dos custos de compra de substitutos para serviços não pagos, como creches (FOLBRE; CLOSE; SUH, 2017, p. 196, tradução nossa)

Quadro 2 - Resumo das classificações das principais formas de cálculos, pontos positivos e negativos e considerações relativas à valoração dos trabalhos domésticos não remunerados

Classificação	Forma de cálculo	Subclassificação	Forma de Cálculo - I	Pontos positivos e negativos	Considerações
1. Insumos - input	Horas de trabalho multiplicada pelo preço do trabalho	1.1.1 Substituto especializado; 1.1.2 Substituto Generalista; 1.1.3 Método Híbrido	1.1.1 Substituto especializado: valor do trabalho corresponde ao equivalente encontrado no mercado para cada tarefa específica encontrada no mercado; 1.1.2 Substituto Generalista: remuneração equivalente ao equivalente generalista no mercado, principal exemplo é empregada doméstica; 1.1.3 Método Híbrido: combinação do substituto especialista para os casos onde houver dados, com o substitutogeneralista	Requer pesquisas de uso do tempo, as quais são de difícil implementação. Resultados podem ter diversas funções para os países. Recomendada pela UNECE (2017) e Eurostat (2003).	Para o cálculo deve ser considerado também o salário líquido ou o salário bruto, conforme o objetivo da análise. As Contas Satélites podem ser apresentadas de forma estendida, em que é incorporado ao Sistema de Contas Nacional, rearranjando as contas previamente existentes, ou separadas da conta principal.
		1.2 Custo de Oportunidade	Valor do trabalho mensurado pelo custo de oportunidade caso a pessoa estivesse exercendo a sua ocupação no mercado de trabalho		
2. Protudo - output	Valor agregado, a preços de mercado, o valor dos bens e serviços produzidos em cada domicílio.			Recomendado por permitir a contabilidade entre as demais contas do Sistema de Contas Nacional. No entanto, é cara e de difícil implementação.	

Fonte: Elaboração própria com base em UNECE (2017) e EUROSTAT (2003)

É importante levar em consideração essas questões na análise da mensuração dos trabalhos reprodutivos, o que está interligado com a forma como as pesquisas sobre uso do tempo são realizadas. O desenvolvimento das pesquisas de uso de tempo, nesse sentido, é essencial para definição de metodologias de inclusão dos trabalhos reprodutivos nos Sistemas de Contas Nacionais, permitindo obter uma contabilidade complementar, a qual “contribuirá a reflejar mediante datos estadísticos la actividad económica en toda a su complejidad”⁴⁵ (ARAYA, 2003, p. 42).

No próximo capítulo, iremos analisar o histórico das pesquisas sobre uso do tempo, bem como as resoluções da OIT referentes às estatísticas do trabalho e classificações das atividades relacionadas ao uso do tempo.

⁴⁵ Contribuirá para refletir, mediante dados estatísticos a atividade econômica em toda a sua complexidade (ARAYA, 2003, p. 42, tradução nossa)

5 OS TRABALHOS REPRODUTIVOS NAS ESTATÍSTICAS DO TRABALHO

Conforme visto no capítulo anterior, a discussão sobre a inclusão dos trabalhos reprodutivos não remunerados no Sistema de Contas Nacionais perpassa o desenvolvimento de pesquisas que permitem contabilizar de forma apropriada a produção e os serviços dos domicílios. Estas pesquisas permitem reconhecer as informações sobre o trabalho doméstico não remunerado, viabilizando a sua inclusão.

Neste capítulo, as pesquisas de uso do tempo realizadas no mundo são analisadas, assim como suas principais metodologias. Examinam-se ainda as mudanças nas classificações estatísticas sobre o trabalho, a fim de contemplar os trabalhos reprodutivos não remunerados. Para tanto, o capítulo está dividido em três partes. Nesta introdução discorreremos sobre o histórico das pesquisas de uso do tempo e os objetivos de suas primeiras aplicações. Na primeira seção, são analisados os tipos de pesquisa e as principais classificações por finalidade. Por fim, na última seção, é feita uma análise sobre as classificações internacionais relacionadas aos trabalhos, que servem de base para a elaboração de pesquisas e estatísticas no mercado de trabalho.

As pesquisas que mais se aproximam dessa análise são as de uso do tempo que datam do início do Século XX. Nessa época, elas eram norteadas por diversos fatores, como estudos demográficos, sobre as relações na indústria, as atividades no meio rural e urbano, entre outras (ARAYA, 2003). Nesse período, as pesquisas eram desenvolvidas principalmente no intuito de analisar as condições de vida da classe trabalhadora e serviam como subsídio para a luta pela redução da jornada de trabalho e aumento do tempo voltado para o lazer. Os movimentos dos trabalhadores, segundo Szalai (1972), reivindicavam oito horas de descanso, oito horas de trabalho e oito horas de recreação.

As pesquisas de uso do tempo ganharam mais força a partir da Segunda Guerra Mundial, principalmente na Grã-Bretanha, União Soviética e Estados Unidos, bem como algumas experiências na França e Alemanha. Nessa época, o principal foco dos estudos era compartilhar as categorias de atividade, como trabalho pago, trabalho doméstico, trabalho de cuidados, tarefas domésticas, atividades recreativas desenvolvidas pelas pessoas em um determinado período. As pesquisas também buscavam entender como as pessoas utilizavam o tempo livre. A metodologia utilizada era normalmente através de um simples formulário, em que os respondentes eram requisitados a reportar o tempo que despendiam para as tarefas ao longo do dia (SZALAI, 1972).

Algumas experiências anteriores à Segunda Guerra Mundial se destacam, como as pesquisas de uso do tempo desenvolvidas por S. G. Strumlin, na União Soviética, com o intuito de realizar o planejamento governamental do país comunista. O estudo foi repetido 35 anos depois, buscando realizar uma análise comparativa, o que, segundo Szalai (1972), representou o primeiro exemplo de comparação histórica das pesquisas de uso do tempo. Ganha destaque, nos anos 1930, ainda segundo Szalai (1972), a Westchester Country Survey, desenvolvida por A. A. Lundberg, representando um marco importante para as pesquisas sobre lazer nos Estados Unidos. Outro estudo que se destaca é *Time-Budgets of Human Behavior*, desenvolvido por P. A. Sorokin e C. Q. Berger, no qual os pesquisadores buscam realizar uma análise psicológica da população baseado em diários de uso do tempo. Outro estudo sobre a utilização do tempo foi publicado na Grã-Bretanha por Kate Liepmanns, *The Journey to work*, durante a Segunda Guerra Mundial.

No entanto, a maior parte das metodologias e pesquisas foram desenvolvidas após a Segunda Guerra Mundial, com a utilização de novas tecnologias de processamento de dados. Uma das pesquisas foi realizada pela *Japanese Radio and Television Culture Research Institute*, que cobriu as atividades diárias da população japonesa em todas as regiões do país, nas áreas metropolitanas, urbanas e rurais, entre os anos de 1960-1961. Um dos objetivos da pesquisa era obter dados para planejamento e organização dos programas de rádio; no entanto, o estudo foi utilizado para outros fins e atualizado em 1965. Na União Soviética, em 1960, foi realizada uma conferência a fim de padronizar as instruções e preparação de pesquisas sobre a utilização do tempo por parte dos trabalhadores, técnicos, engenheiros e funcionários públicos. Entre os anos de 1959 e 1965 foram elaboradas pesquisas de uso do tempo envolvendo mais de 100.000 amostras, realizada pelo Instituto de Economia e Academia Soviética de Ciências em Novosibirsk (SZALAI, 1972).

Outras pesquisas realizadas na época que se destacam são os micro-census na Hungria, introduzidos no período intra censitário. Em 1963, o *European Centre for Coordination of Research and Documentation in the Social Sciences* desenvolveu um órgão permanente no *International Social Science Council*, com o propósito de organizar pesquisas em cooperação entre a Europa Ocidental e Oriental. O principal projeto lançado pelo conselho foi o *Multinational Time-Budget Research Project* (SZALAI, 1972).

O interesse no desenvolvimento de pesquisas sobre o uso do tempo e padronização entre países levou ao desenvolvimento de organizações como *International Association for Time Use*

Research (IATUR), que nasceu em 1988 na Hungria, e se orienta para fomentar o desenvolvimento de estudos sobre o uso do tempo em nível internacional. A IATUR organiza todos os anos uma conferência para discutir sobre o tema e procurar aprofundar os estudos e trocas entre países (ARAYA, 2003).

Os anos 1980 também marcaram o início da organização do banco de dados Multinational Time Use Study (MTUS), pelos professores Jonathan Gershuny e Sally Jones da Universidade de Bath, aprofundando o estudo original construído em 1965 denominado Szalai Multinational Time Budget Study. Atualmente o MTUS abrange mais de 60 bancos de dados de 25 países. Outra organização importante, voltada para apoiar os estudos sobre o tempo é a Research Network on Time Use, fomentada pela Universidade de Luenenburg, na Alemanha, coordenada pelo professor Joachim Mertz, cujo objetivo é fornecer um sistema de informações sobre as investigações que tratam do uso do tempo (ARAYA, 2003).

Com o intuito de harmonizar as estatísticas internacionais, alguns países estabeleceram parcerias para pesquisas de uso do tempo, como é o caso do projeto da EUROSTAT, nos anos 1990, denominado Harmonised European Time Use Surveys (HETUS). Essa década também é marcada pelas iniciativas do Departamento das Nações Unidas para desenvolver uma metodologia internacional a ser adotada como guarda-chuva para iniciativas nacionais e regionais, o que levou ao desenvolvimento da International Classification of Time Use Statistics (ICATUS), cujo primeiro esboço foi desenvolvido em 1997 e a última atualização é de 2016 (ICATUS, 2017).

Ainda dentro da agenda das Nações Unidas, a ampliação do conceito de trabalho ganhou espaço no relatório “Objetivos do Desenvolvimento Sustentável” (ODS), elaborado em 2015 com base nos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio de 2010. Define 17 “objetivos para transformar o nosso mundo”, dentre os quais, o número cinco: “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”. Dentro deste, o objetivo 5.4 é

Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais. (ONUBR, 2017, p. 71)

A partir deste objetivo, foi estabelecido um indicador pelo Grupo Intergeracional de Peritos sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) que visa mensurar o tempo gasto no trabalho doméstico e de cuidado não remunerado (ONUBR, 2017).

Anteriormente, a Convenção para Eliminação de todas as formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW), incluiu na recomendação 16 atualizada em 1991 sobre as “Mulheres que trabalham sem remuneração e em empresas familiares rurais e urbanas”, tratando sobre a inclusão de informes sobre a situação jurídica e social das mulheres que trabalham sem remuneração em empresas familiares, também sobre a elaboração de dados estatísticos relacionados com as mulheres que trabalham sem remuneração. Recomenda que os Estados tomem medidas necessárias para garantir a remuneração, seguridade social e prestações sociais às mulheres que trabalham sem receber remuneração. A convenção enxerga a necessidade de mensurar os trabalhos não remunerados, sob o argumento de que há um alto percentual de mulheres exercendo essas atividades e ainda que estes constituem uma forma de exploração da mulher (CEDAW, 1991a). Na mesma Convenção, a recomendação 17, também incluída em 1991, discrimina a importância de medir e quantificar o trabalho doméstico, e que os Estados partes das Nações Unidas alimentem investigações e estudos experimentais destinados a medir e valorizar o trabalho doméstico e incluí-lo no Produto Nacional Bruto (CEDAW, 1991b).

Em 1995, o relatório da Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim, define, dentre os objetivos estratégicos, o A4: “Desenvolver metodologias baseadas no gênero e realizar pesquisas voltadas para o problema da feminização da pobreza. No parágrafo 68 ponto b do relatório é indicado na necessidade de:

[...] elaborar meios estatísticos apropriados para reconhecer e tornar visível, em toda a sua extensão, o trabalho da mulher e todas as suas contribuições para a economia nacional, incluindo o setor não remunerado e o lar, e examinar a relação entre o trabalho não remunerado da mulher e a incidência da pobreza e a vulnerabilidade das mulheres à pobreza (ONU, 1995, 169)

Também se destaca o objetivo estratégico H.3 “Elaborar e divulgar dados e informações desagregados por gênero para fins de planejamento e avaliação” e, dentre as medidas a serem adotadas, o parágrafo 206 ponto f - i) indica a necessidade de melhorar a coleta de dados sobre o trabalho não remunerado que já são incluídos no Sistema de Contas Nacional e g) que visa:

[...] desenvolver uma classificação internacional das atividades, para elaboração de estatísticas baseadas no emprego de tempo, sensíveis às diferenças entre o homem e a mulher no tocante a trabalho remunerado e não remunerado, e coletar dados discriminados por sexo em nível nacional, sujeito às restrições nacionais (ONU, 1995, p.222)

Dentre os pontos discriminados nesta seção, estão o:

- a) que visa empreender estudos sobre emprego de tempo a fim de medir os trabalhos não remunerados;
- b) que aponta a necessidade de:

[...] medir quantitativamente o trabalho não remunerado que não é incluído nas contas nacionais e busca melhorar os métodos de aferição do seu valor, para que este seja indicado com exatidão em contas especiais ou outras contas oficiais separadamente das contas nacionais básicas, mas em consonância com estas (ONU, 1995, p.222)

Ainda sob a iniciativa do Departamento das Nações Unidas, em 2005 foi lançado o Guia para Produção de Estatísticas de uso do Tempo, mensurando o trabalho pago e não pago. O propósito do guia era servir como ferramenta de referência para os países conduzirem suas próprias pesquisas de uso do tempo; harmonizar os procedimentos e práticas de coleta, processamento e disseminação de dados; e como ferramenta para o desenvolvimento da padronização internacional. Dentre as organizações que participaram do desenvolvimento do guia destaca-se a United Nations Development Program (UNDP); International Development Research Centre/Canada; e International Labor Organization (ILO) (UN, 2005). Na próxima seção discorreremos sobre as principais classificações relacionadas aos objetivos e modelos de pesquisa relacionados com tipo e formato sobre uso do tempo, bem como a forma como os países as utilizam.

5.1 CLASSIFICAÇÕES DAS PESQUISAS DE USO DO TEMPO

O Guia para Produção de Estatísticas de uso do Tempo elaborado pelas Nações discrimina os principais objetivos para a realização de pesquisas de uso do tempo, bem como classifica as pesquisas de acordo com o tipo e formato. Segundo o documento, os objetivos para a realização de pesquisas estão relacionados à análise e mensuração da qualidade de vida da população e como a população, de diferentes classes sociais, divide seu tempo entre os trabalhos voltados para o mercado, os trabalhos não remunerados e as horas destinadas ao lazer. O relatório assinala a importância das pesquisas para a análise do lazer, e o conceito de pobreza de tempo, que possui um viés de renda. As horas de lazer, porém, devem ser analisadas criticamente, já que seu aumento nas economias industrializadas pode ser sinal de desemprego, não de melhoria de qualidade de vida (UN, 2005).

Outro objetivo das pesquisas de uso do tempo deve estar relacionado à mensuração e valoração dos trabalhos não pagos (sejam domésticos ou voluntários) e ao desenvolvimento de contas sobre o trabalho doméstico, discriminando as atividades voltadas para os cuidados de pessoas, trabalho voluntário, trabalho doméstico, horas que levam para o transporte. As pesquisas devem ser voltadas para melhorar as estimativas sobre trabalho pago e não pago, e analisar o engajamento das pessoas em diferentes e múltiplas formas de trabalho, e as diferenças de gênero existentes no mercado de trabalho. A importância dos estudos de uso do tempo também se relaciona com as limitações das pesquisas domiciliares, já que muitas não conseguem captar o engajamento feminino no mercado de trabalho, haja vista que diversas mulheres não se enxergam como trabalhadoras e mesmo os próprios pesquisadores não as percebem dessa forma. Um dos motivos para tanto, é que os trabalhos realizados pelas mulheres muitas vezes ocorrem concomitante com os desenvolvidos na esfera doméstica (UN, 2005).

Outro objetivo das pesquisas de uso do tempo, segundo o Guia, é analisar os resultados das políticas públicas, relacionados aos investimentos voltados para os serviços públicos de transporte, escolas, energia elétrica e água encanada. Por exemplo, o investimento em transporte público, para determinada população pode não surtir os resultados desejados, caso a localização do transporte seja muito afastada dos locais de residência, e se essas pessoas terão que despende muito tempo esperando transporte. Outro exemplo citado no relatório é a compreensão das horas normalmente despendidas pela população em determinadas atividades, a fim de determinar quais os melhores momentos para ofertar serviços públicos (UN, 2005).

Em relação à classificação das pesquisas, elas são divididas em dois principais grupos, de acordo com UN (2005):

- a) diários de tempo: nos quais as pessoas reportam todas as principais atividades que realizaram ao longo do dia. Os diários podem ser completos ou simplificados. No primeiro modelo, as pessoas anotam todas as atividades que realizaram desde o início do dia, a hora que começaram e que finalizaram a atividade. Já os diários simplificados são baseados em uma lista de atividades pré-definidas, em que as pessoas selecionam quantas horas destinaram para cada atividade ao longo do dia. Essa lista tanto pode ser em nível agregado, como desagregado;
- b) diários de tempo estilizados: nesse modelo, as pessoas são entrevistadas de forma a lembrar quantas horas destinaram para a realização de determinadas atividades ao longo

de um período, que pode ser um dia, semana ou ano. As perguntas seguem o seguinte formato: “Semana passada, quantas horas você destinou para as atividades de lavar louça”, ou “Quantas horas por semana você despende para a realização de organização da casa”. Esse modelo de questionário pode captar tanto a frequência da realização das atividades (se a pessoa realizou ou não determinada atividade), bem como o total de horas destinadas para a sua realização.

Quanto à forma de coleta de dados, podem ser classificadas em três tipos: observação direta, autorrelato e entrevista:

- a) no caso da observação direta, as atividades das pessoas pesquisadas são relatadas através de observação de uma equipe de pesquisadores. Esse relato, pode ocorrer de forma contínua ou aleatória, em períodos definidos no tempo;
- b) autorrelato: as pessoas pesquisadas relatam em um diário todas as atividades que realizaram ao longo do dia, enquanto elas estão acontecendo ou após a sua ocorrência;
- c) entrevista: é a pesquisa mais comumente utilizada, em que os pesquisadores perguntam para as pessoas as atividades realizadas ao longo do dia, as entrevistas podem ser realizadas por meio telefônico – computer-aided telephone interview (CATI). Esse modelo de entrevista pode ser utilizado tanto nos diários de retrospectiva, como em modelos estilizados.

Em relação ao tipo de pesquisas de uso do tempo, podem ser classificadas em dois principais: pesquisas independentes ou de múltiplo propósito. As pesquisas independentes são aquelas destinadas unicamente para a análise do uso do tempo, por conseguinte, o questionário, a amostra populacional o treinamento dos pesquisadores são todos voltados para a análise do uso do tempo.

Pesquisa de uso do tempo como um componente de uma pesquisa com múltiplos propósitos, que podem ser de dois tipos: modular, onde a pesquisa de uso do tempo é um módulo separado, geralmente a pesquisa tem um propósito principal; por exemplo, relacionada à força de trabalho ou renda e possui um ou mais módulos pilotos, que são realizados após a pesquisa principal. Pode ser realizado no formato de diário ou por meio de pesquisas estilizadas, e é utilizado o mesmo grupo populacional da pesquisa principal.

Também pode ser realizada através de pesquisa integrada: onde o uso do tempo está incluído dentro do questionário em conjunto com outras questões, em geral esse modelo é utilizado o diário estilizado.

Atualmente as pesquisas de uso do tempo são realizadas em diversos países de forma periódica, principalmente desenvolvidos. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) identificou 117 pesquisas coletadas em 94 países entre os anos de 2000 a 2016. Dentre as regiões, as pesquisas são encontradas comumente na Europa Central e Ásia, em que se constata 43 pesquisas, seguido das Américas, com 34 pesquisas identificadas, e Ásia e Pacífico, onde foram constatadas 20 pesquisas. Já na África e nos Estados Árabes foram constatadas 16 e 4 pesquisas somente, conforme a Tabela 1 (ILO, 2018b).

Tabela 1 - Pesquisas de uso do tempo por tipo de amostra, pesquisa e regiões 2000 - 2016

Tipo de Amostra e Pesquisa	África	Américas	Estados Árabes	Ásia e Pacífico	Europa Central e Ásia	Total
Grandes amostras						
Pesquisas Independentes	6	12	2	11	32	63
Módulos de pesquisas	9	19	2	4	5	39
Questões integradas	0	2	0	0	0	2
Pequenas Amostras						
Piloto	1	1	0	4	6	12
Detalhes indisponíveis	0	0	0	1	0	1
Total	16	34	4	20	43	117

Fonte: ILO (2018b, p.15, tradução nossa).

Em relação ao tipo de pesquisa, dentre as 117 identificadas, a maior parte são independentes (63), desenvolvidas na Europa Central (32), seguido das Américas (12) e Ásia e Pacífico (11). Observa-se 39 pesquisas realizadas como módulos separados de outras pesquisas, dentre as quais 19 são desenvolvidos nas Américas, 9 na África, 5 na Europa Central e Ásia, 4 na Ásia e Pacífico e 2 nos Estados Árabes. Duas pesquisas são realizadas por meio de questões integradas no questionário principal de outras pesquisas. Somente 12 identificadas foram constatadas como pequenos projetos pilotos, conforme a Tabela 1 (ILO, 2018b).

A maior parte das pesquisas são realizadas em países de renda alta, que totalizam 42, estas são principalmente independentes (28), ou por meio de módulos (10), constatam-se também 4 pesquisas piloto. Nos países de renda média alta foram realizadas 41 pesquisas, dentre as quais 22 são independentes, 14 módulos de pesquisas, 2 pesquisas integradas em questionários maiores e duas pesquisas pilotos. Nos países de renda média baixa foram realizadas 26 pesquisas, sendo 11 questionários independentes, 10 módulos de pesquisas, 5 pesquisas pilotos. Já os países de baixa renda, possuem apenas oito pesquisas, dentre as quais duas são independentes, 5 módulos de pesquisas e uma pesquisa piloto (ILO, 2018b).

Na América Latina, dezenove países desenvolveram pesquisas independentes sobre uso do tempo ou ao menos, acrescentaram módulos de perguntas em pesquisas sobre domicílios e emprego (BARAJAS, 2016), sendo Brasil, México e Cuba os pioneiros no continente. O Brasil, desde 1992, possui um módulo na Pesquisa Nacional por Amostra a Domicílios (PNAD) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que desenvolveu, em 2010 pesquisa piloto sobre o uso do tempo. Em 2016, o IBGE atualizou a pesquisa, contemplando uma série de novas perguntas sobre os afazeres domésticos e de cuidados, conforme será revisado no Capítulo 8.

A organização de conferências internacionais, em conjunto com grupos de pesquisas, levou ao desenvolvimento de metodologias para harmonizar a mensuração do tempo que tivessem conexão com a utilizada pelo Sistema de Contas Nacionais e com as pesquisas de uso do tempo realizadas em diversos países do mundo. Ganha destaque, nesse ínterim, a International Classification of Activities for Time-Use Statistics (ICATUS), organizada pelas Nações Unidas, que incorpora os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável supracitados. Para tanto, amplia o conceito de trabalho, conforme as resoluções das comissões de estatística, a fim de estimar todas as suas formas, incluindo os não remunerados, os voltados para o mercado ou não (UNSD, 2017). A ICATUS utiliza o conceito de trabalho adotado pela 19ª Sessão da Conferência Internacional das Estatísticas do Trabalho (ICLS) de 2013, que realizou a primeira definição estatística do que é considerado trabalho, ampliando as suas fronteiras. Na próxima seção, iremos analisar a última atualização da ICATUS de 2016, bem como os conceitos de trabalho utilizados pela ICLS.

5.2 AS FRONTEIRAS DO TRABALHO SEGUNDO A OIT

A estatística desenvolvida pela ICATUS se baseia em todas as possíveis atividades desempenhadas pelos indivíduos no período de 24 horas, seguindo a metodologia de diários de atividades. O propósito da classificação é promover uma estrutura padrão para ser utilizada pelos países do mundo. As categorias utilizadas possuem as seguintes características, segundo o relatório UN (2016): são mutuamente exclusivas e exaustivas, ou seja, cada atividade pode ser classificada sem duplicação ou omissão; comparabilidade com outras classificações tanto relacionadas com o uso do tempo, como também relativas à classificações de atividades econômicas e sobre trabalho, emprego e subutilização; as categorias são estáveis, bem descritas e bem balanceadas, incluindo 165 grupos, 56 divisões e 9 grandes divisões.

Em relação à comparabilidade com outras classificações, nacionais e internacionais, as principais correspondências da ICATUS são: Sistema de Contas Nacional (SCN); Resoluções referentes as estatísticas do trabalho, emprego e subutilização, adotadas na 19th International Conference of Labor Statisticians (ICLS) de outubro de 2013; definições e categorias de atividades utilizadas pelas classificações econômicas internacionais. Entre as classificações, se destacam a International Standard Classification of All Economic Activities (ISIC Rev.4); e outras classificações estatísticas para o uso do tempo, como a Harmonised European Time Use Survey (HETUS), e a Classificação de atividades para o uso do tempo para América Latina e Caribe (CAUTAL), (UNSD, 2017).

A primeira versão preliminar ICATUS foi desenvolvida em 1997, em um projeto experimental realizado por um grupo de pesquisadores da Comissão Estatística da ONU. Em 2000, ocorreu um segundo encontro com o grupo de pesquisadores resultando no Guia para a Produção de Estatísticas sobre o Uso do Tempo em 2005, que vimos anteriormente, este guia serviu como base para o desenvolvimento da ICATUS. Em junho de 2012, a Divisão Estatística das Nações Unidas, reuniu o terceiro grupo de pesquisadores, definindo algumas diretrizes para a elaboração da ICATUS, dentre as quais que deveria ter correlação com o Sistema de Contas Nacional, servir tanto para os países desenvolvidos, como para os em desenvolvimento, as atividades deveriam ser agrupadas em uma estrutura de três dígitos e as pesquisas de uso do tempo não deveriam ser utilizadas como forma de substituir das pesquisas de trabalho, mas como um modelo adicional (UNSD, 2017).

Dentro da classificação da ICATUS, as atividades diárias das pessoas devem ser divididas em dois tipos: produtivas ou não produtivas. Esta divisão está relacionada ao critério da terceira pessoa, descrito no capítulo anterior.

Já as atividades produtivas, são divididas em dois tipos: as que estão inseridas na fronteira restrita do Sistema de Contas Nacional, e aquelas que estão fora da fronteira restrita, mas se encontram na fronteira geral do Sistema de Contas Nacional (UNSD, 2017).

Os critérios a serem considerados para codificar as atividades devem se basear nas seguintes questões: para quem a atividade foi desenvolvida; onde a atividade foi desenvolvida; a atividade foi realizada em troca de pagamento ou lucro; com quem a atividade foi desenvolvida. A codificação da ICATUS 2016 possui três níveis hierárquicos. O primeiro, mais agregado, possui um dígito, é a maior divisão com nove classificações, quais sejam:

- a) emprego e atividades relacionadas;
- b) produção de bens para o próprio uso;
- c) trabalho doméstico não pago para as famílias e seus membros;
- d) trabalhos de cuidados não pagos, para as famílias e seus membros;
- e) trabalho voluntário; *treinee* e outros trabalhos não pagos;
- f) aprendizado;
- g) socialização e comunicação, participação em atividades comunitárias e práticas religiosas;
- h) cultura, lazer, meios de comunicação e prática esportiva; cuidados pessoais.

O segundo nível é composto por 56 divisões e possui dois dígitos, em que as atividades são mais detalhadas. Por fim, o terceiro nível, com três dígitos, possui 165 classificações, em que as atividades são classificadas com maior nível de detalhamento.

A ICATUS possui relação com a resolução da 19ª Conferência sobre estatísticas do trabalho, emprego e trabalho subutilizado (ICLS) adotada em 2013, que atualizou as fronteiras do que é considerado trabalho, população economicamente ativa, emprego, desemprego e subemprego substituindo a International Classification of Status in Employment (ICSE-93) de 1993. Esta classificava o emprego em cinco grandes categorias:

- a) empregados;
- b) empregadores
- c) trabalhadores por conta própria
- d) membros de cooperativas de produção e
- e) trabalhadores familiares.

Também substituiu a resolução de 1982, dentre outras mudanças, reconhecendo todos os trabalhos como produtivos, e refinando os conceitos de emprego, desemprego e subutilização do trabalho e diferentes formas de trabalho não remunerado (ILO, 2018b).

A resolução de 2013 define trabalho como qualquer atividade exercida por pessoas independente do sexo e idade, na produção de bens e serviços para o próprio uso ou para o uso de outras pessoas. O trabalho, segundo o documento, abrange tanto atividades formais quanto informais. Estão excluídos do conceito as atividades que não envolvem produzir bens e serviços, o exemplo citado é mendicância e roubo, as atividades voltadas para o cuidado pessoal e aquelas que não podem ser realizadas por outras pessoas tais como dormir ou estudar. O trabalho pode ser

ofertado e exercido em diferentes unidades econômicas, conforme o escopo da última atualização do Sistema de Contas Nacional de 2008, que abarca tanto as atividades para o mercado, como as não mercantis, como governamentais e instituições sem fins lucrativos, e unidades domésticas que produzem bens e serviços para o uso final (ILO, 2013).

O documento também discrimina as diferentes formas de trabalho, de acordo com a sua destinação, que podem ser: produção para o próprio uso; emprego, que corresponde as atividades realizadas para outras pessoas mediante pagamento; o trabalho de trainee não remunerado, quando exercido com o objetivo de ganhar experiência e conhecimento; trabalho voluntário, quando exercido de forma não compulsória e não remunerada; e outras atividades. As outras atividades não foram definidas na resolução, mas abrangem os serviços voltados à comunidade, trabalho exercido por prisioneiros, trabalhos exercidos por militares (ILO, 2013).

Em relação ao alinhamento das fronteiras do trabalho com o Sistema de Contas Nacional, a Resolução indica o seguinte diagrama:

Quadro 3 - Formas de Trabalho e a Relação com o Sistema de Contas Nacional, 2008

Destino da Produção	Para uso final próprio		Para uso final dos outros				
	Trabalho na produção para o próprio consumo		Trabalho em ocupação (trabalho por remuneração ou lucro)	Trabalho em treinamento não remunerado	Outras atividades de trabalho	Trabalho Voluntário	
Formas de trabalho	de serviços	de bens				Em unidades mercantis e não mercantis	Para unidades domésticas produzindo
	Relação com o Sistema de Contas Nacional 2008	Atividades dentro da fronteira de produção do Sistema de Contas Nacional					bens
	Atividades dentro da fronteira Geral do Sistema de Contas Nacional						

Fonte: ILO (2013, p. 3, tradução nossa).

O Quadro 2 divide as formas de trabalho de acordo com a destinação, que podem ser para o próprio uso ou para o uso de outros e sua relação com o Sistema de Contas Nacional (2008). Em relação às atividades voltadas para o próprio uso, estão inseridas no escopo do Sistema de Contas Nacional somente as voltadas para a produção de bens, aquelas relacionadas à produção de serviços entram nas fronteiras gerais do Sistema de Contas Nacional. Quanto aos trabalhos exercidos para

outras pessoas, estão inseridos na fronteira específica do Sistema de Contas Nacional, o emprego, o trabalho de *treinee*, as outras atividades e o trabalho voluntário quando voltado para instituições mercantis e não mercantis (definidas como as baseadas em voluntariado), e as atividades realizadas em domicílio (diferente do que a pessoa ou familiares vivem) na produção de bens, os serviços não entram na fronteira específica do SCN (ILO, 2013).

O critério para a pessoa ser considerada engajada em uma forma de trabalho é sua execução durante um período curto de referência, em geral se utiliza uma hora, o que possibilita a análise de como a pessoa distribui o seu tempo em diferentes formas de trabalho, bem como estas formas se afetam mutuamente. A resolução também define o critério de principal forma de trabalho, que são categorias mutuamente exclusivas, definidas a partir de auto declaração, as pessoas podem ser consideradas: principalmente em produção para o próprio uso; para o emprego; *treinee*; trabalho voluntário; outras formas de trabalho; atividades não produtivas (porém, não há uma definição do que é considerado atividades não produtivas) (ILO, 2013).

O período de referência para a definição das formas de trabalho varia conforme a intensidade da participação e o tempo de trabalho. Para as atividades voltadas para emprego ou *treinee* não remunerado são considerados sete dias ou uma semana; para os trabalhos definidos como produção de bens para o próprio uso, *treinee* não remunerado e trabalho voluntário são considerados quatro dias ou um mês; uma ou mais de 24 horas em uma semana ou sete dias para as atividades de serviços para o próprio uso (ILO, 2013).

A resolução define também a categoria força de trabalho, como a quantidade de trabalhadores engajados em atividades relacionadas à forma de trabalho emprego, ou seja, em que o trabalho é exercido em troca de remuneração ou lucro. A partir dessa classificação diferencia o termo emprego (*job*) de trabalho (*work*), o primeiro é designado como referência a uma relação de emprego (troca de trabalho por remuneração) e o segundo são as atividades voltadas para as demais formas de trabalho (próprio uso, *treinee* não remunerado, trabalho voluntário) (ILO, 2013).

Dessa forma, as pessoas que não estão dentro de uma relação de emprego, ou estão fora da força de trabalho, ou estão desempregadas. Já aquelas fora da força de trabalho podem ser classificadas como força de trabalho potencial, que se refere às pessoas que gostariam de estar empregadas, porém cujas condições de existência inviabilizaram a procura de emprego e/ou a disponibilidade de emprego. A resolução também traz a categoria subemprego por tempo de

trabalho, referindo-se as pessoas engajadas em algum emprego, mas que gostariam de estar trabalhando mais horas.

A 19ª Resolução da *Conferencia Internacional de Estadísticos del Trabajo* (CIET) também redefiniu a classificação de trabalho infantil, atualizando de acordo com as novas classificações de trabalho e emprego. O trabalho infantil é aquele realizado pelas pessoas entre 5 e 17 anos, durante um período de referência no exercício de uma das seguintes atividades: piores formas de trabalho infantil; emprego abaixo da idade mínima; e serviços domésticos não remunerados perigosos, dentro da fronteira geral de produção do Sistema de Contas Nacional. A idade mínima varia conforme a legislação de cada país (ILO, 2018c).

A classificação do trabalho infantil, segue os mesmos critérios do trabalho adulto, dentro dos seguintes parâmetros, de acordo com (ILO, 2018c):

- a) atividade em uma ocupação econômica, em troca de remuneração ou benefícios, em atividades designadas como as piores formas de trabalho infantil, não classificadas como trabalhos perigosos, de acordo com a Convenção 182, e o emprego em atividades abaixo da idade mínima. Este grupo não inclui os trabalhos classificados como leves, para as crianças entre 12 e 14 anos e a ocupação de crianças entre 15 e 17 anos em uma atividade que não designa as piores formas de trabalho infantil. A resolução também indica a necessidade de contemplar, não somente as atividades exercidas pelas crianças para o mercado em troca de remuneração, mas também aquelas realizadas para empresas em que as crianças recebem remuneração de forma indireta (no caso em que trabalham com membros da família) em que as crianças estão expostas aos riscos do trabalho.
- b) trabalho de formação não remunerado, se refere aos trabalhos voltados para aquisição de experiência, por pelo menos sete dias ou uma semana, sem remuneração, para terceiros. Nesta categoria estão classificados os trabalhos de formação não remunerados nas atividades designadas como as piores formas de trabalho infantil e a formação não remunerada abaixo da idade mínima;
- c) trabalho infantil voluntário: trabalhos exercidos por crianças, por pelo menos uma hora, de forma não remunerada e não obrigatória, para instituições ou domicílios diferentes do próprio, classificados como trabalhos perigosos ou abaixo da idade mínima.
- d) trabalho infantil na produção de bens para o autoconsumo, em que estão incluídos a produção e processamento para o armazenamento de produtos da agricultura, caça, pesca

e coleta; a coleta e processamento de produtos minerais e voltados para a silvicultura, incluindo lenha e outros produtos; a fabricação de bens domésticos e trabalhos voltados para a reparação. Da mesma forma como as demais classificações, o trabalho infantil nestas ocupações é definido como aquele exercido pelas pessoas de 5 a 17 anos de idade, que durante um período determinado participam de alguma das categorias: trabalho em condições perigosas na produção de bens para o autoconsumo, e crianças abaixo da idade mínima que trabalham para a produção de bens para o autoconsumo;

- e) trabalho infantil na prestação de serviços para autoconsumo, que englobam as atividades relacionadas a contabilidade doméstica, compra e transporte de bens; preparação de serviços de comidas, eliminação de dejetos e reciclagem; limpeza, decoração e tarefas de manutenção do domicílio; cuidado e educação de crianças, transporte e cuidado com os membros do domicílio e animais domésticos. Estão classificados nesta categoria, os serviços domésticos não remunerados perigosos, que são exercidos pelas crianças, durante horários prolongados, em meio insalubre, em lugares perigosos. Neste caso, não se considera trabalho infantil a prestação de serviços voltados para o autoconsumo quando a idade é inferior à mínima, sempre que o tempo de trabalho esteja abaixo do limite estabelecido para os horários de trabalho prolongados e se o serviço é feito em condições perigosas.

O trabalho infantil fica definido dentro das fronteiras gerais e específicas do Sistema de Contas Nacional, do mesmo modo que o trabalho adulto. Estão dentro da fronteira específicas: a produção para o autoconsumo de bens, o trabalho em ocupações mercantis, os trabalhos voltados para formação não remunerados e os trabalhos voluntários para a produção de bens. Já a prestação de serviços para autoconsumo e o trabalho voluntário para a produção de serviços estão somente na fronteira geral do Sistema de Contas Nacional.

Para implementar as profundas mudanças nas estatísticas do trabalho, a OIT lançou um projeto piloto, desenvolvido entre os anos 2015 e 2018, baseado em questionários colocados em campo no período de 2015 a 2016, onde participaram dez países de diferentes regiões, na África foram pesquisados: Camarões, Costa do Marfim, Namíbia e Tunísia; nas Américas foram pesquisados Equador e Peru; na Ásia Central e Europa Oriental: Quirguistão e República da Moldávia. Os países foram selecionados a partir de critérios socioeconômicos e da relevância de atividades como agricultura de subsistência, criação de animais e piscicultura.

A partir deste projeto, a Conferência de 2018 propôs uma redefinição das estatísticas, substituindo a classificação de 1993 (ICSE-93), revisada na Conferência de 2013. A resolução definiu duas novas classificações: a International Classification of Status in Employment (ICSE – 18) e a International Classification of Status at Work (ICSaW-18), a última abarca todas as formas de trabalho, quais sejam: produção para o próprio uso, trabalho voluntário, trabalho não remunerado de trainee e empregador. Já a ICSE – 18 possui dez categorias, distribuídas em duas grandes estruturas: por tipo de autoridade, que pode ser dependente ou independente; ou por tipo de risco econômico, que pode ser trabalhadores em emprego por salário ou por lucro. O objetivo de ampliar a classificação é permitir uma melhor diferenciação entre os trabalhadores alocados em empregos não padronizados, incluindo contratos de prazo determinado e de curto prazo (ILO, 2018d).

A classificação ICSE-18 é importante, haja vista que serve como padrão para os países definirem as categorias de emprego. A resolução de 2018 permite visualizar as diferentes alocações do tempo exercido pelas pessoas em diversos serviços. Se uma pessoa exerce, na mesma unidade econômica, um trabalho voltado simultaneamente para a produção de bens e de serviços, este deverá ser classificado em três diferentes status: produção de bens, produção de serviços e produção de bens e serviços simultaneamente (ILO, 2018d).

Em relação à ICSE-18, os critérios utilizados para classificação das categorias tipo de autoridade são pela dependência operacional, relacionado ao controle sobre quando e como o trabalho é feito, e pela dependência econômica, definida como o controle sobre o acesso ao mercado, matérias-primas e bens de capital. No caso da classificação pelo risco econômico, é definida como o tipo de risco que a pessoa está exposta, que pode ser por perdas financeiras ou outros recursos advindos da atividade, ou insegurança financeira relacionada à remuneração em dinheiro ou espécie, resultado do trabalho realizado (ILO, 2018d, p.14). A segunda classificação diferencia os trabalhos voltados para o lucro e para o salário.

Já a classificação ICSaW-18, abrange 20 diferentes categorias, mutuamente exclusivas, divididas em três níveis hierárquicos distintos. Essa classificação também é baseada nos tipos de risco econômico e tipos de autoridade, e abrange todas as classificações da ICSE-18. O Quadro 2 apresenta a estrutura do ICSaW-18, onde as categorias com um asterisco são idênticas as apresentadas pelo ICSE-18, e aquelas com dois asteriscos são os grupos que também aparecem na ICSE-18 e as sem asterisco aparecem somente na classificação ICSaW-18.

Quadro 4 - Classificação do status no trabalho por estrutura e código

I. Trabalhadores Independentes**
1. Empregados **
11 - Empregados em corporações *
12 - Empregados em empresas domésticas *
13 - Empregados em serviços voltados para o próprio uso
14 - Empregados na produção de bens para o próprio uso
2. Trabalhadores independentes sem empregados**
21. Proprietários de corporações sem empregados*
22. Trabalhadores por conta própria em empresas domésticas sem empregados*
23. Trabalhadores independentes na produção de serviços para o próprio uso sem empregados
24. Trabalhadores independentes na produção de bens para o próprio uso sem empregados
25. Trabalhadores voluntários
D. Trabalhadores dependentes **
3. Contratantes dependentes*
30. Contratantes dependentes*
4. Empregados*
41 - Empregados permanentes *
42 - Empregados por prazo determinado*
43 - Empregados por curto prazo ou casual*
44 - Aprendizes, trainees e estagiários remunerados
5. Ajudantes de família
51 - Trabalhadores familiares*
52 - Ajudantes de família na provisão de serviços por conta própria
53 - Ajudantes de família na produção de bens para o próprio uso
6. Trabalhadores em trainees não pagos
60 - Trainees não pagos
7. Organizações voluntárias
70 - Organização Voluntárias
9. Outras formas de trabalhadores não remunerados
90 - Outros trabalhadores não remunerados

Fonte: ILO (2018d, p. 29, tradução nossa).

Conforme os critérios descritos na seção anterior, as categorias, 13, “empregados na provisão de serviços para o próprio uso”; 23, “trabalhadores independentes na provisão de serviços para o próprio uso sem empregados”; 25, “trabalhadores voluntários”; e 52 “ajudantes familiares na produção de serviços para o próprio uso” não fazem parte do escopo restrito do Sistema de Contas Nacional (ILO, 2018d). O relatório sugere a apresentação de Contas Satélites para análise destas categorias. No caso dos trabalhadores classificados como 90 “Outros trabalhadores não remunerados”, o relatório indica que sua análise deve ser facultativa, pela sua irrelevância estatística e heterogeneidade.

Existem grandes diferenças conceituais relacionadas ao que é definido como trabalhos reprodutivos, trabalhos domésticos não remunerados e trabalhos de cuidados pela teoria feminista, por um lado, e pelas estatísticas utilizadas pelos organismos internacionais, de outro lado. A teoria feminista, em especial à de raiz marxista, conforme analisamos no primeiro capítulo, utiliza um conceito amplo de trabalhos reprodutivos e reprodução social, indicando suas conexões com os trabalhos voltados para o mercado e a estrutura do capitalismo global. Essa crítica levou a diversos movimentos de forma a pressionar a ampliação, pelos organismos internacionais, tanto do que é considerado econômico como também do próprio conceito de trabalho.

Ainda que esse esforço tenha sido realizado, permanece o distanciamento conceitual entre as duas abordagens. A contabilização dos trabalhos reprodutivos, no entanto, dentro da linguagem utilizada pelos organismos internacionais, é importante tanto para iluminar uma parcela da produção que até então é não visível, como também a fim de realizar uma crítica à forma como a ciência econômica e, conseqüentemente, as políticas econômicas são formuladas.

É importante salientar que as novas atualizações da OIT, tanto as que tratam sobre o uso do tempo, como também referentes às classificações relativas ao trabalho, incluem os afazeres domésticos e de cuidados como trabalhos produtivos. As atualizações, por conseguinte, reforçam a necessidade da inclusão dos trabalhos não remunerados nas estatísticas nacionais, mas também evidenciam a necessidade de aferições acuradas sobre o uso do tempo que sirvam como subsídio para a elaboração de políticas públicas. Nos capítulos que seguem faremos uma revisão das principais pesquisas de uso do tempo utilizadas pelos países centrais e periféricos, bem como as experiências de inclusão de Contas Satélites na Contabilidade Nacional.

6 EXPERIÊNCIAS DE PESQUISAS DE USO DO TEMPO

Neste capítulo são examinadas as metodologias utilizadas por alguns países selecionados para pesquisa do uso do tempo. A análise por país foi feita baseada naqueles que já possuem experiências de valoração do tempo. Esse exame busca contextualizar a análise do próximo capítulo, quando são verificados os exercícios de valoração. Serve ainda para embasar o desenvolvimento de um exercício para o Brasil, que será apresentado no Capítulo 8. São ainda examinadas as metodologias de harmonização por grupos de países. São elas: Multinational Time Use Survey (MTUS), Harmonized European for Time Use Survey (HETUS), organizada pela União Europeia, e a Clasificación de Actividades de Uso del Tiempo para América Latina e Caribe (CAUTAL), organizada pela CEPAL. O caso brasileiro, tanto relativo às pesquisas de uso do tempo como também os exercícios de valoração serão descritos no capítulo oito.

A fim de captar as diferentes abordagens utilizadas nas economias em distintos níveis de desenvolvimento, o capítulo está dividido em duas seções: uma que trata das economias de capitalismo avançado, que possuem um maior histórico de elaboração de pesquisas e destinam mais recursos para essa finalidade; e outra que apresenta as experiências nos países periféricos. Nesta introdução apresentamos uma síntese dos principais resultados das pesquisas e nas próximas duas realizamos uma descrição das metodologias.

Foram analisadas 16 pesquisas de uso do tempo realizadas nos países de economia avançada e em desenvolvimento. O Quadro 4 sintetiza as principais características das pesquisas de uso do tempo destas economias. Dentre as 16 pesquisas, a maior parte (11) é realizada por meio de diários de uso do tempo completos. Ou seja, as pessoas relatam todas as atividades que fizeram ao longo do dia em intervalos de tempos pré-definidos. A pesquisa do Japão é aplicada tanto através de diários completos, como também por meio de diários simplificados, ou seja, a pesquisa possui previamente uma lista de atividades pré-definidas. O segundo principal tipo de pesquisa se dá através de diários de uso do tempo simplificados. Utilizam essa metodologia o Japão, México, Nova Zelândia e Egito. O Canadá é o único país que utiliza a metodologia de diários de uso do tempo estilizados, ou seja, a pessoa lembra quantas horas despendeu para cada atividade ao longo do dia.

Quadro 5 - Síntese das pesquisas de uso do tempo por país e características

País	Nome da Pesquisa	Classificação	Forma	Tipo	Periodicidade	Faixa etária
Canadá	General Social Survey (GSS)	diários estilizados	entrevista	pesquisas independentes	cada cinco anos	15 anos e mais
Estados Unidos	America Time Use Survey	diários de uso do tempo completos	entrevista	pesquisas independentes	anual	15 anos e mais
Reino Unido	Time Use Survey	diários de uso do tempo completos	autorrelato	pesquisas independentes	não possui	8 anos e mais
Finlândia	Time Use Survey	diários de uso do tempo completos	autorrelato	pesquisas independentes	10 anos	10 anos e mais
Hungria	Time Use Survey	diários de uso do tempo completos	autorrelato	pesquisa independente	10 anos	10 a 84 anos
França	French Enquête Emploi du Temps (EDT)	diários de uso do tempo completos	autorrelato	pesquisas independentes	em torno de 10 anos	11 anos e mais
Polônia	Time Use Survey	diários de uso do tempo completos	autorrelato	pesquisas independentes	não possui	15 anos e mais
Austrália	Time Use Survey	diários de uso do tempo completos	autorrelato	pesquisas independentes	não possui	15 anos e mais
Alemanha	German Time Use Survey	diários de uso do tempo completos	autorrelato	pesquisas independentes	em torno de 10 anos	10 anos e mais
Japão	Time Use and Leisure Activity	diários de uso do tempo simplificados e completos	autorrelato	pesquisas independentes	cinco anos	10 anos e mais
Nova Zelândia	Time Use Survey	diários de uso do tempo completos	autorrelato	pesquisas independentes	não possui	12 anos e mais
México	ENUT	diário de uso do tempo simplificados	entrevista	pesquisas independentes	não possui	12 anos e mais
Colômbia	ENUT	diário de uso do tempo simplificados	entrevista	pesquisas independentes	3 anos	10 anos e mais
África do Sul	Time Use Survey	diário de uso do tempo completo	autorrelato	pesquisas independentes	não possui	10 anos e mais
Egito	ELMPS	diário de uso do tempo simplificados	entrevista	múltiplo propósito	não possui	6 anos e mais
China	Time Use Survey	diários de uso do tempo completos	autorrelato	pesquisas independentes	não possui	15 a 74 anos

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados apresentados pelas pesquisas domiciliares

Em relação à forma, 11 pesquisas utilizaram a metodologia do autorrelato, isto é, a pessoa escreve no diário as atividades desempenhadas em intervalos pré-definidos. Cinco foram através de entrevistas, em que as pessoas reportaram as suas tarefas para um entrevistador. Da totalidade das pesquisas, 15 são independentes, ou seja, aplicadas com o propósito principal de captar o uso do tempo, e uma pesquisa, a do Egito, possui múltiplo propósito, utilizada como parte de uma pesquisa sobre mercado de trabalho.

Há uma grande diferença na periodicidade e na faixa etária das pessoas entrevistadas. A maior parte (8) não possui periodicidade definida; quatro são realizadas a cada 10 anos; duas a cada cinco anos; a dos Estados Unidos é aplicada anualmente, e da Colômbia a cada três anos. Em relação à faixa etária das pessoas entrevistadas, cinco são realizadas junto à população com 15 anos e mais, e seis com respondentes a partir dos 10 anos. Já a pesquisa do Reino Unido é realizada

junto à população com mais de oito anos; a da Nova Zelândia e do México, com a população maior de 12 anos e a do Egito a partir dos seis anos de idade.

Em relação aos resultados das pesquisas, a OCDE possui um banco de dados com informações harmonizadas para os países membros, além da China, Índia e África do Sul. A Tabela 2 abaixo apresenta um compilado dos resultados das pesquisas realizadas nos países cujas metodologias apresentaremos na sequência do capítulo, com exceção da Colômbia e Egito que não estão harmonizadas com as demais.

Tabela 2 - Horas diárias destinadas aos trabalhos pagos ou estudo e trabalho não pago por homens e mulheres

País	Trabalho pago ou estudo			Trabalho não pago			Total	Diferença Mulheres/Homens
	Mulheres	Homens	Total	Diferença Mulheres/Homens	Mulheres	Homens		
Canadá	4.47	5.68	5.08	-1.20	3.73	2.47	3.10	1.26
Estados Unidos	4.06	5.61	4.82	-1.56	4.07	2.43	3.26	1.64
Reino Unido	3.60	5.14	4.37	-1.54	4.14	2.33	3.24	1.81
Finlândia	3.50	4.14	3.82	-0.64	3.93	2.62	3.28	1.31
Hungria	3.38	4.54	3.96	-1.17	4.90	2.71	3.82	2.19
França	2.92	3.92	3.40	-1.00	3.73	2.25	3.02	1.48
Polônia	3.39	5.25	4.33	-1.86	4.92	2.65	3.77	2.27
Austrália	2.87	5.07	3.97	-2.20	5.18	2.86	4.05	2.32
Japão	4.53	7.53	6.04	-3.00	3.74	0.68	2.20	3.06
Nova Zelândia	3.42	5.63	4.50	-2.22	4.40	2.35	3.40	2.05
México	4.17	8.10	5.98	-3.93	6.39	2.28	4.50	4.11
África do Sul	3.25	4.90	4.01	-1.65	4.16	1.72	3.04	2.44
China	4.85	6.50	5.66	-1.65	3.90	1.52	2.73	2.38
Média Total	3.72	5.54	4.61	-1.82	4.40	2.22	3.34	2.18
Mediana Total	3.50	5.25	4.37	-1.75	4.14	2.35	3.26	1.79
Desvio Padrão	0.63	1.22	0.85	0.77	0.60	0.59		

Fonte: Adaptado de OCDE.Stat (2020).

Nota: As pesquisas foram harmonizadas com base em: General Social Survey (2015), para o Canadá; Ajankäyttötutkimus (2009/10) para Finlândia; Zeitverwendungserhebung (2012/13) para Alemanha; Survey on Time Use and Leisure Activities (2016) para Japão, UK Time Use Survey (2014/15) para o Reino Unido; American Time Use Survey (2017) para os Estados Unidos; Time Use Survey (2008) para a China; A Survey of Time Use (2010) para África do Sul; Harmonised European Time Use Survey (2013) para a Polônia, Harmonised European Time Use Survey (2010) para Hungria; Encuesta Nacional Sobre Del Tiempo (2014) for Mexico, How Australians Use Their Time (2006) for Australia

As pesquisas indicam que, em todos os países, a média de horas dedicadas aos “trabalhos pagos ou estudo” entre os homens é superior à média feminina, permanecendo em torno de 5,54 horas diárias, enquanto para as mulheres a jornada diária é de 3,72 horas. A diferença maior é no

México, em que as mulheres despendem aproximadamente 4 horas a menos que os homens a essas atividades, seguido do Japão, cuja diferença é de 3 horas.

No caso do trabalho não pago, a jornada diária média feminina permaneceu em 4,4 horas, já entre os homens foi de 2,22 horas, o que representou uma diferença de 3,34 horas a mais para as mulheres. O México novamente é a economia com maiores diferenças entre jornadas, 4,5 horas, seguida da Austrália, com diferença de 4,05 horas diárias. A mediana das horas despendidas por homens e mulheres é bastante próxima à média assim como o desvio padrão é baixo, o que indica que os países convergem para jornadas médias semelhantes.

Em relação à Colômbia, os resultados apontam para uma jornada feminina média diária, dentre as atividades fora do Sistema de Contas Nacional¹, de 7h14. A média diária masculina para essas atividades é de 3h25, ou seja, uma diferença de 3h89 em favor das mulheres. No caso das atividades contempladas pelo Sistema de Contas Nacional, como o trabalho para a produção de bens e serviços, a jornada média feminina foi de 7h35, e a masculina, 9h14, o que representa uma diferença de 1h79 a favor dos homens (DANE, 2018)

No caso do Egito, um estudo importante sobre o uso do tempo entre mulheres foi realizado por Hendy (2010), utilizando os dados do Egyptian Labor Market Panel Survey, entre os anos de 1998 e 2006. A autora comparou as jornadas despendidas por mulheres solteiras e casadas, para as atividades domésticas não remuneradas e voltadas ao mercado de trabalho. Os dados compilados apontam que as mulheres casadas possuem uma jornada semanal média voltada para os trabalhos domésticos de 46,72 horas, em relação às não casadas a jornada média permaneceu em 19,09 horas. Os homens não possuem dados para os trabalhos domésticos, o que indica que na pesquisa não houve amostra entre a participação masculina em atividades domésticas não remuneradas. No caso do total de horas para os trabalhos no mercado, as mulheres casadas despenderam 37,34 horas enquanto as solteiras 43,86 horas. Já entre os homens, a jornada média voltada para o mercado permaneceu em 50,92 horas para os casados e 50,01 horas para os solteiros. Ou seja, o casamento não influenciou significativamente a jornada média voltada para o mercado masculina. A autora concluiu que a distribuição desigual entre os trabalhos domésticos por homens e mulheres no casamento é um fator importante para explicar a baixa participação das mulheres casadas no mercado de trabalho.

¹ Por exemplo, compras de alimentos, manutenção de vestuário para as pessoas, limpeza doméstica, cuidados, voluntariado e transporte.

Além da OCDE, outras instituições realizam bancos de dados com compilados sobre o uso do tempo e gênero. A CEPALStat, possui dados agregados para os países da América Latina e, também, as Estatísticas das Organização das Nações Unidas (UNSTAT), possui um levantamento de 199 pesquisas em 85 países. No Anexo A é apresentada uma tabela com um compilado dos resultados extraídos da pesquisa realizada pela UNSTAT. Pelo levantamento, em média, as mulheres despenderam 4,48 horas por dia para os afazeres domésticos, de cuidados e trabalhos voluntários, enquanto dentre os homens, a média de tempo para as mesmas tarefas permaneceu em 1,91 horas. Em relação aos trabalhos remunerados, por outro lado, as mulheres despenderam em média 2,68 horas por dia, enquanto a média de horas diárias masculinas permaneceu em 4,63 horas. É importante notar também que a mediana se aproxima da média, e o desvio padrão das variáveis é baixo, indicando que os resultados convergem para jornadas médias semelhantes.

Dentre os continentes analisados, as maiores diferenças de jornadas entre homens e mulheres voltadas para o trabalho pago e subsistência estão nos países da América Central, cuja jornada masculina excedeu a feminina em 2,96 horas. Já entre os países da Europa, essa diferença é inferior, 1,70 horas a favor dos homens. Quanto aos trabalhos não pagos, de cuidados e voluntários, as maiores diferenças de jornada também foram encontradas nos países da América Central, em que as mulheres despendem 3,36 horas a mais do que os homens a estas atividades. Em contrapartida, jornadas mais igualitárias foram encontradas nos países da Oceania, ainda que a diferença permaneça bastante elevada: 2,14 horas a mais para as mulheres (ANEXO A).

Ainda que as metodologias de análise entre países defiram, o que dificulta a comparabilidade, há pontos de convergência. Em todas as economias analisadas a jornada masculina voltada para o mercado superou a feminina; o contrário ocorreu para os trabalhos domésticos não remunerados. Essa dinâmica se dá independentemente do nível de desenvolvimento dos países. No Japão, por exemplo, a jornada feminina para as atividades no mercado é 3 horas inferior à masculina. Nas próximas seções, iremos analisar de forma descritiva as metodologias utilizadas nos 16 países supracitados, iniciando com as economias desenvolvidas, e, em seguida, abordaremos as economias em desenvolvimento e subdesenvolvidas.

6.1 PAÍSES DE ECONOMIA AVANÇADA

Conforme indicado no capítulo anterior, as pesquisas de uso do tempo são realizadas em praticamente todas as economias do mundo, utilizando diferentes metodologias, a depender da finalidade e dos recursos disponíveis. No caso dos países de economia avançada, há um esforço para padronizá-las a fim de torná-las comparáveis entre si. Esse é o caso, por exemplo, dos projetos MTUS, cujos resultados estão depositados nas bases de dados do Centre for Time Use Research (CTUR), e o Harmonized European Time Use Survey (HETUS), metodologia desenvolvida pela Eurostat para padronizar as pesquisas de uso do tempo na Europa.

Nesta seção será analisado inicialmente as metodologias utilizadas no projeto HETUS. Após, são apresentados os dados sobre o uso do tempo para as diferentes economias de países avançados.

6.1.1 MTUS

A MTUS abarca pesquisas de países com diferentes níveis de desenvolvimento, ainda que boa parte do repositório seja formado por países de economia avançada. O projeto atualmente integra o Center for Time Use Research (CTUR), instituição ligada ao UCL Institute of Education in University College London (UCL). Nele estão engajados diversos pesquisadores de diferentes áreas das ciências sociais que pesquisam sobre o uso do tempo (CTUR, 2016).

A MTUS foi desenvolvida nos anos 1970, sob a iniciativa do professor Jonathan Gershuny, que buscava criar uma metodologia comparável entre as diferentes pesquisas realizadas no mundo. Atualmente, possui um repositório que abrange mais de 70 pesquisas desenvolvidas em escala nacional, que são estruturadas de forma padronizada pelo programa. Os seguintes países compõem o banco: Austrália, Áustria, Canadá, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Israel, Itália, Países Baixos, Noruega, República da Coreia, Eslovênia, Espanha, África do Sul, Suécia, Reino Unido, Estados Unidos, com possibilidade de ampliação (CTUR, 2016).

Na versão mais recente da MTUS, as atividades são classificadas em 25 categorias, desagregadas em 69 subcategorias. A classificação mais agregada inclui:

- a) cuidados pessoais;
- b) dormir;
- c) comer e beber;

- d) trabalhos pagos;
 - e) educação;
 - f) preparação de alimentos;
 - g) limpeza do domicílio;
 - h) manutenção do domicílio;
 - i) compras;
 - j) jardinagem
 - k) cuidados com animais;
 - l) cuidados com idosos
 - m) cuidados físicos com crianças;
 - n) cuidados com crianças que envolvam jogos, ler, ajudar nos deveres de casa;
 - o) atividades religiosas;
 - p) trabalhos voluntários
 - q) viagens a trabalho e estudo
 - r) viagens para compras e cuidados com crianças
 - s) prática de esportes
 - t) Assistir Tv, escutar rádio;
 - u) leitura de livros, e revistas
 - v) jogar computador, encaminhar e-mails;
 - x) Sair em festas, cinema, festas, pubs, etc;
 - y) lazer;
 - z) Atividades não registradas
- (CTUR, 2016).

São identificados também o local onde a atividade é realizada, o modo de transporte, se a pessoa estava acompanhada quando a estava realizando, como também o uso de tecnologias da informação. O levantamento procura captar ainda as atividades principais e secundárias, utilizando a mesma codificação para ambas. Além da análise sobre o uso do tempo, são levantadas questões relativas as condições do domicílio, características demográficas, condições de emprego, educação e saúde. Também são analisados os indicadores sobre clima, nas pesquisas que possuem essa informação (CTUR, 2016).

6.1.2 HETUS

A HETUS surgiu, sob a iniciativa da EUROSTAT, nos anos 2000 com a finalidade de desenvolver pesquisa de uso do tempo de forma padronizada para os países europeus. A pesquisa ficou denominada Time Use Survey (TUS). O primeiro guia de referência para o desenvolvimento da TUS foi elaborado em 2000 (primeira onda), quando participaram 15 países, cujas pesquisas foram realizadas no período de 1998 e 2006. A segunda onda, de 2010, foi atualizada em 2008. Dezoito países a adotaram entre os anos de 2008 e 2015, dentre os quais, 15 integrantes da União Europeia e 3 não integrantes, quais sejam: Áustria, Bélgica, Bulgária, Estônia, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Itália, Lituânia, Luxemburgo, Países Baixos, Polônia, Romênia, Eslovênia, Espanha, Reino Unido e Noruega. Os resultados das pesquisas podem ser acessados no portal da EUROSTAT. Em 2016, outro grupo de trabalho se reuniu para atualizar a versão do guia, resultando na publicação de 2018, que servirá de base para a pesquisa de 2020 (EUROSTAT, 2019).

De forma geral, na versão do guia de 2018, as recomendações para a estrutura das pesquisas são: serem realizadas em formato de diários, através de entrevistas aplicadas pessoalmente. Caso não seja possível realizar nesse formato, quando por exemplo, o entrevistado não estiver em casa, a pesquisa pode ser feita por telefone. Os diários de uso do tempo devem ser auto administrados, ou seja, o questionário deve ser deixado para a pessoa responder. Recomenda-se, também, a utilização de intervalos de 10 minutos, os dias devem ser sorteados de forma aleatória. A pesquisa deve ser realizada ao longo de um ano, por meio de dois diários, um deles cobrindo os dias da semana, e outro os dias de finais de semana, em um período de 12 meses incluindo feriados. A população objeto da pesquisa são todas as pessoas residentes no país em domicílios privados (EUROSTAT, 2019).

É recomendado que os indivíduos pesquisados tenham 10 anos ou mais. Devem ser utilizados dois diários de uso do tempo, um para as pessoas com 15 anos ou mais, e outro para as com 10 e 14 anos. Devem ser registradas as atividades principais e secundárias; informações sobre ciência e tecnologia devem ser incluídas em uma coluna específica; também deve ser investigado, a partir de uma coluna específica, com quem estava sendo realizada a atividade; a localização onde foi realizada; além de questões relativas à satisfação (EUROSTAT, 2019).

A pesquisa deve compreender três tipos de questionários: um domiciliar, outro individual e um terceiro investigando o uso do tempo. Em relação às questões relativas ao domicílio, devem ser analisadas a composição dos domicílios, a relação entre os membros, acesso a escolas de educação infantil, também devem ser investigados a renda domiciliar e a utilização de serviços de cuidados com idosos, pessoas doentes e crianças. Quanto ao questionário individual, recomenda-se a investigação de questões relativas ao sexo; idade; país de nascimento; cidadania principal; país de nascimento do pai e da mãe. Para as pessoas com mais de 15 anos devem ser investigadas as condições de emprego, como status na ocupação, horas de trabalho, posição na ocupação, características das pessoas desempregadas. Também devem ser investigadas questões relativas ao nível de escolaridade e saúde dos indivíduos, em que se indica a utilização das classificações International Standard Classification of Education (ISCED) e Minimum European Health Module (MEHM), respectivamente.

O diário de uso do tempo, por sua vez, deve ser estruturado da seguinte forma: coluna indicando a principal atividade realizada; coluna indicando a atividade secundária realizada (em que possa ser registrado duas ou mais atividades simultâneas, a questão para investigar essa atividade é: “o que mais você estava fazendo”); coluna com registro de utilização de tecnologias - como computadores, tablets, etc. - no momento em que a atividade principal ou secundária estava sendo realizada; coluna com registro do meio de transporte utilizado; coluna com registro se outra pessoa estava presente no momento em que a atividade foi desempenhada (EUROSTAT, 2019).

A recomendação do HETUS é utilizar para codificação das atividades a “Activity Coding List” (ACL), utilizada pela primeira vez na versão da pesquisa de 2000. Assim como a MTUS, a ACL também se baseia na classificação de 1972 elaborada por Szalai. A recomendação é que os respondentes descrevam as atividades com suas próprias palavras, que depois são codificadas em códigos numéricos. As classificações das atividades possuem três níveis hierárquicos: o mais agregado possui nove classificações, o segundo mais agregado possui 83, e o mais desagregado possui 999 classificações. As principais agregações são: cuidados com pessoas; emprego; estudo; cuidados com a família e domicílio; trabalhos voluntários; vida social e entretenimento; esportes e atividades fora de casa; lazer; utilização de mídia; viagens e atividades não especificadas (EUROSTAT, 2019).

Nas próximas subseções são descritas as metodologias de experiências de pesquisas de uso do tempo realizadas nos países de economia avançada.

6.1.3 Canadá

O Canadá tem uma longa trajetória de desenvolvimento de pesquisas sobre o uso do tempo, sejam elas experiências ligadas à centros de pesquisas acadêmicos, ou mesmo promovidas pelo governo. As primeiras datam da década de 1960, com amostras pequenas. A realizada por Martin Maisser, em 1965, se destaca. Nela analisaram-se 206 trabalhadores de uma comunidade industrial localizada na ilha de Vancouver. Esse estudo foi repetido em 1971, com o objetivo de investigar as desigualdades de tempo entre homens e mulheres. Neste mesmo ano, foi desenvolvido pelo Institute of Public Affairs, ligado à Universidade de Dalhousie e dirigido por Andrew Harvey, uma pesquisa sobre uso do tempo em Halifax, intitulada Halifax Time-Budget Survey, com amostra de 2.002 trabalhadores. Foi a primeira pesquisa de grande abrangência desenvolvida no país. Em 1981-82, também em Halifax, a pesquisadora Sue Shae realizou uma pesquisa com 60 casais, com o objetivo de identificar as diferentes formas de percepção dos trabalhos de lazer. Também nos anos 1980, Bill Michelson pesquisou 545 famílias compostas por mães empregadas solteiras e casadas. Nesta mesma década, o Research Group on Leisure and Cultural Development, da Universidade da Waterloo, realizou pesquisas com a utilização de diários do tempo, com uma amostra de 117 pessoas buscando analisar a saúde e bem-estar da população (ZUZANEK, 2009).

Em 1976, foi realizada a Conferência Internacional sobre orçamento de tempo em Tatamagouche, Nova Escócia, evento importante para o posterior desenvolvimento de pesquisas sobre o uso do tempo sob responsabilidade do governo canadense. Segundo Zuzanek (2009), a Conferência serviu como semente para a realização do projeto piloto – National Time-Use Pilot Study, colocado em campo no período de setembro e outubro de 1981, por telefone, em 11 centros urbanos e três zonas rurais canadenses, totalizando uma amostra de 2.685 pessoas. A pesquisa coletou dados sobre a população com mais de 15 anos e investigou questões relativas a como a pessoa utilizou o tempo no dia anterior à investigação, bem como as atividades de lazer realizadas ao longo do ano (ZUZANEK, 2009).

Atualmente, as principais estatísticas sobre uso do tempo no Canadá são realizadas pelo departamento estatístico do governo, dentro do programa General Social Survey (GSS). Este teve início em 1985, e tem como principal objetivo realizar políticas voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população canadense. Até 2019, o programa contava com pesquisas em sete diferentes temas: vida no trabalho e em casa; famílias; receptores de cuidados e doadores de

cuidados; doação, voluntariado e participação; vitimização; identidade social; e uso do tempo, além de outras pesquisas que foram incorporadas de forma descontínua, como a pesquisa sobre acesso e uso de tecnologia da informação, realizada em 2000. As pesquisas são realizadas por meio de formulário eletrônico, seguido de entrevista telefônica, através da metodologia Computer Assisted Telephone Interviewing (CATI). Essa metodologia tem a vantagem de possuir custos inferiores quando comparados às pesquisas domiciliares, porém existem algumas limitações quanto aos dados coletados. Alguns grupos populacionais da pesquisa são excluídos, como, por exemplo, os que possuem somente telefone celular, em especial, jovens de baixa renda e baixo nível educacional (CANADA, 2019).

O programa em conjunto provê um panorama profundo sobre como a população utiliza o tempo entre trabalho remunerado e não remunerado, as condições de trabalho, as formas de engajamento em atividades voluntárias, como as pessoas se sentem engajadas socialmente, além de abarcar questões sobre saúde mental, violência doméstica, qualidade da utilização do tempo, utilização de tecnologias da informação, a forma como as pessoas recebem e ofertam atividades de cuidados, bem como o tempo de trabalho de lazer (CANADA, 2019). Esse quadro analítico contribui para a definição de políticas públicas e a análise de seus resultados.

O módulo de pesquisa sobre uso do tempo dentro do programa GSS é realizado desde 1986 de forma periódica, sendo publicado no intervalo de cinco a sete anos. Até 2019 haviam sido realizadas seis séries, sendo a última em 2015. A população pesquisada são pessoas acima de 15 anos, das 10 províncias canadenses. Os temas do questionário abarcam três áreas principais: trabalho não remunerado; bem-estar; gênero e igualdade, além de tópicos relacionados com a utilização do tempo livre e prática de esportes. Em relação à utilização do tempo, o questionário abarca perguntas em forma de diário em retrospectiva a um período de 24 horas. Além da atividade desempenhada, as perguntas questionam quem estava presente no momento da realização da atividade, onde a atividade foi realizada, qual o status na força de trabalho, satisfação de vida, trabalho não remunerado e percepções de tempo (CANADA, 2019). As questões são realizadas em um intervalo de 6 a 12 meses e a entrevista tem duração entre 40 a 45 minutos.

A partir de 2010 foi introduzido no questionário perguntas relacionadas às atividades realizadas de forma simultânea, o que oportunizou a análise das atividades desempenhadas por grande parte das famílias, em especial das mulheres, tais como cuidar dos filhos e cozinhar. Na pesquisa realizada em 2015-2016 foram introduzidas diversas questões qualitativas relacionadas à

percepção do uso do tempo das pessoas, tais como: “Você está despendendo de forma suficiente, qualidade de tempo com suas crianças, familiares ou amigos?”, “Você está satisfeito com a sua vida?”, e relativas ao uso das redes sociais: “Como a internet e as redes sociais afetam a forma como você despende o seu tempo?”.

Outra pesquisa importante relacionada aos trabalhos reprodutivos e uso do tempo pela população é a de receptores e doadores de cuidados, “Care giving and care receiving”. A primeira experiência realizada nesse módulo data do ano de 1996, tendo continuidade nos anos 2002, 2007 e 2012 e 2018. O objetivo inicial era identificar a dinâmica dos trabalhos de cuidados, quem eram as principais doadoras e receptoras, as pessoas que precisavam dos trabalhos de cuidados, porém não estavam recebendo. A pesquisa se expandiu a partir de 2012, após a realização de uma investigação piloto qualitativa em 2011 nas províncias de Alberta, British Columbia e Quebec. O novo questionário passou a incluir questões relacionadas à saúde social e emocional, impactos econômicos, financeiros e acessibilidade. Na versão de 2018, foram atualizados dados sobre condições de saúde física e mental e maior detalhamento das características sociais e econômicas dos receptores e doadores de cuidados. As entrevistas, a exemplo dos demais módulos do GSS, são realizadas por CATI, dentre a população acima de 15 anos (CANADA, 2019)

Por fim, a pesquisa sobre voluntariado foi incorporada ao GSS em 2013. Anteriormente, ela era realizada pelo governo canadense com uma periodicidade aproximada de três anos desde 1997. A última versão foi realizada em 2018 e, assim como as demais, utiliza o sistema CATI, dentre a população com 15 anos e mais. O objetivo é investigar o perfil e a forma como a população utiliza o tempo em atividades voltadas ao voluntariado e trabalhos não pagos e como realizam doações em dinheiro e presentes. Na pesquisa de 2018 foram incorporadas questões relativas às habilidades das pessoas e tipos de atividades desempenhadas (CANADA, 2019).

Algumas críticas a despeito da metodologia utilizada pelo governo canadense nas pesquisas de uso do tempo foram feitas por Zuzanek (2009), dentre elas, destaca-se a escolha temporal, em que pese, a pesquisa realizada no Canadá investiga somente um dia da semana do indivíduo, que pode não representar um dia típico. Outras pesquisas realizadas nos Estados Unidos e na Noruega investigam mais dias, diferenciando ainda os finais de semana. Outra crítica da autora, é a seleção da pessoa investigada, já que o governo seleciona uma pessoa por domicílio, não investiga diferentes tipos de domicílios. Como o uso do tempo dos indivíduos é influenciado pelos outros

membros dos domicílios, os domicílios deveriam ser diferenciados por tipo, o que acontece em pesquisas realizadas na Austrália, Nova Zelândia, Alemanha e Estados Unidos.

Outra crítica é relativa ao tempo inicial de trabalho, 15 anos, sendo que muitos indivíduos com idades inferiores a essa iniciam a trabalhar. Em alguns países como Reino Unido, Noruega, Finlândia, Países Baixos, Portugal a idade inicial é inferior. A autora também critica a quantidade de perguntas, que não estão relacionadas com o objetivo principal da pesquisa, tais como proficiência em alguma língua, o que diminuiu ao longo dos anos a taxa de respostas, e, por conseguinte afeta a qualidade da pesquisa Zuzanek (2009).

Além das investigações sobre o uso do tempo dentro do programa General Social Survey (GSS), outro marco importante foi a inclusão questões relativas ao uso do tempo no Censo Demográfico de 1996. O Canadá foi o primeiro país do mundo a incluir questões relativas ao uso do tempo na pesquisa censitária. Neste ano, foram incluídas três questões voltadas para pessoas com 15 anos ou mais, investigando a quantidade de horas utilizadas nas atividades domésticas durante o período da semana anterior à entrevista. As perguntas agrupam as atividades não remuneradas em trabalhos domésticos, jardinagem e manutenção do domicílio; cuidados com crianças; e cuidados com idosos. São as seguintes: “Last week, how many hours did this person spend doing the following activities:

- a) doing unpaid housework, yard work or home maintenance for members of this household, or others;
- b) looking after one or more of this person’s own children, or children of others, without pay;
- c) providing unpaid care or assistance to one or more seniors²” (CANADA, 1996).

As pessoas entrevistadas devem declarar quanto tempo de trabalho despenderam durante a semana anterior entre os seguintes recortes: nenhum período; menos de cinco horas; de cinco a 14 horas; de 15 a 29 horas; de 30 a 59 horas; mais de 60 horas (CANADA, 1996).

A vantagem da inclusão destas questões na pesquisa censitária está na grande abrangência do questionário, e a possibilidade de análise temporal, já que o Censo é realizado a cada cinco anos. A inclusão foi fruto da pressão tanto por parte dos movimentos feministas, como também por

² “Semana passada, quantas horas esta pessoa despendeu na realização das seguintes atividades: a) Realizando trabalho doméstico, jardinagem e cuidados com a casa para os membros deste domicílio ou de outros b) Cuidando de um ou mais filhos próprios, ou de outras pessoas, sem remuneração; c) Prestar assistência ou cuidados não remunerados para pessoas idosas (CANADA, 1996, tradução nossa).

grupos de direita pró-família, o que deixou em aberto a disputa das políticas públicas a serem desenvolvidas a partir dos dados censitários. Houve uma grande pressão contra a inclusão das questões na pesquisa. Antes destas serem incluídas, foi realizada uma pesquisa pré-censitária, em que se investigou dados relativos à manutenção da casa, cuidados com crianças e idosos, e trabalhos voluntários. Muitos entrevistados reclamaram que as questões invadiam a privacidade, e que as respostas seriam adivinhadas, já que reportavam aos trabalhos realizados na semana anterior. Houve resistência inclusive por parte do Departamento de Estatística canadense, que alegava o alto custo de inclusão de novas questões ao questionário (LUXTON; VOSKO, 2016). Apesar da resistência, a pesquisa sobre o uso do tempo foi repetida nos Censos de 2001 e 2006, no entanto, deixou de ser realizada nos anos censitários de 2011 e 2016.

6.1.4 Estados Unidos

A pesquisa com maior abrangência sobre uso do tempo utilizada nos Estados Unidos é a American Time Use Survey (ATUS), realizada anualmente desde 2003. O objetivo central da pesquisa é mensurar como as pessoas dividem o tempo entre as suas atividades diárias. A ATUS é promovida pelo Bureau of Labor Statistics e conduzida pelo Census Bureau. A pesquisa investiga o tempo destinado pelas pessoas na realização de atividades não pagas, e fora do mercado. O montante de tempo que as pessoas realizam em atividades religiosas, voltadas para socialização, exercício e relaxamento. As perguntas investigam também o local de realização da atividade e com quem a pessoa estava quando o questionário foi aplicado. Além disso, são coletadas informações sobre sexo, idade, raça, nível de escolaridade, ocupação, renda, estado civil, e presença de filhos nos domicílios (BLS, 2019).

A pesquisa começou a ser discutida pelo BLS em 1991. Em 1997, foi colocado em campo o primeiro estudo piloto sobre uso do tempo, avaliando a viabilidade da realização por meio de telefone. Entre os anos de 1998 e 1999, foram desenvolvidas as especificações da pesquisa de uso do tempo, incluídas entre os anos de 2000 a 2002. Em 2003, foi colocada em campo a primeira pesquisa oficial (BLS, 2019).

A metodologia utilizada envolve ligações telefônicas, por meio da ferramenta Computer-Assisted Interviewing (CATI). São contatadas, primeiramente através de cartas, todas as pessoas residentes em domicílios nos Estados Unidos, com pelo menos 15 anos de idade. Para os domicílios

que não possuem telefone, a pesquisa disponibiliza um crédito de \$45 para ligações. As pessoas são classificadas segundo raça e tipo de domicílio. Para a classificação por raça são utilizadas as seguintes categorias: hispânico, não-hispânico e preto, não-hispânico e não preto. No caso da classificação por tipo de domicílio, são utilizadas as seguintes categorias: com pelo menos um filho abaixo de seis anos; com pelo menos um filho entre seis e 17 anos; adulto, solteiro, sem filhos abaixo de 18 anos; dois ou mais adultos, sem filhos com menos de 18 anos. As perguntas são realizadas considerando dias da semana e finais de semana (BLS, 2019).

A entrevista é estruturada em cinco tópicos: análise do domicílio; diário de tempo; trabalho para o mercado, cuidado com pessoas, crianças, idosos e atividades voluntárias; cuidados com idosos; status na força de trabalho. No diário de uso do tempo, o entrevistado reporta todas as atividades realizadas no dia anterior, entre as 4 horas da manhã e as 4 horas da tarde, através de perguntas livres, em que são computadas as horas para cada atividade, além do local de realização e se havia alguma pessoa acompanhando o respondente. A terceira etapa é um sumário de questões em que são sintetizadas as respostas fornecidas a respeito do trabalho para o mercado, cuidado com pessoas, cuidado com crianças, e atividades voluntárias. Após, são pesquisadas questões relativas ao cuidado com idosos, introduzidas no questionário a partir de 2011, e que buscam analisar as informações a respeito dos ofertantes e provedores de cuidados com os idosos. Por fim, é realizada uma série de questões censitárias, relativas ao status na força de trabalho, se a pessoa estava procurando emprego, ocupação, remuneração e escolaridade (BLS, 2019).

Em relação à codificação dos dados, a primeira classificação foi baseada na pesquisa de uso do tempo realizada pela Australian Bureau of Statistics. Atualmente, a classificação possui 17 grandes categorias, cada qual possui duas desagregações. As grandes categorias são: cuidados pessoais; atividades domésticas; cuidados e auxílio aos membros do domicílio; cuidados e auxílios aos não membros do domicílio; trabalho e atividades relacionadas ao trabalho; educação; compras; serviços de cuidado profissional e pessoal; serviços domésticos; serviços governamentais e obrigações civis; alimentação e bebida; socialização, relaxamento, e tempo livre; esportes, exercícios e recreação; atividades religiosas e espirituais; atividades voluntárias; telefonemas e viagens (BLS, 2019).

6.1.5 Reino Unido

A última pesquisa de uso do tempo no Reino Unido foi publicada em 2016, e colocada em campo nos anos de 2014 e 2015. Foi desenvolvida através de uma parceria entre o Centro de Estudos do Tempo da Universidade de Oxford (CTUR), a empresa NatCen, e a Northern Ireland Statistics and Research Agency (NISRA). A pesquisa abarcou 4.238 domicílios entrevistados na Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte, totalizando 10.208 pessoas elegíveis. Destes, foram entrevistadas 9.388, que responderam à pesquisa individual e 16.550 que completaram as pesquisas sobre uso do tempo. A metodologia utilizada foi baseada na Harmonized European Time Use Survey (HETUS), e adaptada para a realidade do Reino Unido. Anteriormente, haviam sido realizadas pesquisas de uso do tempo em nível nacional nos anos de 2000-01, e outros estudos menores utilizando diários de uso do tempo foram desenvolvidos em 1987 e 1995. A pesquisa de 2016 foi depositada no projeto HETUS e dados estão também disponíveis no Multinational Time Use Study (MTUS) (MORRIS *et al.*, 2016).

A pesquisa investigou indivíduos acima de 8 anos de idade residentes em domicílios do Reino Unido. Em um primeiro estágio, os adultos maiores de 16 anos responderam um questionário que investiga as condições do domicílio, contendo questões relativas à composição, responsabilidades com cuidado de crianças, condições de vida, consumo de frutas e vegetais e recebimento de serviços de ajuda. Após a primeira etapa, todos os membros do domicílio, inclusive crianças entre 8 a 15 anos, responderam um questionário individual, em que foram investigadas questões relativas ao estado civil, condições no emprego, educação, trabalhos voluntários, provimento de ajuda e serviços para outras pessoas, atividades de lazer, condições gerais de saúde, cuidados com crianças, cuidados com outros membros do domicílio bem como questões relativas à sentimentos e relacionamentos (MORRIS *et al.*, 2016).

Após a primeira etapa, os integrantes dos domicílios recebem diários de uso do tempo a serem preenchidos para dois dias, um dia da semana e outro para o final de semana. Os dias da semana são selecionados de forma randômica, e todos os integrantes do domicílio preenchem o mesmo dia e data. São quatro tipos de questionários fornecidos: diários para adultos para os participantes com 14 anos e mais de idade; diários para jovens, voltados para a população entre 8 a 13 anos; diários de tempo cheios, para adultos acima de 14 anos; e diários de tempo cheios para jovens entre 8 a 13 anos. Esses dois últimos contém uma coluna onde é investigado o nível

satisfação da pessoa na atividade desempenhada. Ao responder o diário, a pessoa reporta todas as atividades desempenhadas em um dia específico em uma faixa de tempo de dez minutos. São investigadas também as atividades simultâneas, se a pessoa utilizou algum tipo de tecnologia, como smartphone, tablet ou computador, onde a pessoa estava quando realizou a atividade (local e meio de transporte), com quem a pessoa estava durante a realização da atividade, e o nível de satisfação da atividade desempenhada, compreendendo uma faixa de 1 até 7 (MORRIS *et al.*, 2016).

Após receberem os questionários, as atividades desempenhadas pelas pessoas são codificadas conforme as classificações: Standard Occupational Classification (SOC 2010), de 2011 e Standard Industrial Classification (SIC 2007) de 2010. São agrupadas as categorias de nível mais alto e cada uma é desagregada por três e quatro dígitos. São classificadas as atividades por: atividade principal, atividade secundária, localização e modo de transporte utilizado (MORRIS *et al.*, 2016).

6.1.6 Finlândia

A pesquisa de uso do tempo na Finlândia é realizada desde 1979 com uma periodicidade média de 10 anos. A última coleta de dados foi colocada em campo entre os anos de 2009 a 2010. Anteriormente foram realizadas pesquisas nos anos 1979, 1987-1988, e 1999-2000. Desde 1999-2000 é coletada de forma harmonizada com a União Europeia. A semelhança com a do Reino Unido, utiliza como metodologia os diários de uso do tempo. Além do tempo utilizado para diferentes atividades, a pesquisa também investiga o ritmo de utilização e o tempo despendido com outras pessoas (OSF, 2019).

A pesquisa é realizada nos domicílios, para os membros que possuem 10 anos ou mais. As entrevistas são feitas através de diários de tempo por um período de dois dias, um dia da semana e outro no final de semana e são conduzidas presencialmente e por telefone. As pessoas pesquisadas reportam livremente todas as atividades desempenhadas ao longo do dia, com a possibilidade de registro de duas atividades simultâneas. Também são reportados se a pessoa estava acompanhada durante a realização da atividade e o local onde foi desempenhada. Na pesquisa, é investigado o tempo de trabalho, o tempo despendido nas atividades domésticas, para comer e dormir, o tempo livre, o tempo despendido com outras pessoas e o local da atividade. São codificadas 146 categorias de atividade. Além disso, como variáveis de fundo, também são investigadas o principal tipo de

atividade, idade, nível educacional, grupo sócio econômico, tipo de município, principal região, província, época do ano e dia da semana. As atividades são codificadas em 146 categorias (OSF, 2019).

6.1.7 Hungria

A pesquisa de uso do tempo realizada na Hungria possui uma periodicidade de aproximadamente 10 anos. A primeira foi realizada em 1963, somente entre mulheres, com idade entre 18 a 60 anos. Na sequência, foram realizadas pesquisas nos anos 1976-77, 1986-87, 1993, 1999-2000. A última publicação data de 2010. Foi colocada em campo em 2009, utilizando como metodologia as recomendações da União Europeia (HCEO, 2011; KSH, 2010).

Para a realização da última pesquisa foram utilizados diários de uso do tempo, em que foram investigados indivíduos entre 10 a 84 anos que vivem em domicílios privados. Os entrevistados tiveram que responder um diário sobre um dia na semana, e outro no final de semana. Os registros foram feitos por recordação das atividades (o que a pessoa fez no dia anterior) em que o participante registra na linha a atividade realizada. São registradas também a localização, se a atividade estava sendo realizada com alguém, e atividades simultâneas (HCSO, 2011; KSH, 2010).

As atividades foram classificadas em três principais agrupamentos: determinadas socialmente ou fixas, voltadas para necessidades psicológicas, e lazer. No primeiro grupo foram consideradas atividades voltadas para o trabalho no mercado, educação, trabalhos domésticos, compras, cuidados com crianças e transporte. No caso das atividades voltadas para as necessidades psicológicas, são consideradas higiene pessoal, alimentação, descanso e sono. Já as atividades de lazer são classificadas em atividades socialização, leitura, assistir televisão, acesso à internet, esportes e caminhadas (HCEO, 2011; KSH, 2010).

6.1.8 França

A Enquête Emploi du Temps (EDT), pesquisa de uso do tempo realizada na França, é promovida pela Institut National de la Statistique et des Études Économiques (INSEE). Foi realizada pela primeira vez em 1966. Após essa data, foram conduzidas outras três pesquisas pela agência, a segunda em 1985 – 1986, em seguida em 1998-1999 e a última experiência em 2009-

2010. Os dados foram coletados no período de um ano, entre setembro do primeiro ano e setembro do ano seguinte. Os entrevistados completam uma pesquisa de uso do tempo para dois dias, um dia da semana e outro para o final de semana.

Na experiência de 2009-2010 foram entrevistados 14 mil domicílios na totalidade do território francês, no período de setembro de 2009 a setembro de 2010. Foram coletados dados dos indivíduos com mais de 11 anos de idade (nas pesquisas anteriores a entrevista era realizada para os maiores de 15 anos). São investigadas as atividades que a pessoa exerceu em um dia durante a semana e um dia no final de semana. Algumas novidades do questionário de 2009-2010 são que cobre uma jornada maior do que 24 horas, entre 21 horas até meia noite do dia seguinte, medida que garante a transcrição das tarefas antes de dormir (INSEE, 2010).

Além da investigação sobre o uso do tempo, são reportadas atividades relativas às características do domicílio e da ocupação do indivíduo. A pesquisa é realizada através de diário de uso do tempo, em que o entrevistado deve reportar cada atividade que realizou durante o dia em um intervalo de 10 minutos. São registradas as atividades principais e simultâneas. Os entrevistados também devem reportar o local em que estavam realizando a tarefa, com quem, e para qual propósito. Também são feitas perguntas subjetivas relativas ao clima no dia reportado, se pudesse mudar o dia, despenderia mais tempo em qual atividade, o que a pessoa faria se tivesse mais tempo disponível e a utilização de tecnologias, como computador, internet etc. Também foi acrescentada uma coluna questionando em uma escala de -3 a +3 se o período que a pessoa estava exercendo aquela atividade foi agradável ou não (INSEE, 2010).

A pesquisa investiga ainda, na terceira etapa, em formato de entrevista por telefone, como são realizadas as decisões dos casais, se de forma coletiva, ou individual, se existe uma divisão das decisões, e como os recursos financeiros são administrados (INSEE, 2010).

6.1.9 Polônia

A última pesquisa de uso do tempo realizada na Polônia foi publicada em 2013, utilizando a metodologia recomendada pela Eurostat. Anteriormente, a investigação havia sido realizada nos anos de 1968, 1976, 1984 e 2003. Neste último ano também foram utilizadas as recomendações da Eurostat. Na pesquisa de 2013 foram analisadas as pessoas com 10 anos ou mais, de forma diferente das anteriores, onde foram investigadas a população com mais de 15 anos (GUS, 2015).

Foram analisados 28.209 domicílios durante o período de 365 dias. Investigaram-se as atividades principais e secundárias realizadas pelas pessoas durante um dia da semana e um dia no final de semana. Também foi investigado o nível de satisfação das pessoas ao realizarem cada atividade descrita, bem como o local em que foi realizada, o meio de transporte e quem estava acompanhando a pessoa pesquisada.

As atividades foram codificadas com base na metodologia “Harmonized European Time Use Survey (HETUS) – 2008 Guidelines” e agrupadas 10 categorias: cuidados pessoais, emprego, estudo, cuidados com o domicílio e com a família, trabalho voluntário, vida social e entretenimento, esportes e atividades fora do domicílio, hobbies e jogos, mídia, viagens, atividades não especificadas (GUS, 2015).

Quatro tipos de questionários foram utilizados na pesquisa, quais sejam: questionário domiciliar, em que foram investigadas as características do domicílio, composição das famílias, renda, condições de vida etc. No questionário pessoal foram investigadas questões sobre o perfil da pessoa, emprego e trabalhos voluntários. No diário de uso do tempo foram exploradas atividades principais e secundárias durante o período de 24 horas. Por fim, também foram captadas questões relativas à distribuição do trabalho durante a semana (GUS, 2015).

6.1.10 Austrália

A pesquisa de uso do tempo realizada na Austrália é conduzida pelo Australian Bureau of Statistics (ABS). A primeira experiência data de 1992, baseada em um teste piloto realizado em 1987. A pesquisa foi repetida nos anos de 1997 e 2006. As informações são coletadas por meio de entrevistas e através de um diário de uso do tempo. No diário são coletadas informações a respeito de como a pessoa utiliza o seu tempo no período de 24 horas, em um dia da semana e no final de semana. Na pesquisa de 2006 foram investigados domicílios em todos os territórios e estados do país, totalizando 8.442 pessoas com 15 anos ou mais que responderam totalmente a pesquisa, o que correspondeu a 3.936 domicílios (ABS, 2006).

A pesquisa possui como principais objetivos identificar o tempo despendido pelas pessoas nas seguintes atividades: trabalhos não remunerados e sua distribuição entre homens e mulheres; rotinas das pessoas e cuidados com pessoas com necessidades especiais, idosos e crianças; tempo despendido nos trabalhos voluntários; atividades de lazer; atividades de transporte; a produção de

serviços não incluídos no PIB; comparações com as pesquisas anteriores. Também são investigadas questões relativas ao equilíbrio entre trabalho pago e não pago, cuidados com pessoas, participação comunitária, atividades de ginástica, viagens, uso de tecnologias, contratação de trabalhos domésticos remunerados. A pesquisa de 2006 também analisa o conceito de stress de tempo, a partir de questões relativas à percepção da pessoa se ela tem muito ou pouco tempo disponível. São analisadas ainda as atividades simultâneas, a partir da pergunta “O que mais você estava fazendo no mesmo tempo” (ABS, 2006).

Para a realização da pesquisa, inicialmente é feita uma entrevista com um dos integrantes do domicílio via Computer Assisted Interview (CAPI), onde são realizadas questões relativas às condições sócio econômicas do domicílio. O entrevistador também instruiu os membros com mais de 15 anos residentes sob a forma como devem preencher o diário. Cada integrante do domicílio recebe um pequeno notebook para preenchimento da pesquisa. O diário é construído para a pessoa reportar todas as atividades principais e secundárias realizadas em 24 horas em intervalos de cinco minutos. Além disso, são analisadas questões gerais referentes à saúde e qualidade do tempo. O entrevistado deve reportar para quem realizou a atividade principal, onde estava e quem estava junto no domicílio, ou fora dele. Também são realizadas questões sobre trabalho e sobre as condições do dia em que a pessoa respondeu a pesquisa (ABS, 2006).

Após a entrega do questionário as atividades são processadas e codificadas em agrupamentos. As atividades são agrupadas em 9 categorias, mais agregadas, que, por sua vez, são subdivididas em duas subcategorias, por nível de desagregação. O segundo nível de desagregação possui 99 subcategorias e o terceiro 999. No nível mais agregado, as atividades são classificadas em 0 - nenhuma atividade; 1 – atividades pessoais; 2 – atividades de emprego; 3 – atividades de ensino 4- atividades domésticas 5 – atividades de cuidados com crianças; 6 – compras de bens e serviços; 7- trabalhos voluntários e atividades de cuidados; 8 atividades sociais e de interação; 9- recreação e tempo livre. A ABS utiliza como critério para classificação dos trabalhos domésticos não remunerados o do tempo investido “commitment time”, que é uma derivação do critério da terceira pessoa. Para ser classificado como trabalho doméstico não remunerado a atividade deve cumprir dois critérios: ter um equivalente no mercado e poder ser exercida por uma terceira pessoa (ABS, 2006).

6.1.11 Alemanha

A última pesquisa de uso do tempo elaborada na Alemanha foi colocada em campo nos anos de 2012 e 2013. Essa foi a terceira investigação realizada no país; as outras versões datam de 1991-1992, e 2001-2002. São analisadas questões relativas ao emprego, atividades domésticas, cuidados com crianças, educação e atividades culturais, trabalho voluntário, engajamento social, utilização do tempo pelas crianças e a divisão do tempo entre os trabalhos domésticos e trabalhos de cuidados com crianças. Além dessas questões, foram investigadas na última versão, questões subjetivas, relativas ao sentimento sobre a utilização do tempo e às atividades realizadas de forma simultânea. A pesquisa de 2012-2013 foi baseada na metodologia da Eurostat - HETUS. A amostra compreendeu 5 mil domicílios e 12 mil indivíduos. Foi realizada no período de 12 meses (STUCKEMEIER, KÜHNEN, 2013).

Foram investigadas pessoas acima de 10 anos de idade, em três diferentes dias da semana. Cada indivíduo respondeu a um questionário sobre características pessoais e outro diário de uso do tempo. Antes de aplicar o questionário individual e a pesquisa de uso do tempo, também foram investigadas questões relativas às características do domicílio, em que pese a sua composição, situação da habitação, se o domicílio recebeu algum tipo de assistência e uso de serviços como *day care* (STUCKEMEIER; KÜHNEN, 2013).

No questionário sobre as características pessoais são investigadas questões relativas à participação no mercado de trabalho, nível de educação e treinamentos, utilização de escolas e outros serviços educativos, atividades culturais e voluntárias e ainda questões sobre a percepção do tempo. No caso das últimas, são investigadas as percepções pessoais acerca de 13 áreas da vida. É analisado, em uma escala de cinco pontos, a satisfação do tempo despendido para as atividades. Também são efetuadas questões sobre o stress temporal e desejos temporais, com perguntas abertas sobre qual atividade que o respondente gostaria de despende mais tempo (STUCKEMEIER; KÜHNEN, 2013).

No caso do diário de tempo, os indivíduos com mais de 10 anos devem preencher todas as atividades realizadas em intervalos de 10 minutos. Além disso, são feitas perguntas sobre com quem estavam quando realizaram as atividades e qual meio de transporte utilizado em viagens com duração maior de 10 minutos. Ao final do questionário, foram feitas algumas questões relativas ao tipo de dia em que o questionário foi respondido e percepções sobre o tempo. No caso das perguntas

subjetivas, relacionadas às percepções sobre o uso do tempo, os respondentes descreveram as atividades que tiveram mais prazer em realizar, bem como as que tiveram menos prazer (STUCKEMEIER; KÜHNEN, 2013).

6.1.12 Japão

A pesquisa de uso do tempo realizada no Japão, *Time Use and Leisure Activities*, é feita com periodicidade de cinco anos desde 1976. A última publicação data de 2016. São entrevistados indivíduos residentes em domicílios com mais de 10 anos de idade. A amostra compreendeu 88 mil domicílios, totalizando 200 mil indivíduos entrevistados. Os principais tópicos da pesquisa tratam sobre o uso do tempo no período de um dia, participação em atividades de lazer e a frequência de participação em atividades de lazer (SBJ, 2016).

Na pesquisa de 2016, foram utilizados dois tipos de questionários, para diferentes distritos japoneses. O questionário A, possui as atividades pré-codificadas e a pessoa deve assinalar quanto tempo despendeu para cada uma. São vinte agregações das atividades, quais sejam: dormir; cuidados pessoais; alimentação; transporte; emprego; tarefas escolares; trabalho doméstico; cuidados ou amamentação; compras; se movimentar; assistir TV, escutar rádio, ler jornais e revistas; relaxar e descansar; atividades de estudo; hobbies e diversão; esportes; trabalho voluntário e atividades sociais; vida social; exames e tratamentos médicos; outras atividades. Também é questionado com quem a pessoa estava quando realizou determinada atividade. No questionário B a pessoa registra com suas palavras, qual a atividade principal que estava exercendo, se estava fazendo alguma atividade de forma concomitante, o lugar de realização da atividade, e se estava acompanhado por alguém (SBJ, 2016).

Também são analisadas questões relativas às características pessoais, de cuidados com crianças e idosos, trabalho, emprego e renda, bem como utilização de computadores, smartphones etc. No final do questionário também são realizadas questões acerca das características do domicílio e utilização de serviços de cuidados (SBJ, 2016).

6.1.13 Nova Zelândia

Foram realizadas duas experiências de pesquisa de uso do tempo na Nova Zelândia. A primeira foi conduzida pelo Ministério de Assuntos de Mulheres entre os anos de 1998-99, a segunda em 2009 e 2010, em que passou sob responsabilidade do Departamento de Estatísticas, e foi estruturada de maneira a ser comparável com a primeira versão (STATS NZ, [2010?a]).

A experiência de 2009-10 abrangeu uma amostra de 8.500 respondentes. A população selecionada era composta por um residente no domicílio, selecionado randomicamente, com mais de 15 anos de idade, designado para preencher um questionário. Outras duas pessoas do mesmo domicílio com mais de 12 anos, também selecionadas de forma randômica, preencheram um diário de 48 horas de atividades (STATS NZ, [2010?a]).

No primeiro questionário foram realizadas questões relativas à sexo, idade, etnia e renda de todos os integrantes do domicílio, bem como sobre as características do domicílio, e a contratação de serviços domésticos. No caso do diário de uso do tempo, as duas pessoas selecionadas preencheram todas as atividades realizadas em um período de três dias, a partir das 4 horas da manhã, em intervalos de cinco minutos. Também foram analisados o local onde a pessoa estava quando realizou a atividade, se estava viajando, qual meio de transporte utilizado, se estava fazendo outra atividade de forma simultânea, com quem estava quando a realizou. As pessoas selecionadas para completar o diário também respondem outro questionário envolvendo questões sobre idade, gênero, etnia, renda, trabalho remunerado e não remunerado (STATS NZ, [2010?a]).

As atividades são agrupadas pela classificação The Activity Classification for The Time Use Survey (ACTUS), que possui quatro níveis de desagregação. O primeiro nível compreende quatro grandes categorias, o segundo 11, o terceiro 71, e o quarto 126. As categorias dos primeiros dois níveis de agregação são: tempo necessário, que abrange cuidados pessoais; tempo contratado, que compreende as atividades voltadas para o emprego, educação e treinamento; tempo despendido, abrangendo os trabalhos domésticos, cuidados com crianças, compras de bens e serviços, outros trabalhos não pagos; tempo livre, em que estão discriminadas as atividades religiosas, culturais e cívicas, entretenimento social; esportes e hobbies, utilização de mídia e atividades de tempo livre; atividades residuais (STATS NZ, [2010?b]).

6.2 PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIDOS

Nesta seção iremos analisar as principais metodologias e ferramentas utilizadas pelos países e grupos de países em desenvolvimento e subdesenvolvidos nas pesquisas de uso do tempo. Inicialmente será apresentado a classificação das atividades de uso do tempo para América Latina e Caribe, e após apresentamos as pesquisas realizadas pelos países que desenvolveram formas de mensuração do tempo voltado aos trabalhos não remunerados. O Brasil será analisado em capítulo separado.

6.2.1 Classificação das atividades de uso do tempo para América Latina e Caribe (CAUTAL)

Os países da América Latina despenderam diversos esforços para analisar os dados sobre uso do tempo. Segundo Barajas (2016), os pioneiros na região foram Brasil, em 1992; México, em 1996; e Cuba, em 1997. Em 2006, a ONU Mulheres em parceria com o Instituto Nacional de Estatística e Geografia do México (Inegi), a Divisão de Assuntos de Gênero (DAG) da Cepal e o Instituto Nacional das Mulheres do México (Inmujeres) iniciaram o Grupo de Trabalho de Estatísticas de Gênero (GTEG) na Conferência de Estatísticas das Américas (CEA). Após a criação desse grupo de trabalho, houve um grande avanço nas pesquisas de uso do tempo na América Latina.

Barajas (2016) destaca a importância do movimento de mulheres, feministas universitárias e organismos internacionais que pressionaram os governos para a construção das pesquisas sobre o uso do tempo. Antes de 2016, somente 11 países possuíam pesquisas de uso do tempo na região, quais sejam: Argentina, Bolívia, Brasil, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, México, Nicarágua, Paraguai e Uruguai. Após 2013, passaram a realizar a pesquisa, além dos países citados, Colômbia, Chile, Honduras, Panamá, Peru, República Dominicana e Venezuela, conforme o Quadro 5.

Quadro 6 - Países que realizam pesquisas e/ou módulos de pesquisa sobre uso do tempo e trabalho não remunerado, América Latina

País	Antes de 2006	Pesquisa/Módulo/perguntas	2006 ou após	Pesquisa/módulo/perguntas
1. Argentina	2005 (Buenos Aires)	Diário	2010-2011 2013	Módulo na Pesquisa Permanente de Domicílios Módulo na Pesquisa Anual de Domicílios Urbanos (EAHU) Pesquisa de Uso do Tempo em Domicílios
2. Bolívia	2001	Módulo na Pesquisa Contínua de Domicílios	2010-2011	
3. Brasil	desde 1992	Perguntas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad)	2009-2010	Perguntas na Pnad
4. Colômbia			2007, 2008, 2009, 2010 2012	Pesquisa-piloto, com diários, em cinco estados do Brasil Perguntas na Grande Pesquisa Integrada de Domicílios Pesquisa Nacional de Uso do Tempo
5. Costa Rica	2004	Módulo na Pesquisa Domiciliar de Propósitos Múltiplos (EHPM)	2011	Pesquisa sobre uso do tempo na Grande Área Metropolitana
6. Cuba	1997 2001	Perguntas Pesquisa Levantada em cinco municípios		
7. Chile			2008-2009	Pesquisa Experimental sobre o Uso do Tempo na Grande Santiago
8. Equador	2004	Módulo em Pesquisa Domiciliar	2007, 2010, 2012	Pesquisas Nacionais de Uso do Tempo
9. El Salvador	2005	Pesquisa Uso do Tempo Lista curta de perguntas na pesquisa domiciliar de propósitos múltiplos	2010-2011	Módulo na Pesquisa Domiciliar de Propósitos Múltiplos
10. Guatemala	2000	Módulo na Pesquisa Nacional de Condições de Vida (Encorvi)	2006, 2011	Módulo na Encorvi
11. Honduras			2009, 2011	Módulo na Pesquisa Permanente de Domicílios
12. México	1996 1998, 2002	Módulo na Pesquisa Nacional sobre Trabalho, Contribuições e Uso do Tempo (Entaut) Pesquisa Nacional sobre uso do tempo (Enut)	2009	Enut
13. Nicarágua	1998	Módulo na Pesquisa Nacional de Domicílios sobre Meidação do Nível de Vida (ENHMNV)		
14. Panamá			2006 2011	Módulo na Pesquisa de Propósitos Múltiplos Pesquisa Nacional de Uso do Tempo
15. Paraguai	2001	Perguntas na pesquisa de domicílios		
16. Peru			2006 2010	Perguntas integradas à Pesquisa Contínua de Domicílios Pesquisa Nacional de Uso do Tempo
17. República Dominicana			2006-2007	Pergunta na Pesquisa Demográfica e de Saúde
18. Uruguai	2003	Pesquisa em Zona Metropolitana (Universidade da República)	2007, 2011	Módulo na Pesquisa Contínua de Domicílios
19. Venezuela				2008-2011 Pesquisa de Uso do Tempo

Fonte: Barajas (2016 p. 28, tradução nossa).

Esses esforços levaram a construção do relatório da CAUTAL, que buscou harmonizar as pesquisas de uso do tempo na América Latina. Para a elaboração do projeto, foram consideradas a Declaração e Plataforma de Ação de Pequim; a Classificação Internacional de Atividades para Estatísticas de Uso do Tempo (ICATUS); o Consenso de Quito, de 2007; e as experiências de pesquisas realizadas por países como México, Espanha, Estados Unidos, Cuba, Chile, Argentina e Equador. As pesquisas sobre o uso do tempo na América Latina ganham importância também com a inclusão, em 2008, do indicador de tempo total de trabalho pelo Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe (OIG), como uma medida crítica da autonomia econômica das mulheres (CEPAL, 2015).

Os objetivos da CAUTAL, segundo o relatório, são: ordenar as atividades de trabalho não remunerado, em consonância com a fronteira utilizada pelo Sistema de Contas Nacionais, servindo como insumo para o levantamento de informações na elaboração de pesquisas sobre o uso do tempo. Segundo o relatório, este classificador tem como objetivo analisar as atividades que são realizadas para a reprodução e bem-estar dos membros dos domicílios através de uma perspectiva de gênero, o que permite a visualização da divisão sexual do trabalho e o tempo total de trabalho destinado pelos países. Busca-se, por meio dessa classificação, a harmonização das estatísticas de uso do tempo na região, contribuindo para a elaboração de políticas públicas e análise do trabalho de homens e mulheres (CEPAL, 2015).

A estrutura da CAUTAL é formada por três seções, divididas por letras (A, B e C), nove grandes divisões, com um dígito, 34 divisões com dois dígitos, 96 grupos de três dígitos e 23 subgrupos formados por quatro dígitos. Na primeira seção estão classificadas as atividades dentro do escopo do SCN, tendo como destino o mercado; na segunda, estão classificadas as atividades para autoconsumo do domicílio e para outros domicílios, já na terceira seção, se encontram as atividades não produtivas, voltadas para os cuidados e lazer. Nas grandes divisões estão relacionadas as atividades por um dígito, indicando os seus diferentes aspectos. Nas divisões de dois dígitos são classificadas as atividades e tarefas específicas partindo das grandes divisões. Nos seguintes níveis (2 e 3) são agrupadas as atividades relevantes para a população, que possuem como finalidade auxiliar na elaboração de perguntas para serem incorporadas no questionário (CEPAL, 2015).

As seções e grandes divisões da CAUTAL são:

a) trabalho na ocupação e produção de bens para autoconsumo (dentro da fronteira de produção do SCN), em que são classificadas as atividades:

- trabalho em ocupação,
- trabalho para produção de bens;

b) trabalho não remunerado (fora da fronteira de produção do SCN):

- trabalho doméstico não remunerado para o próprio domicílio,
- trabalho de cuidado não remunerado aos membros do domicílio,
- trabalho não remunerado para outros domicílios, comunidade ou voluntário;

c) atividades pessoais (fora da fronteira de produção do SCN), em que são classificadas:

- aprendizagem e estudo,
- convivência social e atividades recreativas,
- uso de meios de comunicação,
- cuidados pessoais.

6.2.2 México

O México já realizou cinco pesquisas sobre o uso do tempo. A primeira foi em 1996, a Pesquisa Nacional sobre Trabalho, Contribuições e Uso do Tempo (ENTAUT, 1996); e as Pesquisas Nacionais sobre Uso do Tempo (ENUT) de 1998, 2002, 2009 e 2014. As três primeiras foram aplicadas por meio de um módulo na Pesquisa Nacional de Rendimentos dos Domicílios (ENIGH). A partir de 2009, começou a ser elaborada de forma independente, baseada em questionários de estilo diário simplificado, que contém as atividades definidas realizadas na semana; e comparáveis metodologicamente (INEGI, 2014).

A ENUT de 2014 foi efetuada por meio de uma parceria entre o Instituto Nacional de Estatística e Geografia (INEGI) e o Instituto Nacional de Mulheres (INMUJERES).

Os objetivos da ENUT de 2014 são: “Proporcionar información estadística para la medición de todas las formas de trabajo de los individuos, tanto remunerado como no remunerado; hacer

visible la importancia de la producción doméstica y su contribución a la economía (INEGI, 2014, p.1)³

A pesquisa é realizada em domicílios e moradias particulares, em que são investigadas as pessoas de 12 anos ou mais. É aplicada através de questionário em papel e formato eletrônico, utilizando entrevista direta. A cobertura geográfica abrange todo o território nacional, incluindo áreas urbanas e rurais e populações indígenas. As perguntas se referem à semana anterior ao fechamento da entrevista, em dois períodos: de segunda a sexta e nos finais de semana. São realizadas questões sobre se a pessoa fez determinada atividade e quanto tempo dedicou para cada uma delas.

A pesquisa aborda ainda as características do domicílio, das habitações, dos indivíduos, do trabalho, atividades cotidianas, percepção do bem-estar, atividades sem pagamentos das pessoas que não são dos domicílios. O questionário é realizado por entrevistas diretas, em que os entrevistados respondem questões prontas a respeito das particularidades dos domicílios, sociodemográficas, e das atividades cotidianas, em que é registrado o tempo, em horas e minutos, destinado a cada afazer, realizado na semana anterior. Também são realizadas questões relativas às percepções de bem-estar, ao tempo dedicado à cada atividade, satisfação pessoal e percepção de felicidade. São investigadas ainda questões relativas ao recebimento de serviços domésticos e de cuidados por parte de pessoas de outros domicílios.

6.2.3 Colômbia

A legislação colombiana desde 2010 regulamenta a inclusão da Economia do Cuidado nas Contas Nacionais, através da Lei 1413. Segundo primeiro capítulo, o objetivo da lei é:

[...] incluir la economía del cuidado conformada por el trabajo de hogar no remunerado en el Sistema de Cuentas Nacionales, con el objeto de medir la contribución de la mujer al desarrollo económico y social del país y como herramienta fundamental para la definición e implementación de políticas públicas (COLÔMBIA, 2010, p.1)⁴.

³ Proporcionar informação estatística para a medição de todas as formas de trabalho dos indivíduos, tanto remunerado como não remunerado; fazer visível a importância da produção doméstica e sua contribuição para a economia e em geral (INEGI, 2014, p.1)

⁴ [...]incluir a economia de cuidado constituída pelo trabalho doméstico não remunerado no Sistema de Contas Nacional, com o objetivo de medir a contribuição da mulher ao desenvolvimento econômico e social do país e como ferramenta fundamental para a definição e implementação de políticas públicas (COLÔMBIA, 2020, p.1, tradução nossa)

A legislação, além de definir o que é Economia de Cuidado, Trabalho Doméstico Não Remunerado, Pesquisa de Uso do Tempo e Conta Satélite, indica que deverá ser realizada uma pesquisa tratando sobre o uso do tempo no prazo máximo de três anos, contados a partir da vigência da Lei.

Em 2012, o país lançou a primeira pesquisa sobre uso do tempo – Encuesta Nacional de Uso del Tiempo (ENUT), que é realizada a cada três anos. A pesquisa gera informações sobre o tempo dedicado pela população acima de 10 anos. A última versão 2016/2017 foi aplicada em 44.999 domicílios. Foi desenhada para coletar informações sobre a cobertura dos serviços públicos, o tipo de residência, o recebimento de subsídios, os bens de capital, a contratação e recepção do serviço e do trabalho doméstico de cuidados não remunerados. Também foram analisados dados sobre a saúde dos indivíduos nos domicílios, o cuidado de menores de até cinco anos, a educação das pessoas de cinco anos ou mais, a posição das pessoas no mercado de trabalho e o uso do tempo para as pessoas de 10 anos ou mais. As atividades são divididas em dois grandes grupos: o trabalho incluído na fronteira de produção do Sistema de Contas Nacional e o trabalho fora da fronteira do Sistema de Contas Nacional (DANE, 2018).

A pesquisa é realizada por meio de entrevista direta entre a população de 10 anos e mais, para as pessoas com menos de 10 anos, é designada a uma pessoa com mais de 18 anos responder ao questionário. Assim como para o questionário mexicano, são pesquisadas as características dos domicílios, questões relativas à saúde dos seus integrantes, dados sobre educação e emprego. As questões relativas ao uso do tempo são realizadas para as pessoas com 10 anos e mais, investigando, por meio de perguntas diretas, quanto tempo elas dedicaram às atividades no dia anterior. Também são realizadas questões relativas às atividades simultâneas, a percepção sobre a qualidade do tempo despendido, e sobre as relações homens e mulheres (DANE, 2016).

6.2.4 África do Sul

A pesquisa de uso do tempo realizada na África do Sul é conduzida pelo departamento de estatísticas do país. Foram realizadas duas experiências, a primeira em 2000 e outra 2010, esta última publicada em 2013. A amostra compreendeu pessoas a partir de 10 anos residentes em domicílios. A pesquisa de 2010 foi composta por cinco etapas; a primeira, respondida por todos os

integrantes do domicílio, enquanto as demais por duas pessoas selecionadas. A seção dois investigou as características demográficas das pessoas selecionadas; a terceira, suas atividades econômicas; e a quinta seção consiste no diário de uso do tempo. Na pesquisa demográfica, foram realizadas questões relativas à utilização de utensílios domésticos, se o domicílio possui água encanada e gás (SSA, 2013).

No diário de uso do tempo, as pessoas respondentes preenchem livremente todas as atividades realizadas ao longo do dia, em intervalos de 30 minutos. Cada intervalo poderia ser preenchido por até três atividades diferentes, em que o entrevistado reportou se a atividade foi realizada de forma simultânea ou uma após a outra. Também foi questionada, para cada atividade reportada no diário, a localização em que a atividade foi exercida e o meio de transporte utilizado, caso a pessoa estivesse em viagem. A pesquisa foi colocada em campo nos meses de outubro a dezembro de 2010 (SSA, 2013).

A classificação para a ordenação das atividades é a utilizada pelas Nações Unidas, que possui correspondência com a classificação do Sistema de Contas Nacional. As categorias possuem 10 principais agregações, quais sejam:

- a) trabalhos em estabelecimentos,
- b) produção primária não destinada para estabelecimentos,
- c) outra produção de bens e serviços não voltadas para estabelecimentos.

Essas atividades são classificadas como dentro do escopo do Sistema de Contas Nacional.

As atividades fora do escopo do Sistema de Contas Nacional são:

- a) manutenção do domicílio;
- b) cuidados de pessoas no domicílio;
- c) atividades comunitárias.

As atividades classificadas como não produtivas estão relacionadas com lazer e cuidados pessoais, quais sejam:

- a) atividades de aprendizado;
- b) atividades sociais e culturais,
- c) atividades de mídia;
- d) Cuidados pessoais e atividades de dormir (SSA, 2013).

A pesquisa apresenta as atividades realizadas simultaneamente de duas formas: uma delas é contabilizando o total do tempo destinado para cada atividade igualmente, outra é separando os

intervalos de 30 minutos conforme a atividade é realizada. O relatório considera que a primeira forma de realizar a mensuração é a mais próxima da realidade, haja vista que se a pessoa reporta que está realizando três atividades de forma simultânea provavelmente despendeu o mesmo tempo para cada uma delas. Por exemplo uma pessoa que estava jantando enquanto cuidava de uma criança e assistia TV. No entanto, a segunda forma de mensuração é internacionalmente comparável, já que é a metodologia usualmente utilizada por boa parte dos países (SSA, 2013).

6.2.5 Egito

A primeira experiência de pesquisa de uso do tempo no Egito foi realizada em 1998, conduzida pelo Central Agency for Public Mobilization and Statistics (CAPMAS) em cooperação com o Economic Research Forum (ERF), como parte integrante do questionário Egyptian Labor Market Panel Survey (ELMPS). A pesquisa foi repetida nos anos de 2006, 2012 e 2018. Nas experiências de 1998 e 2006, as pesquisas de uso do tempo foram realizadas somente para as mulheres e crianças; já em 2012 foi ampliada, investigando também os homens (EL-ANTERY, 2016 [?]). Em novembro de 2019, foi publicada a versão mais atualizada, contemplando dados relativos à 2018.

Além de investigar o uso do tempo, a ELMPS analisa diversos aspectos relativos à participação no mercado de trabalho, condições de emprego, características do local de trabalho. Também contempla questões relativas à educação, características do domicílio, migrações, fertilidade etc. Na versão realizada em 2018, foram investigados 15.746 domicílios e 61.231 indivíduos, entre os meses de março a junho. Nesta última edição foram aplicados dois questionários. No primeiro são aplicadas questões referentes às condições do domicílio. Na segunda seção, são investigadas as características pessoais dos residentes com seis anos ou mais de idade, relativas aos trabalhos domésticos, à condição de emprego, características do trabalho principal, migração, utilização de tecnologias, remuneração, entre outras (KRAFT; ASSAD; RAHMAN, 2019).

No caso do questionário relativo ao uso do tempo, são captadas questões investigando se a pessoa fez determinadas tarefas nos últimos sete dias da semana. As respostas possíveis são sim, não ou não sabe, e quanto tempo despendeu para cada uma das tarefas. São ainda efetuadas questões relativas ao tempo despendido em atividades ligadas à agricultura e produção para o próprio

consumo, (manteiga, queijo etc.). Se a pessoa despendeu algum tempo para compras de comida, roupas, itens do domicílio; atividades ligadas à manutenção do domicílio e construção; atividades associadas a cozinhar, lavar os pratos e a roupa; relacionadas com coleta de água e lenha. São realizadas ainda duas questões relacionadas ao uso do tempo ligado às atividades de cuidados com crianças, idosos e doentes. Uma delas investiga se a pessoa realizou as atividades de cuidados enquanto não estava realizando nenhuma outra atividade, e outra questão, se a pessoa estava realizando outras atividades enquanto exercia as de cuidados (ERF, 2018).

6.2.6 China

A primeira pesquisa em larga escala realizada pelo governo chinês data de 2008, conduzida pelo National Bureau of Statistics of China (NBS). A pesquisa abrangeu um total de 19.621 residentes na zona urbana e 17.521 na zona rural, contemplando 18.215 homens e 18.927 mulheres, na faixa etária entre 15 a 74 anos. A pesquisa foi realizada por meio de diários de uso do tempo, em que cada respondente deveria preencher suas tarefas diárias em intervalos de 10 minutos, em um período de 24 horas, contemplando um dia da semana e outro dia do final de semana. No questionário são investigadas questões relativas às atividades primárias e secundárias, bem como sobre a localização em que a pessoa estava, se estava acompanhada e o meio de transporte utilizado. Também foram investigadas questões relativas à idade, sexo, etnia, status de casamento, relação com o chefe da família, escolaridade, ocupação, renda e distância entre a casa e o domicílio (UNRISD, 2012).

Para o agrupamento das atividades, foi adaptada uma classificação própria a partir da International Standard Activity Classification 2005 (ICATUS 2005), realizada pela Divisão de Estatísticas das Nações Unidas (UNSD) e pela EUROSTAT. A classificação realizada pelo governo chinês possui uma estrutura de três dígitos incluindo nove categorias, 61 divisões e 113 grupos. As categorias são as seguintes: cuidados pessoais; trabalho remunerado; trabalho doméstico na produção primária; trabalho doméstico na produção de manufaturas e na indústria de construção; produção doméstica nos serviços; cuidados com familiares e trabalhos voluntários; estudo; atividades sociais e tempo livre (UNRISD, 2012).

7 EXPERIÊNCIAS DE VALORAÇÃO DOS TRABALHOS REPRODUTIVOS

Com base nos dados sobre o uso do tempo, os países realizam experiências de valoração dos trabalhos domésticos não remunerados, algumas delas visando incluí-los em Contas Satélites no Sistema de Contas Nacionais. Neste capítulo, iremos descrever as experiências realizadas pelas 16 economias selecionadas, totalizando 49 estudos. Será analisado o histórico das metodologias realizadas e os principais resultados obtidos. Faremos também uma análise das experiências realizadas por grupos de países.

O capítulo se divide em três seções além desta introdução, em que descreveremos os principais resultados das pesquisas de valoração. Na primeira apresentaremos a descrição e análise das experiências desenvolvidas nos países de economia avançada, na segunda discorreremos sobre os países em desenvolvimento, e na última será realizada uma análise por grupos de países, conforme as metodologias adotadas pela OCDE e Counting Womens Work (CWW).

Em relação aos resultados das pesquisas, as principais metodologias utilizadas foram: custo de oportunidade, substituto especialista e substituto generalista. Foi utilizada também em alguns países a metodologia do salário-mínimo, remuneração média, e híbrido. Na maior parte das experiências, foi aplicada a metodologia do substituto generalista, totalizando 24 pesquisas, seguido do custo de oportunidade, com 13 pesquisas, e o substituto especialista, com 12 registros. O método híbrido foi empregado apenas na Colômbia; já a remuneração média foi adotada pela África do Sul e pela China; e o salário-mínimo e o método do substituto especialista ajustado foram utilizados na experiência dos Estados Unidos de 2009.

O Quadro 6 sintetiza os principais resultados das pesquisas utilizadas pelos países selecionados. Foram considerados somente os métodos mais utilizados, quais sejam: custo de oportunidade, e substituto, especialista e generalista.

Quadro 7 - Metodologias de valoração dos trabalhos domésticos não remunerados por país, pesquisador e razão no PIB (%)

País	Ano da Publicação	Ano de referência para a pesquisa	Pesquisa/Pesquisador	Custo de Oportunidade	Substituto Especialista	Substituto Generalista	Razão Substituto Generalista e Custo de Oportunidade	Razão Substituto Especialista e Custo de Oportunidade
Canadá	1971	1971	Hawrylyshyn	39,00	40,00	33,00	0,85	1,03
	1978	1961	Hawrylyshyn e Adler	43,60	39,50	-	-	0,91
		1971	Hawrylyshyn e Adler	40,00	41,10	-	-	1,03
	1994	1992	Chandler, Bill. The value of household work in Canada, 1992	30,6 46,3	41,4	-	-	-
	1995	1961 1992	Households Unpaid Work: measurement and valuation	63,30 54,20	-	34,00	0,54 0,63	- -
Estados Unidos	2000	1946 1997	Landefeld e McCulla	-	-	50,00 36,00	- -	- -
	2009	2004	Landefeld, Fraumeni e Vojtech	62,00	24,00	19,00	0,31	0,39
	2012	1965 2010	Bridgman et al.	-	-	39,00 26,00	- -	- -
	2016	1965 2010	Bridgman	-	-	37,00 24,00	- -	- -
	2019	1965 2017	Kanal e Kornegay	-	-	37,00 23,00	- -	- -
Reino Unido	2018	2016	Office for National Statistics	-	63,10	-	-	-
Finlândia	2006	2001	Varjonen; Aalto	-	-	46,60	-	-
	2018	2016	Statistics Finland	-	-	36,50	-	-
Hungria (1)	2016	2016	Hungarian Central Statistical Office	47,00	43,00	36,00	0,77	0,91
França	2015	2010	Poissonnier e Roy	-	33,00	-	-	-
		1998		-	31,00	-	-	-
Polónia	2017	2017	Marszalek	-	41,00	-	-	-
Austrália	2000	1992	Australian Bureau of Statistics	64,00	-	54,00	0,84	-
		1997		60,00	-	48,00	0,80	-
Japão	1998	1996	Agência de Desenvolvimento Japão	23,20	20,00	15,20	0,66	0,86
Nova Zelândia	2001	1998-1999	Divisão de Contas Nacionais	-	-	39,00	-	-
México	2017	2016	INEGI	-	-	23,30	-	-
Colômbia	2014	2014	Departamento Administrativo Nacional de Estatística - DANE	-	20,40	19,30	-	-
África do Sul (2)	2002	2002	Estatísticas África do Sul	38,00	24,00	20,00	0,53	0,63
Egito	2016	2016	New Women Foundation	34,77	-	22,79	0,66	0,00
China	2012	2012	Research Insitute for Soci:	29,40	-	25,10	0,85	0,00
Média				45,02	35,50	32,41	0,70	0,76
Mediana				43,60	39,50	34,00	0,78	0,83
Desvio Padrão				13,21	11,94	10,69	0,79	0,91

Fonte: Elaborado pela autora com base nas experiências de pesquisas dos países.

Notas: (1) Foi considerado o salário líquido (2) Foi considerado os maiores resultados.

Os maiores resultados apresentados pelo levantamento ocorreram pela metodologia do custo de oportunidade, que representou em média 45,02%, máximos de 64% do PIB australiano em 1992 e 63% do PIB canadense e do Reino Unido e mínimo de 23,20% no Japão. A metodologia do substituto especialista apresentou a segunda maior razão, 35,5%, em que o maior resultado foi encontrado no Reino Unido (63,10%) e o menor no Japão, 20%. No caso do substituto generalista, a razão média permaneceu em 32,41%, com maior resultado encontrado na Austrália 54% e menor no Japão: 15,2% (QUADRO 6).

A razão entre a metodologia do substituto generalista pelo custo de oportunidade representou em média 70% e entre o método do substituto especialista e custo de oportunidade 76%. Por outro lado, a menor razão foi mensurada pela metodologia do substituto generalista, na África do Sul (11%). As discrepâncias entre os resultados apresentados pelos países devem-se principalmente às diferenças salariais das economias, as metodologias utilizadas, e as bases de dados sobre o uso do tempo. Sobre as diferenças metodológicas, cabe ressaltar as escolhas entre salário líquido e bruto, formas de mensuração dos trabalhos, e aferição ou não dos bens de capital e intermediários. A respeito das bases de dados sobre o uso do tempo, descritas no capítulo anterior, além das distinções entre as pesquisas relativas à cobertura dos anos e faixa etária inicial das pessoas em alguns exercícios foram considerados os trabalhos concomitantes.

As diferenças nos resultados são captadas pelo desvio padrão alto: 13,6% relativo ao custo de oportunidade, 12,33% (substituto especialista), e 10,69% (substituto generalista). Já a mediana dos indicadores é próxima à média, o que indica que a distribuição tende à normal (Quadro 6).

Nas próximas seções serão descritas as metodologias utilizadas pelos países de economia avançada e periféricos.

7.1 PAÍSES DE ECONOMIA AVANÇADA

Nesta seção serão apresentados os principais exercícios de valoração do tempo destinado aos trabalhos reprodutivos nos países de economia avançada. Cada país será relatado brevemente as metodologias utilizadas pelos pesquisadores ou órgãos governamentais, e os principais resultados alcançados. A maior parte das metodologias se baseiam nas pesquisas de uso do tempo relatadas no capítulo anterior.

7.1.1 Canadá

A primeira experiência de valoração do tempo realizada no Canadá foi publicada em 1971, pelo pesquisador Oli Hawrylyshyn. O autor utilizou os critérios da terceira pessoa, da utilidade e da existência de uma atividade similar no mercado para classificar os trabalhos domésticos como econômicos, que deveriam ser mensurados monetariamente e incluídos no PIB. Conforme visto no capítulo anterior, os critérios da terceira pessoa e da utilidade definem que são consideradas atividades econômicas aquelas que podem ser exercidas por uma terceira pessoa, sem afetar o valor de utilidade do indivíduo. Em relação ao critério do equivalente no mercado, como se pode pressupor, são classificadas como atividades econômicas aquelas que podem ser substituídas por uma equivalente no mercado, e, portanto, mensurada em termos monetários.

A partir destes critérios, Hawrylyshyn (1971 p. 19) apresentou uma conceitualização própria para os trabalhos domésticos que devem ser considerados como parte da produção econômica e, dessa forma, mensurados em termos monetários e inclusos no cálculo do PIB: “The value of those economic services produced in the household and outside the market, but which could be produced by a third person hired on the market without changing their utility to the members of the household”¹. Essa conceitualização foi criticada por algumas teóricas feministas, conforme visto no capítulo anterior, cujo principal argumento é que estaria excluindo diversas atividades domésticas realizadas pelas mulheres, e que não possuem equivalentes no mercado, como por exemplo, o aleitamento materno ou a gravidez.

Hawrylyshyn (1971) utilizou três metodologias para a valoração das atividades domésticas, quais sejam: custo de oportunidade, especialista e generalista. As bases de dados utilizadas foram o Censo Demográfico (1971) - para analisar o número de famílias por província, e os salários por ocupação dentre os trabalhadores em tempo integral. As pesquisas de uso do tempo, realizadas nas cidades de Toronto e Halifax, considerando algumas modificações - dado que as pesquisas são realizadas somente para famílias com casal presente. Por fim, as diferenças de salários regionais foram retiradas principalmente a partir das publicações das pesquisas sobre trabalho e estatísticas do Canadá. O imposto líquido sobre rendimentos, utilizado na metodologia do custo de oportunidade, foi estimado a partir das tabelas de impostos padronizadas. Para a

¹ O valor desses serviços econômicos produzidos nos domicílios e fora do mercado, mas que pode ser produzido por uma terceira pessoa contratada no mercado, sem mudar a utilidade dos membros do domicílio (HAWRYLYSHYN, 1971, p. 19, tradução nossa).

imputação do valor da renda da trabalhadora doméstica, foi considerada a renda média obtida através de pesquisa telefônica realizada em agências de emprego nas 13 maiores cidades canadenses. Em relação ao tempo das famílias que contratam empregadas domésticas, foi realizado uma estimação a partir das pesquisas sobre uso do tempo.

Hawrylyshyn (1971) chegou aos seguintes resultados a partir das diferentes abordagens com estimativas para o PIB de 1971: custo de oportunidade \$37,633 bilhões, equivalente a 39% do PIB; especialista: \$38,477 bilhões, equivalente a 40% do PIB e abordagem generalista: \$31,935 bilhões, equivalente a 33% do PIB.

Adler e Hawrylyshyn (1978) replicaram o estudo de Hawrylyshyn (1971), para os anos de 1961 e 1971. Os pesquisadores dividiram as famílias em 10 categorias, relacionadas com status no casamento, número de filhos, e idade do filho mais novo. Também foram subdivididas as categorias por funções domésticas, quais sejam: preparo de alimentos, limpeza, cuidados com vestuário, reparos e manutenção, compras, cuidado físico de crianças e cuidado na tutoria de crianças, e outros tipos de cuidados com crianças. Os dados foram coletados das mesmas fontes da pesquisa anterior; porém, não foi feita a análise pela metodologia generalista, pela dificuldade de conseguir dados para o ano de 1961. As classificações das categorias de atividades domésticas foram selecionadas a partir do Dicionário de Classificações Ocupacionais, do Censo Demográfico de 1971, as mesmas classificações foram utilizadas para o ano de 1961. As médias salariais também foram calculadas a partir dos dados censitários, dos anos de 1961 e 1971.

Os resultados alcançados a partir da metodologia especialista para o ano de 1961 foi de \$15,661 bilhões, equivalente a 39,5% do PIB. Deste total, 26,2% foram produzidos por mulheres, e 12,9% pelos homens. Pelo custo de oportunidade, o total da produção foi de \$17,310 bilhões, equivalente a 43,6% do PIB; destes, 29,1% foram produzidos por mulheres, e 14,5% pelos homens.

Para o ano de 1971, pelo método especialista, o trabalho doméstico representou \$38,758 bilhões, equivalente a 41,1% do PIB, dos quais, 27,7% foi produzido pelas mulheres, e 13,5% pelos homens. No caso do método do custo de oportunidade, foi mensurado um total de \$37,633 bilhões, equivalente a 40% do PIB; deste, as mulheres produziram 27,2% e os homens 12,8%. Os pesquisadores concluíram que a razão entre trabalho doméstico e PIB é relativamente estável ao longo dos anos, e, apesar do aumento da participação das mulheres na força de trabalho, ao longo da década, a maior participação dos trabalhos domésticos no PIB pelo método especialista é atribuída a mudanças demográficas e de remuneração.

As experiências desenvolvidas por Hawrylyshyn, serviram como base para posteriores pesquisas, dentre as quais, a publicação “Households Unpaid Work: measurement and valuation”, em 1995, pelo Sistema de estatísticas do Canadá. Este estudo faz um exercício de valoração do tempo utilizando a mesma metodologia para os anos de 1961, 1971, 1981, 1986 e 1992. O objetivo principal do exercício foi analisar, além do tamanho da produção doméstica não remunerada em relação à produção voltada para o mercado, o seu comportamento histórico, a partir das transformações demográficas e econômicas, em que pese, a inserção em massa de mulheres no mercado de trabalho.

Uma das hipóteses analisadas no estudo, que foram reforçadas pelas estimativas calculadas, é a de que os trabalhos domésticos caracteristicamente são contracíclicos. Ou seja, quando a economia cresce de forma vertiginosa, as atividades domésticas crescem de forma mais lenta, e, ao contrário, quando a economia desacelera, os trabalhos domésticos, crescem de forma mais rápida. Há, portanto, uma sobrevalorização dos ciclos econômicos na medida em que se oculta a produção doméstica não remunerada.

O grupo populacional utilizado para análise foram as pessoas acima de 15 anos residentes em domicílios. Não foram consideradas pessoas residentes em casas coletivas (como por exemplo, hospitais, hotéis, orfanatos, etc.), pela falta de informações relativas ao trabalho doméstico não remunerado. Também foram desconsideradas pessoas estrangeiras com visto temporário, diplomatas e militares, tendo em vista que os dados disponíveis para essa população são bastante limitados.

As pessoas foram classificadas por território, sexo, status familiar, número de filhos e idade do filho, idade do filho mais novo. Foram selecionados 70 tipos de trabalhos domésticos não remunerados, a partir do critério da terceira pessoa, nas diversas pesquisas sobre uso do tempo, desse total, foram agrupadas em 22 categorias, quais sejam:

- a) trabalho doméstico;
- b) ajuda e cuidado;
- c) administração e compras;
- d) transporte e viagens;
- e) outros trabalhos domésticos.

Os critérios utilizados para a classificação e definição das atividades foram relevância, confiabilidade e comparabilidade entre as pesquisas (CANADA, 1995).

Três diferentes métodos foram utilizados para a mensuração do valor: custo de oportunidade antes das taxas; custo de oportunidade depois das taxas; substituto generalista e especialista. O custo de oportunidade antes das taxas foi calculado a partir da média dos salários das pessoas com mais de 15 anos por sexo e território, adicionados as contribuições dos empregadores. No caso do custo de oportunidade após as taxas, foi baseado também na média de rendimentos das pessoas, deduzida a estimativa das contribuições sociais e do imposto de renda marginal. Quanto ao custo do substituto foi baseado na renda média das pessoas empregadas em tempo integral, ao longo de todo o ano, por província e ocupação. Para o substituto especialista foi associado ocupações similares às 22 classificações por tipo de trabalho. Já em relação ao generalista, as atividades foram divididas em trabalhos domésticos, em que o valor foi equiparado a de ocupações em serviços pessoais; e cuidado de crianças, cujo valor foi equiparado ao de cuidados de crianças. Trabalho voluntário e outros tipos de trabalho de cuidados foram equiparados com ocupações semelhantes. Para o cálculo do custo de oportunidade foi considerado as contribuições sociais dos empregadores (CANADA, 1995).

O banco de dados utilizado para a realização do estudo foram os Censos Demográficos, em que se considerou o tamanho da população por província e os rendimentos das pessoas. O Censo foi considerado por ser a pesquisa com maior detalhamento relativo às ocupações. Para o ano de 1992 foram feitas projeções a partir do Censo de 1991, a partir do banco de dados Statistics Canada's Social Policy Simulation Database (CANADA, 1995).

Em relação ao tempo, foram utilizadas as pesquisas sobre uso do tempo para os anos de 1981, 1986, e 1992, para os anos de 1971 e 1961 foram realizadas extrapolações a partir das pesquisas dos anos anteriores. Para os anos de 1981, 1986, e 1992 as pessoas inicialmente foram alocadas por grupos característicos, após, o tempo reportado foi transformado em minutos por dia e dividido nos grupos de atividades. Foram realizados ajustes sazonais para os anos de 1981 e 1986, já que as pesquisas de uso do tempo destes anos foram realizadas nos meses de setembro e outubro, e novembro e dezembro, respectivamente. No caso dos anos de 1961 e 1971, que não possuem pesquisas de uso do tempo de abrangência nacional, foram realizadas imputações a partir da extrapolação dos resultados das pesquisas de 1981, 1986 e 1992.

Assumi-se que as mudanças ocorridas entre os anos de 1981 e 1992 serviriam como parâmetros de tendência de mudança das horas médias anuais, para os anos de 1961 e 1971. A tendência foi analisada para cada grupo populacional, utilizando critérios diferentes. Dentre os

grupos com 60 ou mais respondentes, a tendência foi extrapolada para trás partir da estimativa de 1981. Já no caso dos grupos com menos de 60 respondentes, a tendência foi extrapolada para trás para 1961 e para frente a partir de 1992 até 1986, igualando ao tempo médio das três pesquisas. Foi considerada uma diferença máxima de 0,5% da estimativa de referência (CANADA, 1995).

Os resultados da pesquisa apontam o número de horas despendidas para o trabalho doméstico não remunerado por tipo de trabalho e as mudanças ao longo dos anos. Em 1961, a população canadense destinava 15 bilhões de horas para os trabalhos domésticos não remunerados, passando a 25 bilhões em 1992, o que representa 23% de horas a mais do que as destinadas aos trabalhos remunerados.

O padrão de uso das horas por atividade também se modificou, as pessoas passaram a destinar menos horas no preparo de alimentos, e de cuidados de pessoas, e mais tempo na limpeza, cuidados com roupas e, reparação e manutenção da casa, administração do domicílio e compras. Houve também uma mudança na distribuição do tempo entre as atividades destinadas pelos homens e mulheres, elas passaram a despendar mais horas na limpeza, reparação, administração do domicílio, compras e trabalhos voluntários. No caso dos homens, despenderam mais horas na preparação de comidas, limpeza e cuidado de roupas, reparação e manutenção e cuidados com os membros da família (CANADA, 1995).

Em termos monetários, a valoração do trabalho doméstico variou conforme a metodologia utilizada, com uma diferença máxima entre a maior e a menor estimativa de 22% em 1992. As estimativas variaram conforme a escolha da metodologia, já que estas são influenciadas por fatores divergentes. Por exemplo, o aumento das horas dos homens para a preparação de alimentos, não teve efeito nos resultados pelo método substituto (já que foram utilizadas horas médias somados homens e mulheres), por outro lado, afetou os resultados para o método do custo de oportunidade. Em 1961, os resultados variaram de \$14 bilhões pelo método do substituto generalista a 26 bilhões, pelo método do custo de oportunidade antes das taxas. Em 1992, o valor mínimo foi observado pelo método do custo de oportunidade antes das taxas e máximo de 374,1 bilhões após as taxas. Como participação do PIB, variou de 34% pelo método substituto generalista em 1961 a um máximo de 63,3% pelo custo de oportunidade antes das taxas. Em 1992, o percentual variou de 34% pelo método do substituto generalista, para 54,2% pelo método do custo de oportunidade antes das taxas (CANADA, 1995).

Os resultados indicam também um declínio importante do valor do trabalho doméstico não remunerado entre os anos 1960 e 1970, o que é atribuído ao rápido crescimento econômico, aumento do nível de emprego, principalmente entre as mulheres, cuja população ocupada passou de 25% para 47%, e da renda real. A saída das mulheres para o mercado de trabalho decorreu em uma queda nos valores do trabalho doméstico não remunerado.

Por outro lado, a partir dos anos 1990 a situação econômica se reverte, com estagnação do nível de emprego das mulheres e declínio do emprego masculino, concomitante com ciclos recessivos. Nesse período, houve ainda um aumento do número de horas destinadas ao trabalho doméstico e sua relação com as destinadas ao trabalho remunerado, bem como as estimativas do valor do trabalho doméstico não remunerado (CANADA, 1995).

Quanto à participação por sexo, as mulheres são as principais ofertantes de trabalhos domésticos não remunerados, ainda que essa diferença tenha decrescido ao longo dos anos. Em 1961, elas destinavam em torno de 68% do total dos trabalhos domésticos não remunerados o que equivalia, em média, à \$10 bilhões por hora; já em 1992, elas passaram a exercer 65% do trabalho doméstico, correspondente a \$16 bilhões por hora (CANADA, 1995).

Uma diferença entre as metodologias é que a participação do valor dos trabalhos não remunerados é significativamente inferior em relação à participação do número de horas, o que ocorre devido às diferenças salariais entre homens e mulheres no mercado de trabalho. No caso do método substituto, a participação no montante das horas se assemelha à participação no valor produzido. As pequenas diferenças ocorrem devido aos trabalhos exercidos pelos homens que são mais bem remunerados no mercado do que o das mulheres (CANADA, 1995).

O relatório investigou também o valor produzido pelo trabalho doméstico por tipos de arranjos familiares. Houve importantes mudanças demográficas ao longo do tempo, que impactaram na oferta de trabalhos domésticos, com a diminuição do número de filhos, o que tende a diminuir o número de horas destinadas ao trabalho doméstico não remunerado, mas também o aumento do número de famílias monoparentais, o que diminui os ganhos de escala.

Os resultados apontam que, em média, as mulheres despenderam em torno de duas vezes mais tempo ao trabalho doméstico não remunerado que os homens. As mulheres casadas e mães solteiras exerciam mais horas que a média total feminina. As mães com filhos exerceram em torno de 810 a 1.090 horas a mais por ano que as mães sem filhos. O grupo com maior horas destinadas ao trabalho doméstico foram as mulheres mães não ocupadas no mercado de trabalho com filhos

pequenos, esse grupo exerceu 3 mil horas anualmente para o trabalho doméstico. O relatório também fez a discriminação das horas destinadas por tipo de atividade doméstica. As que mais consomem tempo de trabalho são os afazeres doméstico, e, dentre estes, a preparação de alimentos, ainda que o tempo destinado à essas atividades tenham diminuído ao longo dos anos.

Por fim, o relatório faz uma análise comparativa com estudos de valoração dos trabalhos não remunerados realizados no Canadá, e comparações com experiências de outros países, quais sejam: Austrália, Dinamarca, Finlândia, França, Japão, Nova Zelândia, Noruega, Suíça, Estados Unidos e Alemanha Ocidental. As diferenças de razão do PIB entre os diversos estudos analisados variam de 25% para 70%. As desigualdades entre países são atribuídas às diferenças entre o tempo e custos destinados aos afazeres domésticos, mas também às distintas metodologias e base de dados utilizados.

Outro estudo importante realizado no Canadá foi feito por Bill Chandler do Departamento de Estatísticas do Canadá para o ano de 1994, com dados de 1992. O estudo utiliza o conceito de trabalho doméstico descrito por Hawrylyshyns e agrupa as atividades domésticas em três tipos: atividades domésticas, atividades de cuidados, e compras. A base de dados utilizada para o estudo foi a pesquisa de uso do tempo, General Social Survey (GSS) de 1992, que compreende uma amostra populacional de 9 mil pessoas, com mais de 15 anos, durante o período de um ano para todos os dias da semana. As estimativas populacionais foram realizadas a partir do Censo de 1991. Os dados relativos à remuneração por hora também foram derivados do Censo de 1991, e as taxas utilizadas no cálculo do custo de oportunidade foram extraídas das Finanças Nacionais (CANADÁ, 1994).

Foram utilizados três diferentes métodos de valoração: custo de oportunidade antes e depois das taxas, por província e sexo, e método do substituto especialista, em que as atividades foram divididas em 44 agrupamentos, e as remunerações foram equiparadas aos de trabalhadores em tempo integral (CANADÁ, 1994).

Os resultados estimados para o ano de 1992, indicam que os trabalhos domésticos não remunerados representaram 30,6% do PIB pelo método do custo de oportunidade, utilizando a remuneração líquida, o que equivale a \$210,8 bilhões. Pela remuneração bruta, o valor foi estimado em \$318,8 bilhões, equivalente a 46,3% do PIB. No caso do substituto generalista, representou 41,6% do PIB, equivalente a \$284,9 bilhões. Os resultados também foram apresentados por província e território e por arranjos familiares (CANADÁ, 1994).

7.1.2 Estados Unidos

As experiências de Contas Satélites desenvolvidas nos Estados Unidos foram realizadas principalmente por pesquisadores ligados ao Bureau of Economic Analysis (BEA). As pesquisas objetivam analisar o comportamento da produção doméstica não remunerada em um intervalo determinado de tempo. Dentre as metodologias desenvolvidas pela instituição, destaca-se a Landefeld e McCulla (2000), que serviu de base para posteriores atualizações. Nesta proposta de exercício, o domicílio é visto tanto como uma unidade produtiva quanto como consumidor e investidor, utilizando capital, matérias primas e sua própria força de trabalho para a elaboração de bens e serviços. Os pesquisadores também analisam os retornos de capital por parte do governo.

Para a realização da pesquisa, foi utilizada a metodologia do substituto generalista, em que foram pesquisados dados para os anos de 1946 a 1997. Em relação à valoração dos bens de capital, adquiridos pelos domicílios, foram estimados a partir de duas metodologias: o valor do aluguel para os bens que possuem esse valor disponível. Para os demais, foi utilizada a metodologia do custo de oportunidade. Esta é calculada a partir do valor estimado da depreciação dos ativos durante o período utilizado e o retorno sobre esse ativo caso ele estivesse sendo investido em outro local (LANDEFELD; McCULLA, 2000).

Os dados utilizados para a realização da pesquisa foram baseados nas séries de uso do tempo com recorte de gênero e participação na força de trabalho, provenientes do Bureau of Labor Statistics (BLS), e de emprego proveniente da pesquisa Bureau of Economics Analysis (BEA). Para as estimativas do tempo dos trabalhos reprodutivos entre os anos de 1948 a 1981 foram utilizadas as séries de uso do tempo de Robert Eisner. Quanto às estimativas referentes aos anos de 1982-1984 e 1986-1997, foram baseadas nas pesquisas da Universidade de Maryland. Também foram utilizadas as estimativas de depreciação dos bens de consumo duráveis e capital governamental, adicionadas na conta de retornos médios para os estoques líquidos (LANDEFELD; McCULLA, 2000).

Para a inclusão dos trabalhos reprodutivos não remunerados no Sistema de Contas Nacional, foi feito um rearranjo nas contas, em que o valor dos serviços domésticos não remunerados e dos serviços de capital foram adicionados na categoria “Despesas com consumo pessoal e investimentos”. O trabalho doméstico não remunerado também foi adicionado em compensação dos empregados e incluídos nas rendas pessoais. Quanto à aquisição de bens de

consumo duráveis, foi reclassificada como investimentos nos domicílios (LANDEFELD; McCULLA, 2000).

Os resultados calculados pelos pesquisadores apontaram para um aumento do PIB no montante de 50%, em 1946, e 36%, em 1997. Além disso, a incorporação da produção doméstica reduziu a estimativa do PIB de um crescimento anual de 7,3% para 7,1%. A explicação para a diminuição do crescimento do PIB no período é que a produção do mercado cresceu mais rapidamente com a entrada das mulheres no mercado de trabalho, já a produção de bens domésticos cresceu a taxas mais lentas.

A entrada das mulheres no mercado de trabalho apresentou crescimento de 31% em 1946, passando a 60% em 1997. No caso dos homens, a participação no mercado de trabalho declinou de 83% para 75%. Outro fator apontado foi o aumento da diferença entre as remunerações dos trabalhos para o mercado e para o domicílio. Em 1946, a compensação média dos trabalhos domésticos em relação aos empregados no mercado foi de 56%, em 1997, essa diferença passou a 38% (LANDEFELD; McCULLA, 2000).

Outro exercício realizado pelos pesquisadores foi a criação de uma matriz insumo-produto para o trabalho doméstico, a fim de analisar os impactos das tecnologias sobre o tempo, os *trade-offs* entre produção doméstica e produção para o mercado. Para esse tipo de análise, o total da produção deve ser dividido entre seus componentes e estes componentes em materiais de trabalho utilizados para a sua criação.

Na matriz, foram incorporadas linhas para produção e consumo de commodities pelos domicílios. Já as colunas indicam as compras das indústrias domésticas e seus componentes agregados, trabalho e capital, bem como consumo intermediário de outras indústrias. As seguintes indústrias foram incorporadas na matriz: preparação de alimentos, limpeza, limpeza de roupas, gestão do domicílio, cuidado com animais e plantas, jardinagem, cuidados com crianças, cuidados com saúde, compras, serviços, viagens, outras indústrias domésticas. As commodities também foram segmentadas por essa classificação (LANDEFELD; McCULLA, 2000).

A pesquisa de Landefeld e McCulla serviu como base para o desenvolvimento de outros exercícios de incorporação dos trabalhos domésticos não remunerados no Sistema de Contas Nacional. Landefeld, Fraumeni e Vojtech (2009) atualizaram o estudo para os anos de 1965 e 2004, utilizando dados da pesquisa American Time Use Survey (ATUS), conduzido pelo Bureau of Labor

Statistics (BLS), e as pesquisas harmonizadas de uso do tempo provenientes da Multinational Time Use Study (MTUS).

Nesse exercício, assim como no de 2000, os pesquisadores ajustaram as contas do Sistema de Contas Nacional (SCN) a fim de incorporar os domicílios como produtores e consumidores de bens de consumo duráveis como investimentos para a produção. Essa conta também incorporou os retornos de capital do governo, como por exemplo, para a construção de estradas. De forma diferente do exercício anterior, além da metodologia do substituto generalista, foi incorporado a do substituto especialista.

O trabalho doméstico não remunerado e o capital empregado para a produção doméstica foram incluídos tanto do lado da produção como do lado da renda. Além disso, assim como no exercício anterior, os bens de capital adquiridos pelos domicílios foram reclassificados como investimentos. Os investimentos em estruturas residenciais foram movidos da categoria “investimentos brutos empresariais”, para a nova categoria “investimentos”, dentro da nova categoria “despesas de consumo pessoal e investimentos”. Os resultados apontaram para um decréscimo no crescimento do PIB nominal durante o período, passando de uma taxa anual de 7,4% para 7,2%, e um decréscimo no PIB real anual de 3,1% para 2,9%.

A queda na taxa de crescimento deveu-se à entrada de mulheres no mercado de trabalho, que passou de uma taxa de participação de 40% em 1965 para 60% em 2004, ao mesmo tempo em que a participação dos homens no mercado de trabalho declinou de 83% para 75%. Houve também mudanças nos custos de oportunidade entre os trabalhos no mercado e fora do mercado, passando de 42% em 1965 para 31% em 2004. Em 1965, a inclusão dos trabalhos domésticos não remunerados levou a um crescimento de 39% no valor do PIB, já em 2004 esse percentual passou a 27%.

O exercício também analisou a volatilidade do crescimento do PIB nominal, que cresceu de 6,9 pontos percentuais, para 7,4 pontos percentuais após a inclusão da conta satélite. A inclusão dos serviços de consumo duráveis levou a um aumento do PIB em 7%, a inclusão dos retornos do capital governamental aumentou o PIB também em 7%. A renda do trabalho também apresentou crescimento com a inclusão dos trabalhos domésticos não remunerados no período, no montante de 56% em 1965 e de 33% em 2004. O nível de poupança e investimentos pessoais também apresentou elevação, os bens de consumo duráveis aumentaram os investimentos privados em 50%

em 1965 e 48% em 2004, a poupança bruta aumentou à taxas de 6,5%, comparando com a taxa de 6,1% sem a inclusão dos trabalhos domésticos (LANDEFELD; FRAUMENI; VOJTECH, 2009).

O exercício foi realizado também para os anos de 1985-2004, utilizando diferentes métodos de mensuração: substituto generalista, substituto especialista, substituto especialista ajustado, custo de oportunidade, salário-mínimo. Para os métodos do substituto especialista e especialista ajustado, foram consideradas sete categorias: cozinhar, limpar, trabalhos diversos, jardinagem, compras, cuidado com crianças, viagens. No método do substituto especialista ajustado cada categoria foi ponderada considerando as supostas diferenças de produtividade entre o domicílio e o mercado. Dessa forma, as categorias cozinhar, limpar, trabalhos diversos e jardinagem foram ponderadas em 75% do valor do trabalho no mercado, já as categorias compras, cuidados com crianças e viagens permaneceram com 100% do valor do trabalho. Os resultados apontaram que a taxa de crescimento no período, permaneceu em torno de 5,2%, com exceção do método do custo de oportunidade que apresentou crescimento de 5,3%. Em relação ao nível, a maior estimativa foi mensurada pelo método do custo de oportunidade (62% em 2004), seguido do substituto especialista (24%), especialista ajustado (20%), generalista (19%) e salário-mínimo 12% (LANDEFELD; FRAUMENI; VOJTECH, 2009).

Outro exercício de inclusão dos trabalhos domésticos não remunerados em Contas Satélites do Sistema de Contas Nacional foi publicado por Brigman *et al.* (2012), em que os autores utilizam metodologia semelhante a Landefeld, Fraumeni e Vojtech (2009). A pesquisa foi baseada nos dados provenientes do Multinational Time Use Survey (MTUS) para os anos de 1965 a 1999 e American Time Use Survey (ATUS) para os anos de 2003 a 2010. Os pesquisadores fizeram ajustes para realizar uma base dados comum, onde foram consideradas sete categorias, quais sejam: trabalho doméstico, cozinhar, bicos, jardinagem, compras, cuidado de crianças e viagens domésticas. Também foram incorporados dados sobre retornos dos bens de consumo duráveis na conta investimentos, ao invés da conta de consumo pessoal, e computados os retornos de capital do governo. A metodologia utilizada para a imputação do valor do trabalho doméstico foi a do substituto generalista, cujos dados foram originados do Bureau of Economic Analysis (BEA).

Os resultados indicam que a incorporação dos trabalhos domésticos nas contas nacionais levou à um aumento no PIB dos Estados Unidos no montante de 39% em 1965 e de 26% em 2010. A variação anual do crescimento do PIB durante o período analisado passou de 6,9% sem a inclusão dos trabalhos domésticos não remunerados, para 6,7% com a inclusão. A diminuição do ritmo do

crescimento está relacionada ao ingresso das mulheres no mercado de trabalho, o que já foi apontado nas pesquisas anteriores, (BRIDGMAN *et al.*, 2012).

A pesquisa também analisou os impactos da inclusão dos trabalhos domésticos não remunerados no PIB durante o período recessivo, indicando que não houve mudanças significativas no tempo, ou seja, o aumento do desemprego não levou ao crescimento do número de horas voltadas ao trabalho doméstico no período. A explicação dos autores é que a tendência anterior, de diminuição da participação dos trabalhos domésticos, teria neutralizado os efeitos do aumento do desemprego, (BRIDGMAN *et al.*, (2012).

Outra análise feita na pesquisa é os impactos do trabalho doméstico sobre a desigualdade, ou seja, se a valoração dos trabalhos domésticos não remunerados levaria à uma diminuição no nível de desigualdade entre os domicílios. Os autores concluíram que os efeitos sobre a desigualdade de renda são baixos, dado que as horas despendidas para o mercado doméstico não variam muito de acordo com a renda, o que ocorre principalmente entre as mulheres, principais ofertantes do trabalho, (BRIDGMAN *et al.*, 2012).

A pesquisa foi novamente atualizada para os anos de 1965 – 2016, por Bridgman (2016), em que também foi utilizada a metodologia do substituto generalista, bem como os dados das pesquisas Multinational Time Use Survey (MTUS) e American Time Use Survey (ATUS). Nessa análise, além da imputação de valores para os trabalhos domésticos, os serviços de consumo duráveis foram realocados para a conta de investimentos, assim como nas pesquisas anteriores, porém, de forma diferente, não foi considerado neste estudo os retornos de capital do governo, pela dificuldade de separação entre o utilizado para o domicílio e para as firmas, bem como pelo fato de ser uma conta pequena.

Os resultados apontam para uma taxa de crescimento de 6,4%, no caso de os trabalhos domésticos serem incluídos na mensuração do PIB, sem a inclusão dos trabalhos domésticos, o PIB apresenta uma variação de 6,6%. Em termos de participação no valor produzido, o trabalho doméstico representou 37% do PIB em 1965, passando a 23% em 2014. Essa tendência ao declínio, constatada nas pesquisas anteriores, deve-se ao ingresso das mulheres no mercado de trabalho.

O autor também analisa os impactos dos trabalhos domésticos no período recessivo, e aponta que não houve efeito sobre a volatilidade do crescimento, e houve pouco efeito sobre o declínio do crescimento. Nessa pesquisa, o autor atribui aos baixos impactos dos trabalhos domésticos no período de crise tanto à aquisição de bens de consumo duráveis, que também

diminuíram durante a crise, bem como aos impactos do desemprego, principalmente entre os homens, e sua menor participação como ofertantes de trabalho doméstico.

Kanal e Kornegay (2019) atualizaram o trabalho de Bridgam (2016) para os anos de 1965 a 2017, utilizando a mesma metodologia. Os resultados apontam para tendência semelhante à das pesquisas anteriores, em que pese a diminuição da tendência de crescimento durante o período, passando de 6,5% sem a inclusão dos trabalhos domésticos, para 6,3% para as estimativas com a inclusão dos trabalhos domésticos. A razão dos trabalhos domésticos não remunerados sobre o PIB era de 37% em 1965, passando a 23% em 2017. A diminuição desta razão é atribuída principalmente ao declínio das horas destinadas aos trabalhos domésticos dentre as mulheres não ocupadas, principais ofertantes de trabalhos domésticos dentre as categorias de análise (mulheres ocupadas e não ocupadas, homens ocupados e não ocupados).

7.1.3 Reino Unido

O primeiro exercício que definiu a estrutura de Contas Satélites do Sistema de Contas Nacional no Reino Unido data de 2002, publicado pelo Escritório Oficial de Estatísticas. O trabalho busca realizar uma metodologia de Conta Satélite baseada no critério de classificação das atividades da terceira pessoa. Os serviços são agrupados por: provimento de moradia, provimento de transporte, provimento de nutrição, provimento de vestuário e serviços de lavanderia, provimento de cuidados com crianças, provimento de cuidados com adultos e atividades voluntárias. Para cada conta, são definidas entradas e saídas, que depois devem ser analisadas em conjunto sob a forma de uma tabela insumo produto (ONS, 2002).

São utilizadas diferentes pesquisas relacionadas aos valores dos serviços similares no mercado e distintas abordagens para o cálculo de cada item. Na conta de provimento de moradia, são considerados os serviços providos pelo próprio domicílio. Nesta conta são contabilizadas como entradas, o consumo intermediário, que inclui os bens utilizados para prover serviços de acomodação, como serviços de seguro, limpeza etc. Como bens de capital, são considerados os móveis, serviços relacionados como limpeza, manutenção, jardinagem, e o trabalho calculado pelo montante de tempo despendido nas atividades ligadas à construção (ONS, 2002).

Na conta de provimento de transporte, são contabilizados todos os transportes utilizados pelo domicílio usando como critério a terceira pessoa, as viagens de negócios são excluídas das

estimativas, bem como os transportes que as pessoas pagam, como ônibus, trem, metrô e táxi, já que estas estimativas já estão incluídas no Sistema de Contas Nacional. São computados como bens intermediários os combustíveis. Dentre os bens de capital, são considerados os carros, vans, motocicletas etc. A base de dados utilizada para a pesquisa é a National Travel Survey (NTS), que classifica as atividades segundo propósito: educação, compras, trabalho, lazer e outras. Os valores são estimados a partir do valor do aluguel de um veículo multiplicado pelo número de milhas viajadas por pessoa, por ano e propósito (ONS, 2002).

No caso da conta provimento de nutrição, são consideradas como entradas os alimentos como refeições, lanches, bebidas, para os membros dos domicílios e as atividades voltadas para a sua elaboração. Como consumo intermediário são contabilizados todos os ingredientes envolvidos na elaboração dos alimentos e transformados durante o processo produtivo. Em relação aos bens de capital, são considerados bens utilizados durante o processo e não consumidos, como forno, refrigeradores, máquinas de lavar. O banco de dados para a realização da conta provém da pesquisa “Family Food Panel”, em que consta todas os alimentos consumidos nos domicílios, bem como os ingredientes utilizados na preparação. O valor dos alimentos é calculado a partir da pesquisa National Food Survey, na seção “Eating Out” (ONS, 2002).

A conta de provimento de roupas e serviços de lavanderia são consideradas como saídas os vestuários produzidos pelos domicílios, e a manutenção das roupas. Como bens de consumo intermediário, são computados os tecidos e outros utensílios para lavar roupas. Como bens de capital, são consideradas máquina de costura, de lavar roupa, etc. Nesta conta o valor das roupas produzidas é calculado a partir do consumo intermediário de itens de costura, dobrando-o para calcular o valor do vestuário produzido. Em relação à lavanderia, é calculado a partir de informações sobre a carga da lavagem de roupas, obtida a partir da pesquisa Lever Farberge UK Laundry Market report, multiplicado pelo número de domicílios no Reino Unido (ONS, 2002).

No caso da conta de provimentos de cuidados com crianças, os itens que entram em consumo intermediário são livros, brinquedos, custos com transporte. Como bens de capital, equipamentos especializados para o uso entre as crianças. Para o cálculo do cuidado com crianças é considerado três agrupamentos: crianças com menos de cinco anos; entre cinco e 10 anos; entre 11 e 15 anos de idade. Além disso, o ano é dividido entre finais de semana, dias de semana escolares, feriados escolares e feriados de trabalho. Para o cálculo das horas destinadas às atividades de cuidados com crianças, se parte do pressuposto que todas as crianças com 11 anos ou

menos permanece sem supervisão de um adulto; e que 10% das crianças com 12 anos; 20% das crianças com 13 anos; 30% das com 14 anos e 50% das com 15 anos permanecem sem supervisão de um adulto. A partir desse pressuposto, e dos dados provenientes do Departamento de Educação e de Saúde, é subtraído o número de horas que as crianças permanecem sob cuidados remunerados, a fim de chegar ao volume de horas não remuneradas. O valor atribuído para as horas de trabalho provém da remuneração média das empregadas domésticas residentes nos domicílios (ONS, 2002).

Em relação ao provimento de cuidados com adultos, são consideradas como saídas o número de adultos receptores de cuidados. Como entradas, são computados como consumo intermediário: todos os bens consumidos voltados para o cuidado com adultos, o que na prática é difícil de classificar separadamente. Os bens de capital são considerados os utensílios especiais para cuidados com adultos. A base de dados utilizada é Family Resource Survey, em que consta o número de adultos que recebem cuidados e o período em que esse é realizado.

Nessa pesquisa é considerado como adulto(a) as pessoas com mais de 16 anos, e os trabalhos de cuidados são voltados para ajuda e assistência em cuidados mentais e físicos. É considerado também o tempo de trabalho passivo, ou seja, a pesquisa assume que, se um membro do domicílio cuida de uma pessoa adulta 16 horas por dia e sete dias por semana, também a supervisionará durante a noite. Os cuidados com adultos são classificados em três categorias: ajuda pessoal, ajuda prática e ambos, pessoal e prática. Os valores são estimados a partir da pesquisa Elderly People Market Survey, de 2001 (ONS, 2002).

Na conta trabalhos voluntários é considerada como saídas os bens e serviços realizados para outras instituições, ou seja, não são computados os trabalhos voluntários destinados para familiares ou amigos, que já estão alocados nas demais contas. Em relação aos dados utilizados, a estimativa do número de horas é proveniente das pesquisas de uso do tempo, e extrapoladas a partir da pesquisa sobre número de voluntários no país. Com base no volume de horas e número de pessoas, os valores são calculados a partir da remuneração de mercado para cada categoria profissional nos seguintes agrupamentos: ocupações profissionais; ocupações pessoais e protetivas; ocupações clericais e de secretariado (ONS, 2002).

Essa metodologia serviu de base para elaboração de contas satélites no Reino Unido. A última estimativa foi lançada em 2018, em que são apresentados dados de 2005 até 2016, relativos às contas definidas anteriormente, quais sejam: cuidados de adultos, cuidados de crianças, serviços de domicílio, nutrição, vestuário e lavanderia, transporte e trabalhos voluntários.

O desenvolvimento das Contas Satélites sobre trabalhos domésticos não remunerados no Reino Unido faz parte do projeto “Measuring National Well-Being” ou “Mensurando o Bem-Estar Nacional”, que procura analisar indicadores relativos à qualidade de vida da população, para além dos usualmente utilizados dentro das análises econômicas, como o PIB.

Esse projeto representa uma extensão do relatório publicado por Stiglitz; Sen e Fitoussi (2009), em decorrência da crise econômica de 2008, em que se constatou os limites dos indicadores econômicos e sua desconexão com a realidade das pessoas, conforme o relatório:

The decisions they (and we as individual citizens) make depend on what we measure, how good our measurements are and how well our measures are understood. We are almost blind when the metrics on which action is based are ill-designed or when they are not well understood. For many purposes, we need better metrics. Fortunately, research in recent years has enabled us to improve our metrics, and it is time to incorporate in our measurement systems some of these advances (STIGLITZ; SEN; FITOUSSI, 2009, p. 9)².

Os principais resultados estimados pela Conta Satélite de 2018 indicam que os trabalhos domésticos no Reino Unido compreendem £1,24 trilhões, equivalente a £ 18,932 por pessoa. Dentre as contas estimadas, os maiores valores foram alocados para os serviços de transporte, compreendendo 28,8% seguido de cuidados com crianças. No total, os trabalhos domésticos não remunerados compreenderam 63,1% do PIB em 2016 (ONS, 2018).

Em relação aos cuidados com crianças, a pesquisa indica os resultados por saídas, preço e horas. A partir dessa estrutura pode ser visualizado as mudanças temporais em cada categoria e como elas afetaram nos resultados das contas. A exemplo dos cuidados com crianças, houve uma diminuição do valor entre os anos de 2015 a 2016, resultante principalmente da queda dos preços destes serviços. A conta também apresenta o desagregado por países: Inglaterra, Escócia, País de Gales, e Irlanda do Norte e o total de tempo despendido nas atividades formais voltadas para o cuidado com crianças (ONS, 2018).

Em relação ao cuidado com adultos, a pesquisa discrimina por tipo de cuidados, conforme a metodologia de 2002, em que consta: cuidados práticos; cuidados pessoais; cuidados práticos e pessoais e cuidado contínuo, este último abarcou 89,7% do total do tempo despendido no cuidado

² As decisões que eles (e nós, como cidadãos) tomamos dependem do que medimos, quão boas são as nossas mensurações e quão bem elas são compreendidas. Somos quase cegos quando as métricas nas quais as ações são baseadas são mal projetadas ou quando não são bem compreendidas. Para muitos propósitos, precisamos de melhores métricas. Felizmente, as pesquisas nos últimos anos nos permitem melhorar as nossas métricas, e é tempo para incorporar nos nossos sistemas de mensuração alguns desses avanços (STIGLITZ; SEN; FITOUSSI, 2009, p. 9, tradução nossa).

com adultos neste ano. No período de 2005 a 2016, o tempo despendido para o cuidado de adultos de forma contínua apresentou crescimento de 25,2% enquanto os demais tipos de cuidados apresentaram decréscimo, sendo que os cuidados práticos apresentaram decréscimo de 11,3%, cuidados pessoais, 5,2% ambos, práticos e pessoais decresceram 2,8%. Já o número de adultos receptores de cuidados apresentou crescimento de 2,2 milhões no período de 2014 a 2016 (ONS, 2018).

7.1.4 Finlândia

A primeira elaboração de Conta Satélite para mensuração dos trabalhos domésticos não remunerados na Finlândia data de 1943, resultante dos estudos de Valter Lindberg, que analisou a produção dos domicílios no período de 1926 a 1938. Outras experiências foram realizadas em 1982 pelo Ministério Social e da Saúde, em 1990 pelo departamento de estatísticas da Finlândia, e em 1991 pela pesquisadora Hikka Taimo. A versão de 2001, se baseia na incorporação dos componentes da produção doméstica que já estão no Sistema de Contas Nacional na Conta Satélite, bem como da parcela que não é contabilizada pelas contas nacionais. Ou seja, a conta é integrada ao coração do Sistema de Contas Nacional. A pesquisa realiza uma separação das atividades domésticas por função de produção: cuidados com a casa, alimentação, vestuário, cuidados com crianças, adultos e animais domésticos e trabalho voluntário (VARJONEN; AALTO, 2006).

A metodologia utilizada para a valoração do trabalho se baseia no método dos insumos. A justificativa deve-se tanto à utilização da pesquisa de uso do tempo, como também pela facilidade de comparabilidade, haja vista que essa abordagem também foi utilizada na conta de 1979 e 1990, e em experiências de outros países (VARJONEN; AALTO, 2006).

Os dados relativos ao tempo de trabalho foram analisados a partir da pesquisa de uso do tempo de 1999/2000. Para a delimitação da produção de bens intermediários e de capital, bem como as funções da produção doméstica, foi considerada a pesquisa 2001-2002, Household Budget Survey, e a pesquisa sobre salário e remunerações e o Sistema de Contas Nacional de 2001 (VARJONEN; AALTO, 2006).

Para o cálculo do valor do trabalho, foram consideradas somente as atividades principais, o que tende a subestimar as estimativas dos trabalhos remunerados voltados principalmente para os cuidados com crianças e idosos. O método de valoração dos trabalhos utilizado foi o generalista,

considerando o salário médio da categoria 51331 da classificação ISCO “housekeeper/home helper”, que em 2001 era equivalente a 9,99 euros por hora (VARJONEN; AALTO, 2006).

Foram considerados na Conta Satélite de 2006, o valor do salário bruto excluindo as contribuições sociais, mas incluindo as ausências, com dias de feriado e auxílio-doença. A justificativa para a utilização do valor bruto do trabalho é que ela se aproxima do equivalente ao que uma família iria encontrar no mercado (VARJONEN; AALTO, 2006).

No cálculo do consumo, foram agrupados três diferentes tipos: consumo final, consumo intermediário, e consumo de capital. Neste grupo, somente a depreciação do capital foi estimado, não foi considerada a taxa de juros referente ao uso dos bens de capital. A depreciação foi baseada no método Perpetual Inventory Method (PIM), que assume o consumo de capital como linear. As estimativas do tempo de consumo dos serviços, por sua vez, possuem metodologias específicas. As taxas e subsídios estão vinculadas às atividades produtivas do domicílio, tais como imposto veicular e residencial, taxas para pesca e caça, subsídios para cuidados com crianças (VARJONEN; AALTO, 2006).

A conta dos trabalhos domésticos não remunerados foi apresentada pela classificação das principais funções, em que as atividades são agrupadas nas colunas de cuidados com os domicílios, provimento de alimentação, provimento de vestuário, provimento de cuidados, e trabalho voluntário, também foram analisados os cuidados com animais domésticos. Nas linhas, foram separadas as atividades de compras, transporte, e planejamento dos domicílios (VARJONEN; AALTO, 2006).

As contas também foram apresentadas por agrupamentos familiares, em que os domicílios foram classificados em: domicílios monoparentais, casais sem crianças, famílias com crianças. Esses agrupamentos foram desagregados por faixa etária dos membros do domicílio e por número de parentes presentes. Os domicílios também foram agrupados por faixas de quintis de renda. Os resultados da conta satélite apontam que a maior produção doméstica está nos domicílios compostos por casal com criança, especificamente onde a criança está abaixo da idade escolar, nessa categoria, a média da produção doméstica chegou a 45 mil euros por ano (VARJONEN; AALTO, 2006).

Os resultados da Conta Satélite de 2001 indicam que os trabalhos domésticos na Finlândia correspondem a 46,4% do PIB, equivalente a 81,6 bilhões de euros. Deste total, 6,1% já está incluído no PIB e 40,3% não é incluído. Os resultados também foram apresentados contrapondo a

produção doméstica não remunerada em relação à produção estendida, ou seja, já considerando os trabalhos domésticos não remunerado na estimativa do PIB. Por essa perspectiva, os resultados são que, a razão dos trabalhos domésticos sobre o PIB equivale a 33,1%, destes 4,4% já estão incluídos no cálculo do PIB e 28,7% não estão. A pesquisa também apresenta os valores desagregados por estrutura da produção, em que o consumo intermediário corresponde a 35%, o valor agregado líquido corresponde a 41% e consumo de capital fixo 24% (VARJONEN; AALTO, 2006).

A última atualização da Conta Satélite dos trabalhos domésticos da Finlândia data de 2018, com dados para 2016. A metodologia utilizada foi semelhante a pesquisa de 2006. Foi utilizado o método dos insumos e os dados coletados a partir das pesquisas Household Budget Survey, de 2016, e da Time Use Survey de 2009. Em 2016, a razão do valor agregado bruto dos trabalhos domésticos em relação ao PIB correspondeu a 36,5%, em termos monetários, o que correspondeu a EUR 95,2 bilhões. Em relação à conta estendida, a participação do valor agregado bruto dos trabalhos domésticos em relação ao PIB (em que está incluída os trabalhos domésticos não remunerados), correspondeu a 32,3% (SF, 2018).

7.1.5 Hungria

A experiência de elaboração de Conta Satélite dos trabalhos domésticos não remunerados realizados na Hungria em 2016 se baseia nos insumos, a partir da pesquisa de uso do tempo para os anos de 2009 e 2010. Esta pesquisa utiliza como critério para a definição das fronteiras dos trabalhos domésticos não remunerados a terceira pessoa. A pesquisa classifica as atividades domésticas por funções, quais sejam: cuidados com a casa, alimentação, vestuário, cuidados e trabalhos voluntários. Cada uma dessas atividades recebe uma desagregação, relacionada com atividades básicas, atividades auxiliares, como administração, transporte, manutenção da limpeza, produção em pequena escala, manutenção e compras (HCSO, 2016).

A partir da pesquisa sobre o tempo de trabalho em cada atividade, são imputados os valores para os trabalhos domésticos. O exercício utiliza três metodologias para cálculo do valor: substituto generalista, substituto especialista e custo de oportunidade. Pelo método do substituto generalista, é considerado o valor da remuneração média por hora dos serviços ligados a ocupações voltadas ao bem-estar (classificação 5330 pela Hungarian Standard Classification of Occupations – FEOR). No caso da metodologia do substituto especialista, foram consideradas as remunerações médias

por hora das atividades ligadas a cada uma das funções discriminadas na pesquisa de uso do tempo. Já no caso do custo de oportunidade, o tempo do trabalho doméstico foi valorado a partir do salário médio por horas do total da força de trabalho. Apesar da pesquisa de uso do tempo não cobrir os salários dos respondentes a remuneração foi estimada a partir de uma regressão linear, que estimou a remuneração por hora baseado em dados sócio demográficos dos indivíduos (como sexo, idade, escolaridade), e características do trabalho (HCSO, 2016).

Os resultados da pesquisa apontam diferenças importantes relativas ao valor dos trabalhos domésticos a depender do método utilizado e, também, considerando remunerações líquidas, brutas e brutas com a inclusão de contribuições sociais. O método do substituto generalista é o que apresentou os menores resultados, haja vista que a remuneração média das trabalhadoras de cuidados é relativamente baixa em relação às demais ocupações. Na sequência, o substituto especialista apresentou a segunda maior estimativa, seguida do custo de oportunidade.

Considerando os tipos de remuneração, os salários líquidos possuem valores inferiores aos brutos, as maiores remunerações são relativas aos salários brutos incluindo a seguridade social e contribuições paga para os empregadores. A metodologia indicada no exercício como a mais próxima do que seria de fato pago para os trabalhos não remunerados é a remuneração líquida. A estimativa aponta para o valor do trabalho doméstico não remunerado pela metodologia generalista com remuneração líquida de 6,497 bilhões de forints (HCSO, 2016).

Além da remuneração dos trabalhos domésticos, foram estimados os valores de outras taxas e subsídios para a produção, como por exemplo, a taxa de utilização de veículos automotores. O consumo intermediário foi calculado a partir de estimativas, devido à ausência de dados acurados, por exemplo, foi considerado que 50% do consumo de frutas, vegetais e carnes como consumo intermediário, já os outros 50% considerou-se que foram consumidos frescos. No caso do consumo de capital fixo, a depreciação foi calculada a partir do método do Perpetual Inventory (PIM), e os bens de capital foram estimados pela pesquisa de orçamento familiar. Também foi analisada, em conta separada, a formação de capital, em que se considerou o montante despendido na compra de ativos fixos (HCSO, 2016).

Os resultados do estudo apontam que a razão do trabalho doméstico não remunerado sobre o PIB representa, entre, 22%, mensurado pelo substituto generalista em salários líquidos; a 47% pelo custo de oportunidade à valores brutos, somada seguridade social, contribuições para os trabalhadores. No caso da metodologia do substituto especialista, a participação no PIB varia de

25% (mensurados em valores líquidos), a 43% (em valores brutos, somada a seguridade social e contribuições para trabalhadores (KSH, 2016).

7.1.6 França

Em 2015, Poissonnier e Roy publicaram uma experiência de Contas Satélites para os trabalhos reprodutivos não remunerados na França. Os autores analisaram os dados para os anos de 2010 e 1998, utilizando a metodologia dos insumos, que é recomendada pela Eurostat. Para o cálculo de valoração do tempo, foi utilizado a pesquisa de uso do tempo na França, realizada por meio de diários de uso do tempo, para os anos de 1998 e 2010. Foram consideradas as pessoas residentes em domicílios com 15 anos ou mais. A classificação utilizada para designar o escopo do trabalho doméstico consistiu em três principais parâmetros: principal, intermediário e extensivo. Na classificação principal, “core” foram alocadas as atividades segundo o critério da terceira pessoa, conforme descrito anteriormente, e considerada as atividades usualmente reconhecidas como trabalho doméstico não remunerado. Nas atividades intermediárias, foram classificadas aquelas que estão muito associadas ao lazer, como por exemplo, compras, decoração, que podem ser realizadas de forma não tão eficiente no domicílio, comparando com o mercado. No caso das atividades extensivas, são relacionadas por exemplo com viagens sozinho, e levar o cachorro para passear (POISSONNIER; ROY, 2015).

A metodologia utilizada para a valoração do trabalho doméstico foi a do substituto especialista. Para tanto, foi considerado a menor remuneração das atividades domésticas ofertadas no mercado, a fim de não superestimar o valor do trabalho já que dificilmente uma pessoa será especializada em todas as atividades domésticas. Por exemplo, ao valorar as atividades voltadas para cozinhar, foi considerada a remuneração no mercado de um cozinheiro, e não de um chef. Foi considerado, para o cálculo da remuneração do trabalho doméstico, a remuneração bruta do trabalho, para tanto, foi imputado no valor todas as taxas e subsídios pagos pelos empregadores e trabalhadores, a fim de tornar a estimativa coerente com as demais contas do Sistema de Contas Nacional (POISSONNIER; ROY, 2015).

Para o cálculo da conta satélite também foram estimados o consumo intermediário e os Bens de Capital. Em relação a estes, foram considerados somente os utilizados dentro da produção dos serviços domésticos. Para a estimativa da depreciação os bens de capital foram agrupados em

três diferentes grupos: equipamentos de transporte, em que se considerou a duração média de sete anos e máxima de 21 anos; computadores, cuja duração média considerada foi de cinco anos, e máxima de 10 anos, e equipamentos de comunicação, cuja duração média considerada foi de 10 anos e máxima de 20 anos (POISSONNIER; ROY, 2015).

Os resultados apontam que a razão dos trabalhos domésticos sobre o PIB compreendeu 33% da produção do país em 2010 e 31% em 1998. O montante correspondente em valor agregado permaneceu em € 904 bilhões em 2010 e € 509 bilhões em 1998 a preços correntes. Os resultados foram agrupados por funções principais e auxiliares e o trabalho voluntário considerado separadamente. Foram consideradas somente as atividades principais para o cálculo do PIB (POISSONNIER; ROY, 2015).

7.1.7 Polônia

A primeira experiência de Conta Satélite dos trabalhos domésticos não remunerados na Polônia, em que as contas foram apresentadas de forma desagregada, data de 2011. Anteriormente, porém, outras experiências foram desenvolvidas no país, utilizando a metodologia sugerida pela Eurostat, que indica a utilização do método dos insumos, e as estimativas de tempo a partir da pesquisa de uso do tempo, que é harmonizada entre os países europeus, pela European Harmonized Time Use Survey (TUS). Essas pesquisas foram publicadas nos anos de 2005 e 2015, em que foram calculados os valores para os anos de 2003-2004 e 2013, respectivamente (PRZYBYCIŃSKA; MARSZAŁEK, 2019).

A experiência de Marszalek (2017), utiliza o método dos insumos para o cálculo dos trabalhos domésticos não remunerados para o ano de 2013, classificando as atividades segundo funções. São elas: provimento e manutenção do domicílio, provimento e manutenção de vestuário, cuidado de crianças e idosos, trabalho voluntário. As atividades domésticas foram classificadas em três agrupamentos, conforme a metodologia utilizada por Poissonier e Roy (2015) na França quais sejam: atividades básicas, intermediárias e estendidas. Nas atividades básicas foram incluídas todas as usualmente consideradas como trabalhos domésticos não remunerados, a exemplo da experiência francesa, somadas atividades ligadas aos cuidados com idosos. No caso das atividades intermediárias, foram incluídas, as atividades básicas mais os trabalhos ligados à manutenção de veículos, estudo, passear com crianças. Por fim, no caso das atividades estendidas, foram

consideradas todas as atividades intermediárias somadas as viagens e cuidados com animais domésticos, atividades ligadas aos cuidados de crianças, ajuda e assistência voluntária para outros domicílios.

Os trabalhos domésticos foram mensurados a partir do tempo de trabalho destinado aos agrupamentos de atividades e o valor destes trabalhos encontrados no mercado, para as pessoas com mais de 15 anos empregadas. Também foram imputados valores para o consumo de bens de capital e intermediários. Foram, além disso, incluídas as taxas e subsídios utilizados na produção doméstica.

Os resultados apontam que o valor agregado do trabalho doméstico representou cinco vezes o valor agregado dos trabalhos não domésticos. As atividades domésticas representam 67% do valor bruto agregado do país, considerando o agrupamento básico. O trabalho doméstico representou 41% do total da produção em 2013, considerando a soma dos trabalhos voltados para o mercado com os não voltados para o mercado. O valor agregado do trabalho doméstico representou 31,4% do PIB considerando o agrupamento básico, 46,4% considerando as atividades intermediárias, e 49,5% na perspectiva estendida.

7.1.8 Austrália

A experiência de valoração do tempo estimada em 1997 pelo Bureau of Labor Statistics da Austrália utilizou como método de cálculo para a valoração do trabalho doméstico o dos “trabalhos não remunerados” que consiste em multiplicar as horas destinadas às atividades domésticas pelo valor encontrado no mercado de acordo com a metodologia escolhida. Por essa abordagem, não são imputados os valores dos bens de capital e de consumo intermediário. Por conseguinte, não é possível mensurar a produtividade da produção dos domicílios, também não é possível fazer comparações com os mesmos serviços realizados no mercado (ABS, 2000).

Outras experiências de Contas Satélites foram realizadas anteriormente na Austrália, utilizando a mesma abordagem, a primeira foi conduzida em 1990 utilizando a pesquisa de uso do tempo e utilizando como metodologia de valoração o método do custo de oportunidade, substituto generalista e especialista. A segunda experiência foi publicada em 1994, utilizando dados da pesquisa sobre uso do tempo de 1992, utilizando as mesmas metodologias da pesquisa anterior (ABS, 2000).

A terceira experiência foi realizada em 2000, baseada na pesquisa de uso do tempo de 1997, e utilizando a mesma metodologia das pesquisas anteriores, porém, introduzindo o método híbrido, em que considerou simultaneamente o método do substituto generalista e especialista. No caso do custo de oportunidade, foi calculada a remuneração bruta e líquida. Além disso, para cada metodologia utilizada, foi estimado o valor do trabalho com base na média da remuneração dos homens e das mulheres separadamente. As atividades foram agrupadas em trabalhos domésticos não remunerados e trabalhos voluntários (ABS, 2000).

Para análise do tempo despendido nas atividades domésticas foi utilizada a pesquisa de uso do tempo – Time Use Survey, sob responsabilidade do Bureau of Labor Statistics, cuja primeira estimativa calculada foi para o ano de 1992. Foram feitas aferições de valoração do tempo para os anos de 1997 e 1992 (ABS, 2000).

Os resultados para as estimativas de uso do tempo apontam para um crescimento no valor dos trabalhos domésticos não remunerados em 11% na passagem de 1992 para 1997. O crescimento mais robusto ocorreu na metodologia do custo de oportunidade líquido. O maior valor encontrado dentre as metodologias utilizadas, foi pelo custo de oportunidade bruto. Também foi analisado o valor dos trabalhos domésticos por sexo, em que a participação das mulheres gira em torno de 65% do total da produção no país, sem alterações relevantes no período (ABS, 2000).

Os dados também foram apresentados por recortes de posição no domicílio (mulheres-homens casadas(os) e não casadas(os)) e posição no mercado de trabalho (empregada(o) ou desempregada(o)) e tipos de atividades). Também foram analisados recortes por localidades: New South Wales, Victoria, Queensland, South Australia e Western Australia. Para cada estado foram valoradas as estimativas pelas metodologias do substituto generalista e custo de oportunidade, e, para cada uma considerando os recortes por sexo (ABS, 2000).

Em relação à razão no PIB, pelo cálculo do substituto generalista, o valor do trabalho doméstico foi mensurado em 48% em 1997. Se considerarmos a metodologia do custo de oportunidade bruto a razão no PIB chega a 60%. Comparando com as estimativas de 1992, houve um decréscimo do indicador no período, passando de 54% para 48% pela metodologia do substituto generalista, e de 64% para 60% em relação ao custo de oportunidade. Essa tendência ocorreu em resposta tanto ao aumento da participação feminina no mercado de trabalho, o que impactou nos trabalhos voltados para os cuidados de crianças (a demanda por serviços pagos voltados aos cuidados cresceu 27% no período), como também, devido à menor da remuneração média das

trabalhadoras domésticas, que cresceu 9% enquanto a remuneração média do total das mulheres variou 20% e dos homens 23% (ABS, 2000).

Outra análise importante, que serviu de base para diversas experiências de valoração do tempo no mundo, foi conduzida por Duncan Ironmonger em 1996. O pesquisador recomenda a utilização da metodologia dos insumos produtos para a análise da produção doméstica não remunerada e propõe a criação do indicador “Produto Doméstico Bruto - PDB”, ou “Gross Household Product - GHP” (IRONMONGER, 1996).

O cálculo do GHP deve contemplar os bens de capital e de consumo intermediário. A comparação do PIB somente com a remuneração dos trabalhos domésticos não remunerados, segundo o autor seria errônea, porque, além de comparar dois indicadores diferentes subestima a produção da indústria doméstica, haja vista que ao longo do tempo essa aumentou muito a produtividade devido à aquisição de bens de capital. O mais apropriado, seria comparar a massa salarial dos trabalhos domésticos não remunerados com a massa dos trabalhos remunerados (IRONMONGER, 1996).

O autor também destaca a importância de considerar, além das atividades relacionadas ao critério usualmente utilizado da terceira pessoa, às ligadas ao transporte relacionados ao trabalho pago, e o tempo destinado para a própria educação. Esses dois últimos não entram no critério da terceira pessoa, porém, são importantes para a produção econômica e o que o autor denomina “capital humano” (IRONMONGER, 1996).

Também destaca a importância de analisar o tempo destinado principalmente aos cuidados de crianças, não somente classificados como atividade principal, como também os identificados nas pesquisas de uso do tempo como atividades secundárias, já que é uma atividade principalmente realizada pelas mulheres de forma concomitante à outras tarefas. A exemplo disso, o tempo semanal destinado às atividades domésticas não remuneradas ligadas aos cuidados e transporte de crianças no total do país em 1992 permaneceu em 48,8 milhões de horas por semana, quando consideradas as horas concomitantes, passa a 203,4 milhões de horas (IRONMONGER, 1996).

O autor estimou o valor do GHP contabilizando além do valor do trabalho, utilizando a pesquisa do Bureau of Labor Statistics da Austrália, o valor do capital destinado aos equipamentos, veículos e utensílios domésticos para o ano de 1992, resultando em um montante de \$341 bilhões. A estimativa para a produção voltada para o mercado, que o autor denominou de Gross Market Product, permaneceu em \$362 bilhões, ou seja, ambos são praticamente equivalentes. Somando as

duas contas, o resultado é equivalente a \$703 bilhões, o que o autor denomina de Gross Economic Product (GEP) (IRONMONGER, 1996).

7.1.9 Alemanha

Schwartz e Schwahn publicaram uma experiência de valoração dos trabalhos domésticos não remunerados na Alemanha em 2016, utilizando como método os insumos. Os pesquisadores calcularam o valor do trabalho doméstico não remunerado no país, considerando o tempo despendido para essa atividade, a partir da pesquisa de uso do tempo para os anos de 1992 e 2013, em que considerou o tempo médio despendido pela pessoa com mais de 12 anos nos trabalhos domésticos, incluindo o tempo despendido em viagens (SCHWARZ; SCHWAHN, 2016).

A metodologia utilizada foi do substituto generalista pelo salário líquido, em que se considerou a remuneração média de uma empregada doméstica, somados os pagamentos para os trabalhos nos finais de semana e feriados, taxas, contribuições do empregador e do trabalhador para a seguridade social (SCHWARZ; SCHWAHN, 2016).

Na conta dos trabalhos domésticos não remunerados foi considerada, além do valor do trabalho doméstico, a imputação do valor dos apartamentos próprios utilizados pelos proprietários (que já consta no Sistema de Contas Nacional), as taxas menos subsídios, com esses componentes, se chegou ao valor agregado líquido. Também foram computados a depreciação do capital, chegando ao valor agregado bruto, e compras relacionadas à produção doméstica (SCHWARZ; SCHWAHN, 2016).

Os resultados apontam que o valor do trabalho doméstico na Alemanha em 2013 permaneceu em 3,4 bilhões de euros. No período de 1992 a 2013 houve um crescimento de 57% no PIB, considerando os trabalhos domésticos não remunerados. Esse dado indica que o valor dos trabalhos domésticos cresceu de forma mais lenta no período, haja vista que se considerarmos somente os trabalhos domésticos não remunerados a variação foi de 43%. Por outro lado, se desconsiderarmos os trabalhos domésticos não remunerados, a variação foi de 65%. Os autores também mensuraram o valor do trabalho doméstico por áreas: jardinagem, reparos e construções, cuidados e suporte e trabalhos voluntários para os anos de 1992, 2001 e 2013 (SCHWARZ; SCHWAHN, 2016).

7.1.10 Japão

As experiências de valoração do uso do tempo realizadas pela Agência de Desenvolvimento japonesa foram realizadas no ano de 1997, com resultados para os anos de 1981, 1986, e 1991; e no ano de 1998, em que foi investigado a valoração do tempo para 1996, utilizando a mesma metodologia realizada na experiência anterior (CO, 1998)

No exercício de 1998, foi utilizado como critério de classificação dos trabalhos domésticos o da terceira pessoa, assim como para boa parte das experiências entre os países. Para o cálculo do valor, foram consideradas as metodologias do custo de oportunidade, e dos substitutos, generalista e especialista. A estimativa de tempo foi feita a partir da pesquisa de uso do tempo, *Survey on time use and leisure activities* que analisa a utilização do tempo entre as pessoas com 15 anos ou mais. O relatório aponta algumas dificuldades em usar essa pesquisa, haja vista a incompatibilidade entre as classificações de trabalhos domésticos não remunerados necessárias para a definição de Contas Satélites. Por exemplo, a atividade de jardinagem está classificada como hobbies e diversão (CO, 1998).

O valor estimado para os trabalhos domésticos remunerados no Japão em 1996 totalizou entre 76 bilhões a 116 bilhões de yen, o que para cada metodologia utilizada correspondeu em participação do PIB: 15,2% (substituto generalista), 23,2% (custo de oportunidade), 20% (substituto especialista). Em relação aos salários dos trabalhos remunerados, os não remunerados correspondem 31,8% (substituto generalista), 41,7% (substituto especialista), e 48,5% (custo de oportunidade). (CO, 1998).

O exercício também estimou o valor do trabalho por categorias, relacionadas aos trabalhos domésticos, como cozinhar, limpar, lavar roupa, costurar, e outras atividades, cuidados com idosos e crianças, compras e trabalhos voluntários. Não foram consideradas nas estimativas o cálculo das viagens, tendo em vista que não é possível determinar o motivo das pessoas estarem em trânsito, pelas estatísticas disponíveis. O maior valor dos trabalhos, são produzidas na categoria trabalhos domésticos, em torno de 68%, na atividade de cozinhar (30%) (CO, 1998).

Foram analisados os trabalhos por gênero, em que as mulheres participam entre 98% do valor gerado, pela estimativa do custo de oportunidade, a 97% pelo substituto generalista. Também foi feito o recorte do valor do trabalho doméstico por posição no mercado de trabalho (empregado ou não empregado), estado civil e faixa etária. As estimativas apontaram que a maior parte dos

trabalhos domésticos é realizada pelas mulheres casadas fora do mercado de trabalho, na faixa etária de 30 a 34 anos. Também foram realizados recortes de cuidados com idosos por faixa etária, e cuidados com crianças, em relação às mulheres e homens casados por posição no mercado de trabalho e sexo (CO, 1998).

Em comparação com os trabalhos ofertados no mercado, os trabalhos domésticos não pagos correspondem a 6,2 vezes a mais do que a indústria de alimentos, 30 vezes mais do que as lavanderias e 6,3 vezes a mais do que as instituições voltadas para os cuidados de idosos e crianças. Os dados também foram apresentados por regiões, em que foram analisadas as estimativas dos trabalhos domésticos, a compensação dos funcionários e as horas destinadas para os trabalhos domésticos e não domésticos (CO, 1998).

7.1.11 Nova Zelândia

A Conta Satélite dos trabalhos domésticos não remunerados realizada pela Nova Zelândia foi publicada em 1999 pela Divisão de Contas Nacionais. O critério utilizado para a classificação das atividades não remuneradas foi o da terceira pessoa. Para a realização do exercício foi adotada a pesquisa de uso do tempo realizada para os anos de 1998-1999. As atividades foram classificadas nas seguintes categorias: trabalhos não remunerados, em que se encontram: trabalhos não remunerados dentro do domicílio: habitação, nutrição, alimentação, cuidados com crianças, cuidados com idosos. Trabalhos não remunerados fora do domicílio informais: relacionados com crianças e outros, trabalhos não remunerados fora do domicílio formais (StatsNZ, [2001?]).

A partir da análise das horas por agrupamentos, a pesquisa identificou quatro principais grupos de atividades que as pessoas dispenderam mais tempo para a realização, quais sejam: cuidados com domicílio, nutrição, vestuário, cuidados e trabalhos não remunerados fora do domicílio. Estas categorias, agregadas às atividades não remuneradas fora do domicílio informais e formais, foram classificadas como atividades principais e distribuídas nas colunas de uma tabela por funções. Nas linhas foram classificadas as atividades auxiliares, quais sejam: compras, manutenção, jardinagem, limpeza, transporte, gerenciamento (StatsNZ, [2001?]).

A classificação das horas por funções foi utilizada para a apresentação da valoração do tempo. No exercício, foi considerado o trabalho realizado por pessoas com 15 anos ou mais. A metodologia utilizada para valoração foi a do substituto generalista, considerando a remuneração

média de um(a) empregada(o) doméstica(o) remunerado, e de trabalhadores(as) em restaurantes. A remuneração por hora nessa classificação permaneceu em \$9,60. Os resultados apontaram que os trabalhos domésticos não remunerados no país permaneceram em \$39,637 bilhões, equivalente a 39% do PIB. Os resultados também foram apresentados na tabela de funções principais e secundárias. O valor anual estimado do salário dos trabalhos domésticos não remunerados representaria \$13.820 (STATS NZ, 2001).

7.2 PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIDOS

Assim como nos países de economia avançada, nesta seção serão analisados os principais exercícios de valoração do tempo destinado aos trabalhos reprodutivos dentre os países em desenvolvimento e subdesenvolvidos. Será dado destaque para as principais metodologias utilizadas e os resultados alcançados. Os exercícios do Brasil serão pesquisados em capítulo separado.

7.2.1 México

A Conta Satélite de Trabalho Não Remunerado no México utiliza como principais fontes, além da pesquisa sobre uso do tempo ENUT, de 2002 e 2009, as Contas de Bens e Serviços do Sistema de Contas Nacional do México (SCNM), que proporciona informações sobre o consumo intermediário, o valor agregado bruto, o Produto Interno Bruto, entre outras, relacionadas com a oferta e demanda de bens e serviços. A Pesquisa Nacional de Ocupação e Emprego (ENOE), oferece informações sobre as características ocupacionais da população em nível nacional, assim como horas semanais destinadas ao trabalho remunerado e salários líquidos. Também são utilizados os módulos de trabalho infantil, que mensura as características sociodemográficas e ocupacionais da população de 5 a 17 anos de idade (INEGI, 2017a).

A metodologia de valoração utilizada pelo INEGI se baseia no custo de substituição, seguindo duas formulações a depender do tipo de atividade: o substituto especialista, em que se utiliza o salário de trabalhadores especializados para cada atividade individual; e a valoração híbrida, onde se utiliza o salário médio dos trabalhos domésticos em geral, e para tarefas específicas é utilizado a função individual equivalente (INEGI, 2017a)

Os resultados da pesquisa são apresentados em valores brutos ou líquidos. Os líquidos refletem o valor efetivo que as(os) trabalhadoras(es) receberiam no mercado por realizar a atividade. Em relação aos valores brutos, discriminam o total dos custos que o mercado empregaria para produzir os bens e serviços, em que são incluídas as contribuições com seguridade social (INEGI, 2017b).

Os resultados divulgados apontam que os trabalhos domésticos e de cuidados no México representam 23,3% do valor do PIB, a partir da metodologia do substituto generalista. Desse total, 17,5% é produzido pelas mulheres e 5,8% pelos homens. Em relação ao total de horas, a média total por semana da população com 12 anos e mais é de 27,6 horas, dentre as mulheres, o total é 39,2 horas e para os homens 13,9 horas. As crianças entre 5 e 11 anos trabalham 4,7 horas em média por semana, desse total, as meninas, dedicam 4,9 horas, e os meninos 4,5 (INEGI, 2017b).

7.2.2 Colômbia

A partir da Lei 1413 de 2010 foi realizada uma comissão multisetorial, voltada para coletar informações sobre o trabalho não remunerado realizado nos domicílios e nas comunidades a fim de incluí-los no Sistema de Contas Nacional, através da criação de Conta Satélite da Economia de Cuidados. O projeto foi realizado em três fases. A primeira, visando a valoração econômica do trabalho doméstico e de cuidados não remunerados; a segunda, apresentou a conta de produção e geração de renda e a terceira, apresentou a matriz de trabalho ampliada e indicadores de contexto DANE (2014a, 2014b).

A valoração dos trabalhos domésticos não remunerados na fase I foi realizada para o ano base de 2012, utilizando o método dos insumos, a partir de três metodologias: generalista, especialista e híbrido. As remunerações médias foram obtidas a partir da Pesquisa Integrada de Domicílios (GEIH). Na segunda fase, optou-se pela utilização da metodologia especialista para apresentação dos resultados. Estes, foram agrupados por: alimentos, manutenção do vestuário, limpeza e manutenção do domicílio, compras e administração, cuidado e apoio e trabalho voluntário DANE (2014a, 2014b, 2017).

Na segunda etapa também foram apresentados os resultados da reclassificação do gasto do consumo final dos domicílios, considerando que estes participam como produtores de serviços de cuidados. Para tanto, foi realizada uma reclassificação dos gastos de consumo final, desagregando

segundo a Classificação do Consumo Individual por Finalidades (COICOP). Foram utilizados dois critérios de classificação: o primeiro definiu se os bens ou serviços intervêm ou não na produção de serviços de cuidados não remunerados, aqueles que não intervêm nessa produção são classificados como gastos de consumo final, enquanto os que usam a produção como insumos são classificados como consumo intermediário dentro da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) DANE (2014a).

O segundo critério é definido como a frequência do uso do bem. Se ele é considerado bem de consumo final e é consumido durante mais de um ano será agrupado como um bem durável; já se é consumido por um período inferior a um ano, será considerado um bem não durável. No caso dele ser um insumo na produção, será classificado como consumo intermediário, se for consumido ou transformado dentro um ano. Caso seja consumido por um período superior a um ano, será classificado como Formação Bruta de Capital Fixo (FBKF) DANE, (2014a).

Os resultados da pesquisa indicam que as mulheres dedicam em média 31 horas semanais para os trabalhos não remunerados, enquanto entre os homens a média de jornada é de 13 horas semanais. O percentual do PIB produzido pelos trabalhos domésticos e de cuidados é de 19,3% seguindo o critério generalista, 20,4% pelo critério especialista e 19,1% seguindo o critério híbrido. Dentre o critério especialista, as mulheres produzem 16,3% do PIB e os homens 4,1% DANE (2014b).

7.2.3 África do Sul

A experiência de mensuração dos trabalhos domésticos não remunerados realizada na África do Sul data de 2002, produzida por pesquisadoras do departamento de estatística da África do Sul e da Noruega. A pesquisa utilizou como metodologia a dos insumos, por falta de dados suficientes, não foi realizado uma conta completa (considerado bens intermediários e de capital), mas foi estimado o valor dos trabalhos não remunerados. Para tal, foram utilizadas quatro metodologias: a da remuneração média, a do custo de oportunidade, e a do substituto generalista e especialista. A metodologia da remuneração média, considera a remuneração de todos os trabalhadores do país, usualmente separando homens e mulheres. Foram considerados também, para o cálculo do valor do trabalho, a remuneração bruta (SSA, 2002).

As horas utilizadas para o cálculo do valor do trabalho foram estimadas a partir da pesquisa do uso do tempo, utilizando o critério da terceira pessoa. Para a estimativa da remuneração dos trabalhadores foi considerada a pesquisa domiciliar Labor Force Survey (LFS), que investiga as condições do mercado de trabalho dentre as pessoas de 15 a 65 anos de idade. Algumas dificuldades foram encontradas ao utilizar a pesquisa para estimar o valor da remuneração. Por ser uma pesquisa domiciliar as remunerações podem estar subestimadas, além disso, não são consideradas as taxas e subsídios pagos pelos empregadores. Também foram estimadas as remunerações pela pesquisa do Censo Demográfico, considerando, como ponto negativo, o fato dos últimos dados censitários datarem de 1996 (SSA, 2002).

A dificuldade encontrada para o cálculo do valor pela metodologia do custo de oportunidade decorre da alta taxa de desemprego no país. Ao invés de calcular o custo de oportunidade pelo valor da remuneração individual, considerou-se o salário médio da população com o mesmo perfil de sexo e faixa de escolaridade, esta última agrupada em primário incompleto, secundário incompleto, e secundário completo ou mais (SSA, 2002).

Para o cálculo do valor do salário pela metodologia do substituto generalista, foi utilizada a mesma pesquisa, relacionando as atividades ligadas aos trabalhos domésticos e de cuidados. Para o cálculo do valor pelo substituto especialista foram selecionadas atividades não remuneradas a partir da pesquisa de uso do tempo, e, após, foi realizada a equivalência de cada uma aos trabalhos remunerados correspondentes no mercado (SSA, 2002).

A partir da pesquisa de uso do tempo realizada na África do Sul, foram separadas as horas destinadas às atividades já incluídas no cálculo do PIB, daquelas ainda não incluídas. Os resultados apontam que os homens destinam 148 minutos para as atividades incluídas no PIB, e as mulheres 85 minutos. Em relação à produção não contabilizada no PIB, os homens destinam 80 minutos, e as mulheres 220 minutos, e às atividades não produtivas (relacionadas ao lazer e cuidados pessoais), os homens destinam 1.211 minutos e as mulheres 1.134 minutos. Também foram estimadas as horas despendidas em atividades simultâneas. Por essa metodologia, o tempo médio despendido entre os homens aumentou para 87 horas, 247 para as mulheres e 172 horas para ambos (SSA, 2002).

Para o cálculo do valor trabalho, inicialmente os minutos foram convertidos em horas por ano, multiplicados pelo tamanho da população com mais de 10 anos no ano (a partir dos dados Censitários) e multiplicados pelo valor da hora, calculados pelo Censo e pela pesquisa LSF, nas

quatro metodologias supracitadas, resultando no total da remuneração por ano. Nas metodologias do salário médio e custo de oportunidades os dados foram estimados para homens, mulheres e combinados, e divididos pelo total do PIB no ano. Para as estimativas do substituto especialista e generalista não foi feita a desagregação por sexo, pela baixa amostra masculina nas atividades ligadas aos trabalhos domésticos (SSA, 2002).

As estimativas da razão do trabalho doméstico pelo cálculo da renda média em relação ao PIB foram estimadas em 14% para os homens, 35% para as mulheres e 50% combinados. Considerando as atividades simultâneas, a razão sobe para 16%, 39% e 55%, respectivamente. Pelo custo oportunidade, a razão do trabalho doméstico como percentual do PIB permaneceu equivalente a 38%, considerando homens e mulheres, 26% produzido pelas mulheres, e 12% pelos homens. Pela metodologia do substituto generalista a razão do valor estimado dos trabalhos domésticos não remunerados permaneceu equivalente à 18% do PIB, ou 20% quando são consideradas as horas simultâneas. Utilizando os dados do Censo, pela metodologia do substituto generalista, a razão permaneceu em 11%. No caso do substituto especialista a razão permaneceu em 24% (SSA, 2002).

7.2.4 Egito

A estimativa de valoração do tempo no Egito foi realizada por El-Antery (2016 [?]) promovido pela organização New Women Foundation. A experiência utilizou como base a pesquisa de uso do tempo realizada no país, que está incluída no módulo das pesquisas domiciliares sobre trabalho, denominada “Egyptian Labor Market Panel Survey” (LEMPS). A amostra contemplou pessoas a partir de 15 até 65 anos. Os indivíduos foram separados em grupos nos seguintes formatos: sexo, distribuição por zona rural e urbana; status social; tamanho da família; renda; posição no mercado de trabalho. Uma das dificuldades encontradas ao utilizar a pesquisa supracitada é a não desagregação de determinadas atividades voltadas para os cuidados, transporte e coleta de água.

No caso da imputação do valor do trabalho, foram utilizadas duas metodologias para cálculo: custo de oportunidade em formato alternativo em que se considerou a remuneração média de homens e mulheres; substituto generalista, em que as atividades foram agrupadas em dois principais agrupamentos: salários para alimentação e acomodação, que ficou classificado como

trabalho doméstico; salários para saúde e atividades sociais como cuidados com crianças, doentes e idosos (EL-ANTERY, [2016?]).

Pela estimativa do custo de oportunidade, os trabalhos não remunerados compreenderam 34,77% do PIB de 2012, dos quais 30,16% foram produzidos por mulheres, e 4,61% pelos homens. No caso do substituto generalista, as estimativas da participação dos trabalhos domésticos como percentual do PIB permaneceram em 22,79%, desses 20,39% produzido pelas mulheres e 2,40% pelos homens. A diferença entre os valores estimados utilizando a metodologia do substituto generalista é atribuída aos menores níveis salariais nos setores ligados aos cuidados e afazeres domésticos no mercado (EL-ANTERY, [2016?]).

7.2.5 China

O primeiro exercício de valoração dos trabalhos não remunerados na China data de 2012, em que foram utilizados os resultados da pesquisa de uso do tempo de 2008. O projeto foi promovido pela United Nations Research Institute for Social Development (UNRISD), conduzidos pelos pesquisadores Xiao - Yuan Dong da Universidade de Winnipeg, Canada e Xinli An do National Bureau of Statistics of China (UNRISD, 2012).

O critério de classificação das atividades domésticas considerado no exercício foi o da terceira pessoa. A metodologia utilizada para a valoração do trabalho foi a dos insumos, em que se considerou cinco abordagens: custo de oportunidade, média salarial do país utilizando duas fontes de dados para o cálculo da remuneração, substituto generalista, considerando a totalidade dos(as) trabalhadores(as), e os(as) trabalhadores(as) de forma desagregada (UNRISD, 2012).

No caso do custo de oportunidade, o cálculo da remuneração se baseou primeiramente na remuneração por hora dividida pelo ponto médio de cada classe de renda pelo número de horas despendido nos trabalhos remunerados por mês. Foi calculada a média da remuneração por sexo e classe de escolaridade, e imputado um valor para as pessoas sem remunerações, seguindo esse critério. O valor total do trabalho não remunerado foi obtido multiplicando o valor das horas não pagas por dia e por pessoa em 365 dias e o total da população na faixa etária de 15 a 74 anos. Foi calculado o valor do trabalho despendido para os trabalhos domésticos e para o trabalho de cuidados (UNRISD, 2012).

No caso da metodologia da remuneração média, foram consideradas duas abordagens diferentes, na primeira, foi calculado o valor médio da remuneração de homens e mulheres empregados(as) em alguma atividade remunerada utilizando como base de dados a pesquisa de uso do tempo. Na segunda metodologia, foi realizado o mesmo recorte, porém utilizando a pesquisa China Labor Statistical Yearbook 2009 para a estimativa da remuneração (UNRISD, 2012).

Quanto ao método do substituto generalista, foi utilizado o valor médio da remuneração do setor de serviços domésticos, obtido a partir da pesquisa China Labor Statistical Yearbook 2009. Nos primeiros resultados obtidos, o valor pela metodologia do substituto generalista superou o custo de oportunidade. Atribuiu-se a isto o fato das remunerações dos trabalhadores domésticos urbanos superestimarem os rurais. Para resolver essa questão, foi considerado separadamente a remuneração média dos serviços domésticos no setor urbano, e a remuneração média dos trabalhadores domésticos migrantes como proxy dos(as) trabalhadores(as) domésticos(as) rurais (UNRISD, 2012).

Em cada abordagem, foi considerado o valor do trabalho não remunerado e dos trabalhos de cuidados e comparados com os indicadores macroeconômicos do PIB, despesas com consumo final e produção bruta da indústria terciária. Em relação ao PIB, o valor do trabalho doméstico não remunerado permaneceu estimado entre 25,1% e 32,2%, utilizando as duas abordagens: do substituto generalista, desagregada por setores, e da remuneração média, respectivamente. Pelo método do custo de oportunidade a estimativa permaneceu em 29,4%. No caso do trabalho de cuidados não remunerados, a participação no PIB girou em torno de 5% a 6,4%. Como participação das despesas de consumo, as estimativas permaneceram entre 51,7% e 66,3%, e em relação à indústria terciária, entre 62,6% e 80,4% (UNRISD, 2012).

7.3 ESTIMATIVAS PARA GRUPOS DE PAÍSES

Além das experiências realizadas nos países de forma independente, algumas organizações buscaram mensurar o valor do tempo para grupos de países, utilizando a mesma metodologia. É o caso, por exemplo, da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que desenvolveu diversas pesquisas sobre o uso do tempo para os países membros e outras economias emergentes. Mais recentemente da Counting Womens Work (CWW), utilizou a metodologia das Transferências de Contas Nacionais, “National Transfer Account” (NTA), para desenvolver a

National Time Transfer Account (NTTA). Nesta seção, resumem-se alguns resultados das experiências supracitadas.

A Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 2011, analisou pesquisas de uso do tempo para os 26 integrantes do grupo³, e outros três países emergentes: China, Índia e África do Sul. Foram consideradas as características relativas ao trabalho, tempo de lazer, cuidados pessoais para a população entre 15 a 64 anos de idade. Dentre os resultados do estudo sobre as diferenças de uso do tempo, destaca-se que as pessoas despendem um terço do dia trabalhando, tanto em atividades não remuneradas como em remuneradas. Existe uma correlação negativa entre o tempo de trabalho pago e não pago, ou seja, países com maior tempo destinado aos trabalhos voltados para o mercado tendem a ter menores jornadas de trabalho destinado às atividades domésticas não remuneradas (MIRANDA, 2011).

Sobre as diferenças de gênero, o estudo aponta que todas as economias possuem desigualdades entre homens e mulheres em relação ao tempo despendido para os trabalhos não pagos. Essa diferença gira em torno de duas horas e 28 minutos em um período de 24 horas. Há, por outro lado, desigualdades importantes entre as economias. Enquanto em países como Turquia, México e Índia as mulheres permanecem 4 a cinco horas a mais que os homens em atividades domésticas não remuneradas, nos países nórdicos a diferença passa a menos de uma hora por dia (MIRANDA, 2011).

O estudo aponta ainda que existe uma correlação negativa entre o tempo de trabalho não pago e o PIB per capita para as mulheres. Já no caso dos homens a correlação é positiva, ou seja, quanto maior o PIB per capita, maior o tempo destinado aos trabalhos domésticos não remunerados. Ainda sobre as diferenças de gênero, existe uma correlação negativa entre a participação das mulheres no mercado de trabalho e o tempo médio destinado às atividades domésticas não remuneradas. No caso dos homens, a relação é inversa. Logo, quanto maior a participação das mulheres no mercado de trabalho, maior a participação dos homens nas atividades domésticas não remuneradas. Esta relação está associada à baixa participação feminina no mercado de trabalho e em trabalhos em tempo parcial em vários países na região (MIRANDA, 2011).

Quanto aos tipos de trabalho, as pessoas despendem maior tempo em atividades domésticas rotineiras -, em torno de duas horas e oito minutos. Na sequência, estão as atividades ligadas aos

³ Os países analisados na pesquisa compreendem: Coreia, China, Japão, África do Sul, Noruega, Índia, França, Canadá, Espanha, Bélgica, Hungria, Finlândia, Áustria, Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, Irlanda, Suécia, Itália, Dinamarca, Noruega, Nova Zelândia, Polônia, Eslovênia, Estônia, Portugal, Austrália, Turquia e México.

cuidados com pessoas e compras, em que despendem em média entre 26 minutos e 23 minutos por dia (MIRANDA, 2011).

O relatório aponta a particularidade dos trabalhos ligados aos cuidados de crianças, que normalmente são subestimados nas pesquisas de uso do tempo, já que são desempenhados de forma concomitante a outras atividades. Na maior parte das pesquisas, os questionários contemplam as atividades secundárias, a partir da questão “você estava fazendo alguma outra atividade ao mesmo tempo?” No entanto, mesmo com esta questão, é possível que os trabalhos de cuidados de crianças estejam subvalorizados (MIRANDA, 2011).

Uma das alternativas pode se dar a partir de perguntas diretas sobre os cuidados de crianças, com questões do tipo: “alguma criança estava sob o seu cuidado?” ou “você estava cuidando de alguma criança?”. As pesquisas relacionadas com cuidados de adultos também apresentam dados subestimados, já que a maior parte não agrupa essa atividade separadamente, a exemplo da HETUS que classifica as atividades como “outros trabalhos domésticos” (MIRANDA, 2011).

Em relação aos resultados relativos aos cuidados com crianças, em todos os países, as mulheres destinam mais tempo que os homens a essa atividade. Além disso, existe uma divisão sexual do trabalho também nas atividades ligadas aos cuidados com crianças. Enquanto elas exercem mais horas aos cuidados físicos e de supervisão (60% do tempo), os homens passam maior parte do tempo em trabalhos de educação e recreação (41%) (MIRANDA, 2011).

Outra experiência realizada pela OCDE, também em 2011, conduzida pelos pesquisadores Ahmad e Koh, analisam os resultados das pesquisas de uso do tempo dos países membros do grupo e da China, e mensuram o valor dos trabalhos não remunerados. As atividades foram agrupadas em quatro categorias: atividades de trabalho ou estudo, trabalho não pago, trabalhos pessoais, lazer e outros. Dentre os trabalhos não remunerados, foram agrupadas por: rotinas domésticas, compras, cuidados com os membros dos domicílios e não membros dos domicílios, trabalho voluntário, viagens relacionadas com as atividades domésticas (AHMAD; KOH, 2011).

Para a valoração do trabalho doméstico, os pesquisadores utilizaram as metodologias do custo de oportunidade e do substituto generalista. No primeiro caso, os dados utilizados são referentes à média da remuneração de serviços ligados aos trabalhos domésticos não remunerados, considerando a remuneração líquida, pós-taxas. O banco de dados utilizados foi o Eurostat-OCDE Purchasing Power Parities (PPP). Quanto à metodologia do custo de oportunidade, foi considerada a remuneração por hora pós taxas de toda a economia. Nos casos em que os países não possuíam

estimativas para os trabalhadores não registrados, a remuneração por hora foi estimada considerando a remuneração média dos trabalhadores registrados, ajustadas as taxas e contribuições sociais a partir do estudo OCDE Taxing Wages 2009⁴ (AHMAD, KOH, 2011).

O estudo considerou também, as estimativas relativas ao consumo de bens duráveis, utilizando como referência a Eurostat-OECD Classification of Final Expenditure. A estimativa do valor do serviço do capital foi baseada na metodologia de fluxo-estoque, em que o valor do capital é calculado pela seguinte fórmula:

$$K^t = K^{t-1}(1-\delta) + I^t$$

Em que K^t é o período final do estoque de bens de consumo duráveis, I^t é o fluxo de compras dos bens, δ é a taxa geométrica de depreciação, equivalente à 20%. O valor do capital, é mensurado pelo preço do capital por unidade do estoque líquido, em que se considera: o retorno do capital, depreciação, e a reavaliação dos bens de capital. O preço do capital é derivado através da seguinte fórmula:

$$P_K^t = P_I^t [r+\delta]$$

Onde r é a taxa de retorno, considerada como 4% por ano, P_K^t é o preço dos serviços de capital e P_I^t é o índice de preços dos bens de consumo duráveis. A partir das duas fórmulas, é derivada a fórmula do valor do capital, que segue:

$$P_{K^t} K^t = [r+\delta] P_{I^t} K^t$$

Os resultados das estimativas apontam que a média de tempo destinada às atividades domésticas e de cuidados pela população da OCDE é de 3 a 4 horas por dia, com exceção da Coreia, cuja jornada média é de duas horas por dia. Há uma grande variação da contribuição do trabalho doméstico para o PIB entre os países, o que aumenta dependendo da metodologia utilizada.

⁴ O estudo da OCDE Taxing Wages 2009, considera como taxas a média das taxas relativas à contribuição social para trabalhadores, como percentual dos salários, para uma pessoa solteira sem crianças, que recebe dois terços do salário anual médio, somada às taxas e contribuições sociais pagas por trabalhadores, como percentual dos salários de uma pessoa solteira com duas crianças, com remuneração média de dois terços do salário nacional anual.

Conforme as outras experiências dos países, a valoração do trabalho doméstico utilizando a metodologia do custo de oportunidade é bastante superior à do substituto, conforme a Tabela 3.

Tabela 3 - Participação (%) dos trabalhos domésticos não remunerados no Produto Interno Bruto (PIB), por países e tipos de estimativas, 2008

País	Substituto Generalista	Custo de Oportunidade
Austrália	42%	56%
Áustria	24%	41%
Bélgica	23%	42%
Canadá	15%	40%
China	17%	45%
Dinamarca	24%	55%
Estônia	31%	43%
Finlândia	36%	50%
França	26%	52%
Alemanha	28%	47%
Hungria	26%	32%
Irlanda	31%	48%
Itália	28%	45%
Japão	30%	53%
Coréia	38%	42%
México	16%	37%
Países Baixos	19%	45%
Nova Zelândia	19%	53%
Noruega	17%	45%
Polônia	37%	38%
Portugal	19%	51%
Eslovênia	43%	33%
Espanha	25%	47%
Suécia	28%	54%
Turquia	28%	56%
Reino Unido	22%	68%
Estados Unidos	31%	48%

Fonte: Elaborado pela autora com base em Ahmad e Koh (2011)

O estudo também apresentou uma análise temporal baseada no banco de dados Multinational Time Use Survey (MTUS), entre os anos de 1965 a 2008, para o Canadá, Países Baixos, Noruega, Reino Unido e Estados Unidos. Os resultados relativos ao percentual dos trabalhos domésticos não remunerados em relação ao PIB indicam que houve uma queda na participação em todos os países desde os anos 1980. Por conseguinte, a variação do PIB no período é inferior a variação dos trabalhos domésticos não remunerados calculado tanto pela metodologia do substituto quanto pela do custo de oportunidade.

Como principais conclusões, os pesquisadores destacaram a importância da valoração dos trabalhos domésticos não remunerados de forma a comparar economias com diferentes níveis de

renda. Os resultados apontam que a inclusão dos trabalhos domésticos não remunerados no PIB tende a aproximar as economias. Como por exemplo a China, cuja posição relativa aos Estados Unidos, considerando o PIB per capita, cresceu 50%. No caso das comparações intertemporais, o estudo indica a importância de melhorar as estatísticas, considerando as diferenças entre o nível de produtividade e a qualidade dos serviços produzidos (AHMAD; KOH, 2011).

A partir da metodologia utilizada por (AHMAD; KOH, 2011), foram elaborados outros estudos comparativos para os países de economia avançada. É o caso de Van de Ven, Zwijnenburg (2016) e Van de Ven, Zwijnenburg, De Queljoe (2018), que analisaram os países da OCDE e os integrantes do G7, respectivamente. As pesquisas chegaram a conclusões semelhantes ao primeiro estudo.

Em Van de Ven, Zwijnenburg (2016), além das estimativas do custo de oportunidade e do substituto, os autores utilizaram a metodologia do salário-mínimo para estimar o valor dos trabalhos domésticos não remunerados para o ano de 2010. Para todos os países analisados, a metodologia do salário-mínimo foi a que apresentou os menores resultados, conforme previsto. Pelo método do substituto, os resultados permaneceram entre 13,3% do PIB dos EUA e 41,9% para a Espanha. No caso do método do custo de oportunidade, a participação dos trabalhos domésticos não remunerados no PIB permaneceu entre 42,5% para a Estônia, até 62% para o Reino Unido. Já utilizando a metodologia do salário-mínimo, os resultados variaram entre 12,9% (EUA) e 22,4% (Nova Zelândia).

Em relação aos impactos para o PIB, os resultados também foram semelhantes à pesquisa anterior, que aponta um crescimento entre 0,8 pontos percentuais (p.p.) para os Países Baixos e 8 p.p. para a Estônia, utilizando a metodologia do substituto, usualmente aceita, o que indica as importantes mudanças no ranking do PIB quando são incorporados os trabalhos domésticos não remunerados. Os autores também analisaram as diferenças entre as variações do PIB oficial, e incorporando os trabalhos domésticos não remunerados pelas metodologias do salário-mínimo, substituto, e custo de oportunidade, para o Canadá, Países Baixos e Estados Unidos, entre os anos 1970 até 2014 (dependendo da disponibilidade de dados).

Os resultados variam de acordo com o país e com a metodologia utilizada. No geral, a inclusão dos trabalhos domésticos não remunerados desacelera o crescimento do PIB. No entanto, tanto para o Canadá, como para os Estados Unidos, o crescimento do PIB é maior com a inclusão dos trabalhos domésticos não remunerados no período de 2005 a 2010 o que pode estar relacionado

à crise econômica. O mesmo não ocorre para os Países Baixos, em que as taxas de crescimento do PIB se elevam com a inclusão dos trabalhos domésticos não remunerados para os anos de 1975 a 2011, no entanto, desaceleram no período de 2006 a 2011.

A pesquisa realizada por Ven, Zwiijnenburg, De Queljoe (2018), para os países do G7, por sua vez, utiliza as metodologias do custo de oportunidade e do substituto para a inclusão dos trabalhos domésticos não remunerados no PIB, utilizando a mesma metodologia de Ahmad e Koh (2011), a partir dos dados das estatísticas da OCDE, com valores estimados em preços por paridade de poder de compra, para o ano de 2015. Os resultados sem a imputação dos valores da depreciação e da taxa de retorno do capital, giram em torno de 11,5% do PIB do Canadá e 23,7% do PIB da Itália, utilizando a metodologia do substituto. No caso da metodologia do custo de oportunidade, as estimativas variam de 41,1% para o Canadá e 66,6% para a Alemanha.

Os valores da depreciação e da taxa de retorno do capital também foram estimados a partir das estatísticas da OCDE. Os resultados não foram muito elevados, variando de 1,9% do PIB na Itália, para 3,2% do PIB no Canadá. Somada a imputação do valor do salário com o do capital, a participação dos trabalhos domésticos não remunerados passa a variar de 14,7% do PIB do Canadá, para 25,6% do PIB italiano. Em relação ao custo de oportunidade, os percentuais variam entre 43,7% (Japão) a 68,8% (Alemanha).

A pesquisa também mensurou a variação do PIB com a inclusão dos trabalhos domésticos não remunerados, para o Canadá, Reino Unido e Estados Unidos. A exemplo das experiências anteriores, a inclusão dos trabalhos domésticos não remunerados diminuiu o crescimento do PIB, o que pode ser atribuído à maior participação feminina no mercado de trabalho, o que leva ao decréscimo dos trabalhos domésticos não remunerados. Os impactos variam de acordo com a metodologia utilizada, no entanto, as estimativas não são muito confiáveis dado que os resultados podem ser afetados pelas mudanças metodológicas utilizadas nas pesquisas de uso do tempo, bem como pelas quebras temporais entre as pesquisas.

Todas as pesquisas comparativas concluem que a inclusão dos trabalhos domésticos não remunerados no PIB possuem impactos importantes, não somente para o agregado macroeconômico do PIB, como também para a renda disponível, consumo e investimentos domésticos.

No caso da Counting for Womens Work (CWW), o objetivo do grupo foi desenvolver uma metodologia para a imputação de valor para os trabalhos domésticos não remunerados, denominada

National Time Use Transfer Accounts (NTTA) que se baseia na National Transfer Accounts. A NTTA, é um projeto que envolve mais de 60 países, e busca introduzir a análise da renda, consumo e transferência de recursos utilizando como base a idade dos indivíduos. Já a NTTA procura incluir a variável gênero e, por conseguinte, a imputação dos valores dos trabalhos domésticos não remunerados, já que essas atividades são principalmente exercidas pelas mulheres (DONEHOWER, 2018).

Conforme descrito na metodologia, a percepção do padrão de vida de um homem de 40 anos diverge de uma mulher com a mesma idade. De forma geral, nesta idade possivelmente ele viverá com sua companheira ou esposa, terá filhos, e irá trabalhar e pagar impostos, bem como transferirá uma parte da sua renda para o cuidado de seus filhos. No caso da mulher, em função do engajamento nas atividades domésticas não remuneradas, podemos antever um quadro distinto, em que ela despenderá mais tempo para o cuidado dos filhos e da casa, e, por conseguinte, irá transferir menos valor monetário para os demais integrantes da família (DONEHOWER, G, 2018).

O objetivo do projeto CWW, neste contexto, é captar essas desigualdades, a partir da valoração dos trabalhos não pagos de cuidados, como também mensurar as transferências de renda entre as faixas etárias, conforme a metodologia do NTA. Os fluxos de renda incluem: consumo, renda do trabalho, transferências, ativos e poupança. Em todos os fluxos, com exceção do trabalho, são consideradas as transferências entre os setores privado e público (DONEHOWER, G, 2018).

A estimativa do NTTA é realizada através das seguintes etapas: identificação da pesquisa de uso do tempo, ou pesquisa similar no país; definição do tempo destinado aos afazeres domésticos não remunerados, a partir do critério da terceira pessoa; imputação do valor do trabalho doméstico, a partir da escolha de uma remuneração apropriada. Com base na pesquisa de uso do tempo, também é analisada a idade das pessoas entrevistadas; por fim, é mensurado a transferência de tempo entre homens e mulheres, partindo da metodologia do NTTA (DONEHOWER, G, 2018).

A classificação das atividades domésticas não remuneradas depende da pesquisa de uso do tempo de cada país, mas, em geral, é usado a International Classification for Time Use Statistics (ICATUS), e a classificação da American Time Use Survey (ATUS). Para a valoração do tempo do trabalho doméstico, é utilizada a metodologia do substituto especialista, baseado nos agrupamentos de atividades semelhantes, a fim de captar as diferenças de produtividade. Por exemplo, no caso do cálculo para um cozinheiro, é utilizado o valor da média salarial de um(a) chef, de um(a) cozinheiro(a) e um lavador(a) de pratos. As estimativas do valor do trabalho

doméstico são realizadas antes das taxas e subsídios pagos pelos empregadores. A justificativa para a utilização desta abordagem se dá porque procura-se estimar o custo total dos trabalhos (DONEYOWER, G, 2018).

As atividades são desagregadas por tipo e são feitas as estimativas dos valores com base no tempo de trabalho destinado à cada uma, o que decorre no valor da produção do trabalho doméstico não remunerado. No caso do consumo, o valor é estimado por diferentes abordagens, de acordo com o tipo de atividade desenvolvida. Para os trabalhos com limpeza e manutenção do domicílio, o valor da produção é distribuído igualmente entre os membros do domicílio. Já no caso das estimativas do consumo dos trabalhos domésticos por cuidados de crianças e idosos, são realizadas regressões, em que são estimados os indivíduos possivelmente consumidores dos trabalhos a partir do perfil do domicílio e das estimativas de produção. Algumas pesquisas de uso do tempo, por outro lado, já contemplam estimativas sobre as horas “consumidas” pelos membros dos domicílios. Também são estimadas as transferências de trabalhos domésticos, baseado na subtração do consumo menos a produção, considerando que a atividade se apresenta como fluxo imediato de produção e consumo. Também são estimados os valores dos bens de capital utilizados pelos domicílios (DONEYOWER, 2018).

Os países filiados ao CWW, incluem a AGENTA, que é um grupo financiado pela União Europeia, cuja finalidade é analisar as transferências de impostos entre os países membros, considerando as mudanças demográficas. A sigla significa “Ageing Europe: An application of National Transfer Accounts (NTA) for explaining and projecting trends in public finances”, a palavra é uma composição entre “age” – idade, e “agenda”, o que remete ao objetivo de criar uma agenda pública para as mudanças demográficas. Os países membros da AGENTA são: Áustria, Suécia, Suíça, Hungria, Espanha, Eslovênia, França, Polônia e Reino Unido (AGENTA, [s.d.]). Também são afiliados ao CWW, o Japão; Coreia e Uruguai. O projeto possui ainda equipes na Colômbia, Vietnã, Estados Unidos, África do Sul, Senegal, México, Quênia, Índia, Ghana e Costa Rica (CWW, 2017).

8 AS MULHERES E OS TRABALHOS REPRODUTIVOS NO BRASIL

Como se viu anteriormente, uma das estratégias para dar visibilidade aos trabalhos domésticos não remunerados é por meio das pesquisas de uso do tempo e da inclusão dos trabalhos reprodutivos na Contabilidade Nacional, que ocorre principalmente através de Contas Satélites. No Brasil, algumas iniciativas foram tomadas nesse âmbito, buscando tanto medir as horas voltadas aos trabalhos domésticos não remunerados como imputar valor a estas.

Neste capítulo, além desta introdução onde sintetizaremos historicamente a forma como os trabalhos reprodutivos são ofertados no país, iremos discorrer sobre as iniciativas relacionadas às experiências de pesquisas de uso do tempo (seção um) e valoração do tempo no país (seção dois). Estas servirão de base para a elaboração de um exercício próprio, cuja metodologia será descrita na seção três. Na seção quatro apresentaremos os principais resultados, tanto gerais, por tipo de atividade como por arranjos familiares.

À semelhança do que ocorreu nos demais países da América Latina, conforme analisado no capítulo dois, no Brasil, os espaços ocupados por homens e mulheres na sociedade têm fortes marcadores de gênero e raça. Isto ocorreu como resultado do processo de colonização e escravidão e da permanência de estruturas patriarcais. Esta organização influenciou na forma como os trabalhos reprodutivos são ofertados contemporaneamente.

Ainda que a proposta desse trabalho seja analisar os trabalhos reprodutivos não remunerados, é importante a sua compreensão globalmente – ou seja, suas diferentes configurações de oferta, seja de forma remunerada, através das empregadas domésticas, e pelo mercado, ou por meio do Estado. Estas características irão influenciar a maneira como as famílias, de diferentes estruturas, classes e raças irão se organizar para desempenhá-los. Além disso, a sobre-representação das mulheres nos trabalhos reprodutivos não remunerados irá afetar na sua inserção no mercado de trabalho de maneira desigual.

Nesta parte introdutória do capítulo iremos analisar brevemente tanto a literatura que aborda sobre a formação da oferta de trabalhos reprodutivos no país, destacando a importância das mulheres e as diferenças de classe e raça existentes entre elas, como também as relações de gênero contemporâneas, que possuem raízes nesse passado.

A história escravocrata e colonial brasileira e as relações raciais e patriarcais subjacentes persistem na atualidade, o que ilustra por exemplo, na presença massiva de mulheres que trabalham

como domésticas no Brasil. De acordo com a OIT (2013), o Brasil é o país com maior número absoluto de empregadas domésticas no mundo. Esta ocupação é marcada por baixos salários, limitação da regulamentação trabalhista, baixos índices de formalização, jornadas de trabalhos extensas e instáveis, além da incidência de assédio moral e sexual. Relações que indicam tanto a persistência de estruturas servis, bem como a desvalorização dos trabalhos reprodutivos também em sua forma não remunerada.

Nesse sentido, é importante diferenciar os marcadores raciais na constituição dos trabalhos reprodutivos no Brasil historicamente. As mulheres brancas e negras exerciam papéis diferenciados em nosso passado colonial. Em especial o papel desempenhado pela mulher negra apresentava um caráter corrosivo, conforme Saffioti (2013, p. 236). Isto porque cabia a elas, além da função no sistema produtivo e o cuidado das tarefas domésticas, o papel reproduzir a força de trabalho e de satisfazer sexualmente os senhores de escravos e seus filhos. Às mulheres brancas, por sua vez, cabia o desempenho das atividades como donas de casa e mães de família. Elas seriam principalmente destinadas ao casamento, o que ocorria em idade muito jovem – entre 12 e 13 anos – com homens muito mais velhos. Depois de casadas, tinham grandes quantidades de filhos, o que incorria em altos índices de mortalidade materna.

Muitas crianças, por consequência, eram cuidadas de forma exclusiva pela escrava negra. Segundo Saffioti (2013) raramente as mulheres da classe dominante saíam às ruas, e quando o faziam estavam sempre acompanhadas. Ou seja, “A escravidão satisfazia não apenas às exigências do sistema produtivo, mas, ainda àquelas impostas pela forma de colonização adotada e às de uma família branca na qual à mulher cabia, precipuamente, o papel da mãe da prole legítima” (SAFFIOTI, 2013, p. 241).

Estas relações estão nas raízes da manutenção das desigualdades de gênero, raça e classe que se perpetuam no país, já que, após a abolição da escravidão e a industrialização do território nacional, não houve nenhuma política de integração da população negra à indústria nascente, e poucas que liberassem as mulheres dos trabalhos reprodutivos.

Segundo Fernandes (2008), analisando a realidade da sociedade paulistana, a incorporação da população negra liberta no mercado de trabalho e nos espaços públicos ocorreu de maneira marginal, haja vista que sua força de trabalho foi preterida à do imigrante europeu, dado que estes já teriam uma mentalidade capitalista, ou seja, estavam mais aptos ao trabalho livre exigido pelos novos processos econômicos. Em relação ao negro não houve qualquer ação estatal que apoiasse

sua melhor adaptação. O descaso dos governos e os aspectos sociopáticos da escravidão serão determinantes da marginalização e da desorganização do “meio negro”.

Fernandes (2008) destaca ainda as consequências desagregadoras da escravidão sobre a população negra. A sociedade escravocrata enxergava os escravos como uma ameaça ao equilíbrio público e, por temor de rebeliões, impediu que se firmassem laços de solidariedade entre eles. Estas relações também foram rompidas por força do tráfico de pessoas, já que as famílias de escravos eram desmembradas para servirem à diferentes senhores. Conforme descreve Telles (2013), o tráfico interno de pessoas foi intensificado principalmente após a promulgação das primeiras leis que impediam o tráfico internacional, e ocorriam em caravanas, onde mulheres grávidas e com filhos pequenos se deslocavam a pé por milhares de quilômetros para servirem como amas de leite, prostitutas ou empregadas domésticas.

Em meio a esta condição precária, a mulher negra irá emergir como importante agente de coesão social e de manutenção da renda das famílias ao ingressarem no mercado de trabalho como empregadas domésticas. Após a Abolição, ela irá encontrar maior facilidade de ingresso ao mercado de trabalho livre, porque as escravas domésticas já tinham contato mais direto com a população branca, tendendo a reproduzir as relações paternalistas existentes no âmbito doméstico (FERNANDES, 2008). Além disso, a concorrência com as mulheres estrangeiras irá ocorrer apenas mais tardiamente quando comparada com a de outras ocupações.

A intensificação do processo de urbanização das cidades brasileiras, levou ao desenvolvimento de diversas atividades comerciais e de serviços, em que as mulheres, tanto brasileiras como estrangeiras, se destacam, exercendo atividades como quitandeiras, lavadeiras, vendedoras de alimentos de subsistências. Segundo Telles (2013), a despeito da importância destas atividades para o abastecimento e higiene da população, as mulheres que as exerciam, principalmente as negras, eram aprisionadas, perseguidas e reprimidas pelo Estado, sob a acusação de vagabundagem. A maior parte das que viviam nos centros urbanos portanto, se contrapunham a um ideal burguês europeu de “conduta recatada” e “hábitos honestos”. O Estado utilizava da violência na tentativa de manter a prática dos “bons costumes” a partir do controle da conduta dessas mulheres.

Essas relações permanecem atualmente. A passagem do sistema escravocrata para o capitalista no Brasil não superou as estruturas patriarcais e racializadas pré-existentes. Ao contrário, os espaços de dominação e exploração no sistema capitalista assumiram um caráter de

gênero e raça que permanece nas estruturas atuais. O desenvolvimento do Estado e do sistema de produção capitalista no Brasil reforçou os laços de dependência pré-existentes na esfera doméstica, refletindo nos locais que as mulheres irão ocupar no mercado de trabalho, conforme Aguiar (2000, p. 324):

O duplo enfoque analítico do público e do privado, do âmbito doméstico e do trabalho remunerado, pode explicar como o desenvolvimento da racionalidade societária no contexto do Estado ou das relações de trabalho capitalistas não resulta na superação do patriarcado. Formas particularistas continuam a rebaixar os salários femininos, a incluir as mulheres em um número restrito de ocupações e a negar-lhes o acesso à funções de poder, apesar de importantes mudanças culturais.

Essas características não são exclusivas do Brasil, no entanto, assumem aqui particularidades, dado os fortes marcadores raciais e o caráter desigual da sociedade brasileira. A exemplo disso, analisando as relações sociais que levaram à crise política a partir de 2014 desencadeada por um violento ódio de classe e raça, Souza (2017), enxerga que o Brasil não deixou de ter relações escravocratas. Os novos escravos, seriam os trabalhadores precarizados, de baixos salários, que são tratados como as castas mais inferiores do hinduísmo:

[Assim como as castas inferiores do hinduísmo C]om a nossa raça de novos escravos acontece rigorosamente a mesma coisa. Ela permite que todas as classes acima se sintam superiores a ela e possam explorá-la se possível sem limites legais. A reação violenta da classe média à lei das empregadas domésticas, que procura limitar e garantir direitos mínimos, comprova sobejamente o que estamos dizendo (SOUZA, 2017, p. 105)

A permanência de estruturas patriarcais no país pode ser analisada à luz das relações contratuais que persistiram por longo tempo e subordinavam a mulher à esfera doméstica e à tutela do marido. A exemplo disso, somente em 1962 foi garantido às mulheres casadas o direito à capacidade civil plena, através da Lei n. 4.121, nomeada “Estatuto da Mulher Casada”. Pelo estatuto, o homem permaneceu reconhecido como “chefe da sociedade conjugal”, mas, a partir daquele ano, com a “colaboração da mulher”. Antes dele, era vigente o Código Civil de 1916, pela qual a mulher era definida como incapaz, o que decorria na necessidade de autorização do marido para que ela pudesse trabalhar, abrir contas em bancos e fazer transações comerciais.

Somente em 1977 as mulheres conquistaram direitos iguais de propriedade, e, nesse mesmo ano, foi aprovada a lei do divórcio. Outro marco importante para a conquista dos direitos femininos foi a promulgação da Constituição Nacional de 1988, que definiu plena igualdade entre homens e

mulheres no país, e decorreu das lutas dos movimentos feministas que se organizaram para a definição de pautas para a constituinte (BIROLI, 2018).

Ainda que institucionalmente as mulheres tenham conquistado diversos direitos ao longo dos anos, fruto da luta dos movimentos e organizações feministas, a situação feminina no Brasil permanece bastante desigual. Esta realidade é exemplificada por diversos indicadores relativos à presença no mercado de trabalho, participação na vida pública, violência, e direitos reprodutivos. Esse cenário se agrava quando analisamos os indicadores por raça e classe.

A exemplo disso, em relação ao mercado de trabalho, as mulheres estão sobrerrepresentadas em postos de tempo parcial. Estavam ocupadas nesta modalidade 28,6% das brasileiras em 2016, dentre as mulheres, as negras participavam com 31,3%, enquanto a participação das mulheres brancas permaneceu em 25%. Como efeito também das desigualdades de ingresso, a remuneração média total feminina no Brasil correspondeu à 75% da masculina. Essa diferença se agrava conforme o aumento da escolaridade, haja vista que as mulheres com nível superior completo recebiam 63,4% da remuneração masculina em 2016 (IBGE, 2018).

Quanto aos indicadores relativos à tomada de decisão, em 2016 somente 39,1% dos cargos de gerência eram ocupados por mulheres no (IBGE, 2018). Esse cenário reflete também no âmbito público, tendo em vista que o país ocupa a posição 132 no total de 190, no ranking organizado pela Inter Parliamentary Union, que mede a participação das mulheres nas Câmaras e no Senado, de acordo com o levantamento, somente 15% das vagas na Câmara dos Deputados é ocupada por mulheres, e 14,8% no Senado brasileiro (IPU, 2019)

As mulheres brasileiras também possuem acesso restrito aos direitos reprodutivos. A legislação do país em relação ao aborto é uma das mais restritivas do mundo. Segundo levantamento realizado pelo Centro pelos Direitos Reprodutivos (Center for Reproductive Rights). O estudo classifica os países em escala de um a cinco, sendo um a total proibição, e cinco a liberação a pedido. O Brasil está classificado na categoria dois, em conjunto com outros 32 países, que totalizam 22% do total das economias analisadas. A categoria com maior participação é a quinta que permite a interrupção da gravidez a pedido da gestante, na maior parte dos casos até a 12^a semana de gestação. Nessa classificação estão 67 países, que compreendem 36% das mulheres do mundo (CFRR, 2019).

A violência contra a mulher é outro indicador alarmante no Brasil, ainda que tenha havido avanços na legislação e nas políticas públicas relacionadas ao assunto. Nesse ínterim, se destaca a

Lei n. 1.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, que visa coibir, prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher em relações familiares e afetivas, e a Lei n. 1.340/2015 do Feminicídio, que tipificou e aumentou as penas relacionadas à crimes de homicídio quando este é cometido por razões da sua condição de gênero. Ainda assim, o número de feminicídios no Brasil atingiu a taxa de 4,7% em 2017, tendo apresentado crescimento de 20,7% no período de 2007 a 2017. Este crescimento deveu-se principalmente à morte de mulheres negras, já que, tanto a taxa de feminicídios entre as negras foi superior – 5,6%, em relação à 3,2% das não negras, como também a variação dos homicídios entre as negras é maior, 60,5%, contra 4,5%, respectivamente (VIOLÊNCIA..., 2019).

Conforme destacado nesta parte introdutória e ao longo da tese, a permanência destas estruturas desiguais está associada com a forma como a sociedade se organiza para realizar as atividades voltadas à reprodução social. No Brasil, estas são realizadas majoritariamente por mulheres, sejam elas empregadas domésticas, cuja representatividade é majoritariamente feminina e negra, e também de maneira não remunerada.

8.1 EXPERIÊNCIAS DE PESQUISAS DE USO DO TEMPO NO BRASIL

As pesquisas pioneiras sobre o uso do tempo no Brasil foram realizadas pelos pesquisadores Amaury de Souza, no estado de Guanabara em 1973, e Neuma Aguiar, para Belo Horizonte em 2001. Ambos utilizaram como metodologia os diários de uso do tempo. A primeira pesquisa foi conduzida a partir de uma amostra de indivíduos na faixa etária de 18 a 65 anos e a segunda a partir de uma amostra domiciliar com a população de 8 anos e mais. Em 2011, Neuma Aguiar ajustou a pesquisa de Belo Horizonte para o município de Guanabara, tornando os resultados comparáveis. A pesquisa também analisou comparativamente os dados obtidos por Szalai em 1972, para outros sete países, quais sejam: Bélgica, França, Estados Unidos, Bulgária, Hungria, Polônia e Peru (PINHEIRO, 2016; AGUIAR, 2011).

Os ajustes realizados por Aguiar (2011) se deram a partir de simulação de uma condição demográfica semelhante à de Guanabara em 2001, ponderando pelas condições da população por sexo e idade entre os municípios. A tabela 4 apresenta alguns resultados obtidos por Aguiar a partir deste ajuste.

Tabela 4 - Distribuição das horas trabalhadas por categoria, sexo e dia da semana, Guanabara (RJ) e Belo Horizonte (1973 – 2001)

Pesquisa	Guanabara -RJ (1973)				Belo Horizonte (2001)			
	Dia da semana		Final de Semana		Dia da semana		Final de Semana	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Trabalho remunerado	281	141	145	143	466	276	119	77
Trabalho Doméstico	43	255	17	174	31	160	37	129
Compras	48	36	30	12	17	32	28	31
Cuidados com crianças	9	50	13	29	6	36	5	20
Sub Total Cuidados com a casa e a Família	100	341	60	215	54	228	70	180
Cuidados pessoais	637	621	644	656	623	628	709	718
Estudo e Participação	46	27	8	24	52	73	46	60
Lazer (conversar, passear, esportes, etc.)	151	115	390	189	88	75	235	187
Uso dos meios de comunicação de massa	150	123	114	112	122	117	201	168
Viagens pessoais e para lazer	77	74	78	87	33	43	60	50
Lazer total	378	312	582	388	243	235	496	405
Total Geral (minutos por dia)	1.442	1.442	1.439	1.426	1.438	1.440	1.440	1.440

Fonte: Aguiar (2011, p. 83).

Notas: (1) quando as somas são diferentes de 1440, isso se deve a arredondamentos. (2) O item viagens geralmente é somado ao da categoria relacionado à viagem. Como as viagens, destacadas na tabela, referem-se a duas categorias (cuidados pessoais e lazer), o item pode ser lido em separado, ou em conjunto (adicionado) com a categoria Lazer total (3) O Total Geral em minutos é a soma das cifras sem recuo; (4) Fontes: para Guanabara RJ (1973), Souza (1973) e para Belo Horizonte 2001, Aguiar (2001)

Os resultados obtidos por Aguiar (2011), captam as transformações importantes ocorridas no período de 28 anos. Em que se destaca: a intensificação do tempo destinado às atividades remuneradas, tanto para homens quanto para as mulheres - apesar das mudanças legislativas regulamentarem a jornada de 44 horas semanais¹. Paralelamente, houve uma redução importante do tempo destinado aos afazeres domésticos e de cuidados. Essas mudanças são atribuídas tanto às transformações nas famílias, com redução do número de filhos, como também ao ingresso massivo feminino no mercado de trabalho.

Outra mudança constatada foi o aumento do nível de escolaridade, tanto entre as mulheres como também dentre os homens, porém com maior intensidade para elas. O nível de escolaridade feminina inclusive ultrapassou o masculino, o que se associa ao maior tempo destinado ao trabalho

¹ A Constituição Federal de 1988 define como jornada de trabalho regular a de 44 horas semanais.

mercantil. De forma concomitante, houve uma redução nas horas destinadas ao lazer e voltadas aos cuidados pessoais. Estes resultados nos aproximaram dos países do ex bloco soviético, como Bulgária, Hungria e Polônia, pesquisados por Szalai (1972) e referenciados por Aguiar (2011).

Cabe destacar também, ainda a respeito da pesquisa realizada por Aguiar (2011), que, apesar da diminuição do tempo dedicado aos afazeres domésticos tanto para homens quanto para as mulheres, elas despenderam proporcionalmente mais horas a essas atividades. Em 1973, as mulheres destinavam 5 horas e 41 minutos aos afazeres domésticos e de cuidados; enquanto dentre os homens a jornada dedicada a estas atividades era de uma hora e 40 minutos, ou seja, 3,41 vezes mais tempo que os homens. Já em 2001, as mulheres passaram a despende três horas e 48 minutos às atividades domésticas e de cuidados, enquanto os homens 54 minutos, ou seja, uma proporção 4,22 vezes maior de dedicação dentre as mulheres.

A pesquisadora também analisou os dados por condição no mercado de trabalho, arranjos familiares e tipos de ocupações. O tempo dedicado pelas mulheres às atividades domésticas permaneceu proporcionalmente elevado, mesmo com ingresso em atividades remuneradas, intensificando a dupla jornada. Também constatou a diminuição das horas dedicadas às práticas de lazer, o que se dá de forma desigual, dependendo da classe social.

As pesquisas de uso do tempo realizadas por Aguiar e Souza foram importantes marcos tanto para análise da condição de vida da população brasileira, como também para elaboração de metodologias de abrangência nacional.

Quanto as realizadas pelo governo brasileiro, a primeira foi colocada em campo em 1992, por meio da inclusão de perguntas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), sobre os trabalhos reprodutivos e uso do tempo, incorporando questões sobre a realização de atividades domésticas pelos membros dos domicílios e o tempo de deslocamento entre casa e trabalho.

Em 1996-1997, foi realizado um bloco de pesquisas sobre Padrões de Vida – PPV, em que se investigou o tempo gasto tanto com trabalhos voltados para o mercado como aos afazeres domésticos, trabalho comunitário, permanência em estabelecimento de ensino e tempo gasto com transporte. Acerca dos afazeres domésticos, foi incluída uma questão, na seção seis, perguntando se durante os sete dias anteriores a pessoa havia se dedicado a eles, e outra, na questão sete, questionando a quantidade de horas de dedicação por dia. Ou seja, a pesquisa não contemplou a discriminação das horas dedicadas por tipo de afazer doméstico.

Os resultados da PPV apontaram que, entre o período de março de 1996 a março de 1997, as pessoas dedicaram em média 40 horas semanais para os trabalhos voltados ao mercado, 30 horas aos afazeres domésticos e de cuidados, e 21 horas para os estudos. Dentre as pessoas entrevistadas, 2,8% realizavam algum tipo de trabalho comunitário, dedicando em média 6 horas semanais.

A maior parte da população, tanto ocupada como não ocupada em atividades mercantis, realizaram afazeres domésticos. Dentre a população ocupada, 43%, se dedicaram tanto aos trabalhos voltados para o mercado como para os afazeres domésticos, resultando em uma jornada de trabalho semanal total de 63 horas. Dentre os respondentes, 42% da população ocupada só trabalhava, sem realizar atividades domésticas, dedicando em média 44 horas semanais a essa atividade. Além disso, 8% da população declarou que trabalhava e estudava, sem realizar atividades domésticas, resultando em uma jornada de 53 horas, e 7% das pessoas entrevistadas trabalhavam, estudavam e realizavam tarefas domésticas, totalizando em uma jornada de 65 horas (IBGE, 1999).

Dentre as pessoas não ocupadas, a maior parte, 39%, realizavam somente afazeres domésticos e dedicavam 39 horas a essas atividades. Os que só estudavam compreendiam 28% totalizando uma jornada de 22 horas semanais. Já os que estudavam e realizavam afazeres domésticos, abrangiam 19%, dedicando 39 horas a essas atividades. Finalmente, 14% não estudavam nem realizavam afazeres domésticos (IBGE, 1999).

Em 2001, o IBGE realizou uma pesquisa de uso do tempo entre os moradores dos bairros Andaraí, Grajaú e Vila Isabel localizados no município do Rio de Janeiro. O objetivo da pesquisa era servir de base para implantação de um modelo nacional. A pesquisa utilizou como base para a classificação das atividades uma versão simplificada da classificação internacional para uso do tempo (ICATUS – 2000), e como metodologia a utilização de diários e de entrevistas rememorativas, com intervalos de 15 minutos. O questionário também contemplou questões relativas à “com quem” a pessoa estava, se sozinha, na companhia de crianças de até 10 anos ou integrante do próprio domicílio. Onde a pessoa estava quando exerceu a atividade, se no próprio domicílio, outros locais ou em trânsito. E, também, para quem a atividade era exercida, - para si próprio, crianças com até 10 anos integrantes do próprio domicílio, idosos de 60 anos, outros integrantes do próprio domicílio, outras pessoas, empresas, órgãos comunitários e outras instituições. Foram investigadas, ainda, as atividades realizadas de forma simultânea, com a inclusão de uma coluna onde se apurou “o que mais você estava fazendo”, bem como a religião das pessoas entrevistadas. Foram entrevistadas pessoas acima de 15 anos de idade. A pesquisa

utilizou como base as experiências da EUROSTAT, Austrália, Nova Zelândia e Canadá, além da classificação utilizada pelo ONU (SOARES; SABOIA, 2007; IBGE, 2001).

Alguns resultados da pesquisa de 2001 podem ser analisados na Tabela 5, que indica o tempo, em minutos, despendido por gênero nas atividades principais. Estas foram agrupadas em tipos principais: cuidados pessoais, de saúde e atividades religiosas, em que os homens despenderam 27,2% da jornada total e as mulheres 28,2%. Deve-se considerar, entretanto, que esse agrupamento contempla as horas de sono. A segunda principal atividade foi a voltada para os trabalhos remunerados, cuja participação do tempo dos homens permaneceu em 23,5%, e das mulheres 18,7%. A terceira atividade principal, tanto para os homens como para as mulheres, foi o tempo destinado à educação, em que eles despenderam 11,1%, enquanto as mulheres destinaram 11,7% do total.

Tabela 5 – Tempo destinado às principais atividades por agrupamentos e gênero, nos bairros de Andaraí, Grajaú e Vila Isabel, junho 2001

Tipo de trabalho	Total de minutos			Participação		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Cuidados pessoais, de saúde e atividades religiosas	634	619	645	27,60%	27,20%	28,20%
Trabalho remunerado	481	533	427	21,00%	23,50%	18,70%
Educação	260	252	268	11,30%	11,10%	11,70%
Serviços para o próprio domicílio	192	125	235	8,40%	5,50%	10,30%
Comunicação de massa (rádio, TV, vídeo, etc)	214	222	209	9,30%	9,80%	9,10%
Atividades na comunidade e reunião em família	151	153	149	6,60%	6,70%	6,50%
Cuidados a membros do domicílio	137	109	143	6,00%	4,80%	6,30%
Participação em eventos culturais e atividades de lazer e esporte	117	123	112	5,10%	5,40%	4,90%
Serviços para a comunidade	109	136	97	4,70%	6,00%	4,20%
Total minutos	2.295	2.272	2.285	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE (2001)

A importância das demais atividades para homens e mulheres apresentam diferenças. Para eles as atividades voltadas para a comunicação em massa são a quarta mais importante, seguido das atividades voltadas para a comunidade e reunião em família; serviços para a comunidade; serviços para o próprio domicílio; participação em eventos culturais e atividades de lazer e esportes, e cuidados a membros do domicílio.

No caso das mulheres, o agrupamento serviços para o próprio domicílio foi a quarta principal atividade, seguida de comunicação em massa, atividades na comunidade e reunião em família, cuidados a membros do domicílio, participação em eventos culturais e atividades de lazer e esportes e serviços para comunidade.

Apesar da relevância da pesquisa, deve-se considerar as características do recorte realizado. A maior parte da população investigada pertencia às faixas de renda superiores, acima de 10 salários-mínimos, dos quais 79% possuíam domicílios próprios. Boa parte da população possuía idade superior a 35 anos (56%), e aproximadamente 20% possuía mais de 60 anos. O nível de escolaridade da população também era alto, haja vista que cerca de 61% possuía pelo menos o ensino médio completo. Os agrupamentos realizados também contemplam uma gama diferenciada de atividades, a exemplo dos serviços para a comunidade que abrangem tanto eventos comunitários, culturais e sociais bem como atividades religiosas e participação em almoços familiares, recepção e visita à amigos etc.

A despeito das restrições relativas ao recorte populacional, é importante ressaltar que os resultados gerais relacionados às desigualdades do tempo destinado por homens e mulheres corroboram com a literatura e as pesquisas de uso do tempo nos demais países do mundo. As mulheres destinam mais tempo às atividades voltadas para os afazeres domésticos e de cuidados, e menos para as atividades remuneradas, quando comparadas com os homens. Estes também destinam mais tempo às atividades ligadas ao lazer e esportes.

Além da pesquisa piloto, em 2001, o IBGE incluiu na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) a identificação do número de horas destinadas aos afazeres domésticos e de cuidados por Unidade da Federação. Esta apuração representou um importante passo para a análise do tempo destinado a estas atividades por diferentes recortes (BARAJAS, 2016; MELO *et al.*, 2017).

Outro marco importante no desenvolvimento das pesquisas de uso do tempo foi a criação de um Comitê Técnico de Estudos de Gênero e Uso do Tempo (CGUT) em 2008, coordenado pela Secretaria de Políticas para Mulheres, cujo objetivo era estimular a incorporação da perspectiva de gênero nas estatísticas nacionais. As discussões que decorreram deste Comitê levaram a elaboração de uma pesquisa piloto em 2009, utilizando a metodologia de diário, que se baseou principalmente nas pesquisas HETUS e ATUS. Esta pesquisa foi realizada a partir de uma subamostra dentro da

amostra da PNAD Contínua de 2009, compreendendo 10.092 domicílios, nos estados do Pará, Pernambuco, São Paulo, Rio Grande do Sul e Distrito Federal.

Foi selecionada aleatoriamente uma pessoa com mais de 10 anos de idade por domicílio. Como instrumento de coleta, foram utilizados os diários de papel e computador de mão. As atividades foram classificadas com base na ICATUS, adaptada à realidade brasileira, a fim tanto de simplificar a classificação como também incorporar atividades realizadas comumente no Brasil.

Foram classificadas de acordo com os seguintes agrupamentos: trabalho; trabalho voluntário; afazeres domésticos; cuidado de pessoas da família; estudo; socialização; presença a eventos/locais culturais de entretenimentos e esportivos; jogos, passatempos e hobbies; atividades físicas e práticas de esportes; uso de meios de comunicação de massa; cuidados de pessoas e atenção à própria saúde (BARAJAS, 2016; MELO; CONSIDERA; DI SABBATO, 2016; IBGE, 2012; CAVALCANTI; PAULO; HANY, 2010).

A pesquisa foi realizada através de diários de papel, que eram distribuídos às pessoas selecionadas nos domicílios. Após, o entrevistador retornava ao local para a realização de entrevista presencial, utilizando computador de mão a exemplo de diversas experiências realizadas no mundo. Em alguns casos, em que o entrevistado teve dificuldades de preencher o diário, foi utilizado como recurso a entrevista recordatória, em que o entrevistador preencheu diretamente no computador de mão as atividades exercidas pelo entrevistado.

No diário, além da pessoa reportar as principais atividades exercidas, em intervalos de 15 minutos, foram analisadas as de contexto, quais sejam: onde (em casa, no trabalho/escola, em outro local) e com quem realizou a atividade (sozinho, com moradores no domicílio, com não moradores), se utilizou a internet e se recebeu algum pagamento para a realização. Foram apuradas também as atividades exercidas de forma simultânea, a partir da questão “o que mais você está fazendo nesse horário” (CAVALCANTI; PAULO; HANY, 2010).

Como fruto do trabalho desenvolvido pelo CGUT, em 2010, foi realizado no Rio de Janeiro, o II Seminário Internacional sobre uso do tempo. Em maio de 2012, a X Reunião do CGUT em Brasília, com a presença de representantes do IBGE, do IPEA, da Organização Nacional das Nações Unidas (ONU) Mulheres Brasil e Cone Sul e da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Neste ano também foi realizada uma reunião sobre uso do tempo com representantes da CGUT e da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal), que recebeu o nome de

Uso do tempo e políticas públicas de cuidado: reflexões para uma agenda de desenvolvimento sustentável (BANDEIRA; PRETURLAN, 2016)

Em 2017, o IBGE reformulou o questionário dentro da PNAD-C sobre o uso do tempo, incluindo o módulo “outras formas de trabalho”, passando a incorporar novas desagregações: a produção para o próprio consumo, os afazeres domésticos, o cuidado de pessoas e o trabalho voluntário, seguindo as recomendações da 19ª Conferência Anual das Estatísticas do Trabalho, Resolução I.

As entrevistas são realizadas na quinta visita ao domicílio, no total de cinco, onde é investigada a população com 14 anos ou mais. Consideram-se os trabalhos não compulsórios, realizados por pelo menos uma hora por semana, sem receber remuneração, tanto em forma de dinheiro como por benefícios para terceiros. A abrangência é nacional, com detalhamento para grandes regiões, unidades da federação, regiões metropolitanas, e municípios das capitais (IBGE, 2018).

As outras formas de trabalho também passaram a ser investigadas dentro da pesquisa sobre trabalho infantil, realizada na mesma amostra domiciliar da PNAD-C. Assim como para a população acima de 14 anos de idade, a população de 5 a 17 anos de idade é entrevistada sobre os trabalhos que realizam para o cuidado de pessoas e afazeres domésticos na quinta visita domiciliar.

Apesar dos avanços, ainda não existe no país uma pesquisa de abrangência nacional com a utilização de diários de uso do tempo, que é a metodologia mais avançada. Além disso, a pesquisa de uso do tempo realizada pelo IBGE através da PNAD-C possui algumas limitações, que serão descritas na seção 8.3. A exemplo dos demais países analisados, as pesquisas de uso do tempo realizadas no Brasil serviram de base para o desenvolvimento de exercícios de valoração dos trabalhos domésticos não remunerados, realizados a partir da iniciativa de pesquisadoras(es). A próxima seção discutiremos sobre os exercícios realizados por estes pesquisadores.

8.2 EXERCÍCIOS DE VALORAÇÃO DOS TRABALHOS DOMÉSTICOS NÃO REMUNERADOS NO BRASIL

Em nível nacional, ainda não possuímos uma Conta Satélite voltada à mensuração dos trabalhos domésticos não remunerados, ainda que o movimento feminista tenha pressionado, tanto

para o desenvolvimento de pesquisas mais acuradas sobre o uso do tempo, com a utilização de diários com abrangência nacional, como também para a realização de exercícios de valoração.

A exemplo disso, em junho de 2017, a deputada federal Ana Perugini, apresentou o Projeto de Lei 7.815, que dispõe sobre a inclusão da economia de cuidados no Sistema de Contas Nacional, bem como o desenvolvimento de pesquisas de uso do tempo, a fim de subsidiar políticas públicas e tornar visível o trabalho exercido principalmente pelas mulheres. Segundo a justificativa do projeto de lei:

Mensurar a importância de todo o trabalho que fica fora do intercâmbio monetário como é o trabalho doméstico, o voluntário, o cuidado dos filhos e das pessoas, que incidem diretamente na qualidade de vida da população e que majoritariamente são executados pelas mulheres, nos parecem uma legislação que fará justiça ao reconhecer que o significado do trabalho invisível que as mulheres realizam há séculos na reprodução da vida (BRASIL, 2017, p. 7).

Em relação às pesquisas desenvolvidas, ganha destaque a de Melo, Considera e Sabbato (2007) que realizaram o primeiro exercício para contabilizar o valor dos trabalhos domésticos não remunerados no Brasil. Para tanto, utilizaram três metodologias diferentes: o rendimento semanal dos afazeres domésticos multiplicado por 52 semanas; a renda semanal dos afazeres domésticos da PNAD em salários mínimos do mês de setembro, multiplicado pelo total de salários mínimos no ano; a renda semanal dos afazeres domésticos com base na variação do rendimento mensal das pessoas ocupadas nos trabalhos domésticos remunerados com base na antiga Pesquisa Mensal de Emprego (PME).

Os autores aplicaram as três metodologias para os anos de 2001 a 2005, chegando à conclusão que as atividades domésticas equivaliam a cerca de 11,2% do PIB de 2006, sendo 82% deste valor gerado por mulheres. Em 2008, os autores refizeram a pesquisa para os anos de 2001 a 2008, chegando a um percentual em torno de 11,3% do PIB do último ano (MELO; CONSIDERA; DI SABBATO, 2010). Novamente em 2016, os autores refazem a pesquisa, para os anos de 2001 a 2011, utilizando a primeira e a segunda metodologias da primeira pesquisa. Os resultados da renda anual dos afazeres domésticos e percentual sobre o PIB brasileiro variaram de 11,4% em 2001 a 13,4% em 2011 pelo método 1.

Um avanço importante no estudo de 2016 é a possibilidade de analisar as variações do trabalho doméstico não remunerado em um período de 10 anos. Os pesquisadores concluem que o percentual dos afazeres domésticos não remunerados sobre o PIB está relacionado principalmente com a participação das mulheres no mercado de trabalho; a variação do salário-mínimo, que serve

de base para a remuneração das trabalhadoras domésticas remuneradas, e as crises econômicas, que afetam no mercado de trabalho e na remuneração média da classe trabalhadora. Assim, até 2008 houve uma redução do número de horas dedicadas tanto pelos homens quanto pelas mulheres às atividades domésticas não remuneradas, concomitante ao incremento de mulheres no mercado de trabalho e ao aumento do salário-mínimo. Estes fatores concorreram e levaram a uma certa estabilidade na razão do PIB dos afazeres domésticos. No entanto, a pressão do crescimento do salário das trabalhadoras domésticas, concomitante à crise econômica de 2008 levou à diminuição da participação feminina no mercado de trabalho, e conseqüente crescimento do PIB doméstico (MELO; CONSIDERA; DI SABBATO, 2016). Os resultados apontados pelos autores indicam o caráter contracíclico atribuído ao PIB dos trabalhos domésticos, constatado também no estudo realizado no Canadá publicado em 1995 (CANADÁ, 1995).

Outra importante experiência de mensuração realizada no Brasil foi a tese de doutorado intitulada “Trabalho doméstico não remunerado no Brasil: uma análise de produção, consumo e transferência” defendida em 2018 por Jordana Cristina De Jesus. A pesquisadora utilizou o método de padronização indireta partindo dos dados coletados na pesquisa de uso do tempo da Colômbia a fim de ajustar as horas dedicadas aos cuidados de crianças no Brasil (JESUS, 2018).

Com base na metodologia aplicada, a pesquisadora realizou uma estimativa de consumo e transferência de trabalho doméstico não remunerado no país, utilizando a metodologia da Counting Womens Work (CWW, 2017). A autora realizou análise por faixa etária, decis de renda e raça/cor. Entre as conclusões estão que as mulheres passam toda a vida útil na condição de transferidoras de trabalho doméstico, já os homens são consumidores líquidos. (JESUS, 2018).

Essas desigualdades se acentuam principalmente entre as famílias pobres: as mulheres nos decis de renda inferiores tornam-se transferidoras líquidas de trabalhos domésticos 10 anos antes que os homens na mesma faixa. Há diferenças também entre as horas dedicadas por raça/cor, as mulheres pardas são as que mais realizam trabalho doméstico quando comparadas às negras e brancas. Além disso o pico de produção entre as brancas é mais tardio do que as demais raças (JESUS, 2018).

A autora também estimou o valor monetário dos trabalhos domésticos não remunerados, a partir dos dados da PNAD de 2013 incluídos os ajustes relativos aos cuidados a partir dos dados da pesquisa de uso do tempo da Colômbia. Para tanto, a pesquisadora utilizou três metodologias: a do custo de oportunidade e substituto especialista e generalista. Em relação à metodologia do custo de oportunidade a autora considerou o rendimento hora que os indivíduos apresentaram no mercado

de trabalho em 2013, e estimou o valor do rendimento-hora que os indivíduos desempregados receberiam, caso estivessem no mercado de trabalho. Na metodologia do substituto especialista foram considerados as atividades ligadas à remuneração mediana por hora por unidade federativa, das atividades ligadas aos afazeres domésticos, e dos afazeres de cuidados. Os valores foram estimados a partir da PNAD 2013. Quanto à metodologia do substituto generalista foi considerada a mediana do rendimento-hora das empregadas domésticas remuneradas em cada unidade federativa (JESUS, 2018).

Segue abaixo os resultados do exercício realizado por Jesus (2018), por método:

Tabela 6 - Valor total da produção doméstica em relação ao PIB (%) em 2013 segundo cada método

Sexo/Método	Custo de oportunidade	Substituto Especialista	Substituto Generalista com carteira assinada
Mulheres	11,95	8,42	8,81
Homens	3,81	2,02	2,15
Total	15,77	10,44	10,96

Fonte: Elaborado por Jesus (2013, p. 97), com base nos dados da PNAD/IBGE 2013

As pesquisas supracitadas se aproximam em termos percentuais dos trabalhos domésticos não remunerados sobre o PIB, girando em torno de 10,44%, até 15,77% dependendo do método. Além disso, é consensual que a maior parte desses trabalhos são realizados pelas mulheres. Enquanto os exercícios realizados por Melo, Considera e DiSabbato focaram em analisar a totalidade dos trabalhos domésticos não remunerados, Jesus ponderou também os trabalhos voltados para os cuidados, o que foi um ganho em termos metodológicos. Outro avanço importante incorporado por Jesus foi a análise da metodologia consumo e transferência, que é um subsídio importante para análise do ciclo de vida das pessoas e suas diferentes possibilidades de inserção no mercado de trabalho, por gênero, raça e classe.

Os dados utilizados, tanto por Jesus, como por Melo, Considera e DiSabbato corresponderam a antiga pesquisa realizada pelo IBGE, em que não contemplava os recortes por tipos de trabalhos domésticos não remunerados.

No próximo capítulo iremos apresentar um exercício de valoração dos trabalhos domésticos não remunerados no Brasil, utilizando os dados do módulo da pesquisa Outras Formas de Trabalho, que contempla diferentes recortes de trabalhos domésticos não remunerados, o que traz maior detalhamento e robustez aos dados. Além disso, iremos apresentar as diferentes formas de distribuição do tempo entre homens e mulheres e por arranjos familiares.

9 METODOLOGIA DE VALORAÇÃO DOS TRABALHOS DOMÉSTICOS NO BRASIL

Conforme visto na seção dois do capítulo anterior, em 2017, o IBGE inclui na PNAD – C, perguntas sobre o tempo destinado às atividades voltadas aos trabalhos voluntários, afazeres domésticos e de cuidados, e atividades para o autoconsumo. A mudança foi realizada baseada na metodologia do Sistema de Contas Nacional de 2008, em que a produção para o próprio consumo passou a fazer parte do escopo do cálculo do PIB, bem como a classificação atualizada pela 19ª Conferência sobre estatísticas do trabalho, emprego e trabalho subutilizado (ICLS) realizada em 2013, que atualizou as fronteiras do que é considerado trabalho.

Esta pesquisa é a de maior abrangência e mais completa análise sobre o uso do tempo realizada no Brasil. Ainda assim, possui alguns limites, já que não é uma investigação realizada por diários, mas feita através de entrevistas rememorativas. Dessa forma, muitas atividades podem estar subestimadas ou superestimadas, haja vista que a pessoa pode não lembrar com exatidão quanto tempo destinou para cada uma delas. Além disso, não são realizadas questões relativas às atividades simultâneas, o que tende a subvalorizar principalmente o tempo destinado aos cuidados. As perguntas são realizadas por seções: produção para o próprio consumo, trabalho voluntário, cuidado de pessoas e afazeres domésticos.

Na seção produção para o próprio consumo e construção para o próprio uso, as atividades são desagregadas por agrupamentos, em cada um são mensuradas as horas e atividade principal exercida pelo indivíduo. Os agrupamentos são definidos da seguinte forma: atividades de caça, pesca e criação de animais, atividades extrativas e atividades voltadas para a produção de bens. Para tanto, são realizadas as seguintes perguntas:

- a) na semana de referência, exerceu atividades em cultivo, pesca, caça ou criação de animais destinadas somente à alimentação de pessoas moradoras do domicílio ou de parente?
- b) na semana de referência, quantas horas dedicou efetivamente a essas atividades?
- c) qual foi a principal atividade que exerceu na semana de referência?

Nessa questão é utilizada para classificação da atividade a CNAE¹ - Domiciliar, mesma classificação utilizada pela PNAD - Contínua.

¹ Classificação Nacional de Atividades Econômicas.

- d) na semana de referência, exerceu atividades na produção de carvão, corte ou coleta de lenha, coleta de água, extração de sementes, de ervas, de areia, argila ou outro material destinado somente ao próprio uso das pessoas moradoras do domicílio ou de parente?
- e) na semana de referência, quantas horas dedicou efetivamente a todas essas atividades?
- f) qual foi a principal atividade que exerceu na semana de referência.

Assim como na questão anterior, a classificação das atividades utilizada para esta questão é a CNAE – Domiciliar.

- g) na semana de referência, exerceu atividades na fabricação de roupas, crochê, bordado, cerâmicas, rede de pesca, alimentos ou bebidas alcóolicas, produtos medicinais ou outros produtos destinados somente ao próprio uso das pessoas do domicílio ou de parente?
- h) na semana de referência, quantas horas dedicou efetivamente a todas essas atividades?
- i) qual a principal atividade que exerceu na semana de referência?

As atividades são classificadas pela CNAE- Domiciliar.

No trabalho voluntário, além do número de horas, é questionado qual a principal tarefa que exerceu e qual a principal atividade da empresa. As seguintes questões são realizadas no questionário para investigar o tipo de trabalho voluntário pelas pessoas:

- a) na semana de referência, trabalhou durante pelo menos uma hora, voluntariamente e sem remuneração?
- b) na semana de referência, trabalhou voluntariamente e sem remuneração para congregação religiosa, sindicato, condomínio, partido político, escola, hospital, asilo?
- c) na semana de referência, trabalhou voluntariamente e sem remuneração para associação de moradores; associação esportiva; ONG; grupo de apoio ou outra organização?
- d) na semana de referência, trabalhou voluntariamente e sem remuneração para a conservação do meio ambiente ou proteção aos animais?
- e) na semana de referência, trabalhou voluntariamente e sem remuneração para pessoas que não eram parentes e não moravam neste domicílio, realizando tarefas domésticas e de cuidados de crianças idosos ou outras pessoas que necessitavam de cuidados especiais?
- f) na semana de referência, trabalhou voluntariamente e sem remuneração em outro tipo de trabalho voluntário?
- g) com que frequência costuma trabalhar voluntariamente sem remuneração?
- h) na semana de referência quantas horas trabalhou voluntariamente e sem remuneração?

O código utilizado para classificação destas ocupações é o COD – Classificação Nacional de ocupações para pesquisas domiciliares, o mesmo utilizado pela PNAD – C para investigar a ocupação que a pessoa está exercendo no mercado.

r) exerceu trabalho para alguma empresa, organização ou instituição?

O código utilizado para a classificação das atividades no questionário é a CNAE-Domiciliar, a mesma utilizada na investigação das atividades exercidas para o mercado nesta pesquisa.

A PNAD-C não separa as horas dos afazeres domésticos daqueles voltados para os cuidados de pessoas, tampouco discrimina as horas destinadas para cada atividade, por exemplo, na preparação de alimentos, para fazer compras etc.

Ainda que as questões sejam realizadas por seções diferentes, e por agrupamentos de atividades, a pesquisa só permite captar se a pessoa exerceu aquela atividade e não o número de horas destinadas a cada uma. A falta dessa mensuração incorre em problemas de estimação tanto das horas de trabalho, quanto do valor o trabalho voltado para estas atividades, que podem estar subestimados ou superestimados, dependendo da percepção de cada indivíduo sobre as horas de trabalho. As seguintes questões são realizadas no questionário para análise dos cuidados de pessoas, todas elas com respostas de sim ou não:

- a) na semana de referência, realizou tarefas de cuidados de moradores deste domicílio que eram crianças, idosos, enfermos ou pessoas com necessidades especiais, tais como:
 - b) auxiliar nos cuidados pessoais (alimentar, vestir, pentear, dar remédio, dar banho, colocar para dormir)?
 - c) auxiliar em atividades educacionais
 - d) ler, jogar ou brincar?
 - e) monitorar ou fazer companhia dentro do domicílio?
 - f) transportar ou acompanhar para escola, médico, exames, parque, praça, atividades sociais, culturais, esportivas ou religiosas?
 - g) outras tarefas de cuidados de moradores do domicílio? Especifique
 - h) na semana de referência, a quais moradores dedicou esses cuidados?
 - i) na semana de referência, cuidou de parentes que não moravam nesse domicílio e que precisavam de cuidados (crianças, idosos, enfermos ou pessoas com necessidades especiais)?

Em relação aos afazeres domésticos, são investigadas as seguintes questões. As respostas possíveis, também são sim ou não:

- a) Na semana de referência, faz tarefas domésticas para o próprio domicílio, tais como:
- b) Preparar ou servir alimentos, arrumar a mesa ou lavar as louças?
- c) Cuidar da limpeza ou da manutenção de roupas e sapatos?
- d) Fazer pequenos reparos ou manutenção do domicílio, do automóvel, de eletrodomésticos ou outros equipamentos?
- e) Limpar ou arrumar o domicílio, a garagem, o quintal ou o jardim?
- f) Cuidar da organização do domicílio (pagar contas, contratar serviços, orientar empregados etc.)?
- g) Fazer compras ou pesquisar preços de bens para o domicílio?
- h) Cuidar dos animais domésticos?
- i) Outras tarefas domésticas? Especifique?
- j) Na semana de referência, fez alguma tarefa doméstica em domicílio de parente?
- k) Na semana de referência, qual foi o total de horas que dedicou às atividades de cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos?

A última questão é a única que se refere às horas dedicadas pelos moradores dos domicílios aos afazeres domésticos e de cuidados.

O questionário também desconsidera as atividades realizadas de forma simultânea, o que afeta as comparações internacionais, haja vista que as principais pesquisas sobre o uso do tempo, em que se destaca as metodologias utilizadas pela HETUS e ATUS, investigam as atividades principais e secundárias.

Conforme analisado no capítulo 3, a respeito das metodologias indicadas pelos organismos internacionais, é recomendado pela EUROSTAT (2003) a utilização de diferentes soluções e abordagens conforme a realidade estatística de cada país. Por conseguinte, iremos utilizar para a realização do exercício os dados disponíveis pela PNAD – C, na quinta entrevista, que traz diferentes recortes por atividades domésticas e de cuidados, bem como os valores associados às correspondentes remunerações no mercado.

Serão considerados somente o valor da hora e a remuneração dos trabalhadores, não serão incluídos no cálculo o valor do capital, bem como os bens intermediários, conforme a experiência da Austrália. Para o cálculo da remuneração, serão consideradas a renda média habitual, sem

computar as contribuições trabalhistas, e outros descontos. Ou seja, será considerado a remuneração líquida, conforme a indicação de Varjonen, Hamumen e Soine (2014).

Para análise das horas, o IBGE disponibiliza a taxa de participação e número de horas por gênero em tabelas prontas. Para captar o valor das horas por atividade, utilizamos os microdados da PNAD-C, cruzando com os dados referentes as pessoas que estavam inseridas no mercado de trabalho. Os dados foram rodados a partir do software R, utilizando o pacote survey.

No caso da mensuração das horas, apresentaremos os resultados a partir das seguintes metodologias: substituto generalista, substituto especialista, custo de oportunidade e salário-mínimo. Para todas as metodologias, os valores das horas obtidos na quinta entrevista da PNAD-C foram divididos por 7, a fim de captarmos as horas diárias. A taxa de participação em cada atividade também foi obtida pela mesma pesquisa.

As atividades ligadas ao próprio consumo são as únicas que serão desagregadas, haja vista que, tanto os trabalhos domésticos e de cuidados como os trabalhos voluntários não apresentam desagregação por hora, apenas por taxa de participação. É importante notar em relação aos trabalhos voluntários, que este agrupamento integra diferentes tipos de trabalhos, conforme as questões relacionadas à taxa de participação. Dessa forma, estão nesse grupo tanto atividades ligadas a sindicatos, participação em associação de moradores e associações esportivas, como também aos cuidados de pessoas em outros domicílios que não sejam o próprio.

Em relação ao valor da remuneração média por hora, foram consideradas diferentes soluções para cada metodologia. No caso do substituto generalista, a remuneração média foi obtida considerando a renda média habitual das pessoas que trabalharam em atividades ligadas aos cuidados e afazeres domésticos, captado através da quinta entrevista. As atividades foram selecionadas pelos códigos da Classificação Nacional de Ocupações para Pesquisas Domiciliares (COD). Para as atividades domésticas foram consideradas: 5120 (cozinheiro), 5164 (cuidadores de animais), 9111 (trabalhadores nos serviços domésticos em geral), 9121 (lavadeiros de roupa e passadeiros manuais), 9122 (lavadores de veículos), 9123 (lavadores de janelas), 9129 (outros trabalhadores de limpeza), 9412 (ajudantes de cozinha), 9411 (preparadores de comidas rápidas).

Em relação às atividades de cuidados foram selecionados os códigos: 5162 (acompanhantes e criados particulares), 5311 (cuidadores de crianças), 5322 (trabalhadores de cuidados pessoais a domicílios). Também foram consideradas as horas habituais semanais, das atividades relacionadas

a esses códigos. Estas foram transformadas em horas mensais e depois divididas pelo valor da renda mensal, obtida pela média das atividades ligadas aos códigos listados.

Pela metodologia do substituto especialista, foram considerados os códigos (COD) das atividades voltadas aos “trabalhos voluntários”, e as Classificações Nacionais de Atividades Econômicas (CNAE) das atividades ligadas aos trabalhos para o “próprio consumo”; “cultivo, pesca e criação de animais”, “produção de carvão, corte, ou coleta de lenha, palha ou outro material”, “fabricação de calçados, roupas, móveis, cerâmicas, alimentos ou outros produtos”, “construção de prédio, cômodo, poço ou outras obras de construção”, “trabalho voluntário”. Esses códigos foram obtidos a partir do cruzamento dos códigos relacionados às atividades não remuneradas com as atividades voltadas para o mercado. A remuneração foi ponderada pela taxa de participação das pessoas em cada atividade.

No caso das atividades domésticas e de cuidados, não foram definidos códigos na pesquisa, a remuneração foi obtida pela mesma metodologia do substituto generalista. A partir da mesma pesquisa, foi obtido o total das horas semanais dedicadas à cada atividade, transformadas em horas mensais, que, por sua vez, foram divididas pelo valor da remuneração mensal média, obtendo-se o valor da hora.

A Tabela 7 apresenta a remuneração média por hora por tipo de atividade, utilizadas na metodologia substituto especialista. Para tal metodologia foi considerado o valor da hora média dos afazeres domésticos e de cuidados, equivalente a R\$ 5,49. As atividades para o próprio consumo levaram em conta a média ponderada das atividades ligadas ao cultivo, pesca, caça (R\$5,94), construção de casa, cômodo (R\$ 8,60), fabricação de crochê, tricô (R\$ 6,91) e extração, coleta de lenha etc. (R\$ 6,78), totalizando R\$ 7,06. Para os trabalhos voluntários foram consideradas as remunerações médias ponderadas dos códigos das empresas R\$10,41 e dos códigos das ocupações R\$9,56, totalizando R\$9,99.

Tabela 7 – Remuneração Média por hora (R\$), por tipo de atividade, Brasil, 2017

Atividades	Remuneração Média Hora
Próprio Consumo	7,06
Cultivo, pesca, caça etc	5,94
Construção de casa, cômodo	8,6
Fabricação de crochê, tricô	6,91
Extração, coleta de lenha etc	6,78
Média Voluntário	9,99
Voluntário para empresas	10,41
Voluntário Total COD	9,56
Afazer Domésticos e de Cuidados	5,49
Afazer Domésticos	5,68
Afazer de Cuidados	5,29
Remuneração Média Total	7,19

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados da PNAD-C - IBGE

Em relação à metodologia do custo de oportunidade, foi considerado a renda média total dos trabalhadores obtida pela média habitual das quatro entrevistas da PNAD-C no ano de 2017, que totalizou R\$9,99. O salário-mínimo considerado foi o mínimo vigente em 2017, equivalente a R\$4,26 por hora, multiplicado pela taxa de participação por gênero para cada atividade.

Após a captação da renda média por hora, os resultados foram multiplicados por 365 dias, levado ao valor da remuneração anual. A massa da renda foi obtida pelo saldo da multiplicação da renda média anual, a taxa de participação em cada atividade, e o número de mulheres, homens e total da população em idade ativa obtidos pela PNAD-C, quarto trimestre. Os resultados foram divididos pelo PIB nominal de 2017 a preços correntes, que totalizou R\$ 6,554 trilhões. Por esta divisão obtivemos a razão das atividades domésticas e de cuidados sobre o PIB.

A Tabela 8 indica a taxa de participação total, de homens e de mulheres por atividades domésticas, voluntárias e para o autoconsumo não remuneradas em 2017. Neste ano, 86,7% do total da população acima de 14 anos exerceu essas atividades. A taxa de participação entre mulheres permaneceu em 92,8%, no caso dos homens, ficou em 80,1%. Dentre as atividades, as maiores taxas de participação permaneceram entre os afazeres domésticos e de cuidados, cuja taxa total foi de 86%, a participação feminina 92,6% e a masculina 78,7%. Do total da população, 7,3% dos homens e mulheres exerceram atividades voltadas para o autoconsumo, a taxa de participação feminina foi de 6,9% e masculina 7,9%. Os trabalhos voluntários, por sua vez, apresentaram menor taxa de participação dentre as categorias, totalizando 4,4%, a taxa feminina foi de 5,1% e a masculina 3,5%.

Tabela 8 - Taxa de participação nos afazeres domésticos e de cuidados, próprio consumo e trabalhos voluntários, Brasil 2017

Gênero/Tipo de Atividade	Mulher	Homem	Total
Afazeres domésticos e de cuidados	92,60%	78,70%	86,00%
Próprio Consumo	6,90%	7,90%	7,30%
Cultivo, pesca, caça e criação de animais	5,00%	6,20%	5,60%
Produção de carvão, corte ou coleta de lenha, palha ou outro material	0,70%	1,80%	1,20%
Fabricação de calçados, roupas, móveis, cerâmicas, alimentos ou outros produtos	1,80%	0,10%	1,00%
Construção de prédio, cômodo, poço ou outras obras de construção	0,10%	1,00%	0,60%
Trabalho Voluntário	5,10%	3,50%	4,40%
Participação Total	92,80%	80,10%	86,70%

Fonte: Elaborado pela autora com base na PNAD-C - IBGE

Os dados da Tabela 8 indicam a elevada participação tanto de homens como de mulheres nas atividades ligadas aos afazeres domésticos e de cuidados. Praticamente a totalidade das mulheres se dedicam a estas atividades, enquanto a taxa de participação masculina é inferior, mas bastante elevada, próxima aos 80%. No desagregado, a taxa de participação voltada para as atividades de cuidados total permaneceu em 31,5%, enquanto a taxa de participação feminina foi de 37% a masculina permaneceu em 25,6%. Em relação aos afazeres domésticos, a participação total foi de 84,4%, das mulheres 91,7% e dos homens 76,4% (Tabela 9). Ou seja, a participação de homens e mulheres nas atividades voltadas aos cuidados é bastante inferior quando comparadas aquelas relacionadas aos afazeres domésticos, o que é esperado haja vista que os cuidados são principalmente destinados às crianças, pessoas idosas, doentes ou com alguma necessidade especial.

Tabela 9 – Taxa de participação por sexo nas atividades voltadas aos afazeres domésticos e de cuidados, Brasil, 2017

Gênero/Atividade	Mulher	Homem	Total
Afazeres Domésticos	91,7%	76,4%	84,4%
Afazeres de Cuidados	37,0%	25,6%	31,5%
Afazeres Domésticos e de Cuidados	92,6%	78,7%	86,0%

Fonte: Elaborado pela autora com base na PNAD-C - IBGE

As demais atividades, voltadas para o próprio consumo e para os trabalhos voluntários possuem taxas de participação bastante inferiores. Em relação as voltadas para o próprio consumo, pode se inferir que são trabalhos eventuais, e exercidos principalmente pela população rural. No caso do trabalho voluntário, há uma ampla variedade de tipos, conforme especificado nas questões, que contemplam desde atividades religiosas e políticas, até às voltadas para os trabalhos domésticos

em domicílios de não parentes. Na próxima seção serão apresentados os resultados gerais obtidos por cada metodologia.

9.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção iremos descrever os resultados da valoração dos trabalhos domésticos, de cuidados, para o autoconsumo e voluntários, caso essas atividades fossem remuneradas conforme os preços do mercado. Para tanto, ela se divide em duas subseções, na primeira analisamos as diferenças temporais entre homens e mulheres destinadas à cada agregação de atividade. Na segunda subseção apresentamos de forma descritiva a valoração dos trabalhos por diferentes metodologias, bem como a razão sobre o PIB.

9.1.1 Distribuição do tempo dos trabalhos domésticos não remunerados

Em relação aos tipos de trabalho, a maior jornada foi destinada às atividades para o próprio consumo, totalizando 37,50 horas, seguida dos afazeres domésticos e de cuidados, que totalizaram 16,48 horas, e trabalhos voluntários, que totalizaram 6,30 horas (Tabela 10). Chama a atenção, a intensidade das horas destinadas aos trabalhos voltados para o próprio consumo, apesar da baixa taxa de participação, mas também das atividades voltadas para os afazeres domésticos e de cuidados, que se aproximam das 17 horas semanais.

Tabela 10 – Número de horas semanais das atividades não remuneradas, totais, de homens e mulheres por tipo de atividade, Brasil, 2017

Atividade	Mulher	Homem	Total
Afazeres domésticos e de cuidados	20,86	10,85	16,48
Próprio Consumo	34,23	38,64	37,5
Cultivo, pesca, caça e criação de animais	7,79	11,12	9,56
Produção de carvão, corte ou coleta de lenha, palha ou outro material	4,6	4,51	4,54
Fabricação de calçados, roupas, móveis, cerâmicas, alimentos ou outros produtos	8,88	8,24	8,86
Construção de prédio, cômodo, poço	12,96	14,77	14,54
Trabalho Voluntário	6,2	6,4	6,3

Fonte: Elaboração da autora com base na PNAD-C/IBGE, “Outras Formas de Cuidado”

Quanto às diferenças por sexo, a jornada feminina voltada aos afazeres domésticos e de cuidados soma 20,86 horas, as voltadas para o próprio consumo 34,23 horas e 6,20 horas para os

trabalhos voluntários. No caso dos homens, 10,85 horas foram destinadas aos afazeres domésticos e de cuidados, 38,64 horas para as atividades voltadas ao autoconsumo, e 6,4 horas para os trabalhos voluntários. Ou seja, a diferença de jornada por sexo nas atividades mais frequentes, ligadas aos afazeres domésticos e de cuidados é mais de 10 horas semanais. As mulheres ocupam importante parcela do tempo realizando atividades domésticas ou cuidando de pessoas, conforme constatado em outros países, e nas demais pesquisas nacionais, o que irá impactar na falta de recursos monetários e de tempo.

As atividades para o próprio consumo são as únicas que possuem desagregação por tipo e horas. No total, as pessoas despenderam 14,54 horas para atividades voltadas para a construção de prédio, cômodo, poço ou outras obras de construção; seguida das voltadas ao cultivo, pesca, caça e criação de animais em que as pessoas despenderam 9,56 horas; fabricação de calçados, roupas, móveis, cerâmicas, alimentos ou outros produtos, que corresponderam a 8,86 horas, e produção de carvão, corte ou coleta de lenha, palha ou outro material, que totalizou 4,54 horas semanais (TABELA 10).

Comparativamente, o total de horas voltadas para o autoconsumo entre os homens é maior do que entre as mulheres, aproximadamente 4,41 horas a mais. Destas, os homens despendem maior parte da jornada em atividades voltadas para a construção de prédios, cômodo, poço, ou outras obras de construção, totalizando 14,77 horas, seguido das atividades voltadas para o cultivo, pesca, caça e criação de animais, em que despenderam 11,12 horas; fabricação de calçados, roupas, móveis cerâmicas, alimentos ou outros produtos, que totalizaram 8,24 horas, e 4,51 horas para a produção de carvão, corte ou coleta de lenha, palha ou outro material.

As mulheres, por sua vez, despenderam maior parte da jornada semanal nas atividades voltadas para a construção de prédio, cômodo, poço ou outras obras de construção (12,96 horas), seguido da fabricação de roupas, calçados, cerâmicas, alimentos, ou outros produtos (8,88 horas); cultivo, pesca, caça e criação de animais (7,79 horas), e produção de carvão, corte ou coleta de lenha, palha ou outro material (4,60 horas). Ou seja, os homens despenderam mais horas para as atividades voltadas ao cultivo, pesca e caça, e para a construção, enquanto dentre as mulheres, a jornada foi superior na produção de carvão, corte ou coleta de lenha e fabricação de calçados, roupas, móveis, cerâmica, alimentos e outros materiais.

Em relação à valoração dos trabalhos, vamos separar os resultados conforme as metodologias: substituto generalista, substituto especialista, custo de oportunidade e salário-mínimo. Nas seções

seguintes apresentaremos de forma descritiva os resultados por tipo de método, ao final faremos uma síntese comparativa de cada um.

9.1.2 Resultados da valoração por metodologia

Nesta subseção serão apresentados os resultados do exercício nas diferentes metodologias. Para cada resultado, será apresentado a remuneração média anual, a massa total da renda, bem como a razão sob PIB. Os resultados são apresentados por recorte sexo e desagregados por tipo de atividade para o ano de 2017

9.1.2.1 Substituto Generalista

Em 2017, se os trabalhos reprodutivos não remunerados fossem valorados pela metodologia do substituto generalista, as pessoas deveriam receber anualmente R\$5.134,71, a remuneração feminina deveria ser de R\$6.463,51, e a masculina R\$3.645,70, ou seja 77% superior à masculina. A atividade para consumo próprio foi a que apresentou maior renda média, R\$10.728,56, seguido de afazeres domésticos e de cuidados, R\$4.715,66, e trabalho voluntário, R\$1.802,48.

Em relação às mulheres, a renda média dos afazeres domésticos e de cuidados permaneceria em R\$5.966,94, para o próprio consumo somaria R\$9.793,31 e os trabalhos voluntários corresponderiam a R\$1.773,87. Quanto aos homens, a renda média anual equivaleria a R\$3.103,40, para o próprio consumo seria de R\$11.055,76 e trabalhos voluntários R\$1.831,09, conforme a Tabela 11.

Tabela 11 – Remuneração média anual (R\$ a preços correntes) dos trabalhos domésticos, de cuidados, produção para o próprio consumo e trabalhos voluntários não remunerados, pela metodologia substituto generalista, por sexo, Brasil, 2017

Gênero/Tipo de atividade	Mulher	Homem	Total
Afazeres domésticos e de cuidados	5.966,94	3.103,40	4.715,66
Próprio Consumo	9.793,31	11.055,76	10.728,56
Cultivo, pesca, caça e criação de animais	2.229,56	3.181,81	2.734,46
Produção de carvão, corte ou coleta de lenha, palha ou outro material	1.315,13	1.290,32	1.297,97
Fabricação de calçados, roupas, móveis, cerâmicas, alimentos ou outros produtos	2.541,65	2.357,23	2.534,73
Construção de prédio, cômodo, poço ou outras obras de construção	3.706,96	4.226,39	4.161,40
Trabalho Voluntário	1.773,87	1.831,09	1.802,48

Gênero/Tipo de atividade	Mulher	Homem	Total
Total	6.463,51	3.645,70	5.134,71

Elaboração da autora com base na PNAD-C/IBGE.

Nota: Média total ponderada pela participação em cada atividade

A massa total da renda da população voltada para os trabalhos reprodutivos não remunerados em 2017 corresponderia a R\$864,66 bilhões, o que equivaleria a 13,19% do PIB de 2017. Deste total 66% seria produzido pelas mulheres e 33,8% pelos homens. Dentre as atividades, os afazeres domésticos e de cuidados corresponderiam a R\$682,92 bilhões, equivalente a 10,42% do PIB. As atividades para o próprio consumo somariam R\$131,89 bilhões, o que corresponderia a 2,01% do PIB. Já os trabalhos voluntários somariam R\$13,36 milhões, correspondente a 0,2% do PIB (TABELA 12).

Tabela 12 – Massa da remuneração (em R\$ bilhões a preços correntes) dos afazeres domésticos e de cuidados, atividades para o próprio consumo e trabalhos voluntários e razão sobre o PIB, por sexo e tipo de atividade, pela metodologia do substituto generalista, Brasil, 2017

Gênero/Tipo de atividade	Mulheres		Homens		Total	
	Massa	Razão	Massa	Razão	Massa	Razão
Afazeres domésticos e de cuidados	487,49	7,44%	195,80	2,99%	682,92	10,42%
Próprio Consumo	59,62	0,91%	70,02	1,07%	131,89	2,01%
Cultivo, pesca, caça e criação de animais	9,92	0,15%	15,90	0,24%	25,83	0,39%
Produção de carvão, corte ou coleta de lenha, palha ou outro material	0,85	0,01%	1,85	0,03%	2,70	0,04%
Fabricação de calçados, roupas, móveis, cerâmicas, alimentos ou outros produtos	3,97	0,06%	0,14	0,00%	4,11	0,06%
Construção de prédio, cômodo, poço ou outras obras de construção	0,43	0,01%	3,42	0,05%	3,86	0,06%
Trabalho Voluntário	7,98	0,12%	5,14	0,08%	13,36	0,20%
Total	570,26	8,70%	292,27	4,46%	864,66	13,19%
Razão por gênero	66,0%		33,8%		100,0%	

Elaboração da autora com base na PNAD-C/IBGE.

Em relação às atividades por gênero, as mulheres produziram R\$570,26 bilhões, equivalente a 8,70% do PIB. Dentre as atividades, 487,49 bilhões ou 7,44% seriam destinados aos afazeres domésticos e de cuidados, 59,62 bilhões ou 0,91% às atividades para o próprio consumo, e 7,98 bilhões, ou 0,12% aos trabalhos voluntários. No caso dos homens, a produção equivaleria a R\$292,27 bilhões, correspondente a 4,46% do PIB, dos quais, 2,99% ou 195,80 bilhões seriam destinados aos afazeres domésticos e de cuidados, 1,07% ou R\$70,02 bilhões às atividades para o próprio consumo, e 0,08% ou R\$5,14 bilhões aos trabalhos voluntários (TABELA 12).

As atividades femininas superaram as masculinas em 95%, o que se deve principalmente às atividades domésticas e de cuidados, cuja produção feminina superou a masculina em 149%. Outra atividade cuja diferença por gênero foi bastante substancial é a “fabricação de calçados, roupas, móveis, cerâmicas, alimentos ou outros produtos”, cuja diferença ocorreu pela maior participação feminina, 1,8% contra 0,1% dos homens.

9.1.2.2 *Substituto Especialista*

Em relação à metodologia do substituto especialista, a renda total anual seria de R\$5.459,91. Dentre as mulheres a renda média permaneceria em R\$6.757,30 e entre os homens R\$3.994,99, uma diferença de 69%. A renda média relativa aos afazeres domésticos é igual à do substituto generalista, haja vista que se usou o mesmo valor por hora. No caso das atividades para o próprio consumo, permaneceu em R\$13.801,44, ou seja, superior em R\$3.072,87 em relação ao substituto generalista. Entre os homens seria de R\$14.222,34, e entre as mulheres R\$12.598,30. Dentre os trabalhos para o autoconsumo, as maiores remunerações seriam ligadas à “construção de prédios, cômodo, poços ou outras obras de construção”, que somariam R\$6.526,08. Para os homens a remuneração média seria de R\$6.628,01 e dentre as mulheres R\$5.813,41. No caso dos trabalhos voluntários, a remuneração média permaneceria em R\$3.281,27 os homens receberiam R\$3.333,36 e as mulheres R\$3.229,19 (TABELA 13).

Tabela 13 – Remuneração média anual (R\$ a preços correntes) dos trabalhos domésticos, de cuidados, produção para o próprio consumo e trabalhos voluntários não remunerados pela metodologia substituto especialista por sexo, Brasil, 2017

Gênero/Tipo de atividade	Mulher	Homem	Total
Afazeres domésticos e de cuidados	5.966,94	3.103,40	4.715,66
Próprio Consumo	12.598,30	14.222,34	13.801,44
Cultivo, pesca, caça e criação de animais	2.414,07	3.445,13	2.960,76
Produção de carvão, corte ou coleta de lenha, palha ou outro material	1.624,52	1.593,87	1.603,31
Fabricação de calçados, roupas, móveis, cerâmicas, alimentos ou outros produtos	3.201,04	2.968,77	3.192,33
Construção de prédio, cômodo, poço ou outras obras de construção	5.813,41	6.628,01	6.526,08
Trabalho Voluntário	3.229,19	3.333,36	3.281,27
Total	6.757,30	3.994,99	5.459,91

Fonte: Elaboração da autora com base na PNAD-C/IBGE
Nota: Média total ponderada pela participação em cada atividade.

Cabe notar também que a diferença total entre a remuneração média de homens e mulheres na metodologia do substituto especialista é inferior à calculada pela metodologia do substituto generalista. Enquanto neste último a remuneração média das mulheres era 77% superior à dos homens, no substituto especialista a diferença alcançou 69%. Isso ocorre devido às atividades onde a taxa de participação feminina é maior apresentam menores remuneração médias por hora.

Quanto a massa da renda total da população, permaneceria em R\$919,43 bilhões, desses 64,8% seria produzido pelas mulheres, ou R\$596,18 bilhões e 34,8% pelos homens, equivalente a R\$320,27 bilhões. A razão sobre o PIB dos trabalhos reprodutivos não remunerados total seria equivalente à 14,03%, o trabalho das mulheres corresponderia a 9,10% e dos homens 4,89% (Tabela 14).

Tabela 14 – Massa da remuneração (em bilhões R\$, a custos correntes) dos afazeres domésticos e de cuidados, atividades para o próprio consumo e trabalhos voluntários e razão sobre o PIB, por sexo e tipo de atividade pela metodologia do substituto especialista, Brasil, 2017

Gênero/Tipo de atividade	Mulheres		Homens		Total	
	Massa	Razão	Massa	Razão	Massa	Razão
Afazeres domésticos e de cuidados	487,49	7,44%	195,80	2,99%	682,92	10,42%
Próprio Consumo	76,70	1,17%	90,07	1,37%	169,66	2,59%
Cultivo, pesca, caça e criação de animais	10,74	0,16%	17,21	0,26%	130,37	1,99%
Produção de carvão, corte ou coleta de lenha, palha ou outro material	1,05	0,02%	2,29	0,03%	28,75	0,44%
Fabricação de calçados, roupas, móveis, cerâmicas, alimentos ou outros produtos	5,00	0,08%	0,18	0,00%	22,37	0,34%
Construção de prédio, cômodo, poço ou outras obras de construção	0,68	0,01%	5,36	0,08%	12,79	0,20%
Trabalho Voluntário	14,53	0,22%	9,35	0,14%	24,31	0,37%
Total	596,18	9,10%	320,27	4,89%	919,43	14,03%
Razão por gênero	64,8%		34,8%		100,0%	

Fonte: Elaboração da autora com base na PNAD-C/IBGE
Nota: Média total ponderada pela participação em cada atividade.

Em relação às atividades por tipo, a razão dos afazeres domésticos e de cuidados sobre o PIB seria de 10,42%, equivalente a uma massa de R\$682,92 bilhões, no caso das mulheres, a razão permaneceria em 7,44% ou R\$487,29 bilhões, e os homens 2,99% ou R\$195,80 bilhões. As atividades para o próprio consumo corresponderiam a 2,59%, equivalente a R\$169,66 bilhões, destas 1,17% seriam produzidos pelas mulheres, e 1,37% pelos homens. No caso dos trabalhos voluntários, a razão permaneceria em 0,37%, ou 24,31 bilhões, 0,14% produzido pelos homens e 0,22% pelas mulheres.

9.1.2.3 *Custo de Oportunidade*

Pela metodologia do custo de oportunidade os resultados foram superiores, conforme as demais experiências realizadas no mundo e considerando que a renda média total da população é superior as atividades voltadas para os cuidados. No total, a remuneração média da população que exerceu trabalhos reprodutivos não remunerados seria R\$9.350,51 anuais, as mulheres deveriam receber R\$11.770,32 e os homens R\$6.638,98. Os resultados são 71% superior ao do substituto especialista e 82% superiores aos do substituto generalista. A diferença entre homens e mulheres é igual a do substituto generalista, ou seja 77,3% (Tabela 15).

Tabela 15 – Remuneração média anual (R\$ a preços correntes) dos trabalhos domésticos, de cuidados, produção para o próprio consumo e trabalhos voluntários não remunerados pela metodologia do custo de oportunidade, por sexo, Brasil, 2017

Gênero/Tipo de atividade	Mulher	Homem	Total
Afazeres domésticos e de cuidados	10.866,04	5.651,42	8.587,41
Próprio Consumo	17.834,01	20.132,98	19.537,15
Cultivo, pesca, caça e criação de animais	4.060,12	5.794,20	4.979,56
Produção de carvão, corte ou coleta de lenha, palha ou outro material	2.394,91	2.349,73	2.363,66
Fabricação de calçados, roupas, móveis, cerâmicas, alimentos ou outros produtos	4.628,45	4.292,61	4.615,85
Construção de prédio, cômodo, poço ou outras obras de construção	6.750,53	7.696,44	7.578,08
Trabalho Voluntário	3.230,29	3.334,49	3.282,39
Total	11.770,32	6.638,98	9.350,51

Fonte: Elaboração da autora com base na PNAD-C/IBGE
 Nota: Média total ponderada pela participação em cada atividade.

Dentre as atividades, às ligadas aos afazeres domésticos e de cuidados teria remuneração anual média de R\$8.578,41, as mulheres receberiam anualmente R\$10.886,04 e os homens R\$5.651,42. As maiores remunerações médias, a exemplo das demais metodologias, foram constatadas nas atividades voltadas para o próprio consumo, isto ocorre devido à alta jornada média das pessoas que exercem essas atividades, se aproximando das 40 horas semanais. No entanto, a taxa de participação das pessoas nas atividades voltadas para o auto consumo é baixa, o que impacta nos resultados da massa de remuneração e na razão sobre o PIB. No total, a remuneração média anual das atividades ligadas ao autoconsumo seria de R\$19.537,15, dentre as mulheres R\$17.834,01 e os homens R\$20.132,98. As maiores remunerações ocorreram nas atividades ligadas à construção de prédio, cômodo, poço ou outras obras de construção, totalizando

R\$7.578,08 anuais, a remuneração feminina permaneceu em R\$6.750,53 e a masculina R\$7.696,44 (TABELA 16).

Em relação a razão sobre o PIB, a massa total da remuneração média das pessoas que exerceram atividades reprodutivas não remuneradas permaneceu em R\$1.574,59 bilhões, o que correspondeu a 24,03% do PIB. Dentre as mulheres a razão foi de 15,85% ou R\$1.038,47 bilhões, correspondente a 15,85%, e no caso dos homens 8,12% ou R\$532,23 bilhões. Ou seja, as mulheres foram responsáveis por 67% da produção, e os homens 33,8% (Tabela 16).

Tabela 16 – Massa da remuneração (em bilhões R\$, a custos correntes) dos afazeres domésticos e de cuidados, atividades para o próprio consumo e trabalhos voluntários e razão sobre o PIB, por sexo e tipo de atividade pela metodologia do custo de oportunidade, Brasil, 2017

Gênero/Tipo de atividade	Mulheres		Homens		Total	
	Massa	Razão	Massa	Razão	Massa	Razão
Afazeres domésticos e de cuidados	887,75	13,55%	356,56	5,44%	1.243,63	18,98%
Próprio Consumo	108,57	1,66%	127,51	1,95%	240,17	3,66%
Cultivo, pesca, caça e criação de animais	18,06	0,28%	28,95	0,44%	184,55	2,82%
Produção de carvão, corte ou coleta de lenha, palha ou outro material	1,54	0,02%	3,38	0,05%	40,69	0,62%
Fabricação de calçados, roupas, móveis, cerâmicas, alimentos ou outros produtos	7,24	0,11%	0,26	0,00%	31,66	0,48%
Construção de prédio, cômodo, poço ou outras obras de construção	0,78	0,01%	6,23	0,09%	18,11	0,28%
Trabalho Voluntário	14,54	0,22%	9,36	0,14%	24,32	0,37%
Total	1.038,47	15,85%	532,23	8,12%	1.574,59	24,03%
Razão por gênero	66,0%		33,8%		100,0%	

Elaboração da autora com base na PNAD-C/IBGE

Nota: Média total ponderada pela participação em cada atividade.

Os afazeres domésticos e de cuidados foram as atividades com maior massa de remuneração, totalizando R\$1.243,63 bilhões, o que corresponde a uma razão de 18,92%. Dentre as mulheres a massa totalizou R\$887,75 bilhões, ou 13,55%, e os homens R\$356,56 bilhões, ou 5,44% (TABELA 17).

As atividades voltadas para o próprio consumo participaram em 3,66%, o que correspondeu a R\$240,17 bilhões, a participação feminina foi de 1,66%, o que correspondeu a R\$108,57 bilhões e masculina de 1,95%, totalizando R\$127,51 bilhões. Dentre as atividades, a maior parte da produção foi nas relacionadas ao “cultivo, pesca, caça e criação de animais”, cuja razão sobre o PIB foi de 2,82%; seguindo de “produção de carvão, corte ou coleta de lenha ...”, cuja razão totalizou 0,62%; “fabricação de calçados, roupas, móveis, cerâmicas, alimentos e outros produtos”

somaram 0,48% e “construção de prédio, cômodo, poço ou outras obras de construção” 0,28% (TABELA 17)..

A participação dos trabalhos voluntários totalizou 0,37%, o que correspondeu a uma massa de R\$24,32 bilhões. Dentre os quais 0,14%, ou R\$9,36 bilhões produzidos pelos homens e 0,22% ou 14,54 bilhões pelas mulheres.

9.1.2.4 Salário-mínimo

A metodologia do salário-mínimo apresentou os resultados menores, o que ocorre devido a menor remuneração por hora. Por essa metodologia, as pessoas receberiam anualmente R\$3.985,64, dentre as mulheres a remuneração média anual seria de R\$5.017,08 e dentre os homens, R\$2.829,85. Estes resultados são 57% inferiores quando comparados ao custo de oportunidade, 27% inferiores ao substituto especialista e 22% inferior ao substituto generalista (TABELA 17).

Tabela 17 – Remuneração média anual (R\$ a preços correntes) dos trabalhos domésticos, de cuidados, produção para o próprio consumo e trabalhos voluntários não remunerados pela metodologia salário-mínimo, por sexo, Brasil, 2017

Gênero/Tipo de atividade	Mulher	Homem	Total
Afazeres domésticos e de cuidados	4.631,63	2.408,91	3.660,37
Próprio Consumo	7.601,71	8.581,65	8.327,67
Cultivo, pesca, caça e criação de animais	1.730,62	2.469,77	2.122,53
Produção de carvão, corte ou coleta de lenha, palha ou outro material	1.020,83	1.001,57	1.007,50
Fabricação de calçados, roupas, móveis, cerâmicas, alimentos ou outros produtos	1.972,87	1.829,72	1.967,50
Construção de prédio, cômodo, poço ou outras obras de construção	2.877,40	3.280,59	3.230,14
Trabalho Voluntário	1.376,90	1.421,32	1.399,11
Total	5.017,08	2.829,85	3.985,64

Fonte: Elaboração da autora com base na PNAD-C/IBGE
Nota: Média total ponderada pela participação em cada atividade.

A remuneração média voltada para os afazeres domésticos e de cuidados totalizaram R\$3.660,37, a remuneração feminina permaneceu em R\$4.631,63 e a masculina R\$2.408,91. Assim como nas demais metodologias, as maiores remunerações médias ocorreram na produção para o próprio consumo, cuja renda média geral totalizou R\$8.327,67, a das mulheres R\$7.601,71 e a dos homens R\$8.581,65. Dentre as atividades voltadas para o próprio consumo, as maiores remunerações ocorreram nas atividades voltadas para “construção de prédio, cômodo, poço e outras obras de construção”, que totalizou R\$3.230,14 dentre as mulheres, permaneceu em R\$2.877,40 e

entre os homens R\$3.280,59. As atividades voltadas para “cultivo, pesca, caça e criação de animais” apresentou remuneração média de R\$2.122,53, sendo a segunda maior, seguido de “fabricação de calçados, roupas, móveis, cerâmicas, alimentos ou outros produtos”, cuja remuneração média permaneceria em R\$1.967,50, e “produção de carvão, corte ou coleta de lenha...”, que totalizaria R\$1.007,50. A remuneração média dos trabalhos voluntários, por sua vez, totalizaria R\$1.399,11 (TABELA 18).

Em relação à massa de remuneração, homens e mulheres produziram, por essa metodologia R\$671,17 bilhões, a razão sobre o PIB seria de 10,24%. Deste total, 442,65 bilhões seria produzido pelas mulheres, o que equivaleria a 66% e R\$226,86 bilhões pelos homens, totalizando 33,8%. A estimativa do salário-mínimo portanto, foi a que apresentou os resultados inferiores, comparando com as demais (TABELA 18).

Tabela 18 – Massa da remuneração (em bilhões R\$, a custos correntes) dos afazeres domésticos e de cuidados, atividades para o próprio consumo e trabalhos voluntários e razão sobre o PIB, por sexo e tipo de atividade pela metodologia do salário-mínimo, Brasil, 2017

Gênero/Tipo de atividade	Mulheres		Homens		Total	
	Massa	Razão	Massa	Razão	Massa	Razão
Afazeres domésticos e de cuidados	378,40	5,77%	151,98	2,32%	530,10	8,09%
Próprio Consumo	46,28	0,71%	54,35	0,83%	102,37	1,56%
Cultivo, pesca, caça e criação de animais	7,70	0,12%	12,34	0,19%	78,66	1,20%
Produção de carvão, corte ou coleta de lenha, palha ou outro material	0,66	0,01%	1,44	0,02%	17,35	0,26%
Fabricação de calçados, roupas, móveis, cerâmicas, alimentos ou outros produtos	3,08	0,05%	0,11	0,00%	13,50	0,21%
Construção de prédio, cômodo, poço ou outras obras de construção	0,33	0,01%	2,65	0,04%	7,72	0,12%
Trabalho Voluntário	6,20	0,09%	3,99	0,06%	10,37	0,16%
Total	442,65	6,75%	226,86	3,46%	671,17	10,24%
	66,0%		33,8%		100,0%	

Fonte: Elaboração da autora com base na PNAD-C/IBGE
Nota: Média total ponderada pela participação em cada atividade.

Os afazeres domésticos e de cuidados totalizaram 530,10 bilhões, o que corresponde a 8,09% do PIB. A participação das mulheres seria de 5,77% o que corresponderia a 378,40 bilhões, e os homens produziram R\$151,98 bilhões ou 2,32% do PIB. No caso das atividades para o próprio consumo, corresponderiam a 1,56% do PIB, equivalente a 102,37 bilhões, em relação aos homens a participação seria de 0,83% somando R\$54,35 bilhões e as mulheres somariam 0,71% ou R\$46,28 bilhões.

Dentre as atividades para o próprio consumo, “cultivo, caça, pesca e criação de animais” foi a que apresentou maior produção total 1,20% equivalente a R\$78,66 bilhões, seguido de “produção de carvão, corte ou coleta de lenha...” que somou R\$17,35 bilhões ou 0,26%, “fabricação de calçados, roupas, móveis, cerâmicas ...” cuja produção permaneceu em R\$13,5 bilhões ou 0,21% e “construção de prédio, cômodo, poço ou outras obras de construção” totalizando R\$7,72 bilhões ou 0,12%.

Os trabalhos voluntários por sua vez, somaram R\$10,37 bilhões, ou 0,16%. A produção das mulheres foi de R\$6,20 bilhões, o que correspondeu a 0,09% e a masculina R\$3,99 bilhões, equivalente a 0,06%.

9.2 CONCLUSÕES

Em linhas gerais, os resultados apontam que os trabalhos domésticos, de cuidados, voltados para o autoconsumo e voluntários equivalem em média a R\$1.007,46 bilhões. Em termos de razão sobre o PIB eles representam 15,4%. Em relação às metodologias, os maiores resultados foram auferidos pelo custo de oportunidade, que somou R\$ 1.574,59 bilhões, representando 24,03% do PIB. Em seguida, o substituto especialista somou R\$ 919,43 bilhões, ou 14,03%. Pela metodologia do substituto generalista, os trabalhos representariam R\$ 864,66 bilhões, o que representa uma razão de 13,19%. O salário-mínimo foi o que apresentou menor remuneração média agregada, conforme as experiências internacionais, somando R\$ 671,17 bilhões ou 10,24% (TABELA 19)

Tabela 19 – Massa Remuneração Média (em bilhões R\$ a preços correntes) e Razão/PIB dos afazeres domésticos, de cuidados e voluntários, por metodologia e sexo. Brasil, 2017

Gênero/Metodologia	Massa Salarial				Razão/PIB			
	Mulher	Homem	Total	Diferença M/H	Mulher	Homem	Total	Diferença M/H
Substituto Generalista	570,26	292,27	864,66	95%	8,70%	4,46%	13,19%	95%
Substituto Especialista	596,18	320,27	919,43	86%	9,10%	4,89%	14,03%	86%
Custo de Oportunidade	1.038,47	532,23	1.574,59	95%	15,85%	8,12%	24,03%	95%
Salário-mínimo	442,65	226,86	671,17	95%	6,75%	3,46%	10,24%	95%
Média	661,89	342,91	1.007,46	93%	10,1%	5,2%	15,4%	92,9%

Fonte: Elaboração da autora com base na PNAD-C/IBGE.

Nota: Média total ponderada pela participação em cada atividade

Em relação à produção por gênero, a massa de remuneração média feminina permaneceu em R\$ 661,89 bilhões, equivalente a 10,1% do PIB, e a masculina 342,91 bilhões, ou 5,2% do PIB. A diferença na massa de remuneração média entre homens e mulheres é de 95% para as metodologias substituto generalista, custo de oportunidade e salário-mínimo. A metodologia do substituto especialista, por sua vez, apresentou uma diferença por gênero de 86%. Isto ocorre devido às diferenças nas taxas de realização dos trabalhos com maiores remunerações que são exercidos principalmente pelos homens.

Os resultados do exercício se alinham tanto com a literatura feminista quanto com os valores obtidos nas experiências realizadas no país e internacionalmente, no que diz respeito aos aspectos metodológicos e as diferenças por gênero. As estimativas auferidas pelo custo de oportunidade são maiores em todas as experiências relatadas, seguido pelo substituto especialista, generalista e salário-mínimo. Essa evidência indica a desvalorização dos afazeres domésticos e de cuidados, o que é percebido pelas maiores remunerações por hora em relação às demais atividades, e o baixo salário-mínimo do país.

As estimativas, portanto, por terem como referência o mercado, incorporam as desigualdades de gênero existentes no mercado de trabalho. A metodologia que é mais neutra ao gênero nesse sentido é a do custo de oportunidade, em que se optou por não ponderar as remunerações médias por faixa de escolaridade e por sexo.

Os resultados obtidos neste exercício são bastante inferiores aos demais países do mundo explicitados no capítulo sete; o que deve estar ligado tanto à subestimação dos afazeres domésticos e de cuidados pelas pesquisas de uso do tempo nacionais, como à remuneração média baixa no mercado de trabalho brasileiro. A média geral, conforme o Quadro 7, foi de 45,02% pelo custo de oportunidade, 35,5% pelo substituto especialista e 32,41% pelo substituto generalista. Mesmo nos países em desenvolvimento pesquisados, a razão dos trabalhos domésticos sobre o PIB permaneceu inferior, a exemplo do México, cuja aferição foi de 23,3% pela metodologia do substituto generalista e a Colômbia cujos resultados variaram de 19,3% a 20,4%.

Resultados semelhantes foram encontrados pelas pesquisas realizadas no país. Considerando somente os afazeres domésticos e de cuidados, a atual experiência mensurou 10,42% do PIB para a metodologia do substituto generalista e especialista, 18,98% pelo custo de oportunidade e 8,09% pelo salário-mínimo. Enquanto o exercício realizado por Melo, Considera,

Di Sabbato (2016) aferiu resultados entre 11,4% a 13,4% e Jesus (2018), as razões mantiveram-se entre 10,44% a 15,77%.

As diferenças entre países podem ser atribuídas à baixa renda média brasileira, mas também a subestimação das horas voltadas aos afazeres domésticos e de cuidados. Além disso, o fato do país não possuir uma pesquisa de uso do tempo em formato de diários subestima as médias de horas da população. Todas as experiências revistas no capítulo 6 se balizaram em pesquisas de uso do tempo que utilizaram diários. Mesmo os simplificados, que possuem a descrição da atividade, conseguem captar o número de horas destinada a cada atividade, o que facilita para o entrevistado recordar como o tempo foi utilizado ao longo do dia. Outra questão que pode ser atribuída à subestimação das horas no Brasil é o fato da pesquisa relatar as horas semanais, não diárias o que torna ainda menos acurada a recordação do tempo.

Os resultados apontam para a necessidade de aperfeiçoar as pesquisas no Brasil, a fim de tornar viável a comparabilidade entre países e aperfeiçoar as políticas públicas incorporando a questão do uso do tempo. Os resultados obtidos, apesar das restrições relativas à pesquisa, indicam a grande importância dos trabalhos domésticos não remunerados produzidos nos domicílios, e a desigualdade na distribuição por gênero. Feitas estas observações, na sequência apresentam-se as Considerações Finais do Trabalho, indicando recomendações para a aperfeiçoamento tanto das pesquisas realizadas no Brasil, como também indicações sobre a elaboração de Contas Satélites voltadas aos trabalhos domésticos não remunerados.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal desta tese foi conceituar os trabalhos reprodutivos não remunerados, analisar sua relação com os trabalhos produtivos, e examinar como são valorados e mensurados em economias de níveis de desenvolvimento diferentes. Como objetivo secundário, realizamos um exercício de valoração dos trabalhos domésticos não remunerados no Brasil para o ano de 2017. Para tanto, os capítulos foram construídos a fim de balizar a análise. Utilizamos o aparato teórico da economia feminista, das estatísticas econômicas e os exercícios elaborados tanto para a aferição dos trabalhos domésticos não remunerados, bem como para a sua valoração.

Os principais avanços em relação às pesquisas anteriores estão na ampla revisão teórica que trata tanto sobre a questão dos trabalhos reprodutivos não remunerados no escopo da teoria feminista, e relacionado às normativas da OIT, que dialoga com o SCN. Além disso, a tese apresentou uma ampla gama de experiências relativas tanto à mensuração dos trabalhos não remunerados, por meio das pesquisas de uso do tempo, como também aos exercícios de valoração. Esse quadro teórico e analítico é importante para a realização de pesquisas de uso do tempo no Brasil, bem como para a elaboração de experiências de valoração sobre o uso do tempo.

Outro avanço importante do atual trabalho é o exercício de mensuração do tempo, em que foi utilizado o módulo “Outras Formas de Trabalho” da PNAD-C/IBGE. Essa pesquisa, a despeito das limitações, permite acessar os recortes por tipos de trabalhos, destinados aos afazeres domésticos e de cuidados, aos voltados para o auto consumo e os trabalhos voluntários. Há um ganho metodológico importante também com a inclusão de perguntas relacionadas aos trabalhos de cuidados, ainda que não sejam mensuradas as horas em separado.

A teoria feminista, de forma geral, e a economia feminista, em particular, lançam um olhar sobre o sistema produtivo e reprodutivo. Buscam identificar a forma como esses trabalhos são exercidos e suas repercussões nas estruturas de poder e na organização da produção. As críticas da economia feminista à maneira como a ciência econômica foi estruturada, desde os teóricos clássicos até os neoclássicos, é tema do segundo capítulo do trabalho. Neste, resgatamos tanto as críticas por parte das teóricas feministas à invisibilidade do trabalho da mulher nos paradigmas econômicos, como analisamos as propostas da economia feminista como linha de investigação própria.

Os trabalhos reprodutivos, voltados aos cuidados e à manutenção das pessoas de uma maneira ampla, são importantes para a manutenção da sociedade, e estão relacionados às estruturas produtivas dos países. Sua invisibilidade nas estatísticas nacionais, concomitante à diminuição do Estado como provedor de políticas públicas, levou à atual crise nos cuidados, que está relacionada à crise sistêmica do capitalismo em sua fase neoliberal.

Com base no esquema de Bekker e Gill (2003), que trata das influências macro (formas de Estado, e organização mundial), meso (instituições) e micro (indivíduo), bem como de Fraser (2016), buscamos analisar a forma como as diferentes sociedades, de níveis de desenvolvimento distintos, se estruturaram para ofertar os trabalhos reprodutivos ao longo da formação do sistema capitalista (Capítulo 3).

Segundo Federici (2017), o processo de proletarização da força de trabalho feminino foi caracterizado por um duplo caráter. Por um lado, nos despossuiu dos meios de produção, o que também ocorreu entre os homens, e, por outro, nos restringiu o acesso ao salário, colocando-nos em condição de pobreza crônica, dependência financeira e invisibilidade. Estas relações não foram superadas, permanecem com formatos diferentes de acordo com o momento histórico e o nível de desenvolvimento de cada país. Além disso, a análise dos trabalhos reprodutivos e suas diferentes formas de oferta é um importante instrumento para a elaboração de políticas voltadas à um sistema de relações de cuidados.

No terceiro capítulo, analisamos como as estruturas de colonização e as conexões de dependência entre países do Norte e do Sul formam não só as relações produtivas, mas também as reprodutivas. Yeats (2014) caracteriza essa vinculação como cadeia global de cuidados, que está relacionada com a cadeia global de valor. Fazendo um paralelo com o sistema colonial, Hochschild (2003) define o cuidado e o amor das empregadas domésticas e cuidadoras dos países do Sul como o “novo ouro” dentro das relações globais de comércio.

As relações patriarcais e colonialistas são transpostas para as estatísticas econômicas, refletindo na forma como foram estruturadas. O quarto capítulo lança ainda um olhar crítico e analítico sobre a maneira como o Sistema de Contas Nacional foi concebido, apontando a posição das teóricas feministas sobre o seu caráter colonizador, já que foi pensado para analisar a produção mercantil dos países industrializados. Dessa forma, boa parte da produção dos países periféricos não estava inserida nos esquemas do Sistema de Contas Nacional. Um dos motivos levantados pela

literatura para a exclusão dos trabalhos realizados pelas mulheres é a quase inexistência feminina nos comitês de pesquisa.

Somente em 1993, sob pressão do movimento feminista, os bens produzidos pelos trabalhos domésticos não remunerados passaram a ser considerados dentro da estrutura do Sistema de Contas Nacional como parte da produção das nações. Porém, os serviços permanecem excluídos da contabilidade. Neste ano, o relatório sugeriu ainda que os países realizassem Contas Satélites relativas à produção de bens e serviços domésticos não remunerados. A atualização do relatório de 2008 reitera as considerações da versão anterior, reforçando a necessidade de estruturar Contas Satélites. A análise sobre como o Sistema de Contas Nacional classifica os trabalhos domésticos não remunerados é realizada na primeira seção do capítulo. Na segunda buscamos traçar as principais metodologias voltadas tanto para a introdução de contas satélites como também para a valoração destes trabalhos.

A forma mais usual utilizada para a elaboração de experiências de valoração do tempo é por meio de pesquisas de uso do tempo. Estas existem desde o início do Século XX, quando foram elaboradas com o objetivo de analisar a qualidade de vida da classe trabalhadora. Ganharam força a partir da Segunda Guerra Mundial, impulsionadas pelas novas tecnologias de processamentos de dados. Este foi o tema do quinto capítulo da tese, que examinou a forma como as pesquisas foram desenvolvidas no mundo, a formação de organismos internacionais voltados para o desenvolvimento e unificação de metodologias, como a International Association for Time Use Survey Research (IATUR).

Atualmente, as pesquisas de uso do tempo são efetivadas em praticamente todos os países do mundo, de diferentes níveis de industrialização, e possuem como objetivo subsidiar, através de indicadores, a análise e a mensuração da qualidade de vida da população. São ainda importantes para instrumentalizar políticas públicas e investimentos em serviços como transporte, escolas, energia elétrica e água encanada. Tais pesquisas de uso do tempo foram o tema da primeira seção do quinto capítulo. Identificamos as metodologias mais utilizadas pelos países e as indicações realizadas pela Organização das Nações Unidas sobre a produção das pesquisas (UN, 2005).

O esforço de aferir a utilização do tempo da população, concomitante com o empenho em valorar este tempo, levou ao desenvolvimento de novas classificações sobre o trabalho. A classificação mais atualizada sobre o uso do tempo desenvolvida pela OIT é a International Classification of Activities for Time Use Statistics de 2016 (ICATUS-2016). A estrutura da

ICATUS dialoga com a do Sistema de Contas Nacional e serviu como base para as classificações sobre emprego e trabalho, e para a diferenciação do que é produtivo ou não.

De acordo com a OIT, os trabalhos domésticos não remunerados são definidos como trabalhos. As novas categorizações reforçam a necessidade de mudanças na forma como a ciência econômica e como os estudos do trabalho são realizados, bem como o mister de aprimorar as pesquisas sobre o uso do tempo.

Com base na análise teórica e no referencial normativo, nos capítulos seis e sete, comparam-se as experiências de pesquisas de uso do tempo e de valoração dos trabalhos domésticos não remunerados. Foram selecionadas 16 experiências entre países de economia avançada e periféricos, com base na presença de algum tipo de pesquisa de valoração.

A respeito das pesquisas sobre uso do tempo, verificou-se que o diário de uso do tempo completo é o principal instrumento utilizado para a sua aplicação, por meio de autorrelato. A maior parte das pesquisas são independentes. Quanto aos resultados, o tempo dedicado pelos homens aos trabalhos pagos ou estudo é superior à média feminina em todos os países analisados. As mulheres dedicam em média 1,84 horas a menos que os homens a essas atividades. Já em relação aos trabalhos não pagos, a jornada média feminina é superior a masculina, totalizando uma diferença de 3,34 horas a mais para elas. As diferenças independem do nível de desenvolvimento do país, e corroboram a literatura feminista que denuncia a sobrerrepresentação feminina nas atividades não remuneradas.

As pesquisas de uso do tempo realizadas nos países selecionados possuem muitas diferenças entre si, principalmente no que diz respeito à idade inicial das pessoas investigadas, a periodicidade, e aos intervalos de tempo considerados. Essas distinções refletem nas experiências de valoração dos trabalhos reprodutivos não remunerados, descritas no capítulo 7. Neste capítulo apresentamos 49 estudos relativos às 16 economias selecionadas. Apresentamos também os resultados por grupos de países, utilizando as metodologias desenvolvidas pela OCDE e pela Counting Womens Work.

As principais metodologias utilizadas nas pesquisas foram o custo de oportunidade, substituto especialista e generalista. Em alguns casos, foram utilizadas também as metodologias do salário-mínimo, remuneração média e híbrido. As maiores razões do trabalho domésticos não remunerado sobre o PIB foram apresentadas pela metodologia do custo de oportunidade, que

representa em média 45,02%, seguido do substituto especialista, cuja razão média permaneceu em 35,5% e do substituto generalista, cujo resultado médio manteve-se em 32,41%.

Além da análise sobre o impacto dos trabalhos domésticos não remunerados sobre o PIB, ganham destaque, entre as experiências relatadas, a conexão entre os trabalhos não remunerados e remunerados. As pesquisas abordadas no Canadá e Estados Unidos indicam o caráter contracíclico dos trabalhos domésticos não remunerados, sua relação com a taxa de crescimento do PIB e com a oferta de força de trabalho feminina no mercado.

Uma conclusão comum entre pesquisadores é a subestimação dos afazeres de cuidados, voltados tanto para os cuidados com crianças, quanto para os adultos. Isto ocorre porque, em geral, as atividades de cuidados são realizadas concomitante a outras e, normalmente, são captadas nas pesquisas como secundárias. Uma solução encontrada por alguns países, como por exemplo o Reino Unido, é discriminar uma conta específica para os cuidados de crianças e adultos. Esse país também possui a particularidade de considerar o trabalho passivo, ou seja, aquele dispendido durante o período noturno. Parte-se do pressuposto que os adultos que possuem crianças, ou que cuidam de outros adultos em suas residências, devem despender também este trabalho durante a noite, caso necessário.

A partir das experiências de valoração e de pesquisas de uso do tempo realizadas no mundo, bem como da teoria feminista e das metodologias desenvolvidas pelos organismos internacionais, no capítulo oitavo da tese, analisamos os trabalhos reprodutivos não remunerados no Brasil. Inicialmente avaliamos brevemente a inserção das mulheres na sociedade de mercado brasileira, destacando as marcantes diferenças de raça e classe que perduram atualmente. Na primeira seção discorreremos sobre as experiências relativas à pesquisa de uso do tempo, que datam dos anos 1970. Sob o esforço de pesquisadoras e pesquisadores, bem como instituições estatísticas e pressão do movimento feminista, as pesquisas evoluíram e ganharam abrangência nacional. Nesse ínterim se destacam projetos pilotos realizados com a utilização de diários pelo IBGE, em 2001 e 2009, e as pesquisas organizados por Aumaury de Souza, no estado de Guanabara em 1973, e Neuma Aguiar em Belo Horizonte, 2001. Atualmente, a pesquisa mais completa de abrangência nacional é desenvolvida pelo IBGE no módulo outras formas de trabalho realizado na quinta entrevista da PNAD-Contínua.

As pesquisas de uso do tempo são ferramentas essenciais para a valoração dos trabalhos domésticos não remunerados e para a elaboração de Contas Satélites. Nesse âmbito, há também

um esforço importante por parte das pesquisadoras; dentre eles, se destacam os trabalhos desenvolvidos por Melo, Considera e Di Sabato, realizados em 2007, 2011 e 2016, e a tese de doutorado de Jesus (2018), descritos na segunda seção do capítulo.

No último capítulo realizamos um exercício próprio de mensuração dos afazeres domésticos e de cuidados não remunerados. A metodologia desenvolvida neste trabalho se baseou nos dados da PNAD-Contínua, “Outras formas de trabalho” do IBGE, quinta entrevista. Além dos afazeres domésticos e de cuidados, valoramos os trabalhos voltados para as atividades de autoconsumo e voluntários. A exemplo das experiências internacionais, os valores foram aferidos pelas metodologias do custo de oportunidade, substituto generalista e especialista, e salário-mínimo.

Em linhas gerais, os resultados apontam que os trabalhos domésticos e de cuidados, para autoconsumo e trabalhos voluntários equivalem, em média, a R\$ 1.007,46 bilhões. Em termos de razão sobre o PIB, representam 15,4%. Em relação às metodologias, os maiores resultados foram auferidos pelo custo de oportunidade, alcançando R\$ 1.574,59 bilhões, representando 24,03% do PIB. Em seguida, considerando o substituto especialista, somaram R\$ 919,43 bilhões, ou 14,03%. Pela metodologia do substituto generalista, os trabalhos representariam R\$ 864,66 bilhões, o que representa uma razão de 13,19%. O salário-mínimo foi o que apresentou menor remuneração média agregada, somando R\$ 671,17 bilhões ou 10,24%. Em relação à produção por gênero, a massa de remuneração média feminina permaneceu em R\$ 661,89 bilhões, equivalente a 10,1% do PIB, e a masculina 342,91 bilhões, ou 5,2% do PIB.

Chama a atenção que os resultados aferidos são bastante inferiores aqueles dos demais países do mundo explicitados no capítulo sete; o que deve estar relacionado tanto à subestimação dos afazeres domésticos e de cuidados pelas pesquisas de uso do tempo nacionais, quanto à baixa remuneração média no mercado de trabalho brasileiro. A média geral no mundo foi de 45,02% do PIB pelo custo de oportunidade, 35,5% do PIB pelo substituto especialista e 32,41% do PIB pelo substituto generalista.

Considerando somente os afazeres domésticos e de cuidados, os resultados se aproximam das demais pesquisas realizadas no país. Nesta tese chegou-se ao resultado de 10,42% do PIB pela metodologia do substituto generalista e especialista, 18,98% pelo custo de oportunidade e 8,09% pelo salário-mínimo. No caso das pesquisas realizadas por Melo, Considera, Di Sabbato (2016), os resultados permaneceram entre 11,4% e 12,4%; e em Jesus (2018), manteve-se entre 10,44% a 15,77%.

Outro aspecto importante a ser considerado quando da valoração dos trabalhos domésticos não remunerados, é que, ao considerar o critério do mercado como parâmetro para mensurá-los, estamos excluindo todas as atividades que não são comercializadas. Conforme analisamos no capítulo 4, seção 4.1, essa crítica é feita por algumas feministas, a exemplo de Wood (2010), que indica a permanência da invisibilidade principalmente dos trabalhos das mulheres do Sul Global. Alguns exemplos de atividades exercidas pelas mulheres que são excluídas, tanto das Contas Satélites, como das estruturas estatísticas é a gestação, amamentação e mesmo o sexo.

De toda a forma, ainda que limitadas em termos metodológicos, a elaboração de Contas Satélites, bem como o desenvolvimento de pesquisas de uso do tempo, são importantes ferramentas para discussão dos parâmetros e dos indicadores econômicos historicamente utilizados pelos países e organismos internacionais. Para além disso, explicitam as contradições existentes na própria ciência econômica, ao excluir os trabalhos realizados principalmente pelas mulheres.

A revisão do histórico da formulação dos Sistema de Contas Nacional, e da forma como o pensamento econômico foi formulado, explicita o caráter androcêntrico da Ciência Econômica. Um sistema cuja lógica está no aumento do lucro possui como limites os recursos naturais e a vida das pessoas, o que se torna claro pelos alertas referentes à crise dos cuidados. É necessário, portanto, a criação de novos paradigmas e indicadores, que coloquem a vida humana como central, dentro de um planeta que possui recursos limitados.

A seguir, apontamos algumas sugestões metodológicas, baseadas na revisão da literatura deste trabalho, buscando tanto indicar soluções para as pesquisas de uso do tempo realizadas no Brasil, bem como a elaboração de Contas Satélites voltadas aos trabalhos domésticos não remunerados.

Embora a PNAD-C realizada pelo IBGE seja um instrumento importante para análise das atividades reprodutivas não remuneradas realizadas pela população, é ainda muito incompleta. Está longe de equivaler-se às pesquisas harmonizadas pela MTUS dos países de economia avançada e até mesmo as de alguns países em desenvolvimento anteriormente analisados. Este distanciamento dificulta tanto o diagnóstico do uso do tempo e a formulação de políticas públicas para o Brasil, como a comparabilidade internacional.

A principal limitação da pesquisa brasileira é a não separação das horas destinadas aos afazeres domésticos e aos cuidados por tipo. Não é possível captar o desagregado do tempo entre estas atividades, tanto por categorias como por subcategorias. Essa insuficiência impossibilita a

análise da qualidade do tempo destinada a cada atividade e a identificação dos indivíduos que necessitam dos cuidados (pessoas idosas, crianças, pessoas doentes).

Ainda a respeito dos cuidados, outra investigação importante a ser desenvolvida nas pesquisas brasileiras diz respeito a utilização de serviços remunerados voltados para os cuidados e afazeres domésticos, haja vista a importância do emprego doméstico remunerado no Brasil. Através desta investigação poderia ser captada também a qualidade da utilização dos trabalhos de cuidados, para idosos, crianças, pessoas doentes e portadoras de algum tipo de necessidade especial. O Canadá é um exemplo de país que investiga como as famílias recebem e doam cuidados, por meio da pesquisa “Care Giving and Care Receiving” (CANADA, 2019), conforme exposto na seção do Canadá, no capítulo 6.

Além da desagregação por tipo de atividade, outra melhoria que poderia ser feita na pesquisa brasileira é a introdução da investigação das atividades simultâneas, conforme a maior parte das pesquisas mais detalhadas. Dever-se-ia buscar identificar o local e o meio transporte utilizado durante a realização das atividades, bem como a presença de outras pessoas durante a sua realização. Um exemplo bastante completo é a pesquisa elaborada pela África do Sul, em que são captadas três atividades simultâneas. Além disso, poder-se-ia ainda diferenciar os dias da semana e os finais de semana.

O desenvolvimento de uma investigação sobre o uso do tempo através de diários completos por autorrelato também seria muito importante para a captação mais detalhada das atividades realizadas. Pesquisas desta natureza captam não somente o tempo das pessoas destinado para as atividades domésticas, de cuidados, trabalhos voluntários e atividades para o auto consumo, como também para as atividades de lazer, esportes e cuidados pessoais, estudos, além dos trabalhos destinados ao mercado e transporte.

A exemplo de boa parte das experiências relatadas, poderia ser introduzido no questionário brasileiro perguntas relativas à qualidade e perspectivas sobre o uso do tempo. Um exemplo interessante foi o apresentado na França, em que as pessoas entrevistadas devem valorar de -3 a +3 se o período em que estavam realizando a atividade foi agradável ou não. Nesta pesquisa também são investigadas como foram realizadas as decisões sobre o uso do tempo entre os integrantes do domicílio. A captação da qualidade do tempo é importante para análise de indicadores relativos ao stress de tempo, buscando melhorar a qualidade da saúde mental da população. Outra investigação importante é relativa à utilização de tecnologias, como computadores, *tablets*, etc.

A melhoria das pesquisas de uso do tempo pode qualificar o desenvolvimento de Contas Satélites sobre os afazeres domésticos não remunerados. Uma estimativa mais acurada é por meio das funções das atividades domésticas, conforme a indicação de Varjonen, Hamunen e Soenne (2014). Outra estrutura que qualifica a análise é a discriminação dos trabalhos domésticos e de cuidados por arranjos familiares, com e sem filhos, por posição no mercado de trabalho e decis de renda. Dessa forma, capta-se a importância dos cuidados de acordo com perfis populacionais específicos, o que pode direcionar melhor as políticas públicas.

Enfim, vale frisar que, com base na análise teórica e empírica, conseguimos comprovar as hipóteses levantadas que serviram de base para esta pesquisa, quais sejam: os trabalhos reprodutivos não remunerados representam importante percentual do PIB nacional, produzido especialmente pelas mulheres, e essas atividades ocupam tempo de vida, que recai principalmente sobre a força de trabalho feminina. Esta estrutura é comum a todas as economias do mundo, o que é comprovado tanto pelos dados referentes ao uso do tempo como também através dos exercícios de valoração. A teoria feminista que trata sobre os trabalhos reprodutivos explicita as relações desiguais relacionadas à distribuição do tempo e recursos monetários entre homens e mulheres, indicando a dependência entre a esfera produtiva e reprodutiva. Além disso, a economia feminista apresenta como estas relações se transformam no tempo e no espaço, a depender da estrutura econômica de cada país. A análise do tempo das pessoas, a partir das pesquisas é, portanto, um mecanismo importante, tanto para compreendermos a forma como a sociedade se organiza, bem como para balizar a realização de políticas distributivas que visem a melhor alocação de recursos e a melhoria do bem estar da população.

REFERÊNCIAS

ADLER, H; HAWRYLYSHYN, O. Estimates the value of household work Canada, 1961 and 1971. **The review of income and wealth**, v. 24, p. 333-335, 1978. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1475-4991.1978.tb00064.x> . Acesso em: 31 mar. 2020.

AGUIAR, N. Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 15, n. 2, jun./dez. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922000000200006 . Acesso em: 27 abr. 2020.

AGUIAR, N. Mudanças no uso do tempo na sociedade brasileira. **Política e Trabalho**, n. 34, p. 73-106, abr. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/index> . Acesso em: 16 dez 2019.

AHMAD, N.; KOH, S-H. Incorporating Estimates of Household Production of Non-Market Services into International Comparisons of Material Well-Being. **OECD Statistics Working Papers 2011-07**. (Working Paper, n. 42). Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/economics/incorporating-estimates-of-household-production-of-non-market-services-into-international-comparisons-of-material-well-being_5kg3h0jgk87g-en . Acesso em: 22 out 2019.

ANTONOPOULOS R.; HIRWAY, I. **Unpaid work and economy: Gender, Time Use and Poverty in Developing Countries**. New York: Palgrave MacMillan, 2010.

ARAYA, M. J. Un acercamiento a las encuestas sobre el uso del tiempo con orientación de género. *In: COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE – CEPAL*. Santiago de Chile, 2003.

ARMSTRONG, P., G, A.; HARRISON, J. **Capitalism since 1945**. Oxford: Blackwell, 1991.

AUSTRALIAN BUREAU OF STATISTICS – ABS. **Time use user guide, 2006**. Commonwealth of Australia, 2000. Disponível em: <https://www.abs.gov.au/AUSSTATS/abs@.nsf/DetailsPage/4150.02006?OpenDocument> . Acesso em: 02 out. 2019.

BAKKER, I. Neoliberal governance and the Reprivatization of Social Reproduction: Social Provisioning an Shifting Gender Orders. *In: BAKKER, I; GILL, S. Power, Production and Social Reproduction*. New York: Palgrave Macmillan, 2003.

BAKKER, I. Social Reproduction and the constitution of a gendered political economy. **New Political Economy**, v. 12, n. 4, p. 541-556, 2007.

BAKKER, I; GILL S. Ontology, Method, and Hypotheses. *In: BAKKER, I; GILL, S. Power,*

Production and Social Reproduction. New York: Palgrave Macmillan, 2003.

BANDEIRA, L; PRETURLAN, R. As pesquisas sobre uso do tempo e a promoção da igualdade de gênero no Brasil. *In*: FONTOURA, N.; ARAÚJO, C. **Uso do tempo e gênero.** Rio de Janeiro: UERJ, SPM, IPEA, 2016.

BARAJAS, Maria de la Paz López. Avanços na América Latina e valorização do trabalho não remunerado realizado pelas mulheres. *In*: FONTOURA, N.; ARAÚJO, C. **Uso do tempo e gênero.** Rio de Janeiro: UERJ, SPM, IPEA, 2016.

BECKER, G. **A treatise on the family.** Massachusetts: Harvard University Press, 1993.

BHATTACHARYA, T. **Social Reproduction Theory.** London: Pluto Press, 2017.

BIROLI, F. **Gênero e desigualdades limites da democracia no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. **PL 7.815/2017, de 06 de junho de 2017.** Dispõe sobre a economia de cuidados no Sistema de Contas Nacional. Câmara dos Deputados, Brasília, DF, 2017. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=90E89218EA237C99B81DC32C3CA1A459.proposicoesWebExterno1?codteor=1566649&filename=PL+7815/2017. Acesso em: 17 dez. 2019.

BRIDGMAN *et al.* Accounting for Household Production in the National Accounts, 1965-2010. Disponível em: https://apps.bea.gov/scb/pdf/2012/05%20May/0512_household.pdf. Acesso em: 23 ago. 2019.

BRYER, R. Americanism and financial accounting theory – Part 2. The modern business enterprise’, America’s transition to capitalism, and the genesis of management accounting. **Critical Perspectives on Accounting**, 2012.

BUREAU OF LABOR STATISTICS – BLS. **American time use survey user’s guide.** June 2019. Disponível em: <https://www.bls.gov/tus/atususersguide.pdf> . Acesso em: 28 ago 2019.

CABINET OFFICE – CO. **Monetary Valuation of Unpaid Work in 1996 – Japan.** Mai 1996. Disponível em :<https://www.esri.cao.go.jp/en/sna/satellite/1998/19981105g-unpaid-e.html> . Acesso em: 04 out 2019.

CANADA. **General Social Survey: An Overview**, 2019. Social and Aboriginal Statistics Division. Canada, 2019.

CANADA. Income and Expenditure Accounts Division; CHANDLER, B. The value of household work in Canada, 1992. **Research Paper.** Ottawa: Statistics Canada, 1994. Disponível em: <https://www150.statcan.gc.ca/n1/en/catalogue/13-604-M1994027> . Acesso em: 31 mar 2020.

CANADA. Statistics. **Demographic Census**, dictionnaire, 1996. Disponível em: https://www12.statcan.gc.ca/access_acces/archive.action-eng.cfm?english/census01/info/96-2b-en.pdf. Acesso em: 17 fev. 2020.

CANADA. Statistics. **Households' Unpaid Work: Measurement and Valuation**. Ottawa, 1995. Disponível em: <http://publications.gc.ca/site/eng/9.612704/publication.html> . Acesso em: 24 jul 2019.

CARRASCO, C. La economía feminista. Um recorrido a través del concepto de reproducción. **Ekonomiaz**. Revista vasca de Economía, 2017, vol. 91, p. 50-75.

CARRASCO, C. La economía feminista: una apuesta por otra economía. In: VARA, M. J. **Estudios sobre género y economía**. Madrid: Colección Economía actual, Akal, 2006.

Disponível em:

http://www.americalatinagenera.org/newsite/images/documents/U1La_econom%C3%ADa_feminista.pdf. Acesso em: 03 maio 2017.

CAVALCANTI, A., PAULO, M., HANY, F. A pesquisa piloto de uso do tempo do IBGE 2009/2010. **Fazendo Gênero 9**. Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, 23 a 26 de agosto de 2010. Florianópolis, 2010. Disponível em:

http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278295122_ARQUIVO_artigoIBGE-APesquisaPilodeUsodoTempodoIBGE2009-2010.pdf . Acesso em: 15 dez 2019.

CENTER FOR REPRODUCTIVE RIGHTS – CFRR. **The worlds abortion laws**. 2019.

Disponível em: <https://reproductiverights.org/worldabortionlaws> . Acesso em: 28 nov 2019.

CENTER FOR TIME USE RESEARCH – CTUR. **Multinational Time Use Study**. User's guide and documentation. University of Oxford. Oxford: 2016. Disponível em:

<https://www.timeuse.org/MTUS-User-Guide> . Acesso em: 29 out 2019.

COLOMBIA, **Ley 1413** de 11 de novembro de 2010. Visa incluir a economia de cuidados no Sistema de Contas Nacionais. Bogotá, nov 2010. Disponível em:

https://oig.cepal.org/sites/default/files/2010_ley1413_col.pdf . Acesso em: 08 set 2018.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE – CEPAL. **Classificación de Actividades de Uso del Tiempo para América Latina y el Caribe (Cautal)**. Santiago, 2015.

COMITÉ PARA LA ELIMINACIÓN DE LA DISCRIMINACIÓN CONTRA LA MUJER – CEDAW. **Recomendação Geral n. 16** Décimo período de sessões. 1991a. Disponível em:

<http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/recommendations/recomm-sp.htm> . Acesso em: 23 ago 2018.

COMITÉ PARA LA ELIMINACIÓN DE LA DISCRIMINACIÓN CONTRA LA MUJER – CEDAW. **Recomendação Geral n. 17** Décimo período de sessões. 1991b. Disponível em:

<http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/recommendations/recomm-sp.htm> . Acesso em: 23 ago. 2018.

COUNTING WOMEN'S WORK – CWW. **Affiliate Teams**. 2017. Disponível em: <https://www.countingwomenswork.org/about/what-we-do>. Acesso em: 28 out. 2019.

DANAWAY, W. Introduction: Conceptualizing Women's Subsidies to Commodity Chains. *In*: Danaway, W. **Gendered Commodity Chains: Seeing Women's Work and Households in Global Production**. California: Stanford University Press, 2014b, p. 1-15.

DANAWAY, W. Through the Portal of the Household: Conceptualizing Women's Subsidies to Commodity Chains. *In*: Danaway, W. **Gendered Commodity Chains: Seeing Women's Work and Households in Global Production**. California: Stanford University Press, 2014a. p. 1-15.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO NACIONAL DE ESTADÍSTICA – DANE. **Cuenta Satélite de la Economía del cuidado**. Fase I : valoración económica del trabajo doméstico y de cuidados no remunerado. Bogotá, 2014a. Disponível em: https://www.dane.gov.co/files/investigaciones/boletines/cuentas/ec/ResultadosFase1_02_14.pdf . Acesso em: 26 ago 2018.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO NACIONAL DE ESTADÍSTICA – DANE. **Cuenta Satélite de la economía del cuidado**. Fase II: cuenta de producción y generación del ingreso del trabajo doméstico y de cuidados no remunerado, Bogotá, 2014b. Disponível em: <https://www.dane.gov.co/files/investigaciones/boletines/cuentas/ec/Resultados-Cuenta-Satelite-de-la-Economia-del-Cuidado-Fase-II.pdf>.. Acesso em: 12 ago 2018.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO NACIONAL DE ESTADÍSTICA – DANE. **Encuesta Nacional de uso del Tiempo (ENUT)**, 2016-2017. Bogotá, abr 2018. Disponível em: https://www.dane.gov.co/files/investigaciones/boletines/ENUT/Bol_ENUT_2016_2017.pdf . Acesso em: 26 ago 2018.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO NACIONAL DE ESTADÍSTICA – DANE. **Encuesta Nacional de Uso del Tiempo (ENUT) 2016-2017**. Bogotá, 2016. Disponível em: https://www.dane.gov.co/files/investigaciones/boletines/ENUT/FORMULARIO_ENUT_2016-2017.pdf Aceso em 01 nov 2019.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO NACIONAL DE ESTADÍSTICA – DANE. **Ficha Metodológica Encuesta Nacional de Uso Del Tiempo – ENUT 2016-2017**. Bogotá, 2018. Disponível em: <https://www.dane.gov.co/files/investigaciones/fichas/condiciones-de-vida/DSO-ENUT-FME-001.pdf> . Acesso em: 01 nov. 2019.

DIMAND, R. W. *et al.* **A biographical Dictionary of Women Economists**. Cheltenham: Edward Elgar, 2000.

DONEHOWER, G. Measuring the gender economy: counting women's work methodology. **CWW Working Paper**. Jul 2018. Disponível em: <https://static1.squarespace.com/static/5994a30fe4fcb5d90b6fbeb/t/5bac023d4785d3a47239adb2/1537999437377/CWW+WP4.pdf> . Acesso em: 28 out 2019.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. **The crises of the early 21 st century**: a critical review of alternative

interpretation. 2011. Disponível em: <https://baierle.files.wordpress.com/2011/04/the-crisis-of-the-early-21st-century.pdf> . Acesso em: 25 set 2017.

ECONOMIC RESEARCH FORUM – ERF. **Egypt Labor Market Panel Survey, ELMPS 2018**. 2018. Disponível em: <http://www.erfdataportal.com/index.php/catalog/157/related-materials> . Acesso em: 19 fev. 2020.

EICHENGREEN, B. **Globalizing capital: a history of the international monetary system**. 2nd ed. Princeton: Princeton University Press, 2008.

EISNER, R. **The total incomes system of accounts**. London: The University of Chicago Press, 1989.

EL-ANTERY, S. **The value of Women´s unpaid Housework in Egypt**. New Women Foundation, [2016?]. Disponível em: http://nwrcegypt.org/en/wp-content/uploads/2016/05/Study_-Amal_August.pdf . Acesso em: 14 out 2019

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

ESTATÍSTICAS EUROPEIAS – EUROSTAT. **Harmonized European Time Use Survey (HETUS)**, 2019 Guidelines. Luxemburgo: Publications Office of the European Union, 2019. Disponível em: <https://ec.europa.eu/eurostat/web/products-manuals-and-guidelines/-/KS-GQ-19-003>. Acesso em: 29 out. 2019.

ESTATÍSTICAS EUROPEIAS – EUROSTAT. **Household Production and Consumption**. Propostal for a Methodology of Household Satellite Accounts. Luxemburg: Office for Official Publications of the European Communities, 2003. Disponível em: https://www.stat.fi/tup/kantilinpito/hhsa_final_report_web2003-0409.vol.3.pdf . Acesso em: 12 ago. 2018.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, S. The reproduction of labour-power in the global economy, Marxist theory and the unfinished feminist revolution. *In: Seminário the crisis of social reproduction and the unfinished feminist revolution*, 27., Santa Cruz, 2009. Disponível em: <https://www.womin.org.za/images/the-alternatives/ecofeminism-social-reproduction-theory/S%20Federici%20-%20Labour%20Power,%20Marxist%20Theory%20and%20Feminist%20Revolution.pdf> . Acesso em: 25 mar 2020

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes: o legado da raça branca**. São Paulo: Globo, 2008.

FOLBRE, N. **Who pays for the kids?** Gender and structures of constraint. London: Routledge, 2003.

FOLBRE, N. Valuing Non-market work. **UNDP Human Development Report Office: Think Piece**. New York. United Nations Development Program, 2015. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/folbre_hdr_2015_final_0.pdf . Acesso em: 18 ago 2020.

FOLBRE, N.; CLOSE, M. M.; SUH, J. Equivalence scales for Extended Income in the U.S., 2016. **Review of Economics of the Household**. Jun 2018, vol, 16 p. 189-227.

FRASER, N. A triple movement? Parsing the politics of crises after Polanyi. **New Left Review**, v. 81, p. 119-132, May/June. 2013.

FRASER, N. Contradiction of Capital and care. **New Left Review**, v. 100, p. 99-117, 2016.

FURTADO, C. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

FURTADO, C. **Prefácio à nova economia política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GLÓWNY URZAD STATYSTYCZNY – GUS. **Budzet czasu ludnosci 2013**. Varsóvia, 2015. Disponível em: <https://stat.gov.pl/en/topics/living-conditions/living-conditions/time-use-survey-2013,6,1.html>. Acesso em: 01 out 2019.

GUTTMANN, R. How credit-money shapes the economy. The United States in a global system. Armonk, N. Y. M. e Sharp, 1994.

HARTMANN, H. I. The unhappy marriage of marxism and feminism: towards a more progressive union. **Capital & Class**, London, v. 3, n.2, p.1-33, Summer 1979.

HAWRYLYSHYN, O. **Estimating the value of household in Canada**. Statistics Canada, Ottawa: Minister of Industry, Trade and Commerce, 1971.

HENDY, R. Rethinking time allocation of Egyptian women: a mathing analysis. **Working paper No. 526**. Economic Research Forum, 2010. Disponível em: <https://erf.org.eg/publications/rethinking-time-allocation-egyptian-women-matching-analysis/> . Acesso em: 21 fev 2020.

HIMMELWEIT, S. The discovery of “unpaid work”: the social consequences of the expansion of “work”. **Feminist Economics**, 1995. v. 1, n. 2, p. 1 – 19.

HOCHSCHILD, A. R. Love and gold. *In*: EHRENREICH B.; HOSCHILD R. **Global Woman: Nannies, Maids, and Sex Workers in the New Economy**. New York: Metropolitan Books, 2003.

HOSKYNS, C.; RAI M. S. Recasting the Global Political Economy: Counting Women’s Unpaid Work. **New Political Economy**, vol. 12, n. 3, set. 2007. Disponível em: <http://www.iariw.org/dresden/vandeven.pdf> . Acesso em: 01 abr 2020.

HUNGARIAN CENTRAL STATISTICAL OFFICE – HCSO. Daily time use of population, 2010 (comprehensive data of the time use survey of 2009-2010). *In: Statistical Reflections*. Issue 24, vol. 5, dez. 2011. Disponível em: <http://www.ksh.hu/docs/eng/xftp/stattukor/eidomerleg10.pdf> . Acesso em: 26 set 2019.

HUNGARIAN CENTRAL STATISTICAL OFFICE – HCSO. Value of domestic work and household satellite account in Hungary. **Statistical Reflection**. 21 dez 2016. Disponível em: <http://www.ksh.hu/docs/eng/xftp/stattukor/ehaztszatellit.pdf> . Acesso em: 01 abr 2020. in neoclassical and marxian economics. **Feminist Economics**. Huston, v. 7, n.3, p.71-101, 2001.

INRONMONGER, D. Counting outputs, capital inputs and caring labor: Estimating gross household product. **Feminist Economics**. Huston, v. 2-3, p. 37-64, Routledge, London, 1996.

INSTITUT NATIONAL DE LA STATISTIQUE ET DES ÉTUDES ÉCONOMIQUES – INSEE. The 2010 French Time Use Survey and its innovations. **II International Seminar on Researches of Use of Time**. set. 2010. Disponível em: https://unstats.un.org/unsd/demographic/sconcerns/tuse/Country/france/French_TUS_2010.pdf . Acesso em: 01 de out 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Estatísticas de Gênero. Indicadores sociais das mulheres no Brasil. **Estudos e Pesquisas, informações Demográficas e Socioeconômica**. N. 38. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf . Acesso em: 28 nov 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa sobre Padrões de Vida, 1996-1997**. 2 ed. Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=26642&view=detalhes>. . Acesso em: 10 dez 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Pesquisa sobre a utilização do tempo nos bairros de Andaraí, Grajaú e Vila Isabel. **Relatório de Pesquisa**. Escola Nacional de Ciências Estatísticas: Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv93143.pdf> . Acesso em: 02 abr 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Piloto de Uso do Tempo 2009**, primeiros resultados. Rio de Janeiro: dez 2012. Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/sipd/decimo_segundo_forum/uso_tempo_2009.pdf . Acesso em: 09 set 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra a Domicílio Contínua**, Notas Técnicas, versão 1.5, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101561_notas_tecnicas.pdf . Acesso em: 27 ago 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y GEOGRAFÍA - INEGI. **Cuentas Satélites de Trabajo No Remunerado de los Hogares**, 2017b. Comunicado de Prensa núm. 649-18

Disponível em: <https://www.inegi.org.mx/contenidos/saladeprensa/boletines/2018/StmaCntaNal/CSTNRH2017.pdf> . Acesso em: 05 nov 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y GEOGRAFÍA (INEGI). **Encuesta nacional sobre uso del tiempo 2014**. Disponível em: <https://www.inegi.org.mx/programas/enut/2014/default.html> . Acesso em: 08 set 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y GEOGRAFÍA - INEGI. **Sistema de cuentas nacionales de México**, fuentes y metodologías, año base 2013. Cuentas satélite de trabajo no remunerado de los hogares, 2017a. Disponível em: https://www.inegi.org.mx/contenidos/proyectos/cn/2013/tnrh/metodologias/SCNM_Metodo_TN RH_B2013.pdf . Acesso em: 06 nov 2019.

INTERNACIONAL LABOR ORGANIZATION – ILO. **19ª International Conference of Labour Statisticians**, Genebra, 2013. Disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/publication/wcms_234124.pdf . Acesso em: 22 ago 2018.

INTERNATIONAL LABOR ORGANIZATION – ILO. **Care work and care jobs for the future of decent work**. Geneva, 2018a. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_633135.pdf . Acesso em: 30 mar 2020

INTERNATIONAL LABOR ORGANIZATION – ILO. **General Report**, Report I, Twentieth International Conference of Labor Statisticians, Genebra, Outubro, 2018b. Disponível em: https://www.ilo.org/stat/Publications/WCMS_644595/lang--en/index.htm . Acesso em: 13 mar 2019

INTERNATIONAL LABOR ORGANIZATION – ILO. **Modificación de la Resolución de la 18.ª CIET sobre las estadísticas del trabajo infantil en consonancia con la Resolución de la 19.ª CIET sobre las estadísticas del trabajo, la ocupación y la subutilización de la fuerza de trabajo**. Geneva, Outubro, 2018c. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/meetingdocument/wcms_646437.pdf . Acesso em: 19 mar 2019

INTERNATIONAL LABOR ORGANIZATION – ILO. **Report II**, Twentieth International Conference of Labor Statisticians, Genebra, Outubro, 2018d. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/publication/wcms_644596.pdf . Acesso em: 19 mar 2019

INTERNATIONAL LABOR ORGANIZATION – ILO. **Survey methods to improve measurement of paid and unpaid work: Country practices in time-use measurement**. Twentieth International Conference of Labor Statisticians, Genebra, Jul, 2018e. Disponível em: https://www.ilo.org/stat/Publications/WCMS_636055/lang--en/index.htm . Acesso em: 26 mar 2019

INTER-PARLAMENTARY UNION – IPU. **Womens in national parliaments**. 2019. Disponível em: <http://archive.ipu.org/wmn-e/arc/classif010219.htm> . Acesso em: 28 nov 2019.

ISLA, A. **The “greening” of Costa Rica.** Women, Peasants, Indigenous Peoples and the Remaking of Nature. Toronto: University of Toronto Press, 2015.

JEFFERSON T.; KING, J. “Never intend to be a theory of everything”: domestic labor in neoclassical and marxian economics. *Feminist Economics*, Huston, v. 7, n.3, p.71-101, 2001.

JESUS, J. C. **Trabalho doméstico não remunerado no Brasil:** uma análise de produção, consumo e transferência. 2018. 120 f. Tese (Doutorado em Demografia) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

KANAL, D; KORNEGAY J. T. Accounting for Household Production in the National Accounts. An Update, 1965-2017. **Survey of Current Business**. V. 99, n. 6, jun 2019. Disponível em: <https://apps.bea.gov/scb/2019/06-june/0619-household-production.htm>. . Acesso em: 01 abr. 2020.

KON, A. Considerações teóricas sobre a divisão sexual do trabalho na família: repercussões sobre o mercado de trabalho. *In: Seminário: As famílias e as políticas públicas no Brasil*, ABP – GT População e Gênero, **Anais...** Belo Horizonte, 2005.

KÖZPONTI STATISZTIKAI HIVATAL – KSH. **Időmérleg-módszertan.** 2010. Disponível em: http://www.ksh.hu/docs/hun/xftp/idoszaki/pdf/idomerleg_mod.pdf . Acesso em: 06 nov 2019.

KUZNESOF, E. A history of domestic service in Spanish America, 1492-1980. *In: CHANEY, E. M. et al. Muchachas no more: household workers in Latin America and the Caribbean*, Philadelphia: Temple University Press, 1989, p. 17-35.

LANDEFELD, S. FRAUMENI, B., VOJTECH, C. Accounting for household production: a prototype satellite account using the American time use Survey. **Review of Income and Wealth**. Series 55, n. 2, jun. 2009.

LANDEFELD, S.; MCCULLA S. Accounting for nonmarket household production within a national accounts framework. US Bureau of Economics Analysis. **Review of Income and Wealth**. Series 46, n. 3, set. 2000.

LUXTON, M.; VOSKO, L. Where Women’s Efforts Count: The 1996 Census Campaign and “Family Politics” in Canada. **Studies in Political Economy: A socialist Review**. vol 56, p. 48-81. mar 2016.

MARSZALEK, M. Kryteria i dylematy dotyczące wyceny produkcji domowej w Polsce. **Wiadomości Statystyczne**. n. 7, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/319515571_Kryteria_i_dylematy_dotyczace_wyceny_produkcyj_domowej_w_Polsce . Acesso em: 01 out 2019.

MARX, K. **O Capital:** crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013.

MELO, H. P.; CONSIDERA, C. M.; DI SABBATO, A. D.. Os afazeres domésticos contam. **Economia e Sociedade**, v. 16, n. 3, p. 435–454, 2007.

MELO, H. P.; CASTILHO, M. Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz? **Revista de economia contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 13, n.1, p.135-158, jan/abr. 2009. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1942.pdf. Acesso em: 10 mar. 2017.

MELO, H.; CONSIDERA, C. M.; DI SABBATO, A.. Dez anos de mensuração dos afazeres domésticos no Brasil. *In*: FONTOURA, N.; ARAÚJO, C. **Uso do tempo e gênero**. Rio de Janeiro: UERJ, SPM, IPEA, 2016.

MELO, H. P. O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras. **Texto para Discussão do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada**, Rio de Janeiro, n. 0565, jun. 1998. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3841. Acesso em: 10 mar. 2017.

MELO, H. P.; CONSIDERA, C. M.; SABBATO, A. D. **Os afazeres domésticos contam!** uma releitura. [2010]. Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/noticias/arquivos/os-afazeres-domesticos-contam-hildete-pereira.doc/view?searchterm=os+afazeres+do>. Acesso em: 19 out. 2015.

MESSAC, L. Outside the economy: women's work and feminist economics in the construction and critique of National Income Accounting. **The Journal of Imperial and Commonwealth History**, Londres, 2018, v. 46, n. 3, p. 552-578.

MILL, S. **The Subjection of Women**. New Zeland: The Floating Press, 2009.

MIRANDA, V. Cooking, caring and Volunteering: Unpaid Work Around the World. **OCDE Social, Employment and Migration Working Papers**, n. 116, 2011. Disponível em: <https://www.oecd.org/berlin/47258230.pdf>. Acesso em: 18 out 2019

MORRIS, S. *et al.* **The UK time Diary Study 2014-2015**, technical report. Nat Cen, University of Oxford, 2016. Disponível em: http://doc.ukdataservice.ac.uk/doc/8128/mrdoc/pdf/8128_natcen_reports.pdf. Acesso em: 18 set 2019.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT STAT – OCDESTAT. **Time use by country**. Disponível em: <https://stats.oecd.org/>. Acesso em ago 2020.

OFFICE FOR NATIONAL STATISTIC – ONS. **Household satellite account (experimental) methodology**. United Kingdom, 2002. Disponível em: <https://www.ons.gov.uk/peoplepopulationandcommunity/housing/methodologies/householdsatelliteaccountexperimental>. Acesso em: 17 set 2019.

OFFICE FOR NATIONAL STATISTIC – ONS. **Household satellite accounts: 2015 to 2016.** United Kingdom, 2018. Disponível em:
<https://www.ons.gov.uk/releases/householdsatelliteaccounts2015and2016> . Acesso em: 17 set 2019.

OFFICIAL STATISTICS OF FINLAND - OSF. **Time use survey.** Finland, 2019. Disponível em: https://www.stat.fi/til/vtp/index_en.html . Acesso em: 25 set 2019.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **Statistics Working Papers.** van de Ven, P., Zwijnenburg J., De Queljoe M., Including unpaid household activities: An estimate of its impact on macro-economic indicators in the G7 economies and the way forward. Paris, jul 2018. Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/economics/including-unpaid-household-activities_bc9d30dc-en . Acesso em: 24 mai 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher.** Pequim, 1995. Disponível em:
http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/declaracao_pequim1.pdf . Acesso em: 20 ago 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS BRASIL – ONUBR. **Documentos Temáticos:** objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Brasília, 2017. Disponível em:
<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/documentos-tematicos--ods-1--2--3--5--9--14.html> . Acesso em: 20 ago 2018.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. **Domestic workers across the world:** Global and regional statistics and the extent of legal protection. Geneva. 2013. Disponível em http://www.ilo.org/global/publications/books/WCMS_173363/lang--en/index.htm . Acesso em: 18 de outubro de 2017.

OROZCO, A. P. Economía del género y economía feminista ¿ Conciliación o ruptura ? In: **Revista Venezolana de estudios de la mujer.** Caracas, v. 10, n. 24. jan-jun 2005.

PATEMAN, C. **O contrato sexual.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PATEMAN, C. **The Disorder of Women.** Stanford: Stanford University, 1989.

PHYLLIS, D. **Colonial Social Accounting.** Hamden, Connecticut: Archon Book, 1973.

PICCHIO, A. A macroeconomic approach to an extend standard of living, In: **Unpaid work and the Economy:** a gender analysis of the standards of living. London and New York: Routledge Taylor & Francis Group, 2003.

PICCHIO, A. **La economía política y la investigación sobre las condiciones de vida.** 2005. Disponível em:
http://www.researchgate.net/profile/Antonella_Picchio/publication/228434690_La_economia_pol

tica_y_la_investigacin_de_las_condiciones_de_vida/links/0912f50ea895b07fc2000000.pdf. . Acesso em: 10 jun. 2015.

PIGOU, A. C. **The economics of welfair**. London: Mcmillan: 1932. Disponível em: http://files.libertyfund.org/files/1410/Pigou_0316.pdf . Acesso em: 26 abr 2019.

PINHEIRO, L. Determinantes da alocação de tempo em trabalho reprodutivo: uma revisão sobre os achados em pesquisas nacionais e internacionais. In: FONTOURA, N.; ARAÚJO, C. **Uso do tempo e gênero**. Rio de Janeiro: UERJ, SPM, IPEA, 2016.

POISSONNIER, A.; ROY, D. Household Satellite Account for France Methodological issues on the assessment of domestic production. **Review of Income and Wealth**. Ago 2015.

PRZYBYCINSKA, I., MARSZALEK, M. Satellite Account of Household production. Methodological remarks and results for Poland. **Econometrics. Ekonometria**. v. 23, n.1, p. 61 – 76, n.1, 2019.

PUJOL, M. **Feminism and Anti-Feminism in Early Economic Thought**. Cheltenham: Edward Elgar, 1992.

PYLE, J.; WARD K. Recasting our Understanding of Gender and Work during Global Restructuring. **International Sociology**, v. 18, n. 3, p. 461-489, 2003.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: Colcción Sur Sur, CLACSO, 2005, p. 107-130.

REID, M. G. **The economics of household production**. New York: John Milley & Sons, 1934.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAITO, O. Historical origins of the male breadwinner household model. **Japan Labor Review**, Tokyo, v.11, n. 4, p. 5-17, out. 2014.

SCHWARZ, N.; SCHWAHN, F. Entwicklung der unbezahlten arbeit privater haushalte bewertung und vergleich mit gesamtwirtschaftlichen größen. **Statistics Bundesamt**, 2016. Disponível em: https://www.destatis.de/DE/Methoden/WISTA-Wirtschaft-und-Statistik/2016/02/unbezahlte-arbeit-022016.pdf?__blob=publicationFile&v=3 . Acesso em: 03 out 2019.

SCOTT, J. G. A Useful category of Historical Analysis. **The American Historical Review**. Vol.91. n. 5, dez 1986. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1864376?seq=1> . Acesso em: 23 mar 2020.

SMITH, A. **A riqueza das nações**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SOARES, C.; SABÓIA, A. **Tempo, trabalho e afazeres domésticos**: um estudo com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2001 e 2005. [S.l: s.n.], 2007.

Disponível em:

http://186.228.51.37/home/estatistica/populacao/tempo_trabalho_afdom_pnad2001_2005.pdf .

Acesso em: 10 set 2018.

SOUZA, J. **A elite do atraso**, da escravidão à lava jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

STATISTICS BUREAU OF JAPAN - SBJ. **Outline of the 2016 Survey on Time Use and Leisure Activities**. Tokyo, 2016. Disponível em:

<https://www.stat.go.jp/english/data/shakai/2016/gaiyo.html> . Acesso em: 07 out 2019.

STATISTICS FINLAND - SF. **Value of household production 2016**. Finland, 2018. Disponível em: https://www.stat.fi/til/kotsa/2016/kotsa_2016_2018-11-07_en.pdf . Acesso em: 25 set 2019.

STATISTICS NEW ZEALAND - STATS NZ. **Activity Classification for the Time Use Survey**. [2010?b]. Disponível em: <http://archive.stats.govt.nz/methods/classifications-and-standards/classification-related-stats-standards/activity-time-use-survey.aspx> . Acesso em: 08 out 2019

STATISTICS NEW ZEALAND - STATS NZ. National Accounts Division of Statistics New Zealand. Measuring unpaid work in New Zealand 1999. **Key Statistics, 2001**. New Zealand, [2001?]. Disponível em: http://archive.stats.govt.nz/browse_for_stats/income-and-work/employment_and_unemployment/measuring-unpaid-work-in-nz-1999.aspx . Acesso em: 08 out 2019.

STATISTICS NEW ZEALAND - STATS NZ. **Time use survey 2009-10**: information for survey respondents. 2010 [?]a Disponível em: <http://archive.stats.govt.nz/survey-participants/a-z-of-our-surveys/time-use-survey.aspx> . Acesso em: 08 out 2019.

STATISTICS SOUTH AFRICA – SSA. **A survey of time use 2010**. Pretoria, Africa do Sul, 2013. Disponível em: <https://www.datafirst.uct.ac.za/dataportal/index.php/catalog/497> . Acesso em: 04 nov 2019.

STATISTICS SOUTH AFRICA – SSA. Calculating the value of unpaid labour: a discussion document. **Working Paper**, South Africa, 2002. Disponível em: <http://www.statssa.gov.za/publications/WorkingUnpaidLabour/WorkingUnpaidLabour.pdf> . Acesso em: 01 abr 2020.

STIGLITZ, J.; SEN, A; FITOUSSI, J-P. **Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress**. 2009. Disponível em: <http://files.harmonywithnatureun.org/uploads/upload112.pdf>. Acesso em: 17 set. 2019.

STROBER, M. Rethinking Economics Through a Feminist Lens. *In*: MUTARI, E. FIGART D. **Women and the Economy**: a reader. M. E. Sharpe: 2003.

STUCKEMEIER, A. KÜHNEN, C. **German Time Use Survey**. Federal Statistical Office, Bonn, Germany, 2013. Disponível em: <https://www.statistics.gov.hk/wsc/IPS038-P1-S.pdf> . Acesso em: 04 out 2019.

SZALAI, A. **The use of time: Daily activities of urban and suburban population in twelve countries**. The Hague: Mouton, 1972.

TELLES, L. **Libertas entre sobrados: mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo (1880 – 1920)**. São Paulo: Alameda, 2013.

UNITED NATIONS - UN *et al.* **System Of National Accounts (SNA)**, 2008. Nhm65ew York, 2009. Disponível em : <https://unstats.un.org/UNSD/nationalaccount/sna.asp> . Acesso em: 08 ago 2018.

UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR EUROPE – UNECE. **Guide on Valuing Unpaid Household Service Work**. New York and Geneva, 2017. Disponível em: <https://www.unece.org/fileadmin/DAM/stats/publications/2018/ECECESSTAT20173.pdf> . Acesso em: 30 jan 2020.

UNITED NATIONS ENTITY FOR GENDER AND EMPOWERMENT OF WOMEN - UN WOMEN. **Progress of the world's women. In pursuit of justice**. Genebra, 2011. Disponível em: <http://progress.unwomen.org/pdfs/EN-Report-Progress.pdf> . . Acesso em: 18 de out de 2017.

UNITED NATIONS RESEARCH INSTITUTE FOR SOCIAL DEVELOPMENT – UNRISD. DONG, X-Y.; AN, X. **Gender patterns and value of unpaid work**, findings from China's first large-scale time use survey. Genebra, 2012. Disponível em: [http://www.unrisd.org/unrisd/website/document.nsf/\(httpPublications\)/7CE1453DB093FB41C1257A8E004D6A57?OpenDocument](http://www.unrisd.org/unrisd/website/document.nsf/(httpPublications)/7CE1453DB093FB41C1257A8E004D6A57?OpenDocument) . Acesso em: 15 out 2019.

UNITED NATIONS STATISTICS DIVISION - UNSD. **International Classification of Activities for Time Use Statistics 2016 (ICATUS, 2016)**. Genebra, 2017. Disponível em: <https://unstats.un.org/unsd/statcom/48th-session/documents/BG-3h-ICATUS-2016-13-February-2017-E.pdf> 22 ago 2018.

UNITED NATIONS - UN. **System of National Accounts**.1993. Disponível em: <https://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/docs/1993sna.pdf>. Acesso em 23 ago 2020.

UNITED NATIONS. **Guide to Producing Statistics on Time Use: Measuring Paid and Unpaid Work**. New York: Department of Economics and Social Affairs. Statistics Division, 2005. Disponível em: https://unstats.un.org/unsd/publication/seriesf/seriesf_93e.pdf . Acesso em: 01 abr 2019.

VAN DE VEN, P. ZWIJNENBURG J. **A Satellite Account for Unpaid Activities: A first step Towards Integration in the System of National Accounts**. IARW: Dresden, 2016. Disponível em: <http://www.iariw.org/dresden/vandeven.pdf>. Acesso em: 23 ago 2020.

VAN DE VEN, P.; ZWIJNENBURG J.; DE QUELJOE, M. **Including unpaid household activities**: An estimate of its impact on macro-economic indicators in the G7 economies and the way forward. 2018. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/bc9d30dc-en.pdf?expires=1585779258&id=id&accname=guest&checksum=A67781DA6565DF4BF53874A211E5B9CD> . Acesso em: 01 abr. 2020.

VARJONEN, J; AALTO, K. **Household production and consumption in Finland 2001**, Household Satellite Account. Tilastokeskus Statistikcentralen Statistis Finland, National Consumption Research Center. Helsínquia, 2006. Disponível em: <https://helda.helsinki.fi/handle/10138/152276>. Acesso em: 30 ago. 2018.

VARJONEN, J; HAMUNEN, E; SOINNE, K. **Satellite accounts on household production**: Eurostat Methodology and Experiences to Apply it. Tilastokeskus Statistikcentralen Statistics Finland, 2014. Disponível em: https://www.timeuse.org/sites/ctur/files/public/ctur_report/7891/ywrrp1_201400_2014_12368_net.pdf . Acesso em: 20 ago. 2018.

VASCONEZ, A. Mujeres, hombres y las economías latinoamericanas: un análisis de dimensiones y políticas. *In*: ONU MUJERES. **La economía feminista desde América Latina**: una hoja de ruta sobre los debates actuales en la región. Santo Domingo: Creative Commons, 2012. Cap. 1.

VAUGHAN. G. **Women and the gift economy**. A radically different worldwide is possible. Toronto: Inna Publications and Education, 2017.

VIECELI, C. P.; SCHNEIDER, E. M.; MONTEIRO, S. M. M. Os determinantes do emprego doméstico no Brasil nos anos 2000. *In*: VIECELI, C. P.; WÜNSCH, J. G.; STEFFEN, M. W. (org.). **Emprego doméstico no Brasil**: raízes históricas, trajetórias e regulamentação. São Paulo: LTr, 2017. Cap. 5.

VIOLÊNCIA contra a mulher. *In*: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. **Atlas da violência, 2019**. Brasília: IPEA, 2019. p. 35-48. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf . Acesso em: 28 nov. 2019.

VOGEL, L. Domestic Labor Revisited. **Science and Society**, Brooklin, v. 64, n. 2, p. 151-170, 2000. Disponível: <https://www.jstor.org/stable/40403837?seq=1>. Acesso em 23 ago 2020.

WARING, M. **Counting for nothing**: what men value and what women are worth. Toronto: University of Toronto Press, 2004.

WARING, M. **If women counted**: A new feminist economics. New York: HarperCollins, 1990.

WOOD, Cynthia. The first world/Third Party Criterion: A feminist Critique of Production Boundaries in Economics. **Feminist Economics**. Huston, v. 3, n.3, p. 47-68, 1997. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/135457097338654>. Acesso em: 23 ago 2020.

YEATS, N. Global Care Chains: Bringing in Transnational Reproductive Laborer Households. *In: DUNAWAY, W. (ed.). **Gendered Commodity Chains: Seeing Women's Work and Households in Global Production.** California: Stanford California Press, 2014. p. 175-189.*

ZUZANEK, J. Time use reseach in Canada – History, critique, perspectives. **Eletronic International Jounal of Time use Research**, Waterloo, v. 6, n. 2, p. 178-192, 2009. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/6b09/db78ad4d3413aca213d202b25798eb75f51c.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2020.

**ANEXO A - HORAS DIÁRIAS DESTINADAS AOS TRABALHOS DOMÉSTICOS,
DE CUIDADOS E VOLUNTÁRIOS E PARA OS TRABALHOS PAGOS E DE
SUBSISTÊNCIA, POR PAÍS, GÊNERO, ANO E FAIXA ETÁRIA**

Continente/País/Ano/ Faixa Etária Inicial	Média Horas de Trabalho Pago e de Subsistência		Razão Mulher/Ho mem	Média Horas Trabalho não Pago, Cuidados e Voluntário	Média Horas Trabalho não Pago, Cuidados e Voluntário	Razão Mulher/Ho mem
	Home	Mulh		Homem	Mulher	
	m	er				
Africa	4,85	3,06	0,63	1,17	4,17	3,57
Algeria	3,30	0,50	0,15	0,90	5,30	5,89
2012	3,30	0,50	0,15	0,90	5,30	5,89
Idade:12+	3,30	0,50	0,15	0,90	5,30	5,89
Benin	4,33	4,50	1,04	1,04	3,25	3,12
1998	4,33	4,50	1,04	1,04	3,25	3,12
Idade:6-65	4,33	4,50	1,04	1,04	3,25	3,12
Ethiopia	5,19	3,38	0,65	2,08	5,08	2,44
2013	5,19	3,38	0,65	2,08	5,08	2,44
Idade:10+	5,02	3,32	0,66	2,08	4,85	2,33
Idade:18+	5,37	3,43	0,64	2,08	5,30	2,54
Ghana	5,66	4,36	0,77	1,12	3,69	3,31
2009	5,66	4,36	0,77	1,12	3,69	3,31
Idade:10+	4,80	3,83	0,80	1,13	3,67	3,24
Idade:18+	6,52	4,88	0,75	1,10	3,72	3,38
Lesotho	4,88	2,72	0,56	1,48	3,73	2,52
2002-03	4,88	2,72	0,56	1,48	3,73	2,52
Idade:15+	4,88	2,72	0,56	1,48	3,73	2,52
Madagascar	5,42	3,46	0,64	0,79	3,63	4,58
2001	5,42	3,46	0,64	0,79	3,63	4,58
Idade:6-65	5,42	3,46	0,64	0,79	3,63	4,58
Malawi	4,17	3,88	0,93	0,30	2,08	6,94
2004-05	4,17	3,88	0,93	0,30	2,08	6,94
Idade:15+	4,17	3,88	0,93	0,30	2,08	6,94
Mali	6,05	4,30	0,71	0,50	5,10	10,20
2008	6,05	4,30	0,71	0,50	5,10	10,20
Idade:15-49	6,05	4,30	0,71	0,50	5,10	10,20
Mauritius	4,93	1,93	0,39	1,22	4,62	3,79
2003	4,93	1,93	0,39	1,22	4,62	3,79
Idade:10+	4,93	1,93	0,39	1,22	4,62	3,79
Morocco	5,42	1,41	0,26	0,72	5,14	7,17
1997-98	-	1,47	-	-	5,28	-
Idade:15+	-	1,47	-	-	5,28	-
2011-12	5,42	1,35	0,25	0,72	5,00	6,98

Idade:15+	5,42	1,35	0,25	0,72	5,00	6,98
Réunion	3,52	2,22	0,63	2,40	3,87	1,61
2010	3,52	2,22	0,63	2,40	3,87	1,61
Idade:15+	3,52	2,22	0,63	2,40	3,87	1,61
South Africa	3,67	2,25	0,61	1,51	3,90	2,58
2000	3,17	1,93	0,61	1,38	3,60	2,60
Idade:10+	3,17	1,93	0,61	1,38	3,60	2,60
2010	3,92	2,41	0,61	1,58	4,05	2,57
Idade:10+	3,57	2,17	0,61	1,62	3,82	2,36
Idade:15-64	4,27	2,65	0,62	1,53	4,28	2,79
Tunisia	4,95	1,75	0,35	0,72	5,37	7,49
2005-06	4,95	1,75	0,35	0,72	5,37	7,49
Idade:15+	4,95	1,75	0,35	0,72	5,37	7,49
United Republic of Tanzania	5,34	3,61	0,68	1,18	3,91	3,32
2006	5,17	3,79	0,73	1,23	3,88	3,15
Idade:15+	5,73	4,17	0,73	1,27	4,23	3,34
Idade:5+	4,60	3,42	0,74	1,20	3,53	2,94
2014	5,70	3,25	0,57	1,07	3,97	3,72
Idade:5+	5,70	3,25	0,57	1,07	3,97	3,72
Asia	5,17	2,98	0,58	1,25	4,05	3,23
Bhutan	5,65	5,00	0,88	1,48	3,42	2,30
2006-07	5,65	5,00	0,88	1,48	3,42	2,30
Idade:Unknown	5,65	5,00	0,88	1,48	3,42	2,30
Idade	5,65	5,00	0,88	1,48	3,42	2,30
Cambodia	6,30	4,50	0,71	0,30	3,00	10,00
2003-04	6,30	4,50	0,71	0,30	3,00	10,00
Idade:15-64	6,30	4,50	0,71	0,30	3,00	10,00
China	6,00	4,38	0,73	1,52	3,90	2,57
2008	6,00	4,38	0,73	1,52	3,90	2,57
Idade:15-74	6,00	4,38	0,73	1,52	3,90	2,57
China, Hong Kong Special Administrative Region	4,70	3,20	0,68	0,95	3,00	3,16
2013	4,10	2,80	0,68	0,80	2,70	3,38
Idade:15+	4,10	2,80	0,68	0,80	2,70	3,38
2001-02	5,30	3,60	0,68	1,10	3,30	3,00
Idade:15+	5,30	3,60	0,68	1,10	3,30	3,00
India	6,82	3,02	0,44	0,45	4,35	9,67
1998-99	6,82	3,02	0,44	0,45	4,35	9,67
Idade:6+	6,82	3,02	0,44	0,45	4,35	9,67
Iran (Islamic Republic of)	4,68	0,68	0,15	1,30	5,08	3,91
2008-09	4,68	0,68	0,15	1,30	5,08	3,91
Idade:15+	4,68	0,68	0,15	1,30	5,08	3,91
Iraq	3,90	0,47	0,12	1,00	5,78	5,78

2007	3,90	0,47	0,12	1,00	5,78	5,78
Idade:10+	3,90	0,47	0,12	1,00	5,78	5,78
Japan	5,57	2,83	0,51	0,77	3,66	4,77
2001	5,62	2,82	0,50	0,82	3,65	4,47
Idade:10+	5,62	2,82	0,50	0,82	3,65	4,47
2006	5,67	2,90	0,51	0,72	3,67	5,12
Idade:10+	5,67	2,90	0,51	0,72	3,67	5,12
2011	5,43	2,77	0,51	0,77	3,65	4,76
Idade:10+	5,43	2,77	0,51	0,77	3,65	4,76
Kyrgyzstan	4,76	2,96	0,62	2,43	5,26	2,16
2000	5,08	3,58	0,70	3,32	6,65	2,01
Idade:20-74	5,08	3,58	0,70	3,32	6,65	2,01
2005	5,90	3,52	0,60	2,32	5,70	2,46
Idade:20-74	5,90	3,52	0,60	2,32	5,70	2,46
2010	4,45	2,72	0,61	1,67	4,58	2,75
Idade:12+	4,45	2,72	0,61	1,67	4,58	2,75
2015	3,60	2,02	0,56	2,43	4,12	1,69
Idade:12+	3,60	2,02	0,56	2,43	4,12	1,69
Lao People's Democratic Republic	4,93	4,13	0,84	0,57	2,47	4,35
2002-03	5,20	4,50	0,87	0,60	2,50	4,17
Idade:10+	5,20	4,50	0,87	0,60	2,50	4,17
2007-08	4,70	4,00	0,85	0,50	2,40	4,80
Idade:10+	4,70	4,00	0,85	0,50	2,40	4,80
2012-13	4,90	3,90	0,80	0,60	2,50	4,17
Idade:Unknown	4,90	3,90	0,80	0,60	2,50	4,17
Idade						
Malaysia	-	-	-	1,43	4,58	3,20
2003	-	-	-	1,43	4,58	3,20
Idade:15-64	-	-	-	1,43	4,58	3,20
Mongolia	5,88	4,04	0,69	2,21	4,84	2,19
2000	5,93	4,10	0,69	2,23	4,88	2,19
Idade:12+	5,93	4,10	0,69	2,23	4,88	2,19
2007	5,90	4,05	0,69	2,07	4,80	2,32
Idade:12+	5,90	4,05	0,69	2,07	4,80	2,32
2011	5,80	3,97	0,68	2,32	4,83	2,09
Idade:12+	5,80	3,97	0,68	2,32	4,83	2,09
Oman	3,95	1,28	0,32	1,84	4,75	2,58
1999-00	4,78	1,58	0,33	1,77	4,93	2,79
Idade:15+	4,78	1,58	0,33	1,77	4,93	2,79
2007-08	3,12	0,97	0,31	1,92	4,57	2,38
Idade:15+?	3,12	0,97	0,31	1,92	4,57	2,38
Pakistan	5,35	1,30	0,24	0,47	4,78	10,25
2007	5,35	1,30	0,24	0,47	4,78	10,25
Idade:10+	5,35	1,30	0,24	0,47	4,78	10,25

Qatar	5,67	4,04	0,71	1,55	3,01	1,94
2012-13	5,67	4,04	0,71	1,55	3,01	1,94
Idade:15+	5,67	4,04	0,71	1,55	3,01	1,94
Republic of Korea	4,97	2,88	0,58	0,73	3,53	4,84
1999	5,48	3,18	0,58	0,63	3,67	5,79
Idade:10+	5,48	3,18	0,58	0,63	3,67	5,79
2004	5,23	3,02	0,58	0,73	3,52	4,80
Idade:10+	5,23	3,02	0,58	0,73	3,52	4,80
2009	5,02	2,88	0,57	0,77	3,47	4,52
Idade:10+	5,02	2,88	0,57	0,77	3,47	4,52
2014	4,13	2,43	0,59	0,78	3,47	4,43
Idade:10+	4,13	2,43	0,59	0,78	3,47	4,43
State of Palestine	4,63	0,57	0,12	0,91	4,95	5,45
1999-00	5,12	0,53	0,10	0,90	5,02	5,57
Idade:10+	5,12	0,53	0,10	0,90	5,02	5,57
2012-13	4,15	0,60	0,14	0,92	4,88	5,33
Idade:10+	4,15	0,60	0,14	0,92	4,88	5,33
Thailand	5,90	4,50	0,76	0,90	3,17	3,52
2009	5,90	4,50	0,76	0,90	3,17	3,52
Idade:10+	5,90	4,50	0,76	0,90	3,17	3,52
Central America	5,63	2,67	0,47	1,49	4,85	3,25
Costa Rica	5,29	2,26	0,43	1,61	5,15	3,21
2004	5,73	1,95	0,34	1,57	5,37	3,43
Idade:12+	5,73	1,95	0,34	1,57	5,37	3,43
2011	5,07	2,41	0,48	1,63	5,04	3,10
Idade:12+	5,28	2,75	0,52	2,40	5,57	2,32
Idade:15+	4,85	2,07	0,43	0,85	4,52	5,31
Cuba	5,75	3,08	0,54	1,63	4,45	2,74
2001	5,75	3,08	0,54	1,63	4,45	2,74
Idade:15+	5,75	3,08	0,54	1,63	4,45	2,74
Guatemala	6,63	2,62	0,39	0,96	6,38	6,66
2006	7,28	3,17	0,43	0,78	6,18	7,89
Idade:15-59	7,28	3,17	0,43	0,78	6,18	7,89
2011	5,98	2,07	0,35	1,13	6,58	5,81
Idade:15+	5,98	2,07	0,35	1,13	6,58	5,81
Honduras	4,40	1,90	0,43	1,05	3,25	3,10
2009	4,40	1,90	0,43	1,05	3,25	3,10
Idade:15+	4,40	1,90	0,43	1,05	3,25	3,10
Nicaragua	5,57	2,32	0,42	1,58	4,67	2,95
1998	5,57	2,32	0,42	1,58	4,67	2,95
Idade:6+	5,57	2,32	0,42	1,58	4,67	2,95
Panama	5,40	3,08	0,57	1,87	4,60	2,46
2011	5,40	3,08	0,57	1,87	4,60	2,46
Idade:15+	5,40	3,08	0,57	1,87	4,60	2,46

Europe	4,13	2,42	0,59	2,25	4,53	2,01
Albania	4,27	1,93	0,45	0,83	5,22	6,26
2010-11	4,27	1,93	0,45	0,83	5,22	6,26
Idade:10+	4,27	1,93	0,45	0,83	5,22	6,26
Armenia	5,08	1,71	0,34	1,08	5,48	5,10
2004	5,30	1,73	0,33	1,10	5,77	5,24
Idade:15-80	5,30	1,73	0,33	1,10	5,77	5,24
2008	4,85	1,68	0,35	1,05	5,20	4,95
Idade:15-80	4,85	1,68	0,35	1,05	5,20	4,95
Austria	4,37	2,33	0,53	2,05	4,67	2,28
1992	4,73	2,23	0,47	2,02	5,27	2,61
Idade:20-74	4,73	2,23	0,47	2,02	5,27	2,61
2008-09	4,00	2,43	0,61	2,08	4,07	1,95
Idade:20-74	4,00	2,43	0,61	2,08	4,07	1,95
Azerbaijan	4,67	1,73	0,37	2,13	6,10	2,86
2008	4,67	1,73	0,37	2,13	6,10	2,86
Idade:15+	4,67	1,73	0,37	2,13	6,10	2,86
Belarus	4,63	3,20	0,69	2,52	4,87	1,93
2014-15	4,63	3,20	0,69	2,52	4,87	1,93
Idade:10+	4,63	3,20	0,69	2,52	4,87	1,93
Belgium	3,65	1,99	0,55	2,22	4,29	1,93
1966	6,25	2,33	0,37	1,17	5,50	4,71
Idade:19-65	6,25	2,33	0,37	1,17	5,50	4,71
2005	3,27	1,97	0,60	2,39	4,04	1,69
Idade:12+	2,68	1,58	0,59	2,40	3,72	1,55
Idade:15-84	3,53	2,13	0,60	2,45	4,18	1,71
Idade:19-65	3,58	2,20	0,61	2,32	4,23	1,83
2013	2,95	1,87	0,63	2,53	3,92	1,55
Idade:12+	2,95	1,87	0,63	2,53	3,92	1,55
1998-00	3,26	1,91	0,59	2,35	4,23	1,80
Idade:12+	2,77	1,60	0,58	2,40	3,98	1,66
Idade:19-65	3,75	2,22	0,59	2,30	4,48	1,95
Bulgaria	3,54	2,57	0,72	2,42	4,73	1,96
2001-02	3,92	2,85	0,73	2,62	5,02	1,92
Idade:20-74	3,92	2,85	0,73	2,62	5,02	1,92
2009-10	3,17	2,28	0,72	2,22	4,43	2,00
Idade:20-74	3,17	2,28	0,72	2,22	4,43	2,00
Denmark	4,41	3,14	0,71	2,26	3,43	1,52
1987	4,75	3,30	0,69	1,63	3,05	1,87
Idade:16-74	4,75	3,30	0,69	1,63	3,05	1,87
2001	5,03	3,88	0,77	2,43	3,50	1,44
Idade:16-74	5,03	3,88	0,77	2,43	3,50	1,44
2008-09	3,45	2,25	0,65	2,70	3,75	1,39
Idade:20-74	3,45	2,25	0,65	2,70	3,75	1,39

Estonia	3,59	2,73	0,76	2,90	4,69	1,62
1999-00	3,90	2,78	0,71	2,98	5,03	1,69
Idade:10+	3,90	2,78	0,71	2,98	5,03	1,69
2009-10	3,28	2,68	0,82	2,82	4,35	1,54
Idade:10+	3,28	2,68	0,82	2,82	4,35	1,54
Finland	3,83	2,78	0,73	2,15	3,67	1,70
1979	4,30	3,12	0,72	1,83	3,65	1,99
Idade:10+	4,30	3,12	0,72	1,83	3,65	1,99
1999-00	4,13	2,80	0,68	2,16	3,77	1,75
Idade:10+	4,45	3,05	0,69	2,05	3,60	1,76
Idade:20-74	3,80	2,55	0,67	2,27	3,93	1,74
2009-10	3,29	2,58	0,78	2,31	3,58	1,55
Idade:10+	3,37	2,70	0,80	2,20	3,42	1,55
Idade:20-74	3,22	2,47	0,77	2,42	3,73	1,54
France	4,52	2,88	0,64	2,31	4,19	1,82
1998-99	4,87	3,00	0,62	2,30	4,57	1,99
Idade:15-60	5,50	3,45	0,63	2,22	4,60	2,08
Idade:20-74	4,23	2,55	0,60	2,38	4,53	1,90
2009-10	4,29	2,80	0,65	2,31	3,94	1,70
Idade:15+	3,52	2,22	0,63	2,40	3,87	1,61
Idade:15-60	5,25	3,52	0,67	2,22	4,02	1,81
Idade:20-74	4,12	2,67	0,65	2,32	3,93	1,70
Germany	3,71	2,15	0,58	2,58	4,31	1,67
2001-02	3,90	2,15	0,55	2,50	4,38	1,75
Idade:10+	3,90	2,15	0,55	2,50	4,38	1,75
Idade:20-74	3,90	2,15	0,55	2,50	4,38	1,75
2012-13	3,32	2,15	0,65	2,75	4,17	1,52
Idade:10+	3,32	2,15	0,65	2,75	4,17	1,52
Greece	2,88	1,49	0,52	1,62	4,63	2,86
2013-14	2,88	1,49	0,52	1,62	4,63	2,86
Idade:10+	2,53	1,30	0,51	1,55	4,35	2,81
Idade:20-74	3,22	1,68	0,52	1,68	4,90	2,91
Hungary	3,31	2,18	0,66	2,60	4,72	1,81
1999-00	3,27	2,17	0,66	2,65	4,68	1,77
Idade:15-74	3,27	2,17	0,66	2,65	4,68	1,77
2009-10	3,35	2,20	0,66	2,55	4,75	1,86
Idade:20-74	3,35	2,20	0,66	2,55	4,75	1,86
Ireland	5,10	2,70	0,53	2,15	4,93	2,29
2005	5,10	2,70	0,53	2,15	4,93	2,29
Idade:15-64	5,10	2,70	0,53	2,15	4,93	2,29
Italy	4,21	1,89	0,45	1,78	5,20	2,93
2002-03	4,18	1,80	0,43	1,75	5,32	3,04
Idade:15+	4,18	1,80	0,43	1,75	5,32	3,04
2008-09	4,23	1,98	0,47	1,80	5,08	2,82

Idade:15+	4,23	1,98	0,47	1,80	5,08	2,82
Kazakhstan	4,96	3,36	0,68	3,25	5,98	1,84
2000	5,07	3,57	0,70	3,32	6,65	2,01
Idade:20-74	5,07	3,57	0,70	3,32	6,65	2,01
2003	5,48	3,83	0,70	4,17	6,83	1,64
Idade:20-74	5,48	3,83	0,70	4,17	6,83	1,64
2006	5,45	3,52	0,65	3,62	6,27	1,73
Idade:20-74	5,45	3,52	0,65	3,62	6,27	1,73
2012	3,83	2,52	0,66	1,90	4,17	2,19
Idade:10+	3,83	2,52	0,66	1,90	4,17	2,19
Latvia	5,62	3,88	0,69	1,83	3,93	2,15
2003	5,62	3,88	0,69	1,83	3,93	2,15
Idade:20-74	5,62	3,88	0,69	1,83	3,93	2,15
Lithuania	5,22	3,85	0,74	2,40	4,67	1,94
2003	5,22	3,85	0,74	2,40	4,67	1,94
Idade:20-74	5,22	3,85	0,74	2,40	4,67	1,94
Luxembourg	4,03	2,75	0,68	1,85	3,67	1,98
2014	4,03	2,75	0,68	1,85	3,67	1,98
Idade:10-74	4,03	2,75	0,68	1,85	3,67	1,98
Malta	3,63	1,35	0,37	2,05	5,02	2,45
2002	3,63	1,35	0,37	2,05	5,02	2,45
Idade:10+	3,63	1,35	0,37	2,05	5,02	2,45
Netherlands	3,61	1,87	0,52	2,38	3,86	1,62
1997	3,35	1,53	0,46	2,08	3,22	1,54
Idade:12+	3,35	1,53	0,46	2,08	3,22	1,54
1999	3,52	1,78	0,51	2,47	4,13	1,68
Idade:12+	3,52	1,78	0,51	2,47	4,13	1,68
2001	3,70	1,90	0,51	2,28	3,82	1,67
Idade:12+	3,70	1,90	0,51	2,28	3,82	1,67
2003	3,47	1,88	0,54	2,15	3,83	1,78
Idade:12+	3,47	1,88	0,54	2,15	3,83	1,78
2006	3,83	2,05	0,53	2,72	4,35	1,60
Idade:20-74	3,83	2,05	0,53	2,72	4,35	1,60
2011-12	3,77	2,05	0,54	2,58	3,82	1,48
Idade:20-74	3,77	2,05	0,54	2,58	3,82	1,48
Norway	4,25	2,82	0,66	2,60	3,67	1,42
2000-01	4,43	2,88	0,65	2,51	3,78	1,51
Idade:16-74	4,57	2,98	0,65	2,68	3,93	1,47
Idade:20-74	4,28	2,78	0,65	2,33	3,63	1,56
2010-11	4,08	2,76	0,68	2,68	3,57	1,33
Idade:16-74	4,17	3,02	0,72	3,00	3,83	1,28
Idade:20-74	4,00	2,50	0,63	2,37	3,30	1,39
Poland	4,19	2,39	0,57	2,59	4,84	1,87
2013	4,17	2,30	0,55	2,53	4,60	1,82

Idade:15+	4,17	2,30	0,55	2,53	4,60	1,82
2003-04	4,21	2,44	0,58	2,63	4,96	1,89
Idade:15-64	4,40	2,63	0,60	2,62	4,93	1,89
Idade:20-74	4,02	2,25	0,56	2,63	4,98	1,89
Portugal	5,01	2,99	0,60	1,44	5,25	3,64
1999	5,01	2,99	0,60	1,44	5,25	3,64
Idade:15+	4,48	2,67	0,59	1,28	5,03	3,92
Idade:15-64	5,53	3,32	0,60	1,60	5,47	3,42
Republic of Moldova	3,60	2,78	0,77	2,67	4,75	1,78
2011-12	3,60	2,78	0,77	2,67	4,75	1,78
Idade:10+	3,60	2,78	0,77	2,67	4,75	1,78
Romania	2,98	1,78	0,60	2,34	4,83	2,07
2000	2,90	1,60	0,55	2,70	5,20	1,93
Idade:10+	2,90	1,60	0,55	2,70	5,20	1,93
2011-12	3,02	1,87	0,62	2,16	4,65	2,15
Idade:10+	2,72	1,67	0,61	2,08	4,40	2,11
Idade:20-74	3,32	2,07	0,62	2,23	4,90	2,19
Serbia	3,77	2,12	0,56	2,45	4,98	2,03
2010-11	3,77	2,12	0,56	2,45	4,98	2,03
Idade:15+	3,77	2,12	0,56	2,45	4,98	2,03
Slovenia	4,15	3,05	0,73	2,83	5,03	1,78
2000-01	4,15	3,05	0,73	2,83	5,03	1,78
Idade:20-74	4,15	3,05	0,73	2,83	5,03	1,78
Spain	4,30	2,38	0,55	1,83	4,73	2,59
2002-03	4,87	2,40	0,49	1,58	4,92	3,11
Idade:20-74	4,87	2,40	0,49	1,58	4,92	3,11
2009-10	3,73	2,35	0,63	2,07	4,55	2,20
Idade:20-74	3,73	2,35	0,63	2,07	4,55	2,20
Sweden	5,14	3,94	0,77	2,95	3,98	1,35
2000-01	5,20	3,68	0,71	2,87	4,13	1,44
Idade:20-64	5,20	3,68	0,71	2,87	4,13	1,44
2010-11	5,08	4,20	0,83	3,03	3,83	1,26
Idade:20-64	5,08	4,20	0,83	3,03	3,83	1,26
Switzerland	4,70	2,50	0,53	2,50	4,55	1,82
1997	4,82	2,32	0,48	2,33	4,85	2,08
Idade:20-74	4,82	2,32	0,48	2,33	4,85	2,08
2000	4,93	2,50	0,51	2,43	4,68	1,92
Idade:20-74	4,93	2,50	0,51	2,43	4,68	1,92
2004	4,73	2,48	0,52	2,53	4,67	1,84
Idade:20-74	4,73	2,48	0,52	2,53	4,67	1,84
2007	4,73	2,52	0,53	2,70	4,65	1,72
Idade:20-74	4,73	2,52	0,53	2,70	4,65	1,72
2010	4,58	2,62	0,57	2,42	4,23	1,75
Idade:20-74	4,58	2,62	0,57	2,42	4,23	1,75

2013	4,42	2,58	0,58	2,58	4,23	1,64
Idade:20-74	4,42	2,58	0,58	2,58	4,23	1,64
The former Yugoslav Republic of Macedonia	3,93	2,07	0,53	1,60	4,82	3,01
2004	4,30	2,08	0,48	1,95	5,70	2,92
Idade:20-74	4,30	2,08	0,48	1,95	5,70	2,92
2009	3,75	2,07	0,55	1,43	4,38	3,08
Idade:10+	3,38	1,85	0,55	1,33	4,02	3,01
Idade:20-74	4,12	2,28	0,55	1,52	4,75	3,13
Turkey	4,43	1,18	0,27	1,28	5,66	4,43
2006	4,45	1,13	0,25	1,16	5,73	4,95
Idade:15+	4,45	1,13	0,25	1,47	6,18	4,22
Idade:20-74	4,45	1,13	0,25	0,85	5,28	6,22
2014-15	4,40	1,27	0,29	1,52	5,52	3,64
Idade:15+	4,40	1,27	0,29	1,52	5,52	3,64
United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland	3,60	2,17	0,60	2,22	3,92	1,76
2005	3,52	2,20	0,63	2,06	3,70	1,80
Idade:16+	3,52	2,20	0,63	2,18	3,87	1,77
Idade:20-74	3,52	2,20	0,63	1,93	3,53	1,83
2000-01	3,77	2,12	0,56	2,55	4,35	1,71
Idade:16+	3,77	2,12	0,56	2,55	4,35	1,71
North America	4,77	2,90	0,61	2,54	4,72	1,86
Canada	4,46	2,96	0,66	2,72	4,30	1,58
1998	4,52	2,78	0,62	2,73	4,42	1,62
Idade:15+	4,52	2,78	0,62	2,73	4,42	1,62
2005	4,60	3,10	0,67	2,60	4,20	1,62
Idade:15+	4,60	3,10	0,67	2,60	4,20	1,62
2010	4,25	3,00	0,71	2,83	4,28	1,51
Idade:15+	4,25	3,00	0,71	2,83	4,28	1,51
Mexico	6,40	2,70	0,42	2,03	6,70	3,31
2002	5,77	2,03	0,35	1,63	6,92	4,23
Idade:12+	5,77	2,03	0,35	1,63	6,92	4,23
2009	6,66	2,93	0,44	1,95	6,43	3,29
Idade:15+	6,37	2,77	0,43	2,02	6,63	3,29
Idade:15-64	6,95	3,08	0,44	1,88	6,22	3,30
2014	6,50	2,92	0,45	2,57	7,03	2,74
Idade:12+	6,50	2,92	0,45	2,57	7,03	2,74
United States of America	4,34	2,95	0,68	2,65	4,21	1,59
2003	4,57	2,90	0,64	2,75	4,43	1,61
Idade:15+	4,57	2,90	0,64	2,75	4,43	1,61
2004	4,42	2,97	0,67	2,72	4,47	1,64
Idade:15+	4,42	2,97	0,67	2,72	4,47	1,64
2005	4,45	3,00	0,67	2,68	4,37	1,63

Idade:15+	4,45	3,00	0,67	2,68	4,37	1,63
2006	4,53	3,00	0,66	2,62	4,27	1,63
Idade:15+	4,53	3,00	0,66	2,62	4,27	1,63
2007	4,53	3,15	0,69	2,68	4,27	1,59
Idade:15+	4,53	3,15	0,69	2,68	4,27	1,59
2008	4,53	2,98	0,66	2,58	4,18	1,62
Idade:15+	4,53	2,98	0,66	2,58	4,18	1,62
2009	4,27	2,83	0,66	2,68	4,18	1,56
Idade:15+	4,27	2,83	0,66	2,68	4,18	1,56
2010	4,08	2,93	0,72	2,70	4,08	1,51
Idade:15+	4,08	2,93	0,72	2,70	4,08	1,51
2011	4,22	2,93	0,70	2,65	4,03	1,52
Idade:15+	4,22	2,93	0,70	2,65	4,03	1,52
2012	4,17	2,95	0,71	2,52	4,02	1,60
Idade:15+	4,17	2,95	0,71	2,52	4,02	1,60
2013	4,20	2,78	0,66	2,63	4,12	1,56
Idade:15+	4,20	2,78	0,66	2,63	4,12	1,56
2014	4,28	2,95	0,69	2,60	4,10	1,58
Idade:15+	4,28	2,95	0,69	2,60	4,10	1,58
2015	4,17	2,93	0,70	2,63	4,18	1,59
Idade:15+	4,17	2,93	0,70	2,63	4,18	1,59
Oceania	4,36	2,26	0,52	2,72	4,86	1,79
Australia	4,46	2,22	0,50	2,80	5,12	1,83
1992	4,47	2,10	0,47	2,75	5,10	1,85
Idade:15+	4,47	2,10	0,47	2,75	5,10	1,85
1997	4,35	2,20	0,51	2,78	5,05	1,81
Idade:15+	4,35	2,20	0,51	2,78	5,05	1,81
2006	4,55	2,35	0,52	2,87	5,22	1,82
Idade:15+	4,55	2,35	0,52	2,87	5,22	1,82
New Zealand	4,22	2,33	0,55	2,59	4,46	1,72
1998-99	4,22	2,27	0,54	2,65	4,58	1,73
Idade:12+	4,22	2,27	0,54	2,65	4,58	1,73
2009-10	4,22	2,38	0,57	2,53	4,33	1,71
Idade:12+	4,22	2,38	0,57	2,53	4,33	1,71
South America	5,24	2,83	0,54	1,71	4,86	2,84
Argentina	5,23	2,75	0,53	1,76	4,92	2,80
2005	5,23	2,75	0,53	1,47	4,02	2,74
Idade:15-74	5,23	2,75	0,53	1,47	4,02	2,74
2013	-	-	-	2,05	5,82	2,84
Idade:18+	-	-	-	2,05	5,82	2,84
Bolivia (Plurinational State of)	6,00	3,73	0,62	1,30	5,00	3,85
2001	6,00	3,73	0,62	1,30	5,00	3,85
Idade:20-59	6,00	3,73	0,62	1,30	5,00	3,85
Brazil	4,95	2,75	0,56	1,09	3,72	3,40

2009	5,20	2,75	0,53	1,43	4,23	2,95
Idade:10+	5,20	2,75	0,53	1,43	4,23	2,95
2012	4,70	2,75	0,59	0,75	3,20	4,27
Idade:15+	4,70	2,75	0,59	0,75	3,20	4,27
Chile	4,72	2,58	0,55	1,92	4,85	2,53
2015	4,63	2,67	0,58	2,58	5,80	2,25
Idade:12+	4,63	2,67	0,58	2,58	5,80	2,25
2007-08	4,80	2,48	0,52	1,25	3,90	3,12
Idade:15+	4,80	2,48	0,52	1,25	3,90	3,12
Colombia	5,62	2,82	0,50	1,27	4,35	3,43
2012	5,62	2,82	0,50	1,27	4,35	3,43
Idade:15+	5,62	2,82	0,50	1,27	4,35	3,43
Ecuador	5,15	2,70	0,52	1,12	4,37	3,91
2012	5,15	2,70	0,52	1,12	4,37	3,91
Idade:12+	5,15	2,70	0,52	1,12	4,37	3,91
Peru	6,11	3,06	0,50	2,14	5,62	2,62
2010	6,11	3,06	0,50	2,14	5,62	2,62
Idade:12+	6,12	3,05	0,50	2,17	5,63	2,60
Idade:15+	6,10	3,07	0,50	2,12	5,60	2,65
Uruguay	4,87	2,68	0,55	2,16	5,38	2,50
2007	4,93	2,64	0,54	2,13	5,51	2,59
Idade:14+	4,93	2,67	0,54	1,92	4,97	2,59
Idade:15+	4,93	2,62	0,53	2,33	6,05	2,59
2013	4,75	2,77	0,58	2,22	5,13	2,32
Idade:14+	4,75	2,77	0,58	2,22	5,13	2,32
Média Geral	4,63	2,68	0,58	1,91	4,48	2,35
Mediana	4,70	2,72	0,57	1,78	4,67	2,58
Desvio Padrão	1,03	1,04	0,19	0,77	1,08	2,10

Fonte: UNSTATS – Gender Statistics